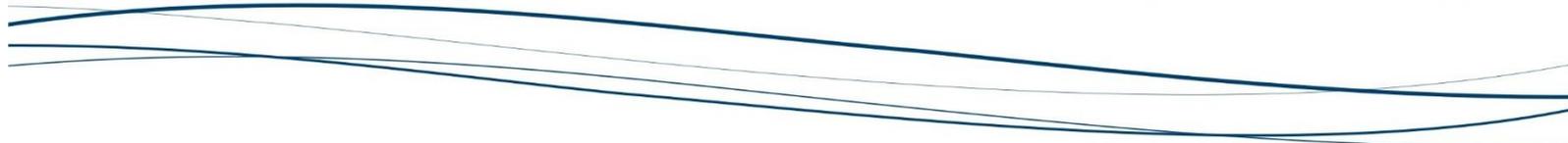




## RELATÓRIO E CONTAS 2024

---



## INDICE:

**Mensagem do Presidente 4**

**2024 Em Destaque 7**

**A EMPRESA 11**

---

|  |           |
|--|-----------|
| <b>QUEM SOMOS</b>  | <b>11</b> |
| Missão, visão e valores  | 11        |
| Descrição, atividades e presença                               | 15        |
| Cadeia de Valor  | 16        |
| Os nossos Stakeholders   | 17        |
| <b>Organização</b>   | <b>44</b> |
| Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais | 44        |
| <b>As Nossas Ambições de Sustentabilidade</b>                  | <b>48</b> |

**Relatório de Gestão 59**

---

|   |            |
|---|------------|
| <b>A Envolvente</b>   | <b>59</b>  |
| Contexto macroeconómico   | 59         |
| O Setor   | 61         |
| A energia   | 69         |
| Contexto Regulatório  | 77         |
| <b>As nossas pessoas</b>  | <b>82</b>  |
| <b>Orientações Estratégicas</b>   | <b>86</b>  |
| <b>A ATIVIDADE</b>  | <b>90</b>  |
| Introdução  | 90         |
| Água em Alta  | 90         |
| Água em Baixa   | 90         |
| Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo        | 90         |
| Outras Atividades   | 91         |
| Atividade Operacional   | 92         |
| <b>Risco e Controlo</b>   | <b>161</b> |
| <b>Desempenho Económico-Financeiro</b>                                    | <b>168</b> |
| <b>- Investigação e Desenvolvimento e Inovação/Incentivos Financeiros</b> | <b>178</b> |
| <b>Eventos Posteriores ao Fecho</b>                                       | <b>182</b> |
| <b>Cumprimento das Orientações Legais</b>                                 | <b>183</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>Perspetivas Futuras</b>                                | <b>213</b> |
| <b>Considerações Finais</b>                               | <b>215</b> |
| <b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>                | <b>217</b> |
| <b>Anexo ao Relatório anual do órgão de administração</b> | <b>218</b> |

## Mensagem do Presidente

O ano de 2024 foi marcado por um conjunto de aspetos particularmente auspiciosos, consolidando as orientações tomadas em 2023, traduzidos em indicadores económicos e operacionais bastante positivos.

A EPAL registou em 2024 o melhor resultado líquido da sua história, superando os 59 milhões de euros, ao mesmo tempo que registou o maior valor de investimento dos últimos 15 anos, superando os 35 milhões de euros, assegurando ainda a redução do endividamento uma relevante recuperação de valores em dívida e um acréscimo do capital próprio.

O exercício ficou marcado pelo acordo de valorização salarial dos trabalhadores e trabalhadoras e por um conjunto de investimentos que visaram criar melhores condições de trabalho, matéria a que foi dada particular atenção.

Para além do reforço da formação em todos os domínios funcionais, a EPAL esteve representada com os seus técnicos nos mais relevantes eventos técnicos do setor a nível nacional e internacional, na maioria dos casos partilhando a sua experiência e os trabalhos inovadores que tem vindo a desenvolver.

Os indicadores de água segura nos sistemas da “alta” e da “baixa” colocam a EPAL num patamar de excelência, confirmando um trabalho integrado de toda a empresa.

No domínio da relação com os clientes merece destaque o fato de em 2004 se ter iniciado a leitura bimensal, reforçando a fiabilidade e a confiança no relacionamento, reforçando a informação para a gestão operacional em vários domínios e dando passos para um alinhamento com níveis de serviço decorrentes dos desafios do novo Regulamento de qualidade de serviço da ERSAR.

Nessa linha o ano ficou também marcado por iniciativas orientadas à atualização das bases de dados dos clientes, visando criar condições para o reforço da comunicação.

A EPAL viu reconhecido, pelo segundo ano consecutivo, o relacionamento de excelência junto de clientes, recebendo o prémio BECX “a melhor marca na Experiência do cliente” do setor da água.

Com implicações positivas para a melhoria do serviço aos clientes diretos e também na relação com as entidades gestoras que contrataram os serviços Aquamatrix, merece ser destacado o facto de em 2004 ter sido obtida a Certificação do Aquamatrix e criadas condições para novos desenvolvimentos.

A nível estratégico merece referência a contratação e arranque dos trabalhos do Plano Geral da EPAL, com conclusão prevista no início de 2026. Este instrumento de planeamento constituirá uma importante ferramenta de apoio à decisão, respondendo aos desafios futuros que são colocados por mudanças climáticas, dinâmicas territoriais nos municípios que são clientes da EPAL e pelos desafios que se antecipam como a construção futura do novo aeroporto de Lisboa.

O Museu da Água alcançou um novo máximo de visitantes, ultrapassando os 135 mil visitantes e alcançou o maior número de visitas guiadas. Num trabalho articulado com municípios, foram dados passos para consolidar a candidatura do Aqueduto das Águas Livres a Património Mundial da UNESCO.

Esse trabalho veio a ser reconhecido com a atribuição de um prémio de reconhecimento no decorrer de evento internacional – *IAHR Hydro-Environment World Heritage Award*.

A exposição “25 de abril a 25 vozes – da Companhia das Águas à EPAL”, constituiu uma relevante iniciativa do Museu da Água e mobilizou antigos trabalhadores da empresa, com testemunhos que vem enriquecer a sua história.

No âmbito dos trabalhos em curso para a criação dos novos sites da EPAL foi considerado um site próprio para o Museu da Água, relevando a sua integração na rede mundial de Museus da Água e permitindo alargar serviços e a promoção de iniciativas a públicos-alvo específicos.

A educação ambiental continuou a merecer a melhor atenção, sendo de referir que o projeto Educação Ambiental em Ação levou à realização de 130 iniciativas e contou com mais de 4000 participantes. Proseguimos, com sucesso e novas parcerias, as campanhas pelo uso eficiente da água e consumo de água da torneira.

A Academia das Águas Livres alargou o seu Plano de Formação e alcançou em 2004 o maior número de formandos, vendo reconhecido o nível da formação através de sistema de avaliação das suas ações formativas e pela renovação de certificações de entidades externas, nomeadamente a Ordem dos Engenheiros.

Em 2024 prosseguimos um conjunto de iniciativas tendentes à valorização dos ativos, tendo obtido o licenciamento do edifício das Portas de Santo Antão e foi estabelecido com a ESTAMO uma prestação de serviços no sentido de assegurar o modelo negocial a promover.

Acompanhamos junto da Câmara Municipal de Lisboa o processo de Plano de Pormenor das Amoreiras de forma a prosseguir o licenciamento do conjunto edificado na Rua José Gomes Ferreira, e desenvolvemos um conjunto de iniciativas para o futuro Campus da Água no recinto do Parque das Nações.

A abertura do recinto das Amoreiras ao público foi um projeto acarinhado em 2024, com elaboração de projeto e concretização dos trabalhos, criando as condições de abertura ao público no primeiro trimestre de 2025.

Foram desenvolvidos projetos de execução para recuperação de edifícios existentes no recinto do Arco, criando condições para assegurar no futuro instalações que permitam obras consideradas prementes nos edifícios da Avenida da Liberdade.

Os indicadores operacionais foram reveladores da resiliência dos sistemas e do foco na eficiência, permitindo encarar o futuro com otimismo. A renovação da rede de distribuição da cidade de Lisboa prosseguiu a bom ritmo, com cerca de 15 km de intervenções, ultrapassando nos últimos 2 anos os 30 km.

O mercado das obras públicas determinou o atraso em alguns projetos, alguns dos quais estruturantes, uns devido a atrasos nos licenciamentos, outros induzidos na execução de obra, mas também porque ficaram desertos alguns procedimentos, mas o volume de investimento alcançado e as obras já contratualizadas permitem garantir um significativo índice de renovação de infraestruturas críticas.

Nesse domínio registamos os atrasos verificados na construção do edifício que vai acolher a Academia das Águas Livres que, por abandono de obra pelo empreiteiro, vai implicar um novo procedimento e um atraso muito significativo face às expetativas iniciais.

No domínio da transição digital o projeto de telemetria assume um caráter estrutural, pois partindo de tecnologias maduras, permite uma mais-valia transversal, nomeadamente melhorias significativas no sistema comercial e no serviço aos clientes, gera dados de base essenciais para o sucesso do Plano de Controlo de Perdas, tem implicações positivas no sistema de faturação, na redução de custos de leitura e apresenta mais valias ambientais.

O grupo de trabalho criado com intervenientes das várias Direções para a formulação da fase I de generalização da telemetria aos clientes domésticos, elaborou um trabalho de excelente qualidade, que importa destacar, mas não foi possível avançar como seria nosso objetivo. Estamos certos de que a telemetria vai merecer particular relevância na EPAL, a breve prazo e, será um marco na transição digital.

Importa destacar o ambiente interno para a inovação, onde a iniciativa *EPALin* tem vindo a conhecer crescente participação e excelência de projetos, o que determinou o avanço para o *OpenInnovationEPAL* aberto ao exterior, e a projetos colaborativos com Universidades e Politécnicos.

Gostaria de expressar em nome do Conselho de Administração o apoio que sempre encontramos na Tutela e na AdP SGPS, nos órgãos sociais e a articulação que foi mantida com o Conselho Fiscal.

Igualmente de registar o ambiente colaborativo dos reguladores ERSAR e APA, onde encontramos espaço de diálogo muito positivo para se alcançarem os objetivos e metas e para se ultrapassarem de forma concertada as situações e desafios que nessas áreas tivemos de enfrentar.

Os resultados alcançados em 2024, que muito nos orgulham, resultam do empenho, profissionalismo e esforço dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, a quem estamos profundamente reconhecidos.

## 2024 Em Destaque

A dinâmica introduzida em 2023, levou a que o ano de 2024 fosse marcado por grandes desafios e objetivos exigentes, e os resultados permitem atestar que em termos gerais fomos capazes de superar grande parte deles, apresentando resultados muito positivos nos domínios económicos, financeiros e operacionais.

Em 2024 foi estabelecido um acordo de rendimentos salariais, que teve uma valorização salarial de todos os trabalhadores da Empresa, criando melhores condições para os trabalhadores e aumentando a atratividade na contratação.

O ano ficou marcado por uma redução muito significativa de recurso a trabalho em regime de avença, em todas as Direções, num processo de otimização de meios e de reorganização de equipas que importa salientar.

A normalidade do nível de serviço, considerado de elevado padrão, resultou de um trabalho articulado da operação, da manutenção e da qualidade do controlo de qualidade da água. O ano de 2024 teve períodos complexos na operação, dado que decorrem na ETA da Asseiceira e no sistema adutor um conjunto de trabalhos que, pela sua natureza, implicaram processos de articulação muito exigentes, mas que decorreram sem colocar em causa a normalidade do serviço aos clientes municipais e da cidade de Lisboa.

A avaliação de risco de algumas condutas de grandes diâmetros na cidade de Lisboa coloca como imperativo a sua renovação, e os dados evidenciam problemas que tem sido superados por uma qualificada intervenção da manutenção, mas que determinaram o estudo de soluções de renovação sem recurso a soluções tradicionais, as quais introduziriam perturbações significativas na cidade.

Mereceu particular empenho e envolvimento a concretização de investimentos julgados essenciais, em infraestruturas críticas. Foram desenvolvidos projetos de execução e procedimentos de contratação que permitiram o maior valor de investimento dos últimos 15 anos, e a contratação de investimentos a realizar nos próximos 2 anos de valor muito expressivo.

Importa registar que o contexto atual do mercado das obras públicas determinou que alguns dos procedimentos ficassem desertos, atrasando a realização de obras e aumentando a tramitação administrativa que está associada.

Algumas das situações vividas atrasam a entrada em operação de investimentos em via de conclusão e retardam projetos estruturantes. Um dos casos foi o da empreitada do novo edifício da Academia das Águas Livres, que foi “abandonada” pelo empreiteiro, causando um atraso que será de quase dois anos face ao inicialmente previsto.

Com alcance estratégico de médio e longo prazo merece referência a contratação do Plano Diretor da EPAL, que permitirá um quadro mais robusto para decisão de investimentos futuros, uma resposta a cenários de mudanças climáticas e a resiliência face a dinâmicas territoriais na área de intervenção atual ou de expansão futura.

A adjudicação de um novo site e de uma plataforma intranet mais robusta marcaram o ano, pois serão ferramentas de comunicação em linha com os desígnios organizacionais que se delinearam para o futuro.

A criação de um site próprio para o Museu da Água foi uma iniciativa que visa assegurar uma proximidade a um público-alvo que apresenta tendência de crescimento, uma maior interação na rede de Museus da Água a nível mundial, com destaque para o reforço da candidatura do Aqueduto das Águas Livres a Património Mundial da UNESCO, que em 2024 deu mais um conjunto de passos com significado institucional.

Merece destaque a plataforma que vai permitir a melhoria da gestão de contratos, permitindo aos gestores de contratos um exercício de funções em linha com as disposições legais aplicáveis.

A plataforma de gestão da formação adquirida para a Academia das Águas Livres permite antecipar significativas melhorias, em linhas com recomendações de auditorias e tendo por base a permanente avaliação dos formandos aos nossos cursos e formadores. A formação em regime híbrido que foi ensaiada e ações formativas de curta duração permitiram identificar novas potencialidades e novos modelos a promover no futuro.

A abertura do recinto das Amoreiras a uso público mereceu em 2024 particular atenção e, mesmo conhecendo vicissitudes nos procedimentos contratuais, está em fase de conclusão, devendo ser aberta ao público no primeiro trimestre de 2025.

A EPAL assume no quadro da gestão operacional da AdVT um papel relevante e ao longo do ano de 2024 prosseguiu uma cultura de proximidade com os municípios que marcou o exercício, e permitiu avanços relevantes em assuntos da maior importância. Foram alcançados resultados na regularização patrimonial de infraestruturas, resolvidos de forma partilhada muitas questões operacionais, alcançados acordos de regularização de dívida e identificadas oportunidades de trabalho conjunto no controlo de perdas de água e redução de afluências indevidas de natureza pluvial e industrial, nos sistemas de águas residuais.

O ano 2024 ficou marcado por significativas intervenções de qualificação das áreas operacionais, criando melhores condições de trabalho e maior segurança no dia a dia dos nossos trabalhadores, merecendo destaque pela natureza estruturas da intervenção o conjunto de investimentos na ETA da Asseiceira.

A formação e a permanente atualização de conhecimento continuaram a merecer um particular foco, consolidando e articulando o plano de formação de Recursos Humanos com a oferta formativa da Academia das águas Livres, mas criando condições à participação em eventos nacionais e internacionais do setor, em muitos casos partilhando as experiências e inovações desenvolvidas na EPAL.

A inovação esteve no centro de um conjunto de iniciativas da EPALin, onde ficou evidente a qualidade de projetos apresentados e a sua expressão no seio dos trabalhadores e direções. Este sucesso interno determinou a decisão de alargar o projeto ao exterior através do novo *OpenInnovation.EPAL*.

O sistema Aquamatrix continuou um caminho de desenvolvimento e a sua Certificação em 2024 deixa as melhores certezas sobre o seu potencial futuro, bem como o caminho para crescente internacionalização.

O prémio BECX de melhor empresa de melhor experiência dos clientes que foi atribuído em 2 anos seguidos constitui um motivo de orgulho.

A adesão de um número significativo de entidades públicas e privadas aos protocolos de uso de água da torneira e de uso eficiente da água, nomeadamente de muitas instituições de ensino superior, alargaram objetivos promovidos pela EPAL junto da sociedade civil, e antecipam resultados auspiciosos no futuro.

A área da transição digital não teve a dinâmica que se antecipava, mas ao longo de 2024 foi desenvolvido um trabalho de reflexão e de preparação de bases para procedimentos futuros, que poderão dinamizar o projeto de telemetria nos clientes domésticos, tão essencial para melhorar níveis de serviço aos clientes, geração de dados para o plano de controlo de perdas, redução de custos de leitura e das emissões associadas, e renovação do parque de contadores de acordo com recomendações do regular.

Foi prosseguida uma abordagem tendente a reforçar uma cultura organizacional que optimize os recursos partilhados EPAL e AdvT, área onde se conseguiram relevantes resultados, nomeadamente em matéria de manutenção de infraestruturas e alargamento da telegestão, e melhoria dos sistemas de suporte à operação, sobretudo expressivos no domínio da produção de energia elétrica a partir de renováveis, com os investimentos em fase de execução do novo CCEE.

A valorização de ativos esteve no centro das atenções e graças a um articulado com a Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido licenciado o edifício das Portas de Santo Antão, o processo relativo ao projeto do edifício das Amoreiras conheceu avanços significativos, o mesmo aconteceu com o desenvolvimento do Campus da Água, no recinto do Parque das Nações.

A responsabilidade social, o respeito por valores ambientais, estão na génese de iniciativas de sensibilização para a educação ambiental realizadas em parceria com municípios, comunidades escolares, associações cívicas nacionais, regionais e locais, em torno do uso eficiente da água, consumo de água da torneira e defesa de valores ambientais globais.

### Síntese de Indicadores

Os principais indicadores da atividade da empresa são apresentados nas tabelas seguintes:

#### INDICADORES DE ATIVIDADE

|  | 2022      | 2023      | 2024      | Variação<br>2024/2023 |       |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------------------|-------|
| Volume de água vendida (milhões m <sup>3</sup> ) | 199,8     | 205,0     | 207,1     | +2,2                  | +1,1% |
| Clientes diretos (n.º)                           | 363.828   | 367.714   | 369.477   | 1.763                 | 0,5%  |
| Clientes Municipais (n.º)                        | 17        | 17        | 17        | -                     | -     |
| Clientes multimunicipais (n.º)                   | 2         | 2         | 2         | -                     | -     |
| Municípios abastecidos (exclui Lisboa) (n.º)     | 34        | 34        | 34        | -                     | -     |
| Consumidores <sup>(1)</sup>                      | 2.875.941 | 2.915.640 | 2.984.513 | 68.873                | 2,4%  |
| Área abastecida <sup>(2)</sup>                   | 7.095     | 7.095     | 7.095     | -                     | -     |

<sup>(1)</sup> INE - População residente na área abastecida (ano de referência 2023)

<sup>(2)</sup> Área em Km<sup>2</sup> (ano de referência 2023)

#### INDICADORES FINANCEIROS

|                                  |               | 2022  | 2023  | 2024  | Variação<br>2024/2023 |           |
|----------------------------------|---------------|-------|-------|-------|-----------------------|-----------|
| Capital Social                   | (milhões EUR) | 150,0 | 150,0 | 150,0 | -                     | -         |
| Capital Próprio                  | (milhões EUR) | 671,9 | 682,4 | 696,5 | +14,1                 | +2,1%     |
| Ativo Líquido Total              | (milhões EUR) | 856,0 | 851,2 | 859,1 | +7,9                  | +0,9%     |
| Passivo Total                    | (milhões EUR) | 184,1 | 168,8 | 162,6 | (6,2)                 | -3,7%     |
| Volume de Negócios               | (milhões EUR) | 170,0 | 179,9 | 186,5 | +6,6                  | +3,7%     |
| CMVMC                            | (milhões EUR) | 1,9   | 2,1   | 2,2   | +0,1                  | +5,8%     |
| Fornecimento e Serviços Externos | (milhões EUR) | 28,2  | 42,8  | 44,9  | +2,2                  | +5,1%     |
| Investimento (ativos tangíveis)  | (milhões EUR) | 18,4  | 31,3  | 35,3  | +4,0                  | +12,8%    |
| Endividamento Bancário           | (milhões EUR) | 68,6  | 58,1  | 47,6  | (10,6)                | (18,2%)   |
| EBITDA                           | (milhões EUR) | 110,7 | 103,1 | 107,1 | +4,0                  | +3,9%     |
| Margem EBITDA                    | %             | 65,1  | 57,3  | 57,5  | (0,1)                 | (0,2%)    |
| Endividamento Líquido / EBITDA   | n.º           | (0,6) | (0,6) | (0,7) | (0,1)                 | (14,7%)   |
| Resultado Líquido do Exercício   | (milhões EUR) | 58,0  | 56,7  | 59,1  | +2,4                  | +4,3%     |
| ROCE                             | %             | 10,9  | 10,0  | 10,6  | +0,5                  | +5,3 p.p. |
| Evolução do N.º de Trabalhadores | n.º           | 1.058 | 1 058 | 1.064 | +6                    | +0,6%     |
| N.º de Trabalhadores (EPAL)      | n.º           | 642   | 642   | 647   | +5                    | +0,8%     |
| N.º de Trabalhadores (AdVT)      | n.º           | 416   | 416   | 417   | +1                    | +0,2%     |
| Prazo Médio de Pagamentos        | dias          | 30    | 25    | 28    | +3                    | +12%      |
| Prazo Médio de Recebimentos      | dias          | 63    | 59    | 55    | -4                    | -6,8%     |

Nota: Detalhe dos indicadores nos capítulos específicos do relatório, designadamente no capítulo financeiro

## A EMPRESA

### QUEM SOMOS

#### *Missão, visão e valores*

##### **MISSÃO**

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

##### **VISÃO**

Ser uma Empresa de referência no setor da água e do saneamento, em termos de qualidade do serviço público prestado, e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

##### **VALORES**

Os valores fundamentais da Empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Orientamo-nos pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

## PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

## PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

## POLÍTICA DE GESTÃO

A política de gestão da Empresa foi atualizada pelo Conselho de Administração em setembro de 2020.

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a garantir o cumprimento da legislação, regulamentação e normas aplicáveis e da missão, visão e valores, assumem-se os seguintes compromissos:

- **Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo** – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- **Responsabilidade empresarial** - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;
- **Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas** – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes,

comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da Empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;

- **Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as** – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a Empresa;
- **Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas** – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;
- **Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo** – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da Empresa e da sociedade;
- **Gestão de Ativos** – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da Empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;
- **Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social** – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da Empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as

trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactos, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;

- **Combate e Adaptação às Alterações Climáticas** – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da Empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;
- **Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio** – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;
- **Segurança da informação** – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da Empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da Empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;
- **Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção** – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da Empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela Empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da Empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da Empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;
- **Envolvimento da Cadeia de Fornecimento** – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;

- **Inovação e Desenvolvimento** – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à Empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;
- **Economia Circular** – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

### ***Descrição, atividades e presença***

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de junho de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo Águas de Portugal.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa). Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema

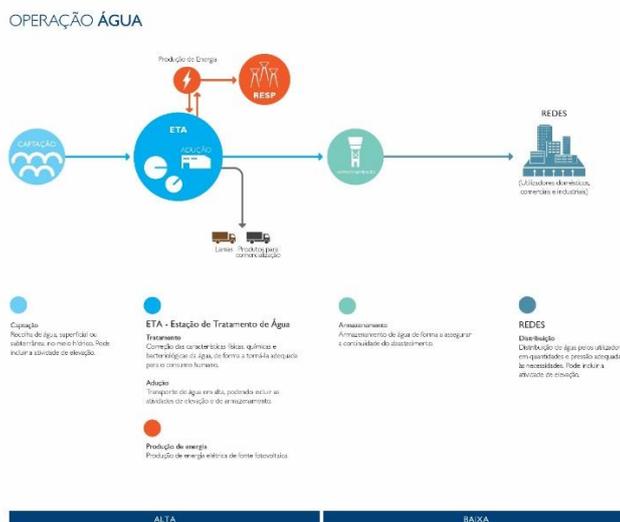
da Península de Setúbal, tendo ainda sido redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles somente na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

**Cadeia de Valor**

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem da água (captação) até à distribuição ao cliente final.



## ***Os nossos Stakeholders***

A EPAL está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

O relacionamento da Empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da Empresa na sua vivência diária.



### **Deveres especiais de prestação de informação**

A EPAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

No ano de 2024, foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela EPAL no âmbito da sua relação com os principais *stakeholders* da Empresa.

Foram desenvolvidas diversas iniciativas de aproximação à comunidade e aos clientes, merecendo destaque:

- **Campanha “A Leitura agora é Bimestral”**

Com o intuito de aumentar a aproximação da faturação aos consumos reais, e em reforço da sustentabilidade, a EPAL aumentou a periodicidade das leituras, que passou de semestral para bimestral, permitindo um maior controlo sobre os gastos, e apoiando a eficiência das famílias.

Adicionalmente, a EPAL tem investido em tecnologia ao serviço do Cliente, visando proporcionar mais meios facilitadores da boa gestão contratual, como é o caso do *EPALnet* e da app *myAQUA*®, com validação online das leituras comunicadas, em complemento da disponibilização da fatura em litros.

De salientar o elevado sucesso desta campanha, que permitiu chegar a milhares de pessoas através da divulgação no site, redes sociais da EPAL e de e-newsletter.

- **Pátio da Água**

O Pátio da Água, uma iniciativa da EPAL em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a Lisboa E-Nova, esteve de portas abertas de 26 de julho a 1 de outubro de 2024, com o mote “Água pela Paz”, alinhando-se com a mensagem das Nações Unidas sobre a importância da água nos conflitos armados e o seu acesso como um direito humano fundamental.

Neste espaço, a Empresa continuou a promover o consumo de água da torneira, simples ou aromatizada, como uma escolha consciente e ecológica. A programação do Pátio da Água incluiu um extenso conjunto de workshops inovadores, como tingimento natural de tecidos, *showcookings* com chefs de renome e momentos de *stand-up comedy*. Além disso, houve concertos e DJ sets que animaram as tardes de verão, bem como a oferta dos deliciosos *picolinis* da Santini. Para os mais jovens, o Pátio da Água reservou as manhãs de quarta-feira para ações de sensibilização e educação ambiental, adaptadas a diferentes faixas etárias e níveis de ensino. O Pátio da Água foi mais do que um evento. Foi um convite para refletir sobre a importância da água nas nossas vidas e a necessidade de a preservar. Com uma combinação de diversão, educação e sustentabilidade, esta iniciativa fez do verão de 2024 em Lisboa uma experiência inesquecível. Foram oferecidos cerca de 15 mil copos de água, tendo recebido centenas de pessoas nos nossos eventos.

A 1 de outubro, no âmbito das comemorações do Dia Nacional da Água e por ocasião do encerramento do Pátio, a EPAL lançou uma nova garrafa: a Oásis, divulgando à comunidade mais uma iniciativa em prol da sustentabilidade. Neste evento estiveram presentes diversas entidades convidadas, com destaque para o Depósito da Marinha Grande, tendo o Presidente do Conselho de Administração da EPAL apresentado ao público a nova peça, representando mais uma iniciativa para marcar a presença da água da torneira, desta vez, nos espaços onde têm lugar Conferências e Encontros, passando a mensagem da qualidade da água da torneira, também, além-fronteiras.

- **Campanha de lançamento da nova edição “Torre e a sua Água da Torneira ainda mais Irresistível – Limonadas & Co”**

Em agosto de 2024, a EPAL lançou, no Pátio da Água, mais uma edição do livro “Torre e a sua Água da Torneira ainda mais Irresistível...”, desta vez dedicada aos citrinos, tão presentes na nossa gastronomia. Esta edição é composta por 17 receitas, onde juntámos à melhor água da torneira as suas diversas variedades, limão, lima, laranja e toranja. Neste livro, também foram partilhadas dicas para tornar as receitas ainda mais ecológicas, apostando numa cozinha com menos desperdício.

No âmbito deste lançamento, a EPAL realizou um *showcooking* no Pátio da Água, aberto à comunidade, e divulgou o livro no site da empresa, na app *myAQUA*, na *e-newsletter* para os seus Clientes, nas suas redes sociais, nas Lojas de Atendimento e ainda junto das suas entidades parceiras.

- **Lançamento e comercialização da nova Garrafa dos Congresso Oásis**

A EPAL lançou uma nova garrafa, a Oásis, para servir água da torneira nos espaços da capital onde têm lugar Conferências, Seminários, Formações e Encontros. Esta nova peça é o resultado de uma parceria com o Depósito da Marinha Grande.

A cidade está a mudar, as pessoas estão a mudar e os hábitos de consumo querem-se cada vez mais sustentáveis. E é esta a mensagem que a EPAL pretende passar. E porque queremos que chegue mais longe além-fronteiras, demos-lhe um rótulo *multilingue*, com alguns dos idiomas mais falados do mundo e com expressão em diversos continentes. E, assim, ainda mais universal, para afirmar um gesto tão importante para o Planeta.

A divulgação inclui diversos meios, abrangendo uma *e-newsletter* e *post's* nas Redes Sociais.

- **Lançamento do Livro “Chefs Circulares” e “Manual de Boas Práticas”**

A quarta edição da coletânea “*A Irresistível Água da Torneira à Mesa com...*” é da autoria de diversos alunos de Escolas de Hotelaria da área de atuação da EPAL, que serão os Chefs Circulares do futuro.

A edição, que resulta de um projeto lançado pela equipa de Educação Ambiental da EPAL, em parceria com a *Ethical*, apresenta 28 receitas, onde o ingrediente principal é a água da torneira e a economia circular na cozinha uma palavra de ordem.

A par deste projeto, e também em parceria com a *Ethical*, foi elaborado um manual de boas práticas de economia circular na cozinha, um guia essencial para todos os que buscam integrar a sustentabilidade no seu dia a dia.

Estas duas publicações, lançadas no Pátio da Água, e disponíveis no site da EPAL em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/comunica%C3%A7%C3%A3o-ambiental/publica%C3%A7%C3%B5es>, mais do que um conjunto de dicas e sugestões, é um convite que deixamos para uma jornada em prol da preservação do Planeta e de construção para um futuro mais sustentável.

- **Lançamento do Livro “Passaporte verde e uma cesta de piquenique para umas férias sustentáveis”**

Este é o terceiro livro de receitas com Água da Torneira, lançado pela equipa de Educação Ambiental da EPAL e da AdVT, para o público mais jovem e que contém 8 receitas para um dia de piquenique em família.

Algumas das receitas tem um carácter circular, revelando-se em mais um contributo no combate ao desperdício alimentar.

Já que a preservação do Ambiente é uma missão que não tira férias, a primeira parte do livro é, exclusivamente, dedicada a um conjunto de dicas para umas férias incríveis e sustentáveis.

- **Campanha “Queremos Andar a Par e Passo”**

No final do ano de 2024 a EPAL lançou uma inovadora campanha de sensibilização junto dos Clientes, com o objetivo de chamar a atenção para a atualização dos seus dados do contrato.

A vida muda, os hábitos alteram-se, os agregados familiares ajustam-se e os contactos renovam-se. Neste sentido, a EPAL necessita de estar a par e passo com os seus Clientes para lhes assegurar um serviço público de qualidade e implementou, nos últimos meses, diversas ações com o objetivo de conquistar mais aderentes a este desafio.

Com presença assídua nas redes sociais, a campanha divide-se em diversos temas e inclui fotografia exclusiva, abrangendo outros meios digitais como *e-newsletter*.

Em complemento, foram ativados outros meios com destaque para ações com hospedeiras nas Lojas EPAL, e oferta de *merchandising* sustentável pelos Atendedores, assinalando efemérides relevantes. No Natal, a campanha contou ainda com uma participação muito especial das Juntas de Freguesia que colaboraram com a EPAL para fazer chegar esta mensagem ainda mais longe.

- **Lançamento do Jarro Vida**

Em dezembro, no âmbito da quadra natalícia, a EPAL juntou à sua vasta coleção de peças de vidro e cerâmica produzidas em parceria com marcas nacionais, mais uma peça sustentável, à qual deu o nome de Vida.

Esta nova peça foi produzida pela FAPOR – Faianças de Portugal, apresentando-se num vidro branco, simbolizando como que o vazio, o nada, pigmentado, depois, com uma coloração azul que evoca a Água, a génese da Vida, o tudo.

Feita em grés, o Jarro Vida traz uma mensagem associada ao uso eficiente, pretendendo sensibilizar para o imperativo de usarmos bem a água que se vê, a que sai das torneiras, para a nossa mesa e rotinas do quotidiano, e a água que não se vê, virtual, que é incorporada na produção dos alimentos e dos bens de consumo, não desperdiçando e fazendo um uso circular.

A peça foi colocada em comercialização, nas Lojas e Núcleos do Museu da Água.

- **A nova Fill Forever**

Desde março de 2024, a nossa garrafa reutilizável tornou-se mais leve e mais amiga do Ambiente, já que passou a ser produzida em rPET, um plástico reciclado. Esta inovação promove a verdadeira circularidade, utilizando matéria-prima reciclada e oferecendo uma solução mais sustentável para os consumidores que se preocupam com um futuro mais verde.

A nova *Fill Forever* mantém a qualidade habitual, mas agora é ainda mais sustentável. Além de ser fabricada com plástico reciclado, também conta com um sistema de gravação sem recurso a tintas, tornando-se completamente reciclável.

O novo modelo foi apresentado no Pátio da Água, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água.

Assinala-se que durante o ano de 2024, foram vendidas 1.589 unidades e oferecidas 7235 garrafas *Fill Forever rPET*, que marcaram presença em diversos eventos e parcerias importantes, tais como:

- Comemorações dos 50 anos do 25 de abril;
- Comemorações do Dia Mundial da Criança no Museu da Presidência da República;
- Rock in Rio;
- 16ª Reunião Anual PortFIR do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge;
- Red Bull Francamente;
- “Young Audience Film Day” da Academia Portuguesa de Cinema.

Nos eventos internos, a *Fill Forever* foi destaque em iniciativas promovidas no Pátio da Água, no “Cabaz de Nascimento”, no “Kit de acolhimento a novos Trabalhadores”, nos eventos “Geração EPAL” e no filme “Roteiro para a sustentabilidade – Neutralidade carbónica”.

Com todas estas iniciativas, reafirmamos o nosso compromisso com a sustentabilidade, promovendo hábitos de consumo mais conscientes e ecológicos.

#### ● **Publicação do Guia de Boas Práticas no Atendimento a Clientes**

Com o objetivo de ser partilhado com os Atendedores um manual simples de boas práticas no desempenho das suas tarefas de relacionamento com os Clientes, foi preparada uma publicação destinada à Direção Comercial da EPAL e seus profissionais.

Este guia, que reúne diversos temas como a importância da função Atendimento a Clientes, os canais de Atendimento da EPAL e um conjunto de boas atitudes e práticas no desempenho para a excelência na interação com os Clientes, inclui conteúdos específicos da atividade comercial da EPAL e foi considerado nas ações de formação ministradas aos novos Atendedores, bem como divulgado, também, a todos os profissionais desta área de atividade.

#### **Apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural:**

Durante o ano de 2024, a EPAL prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural apoiou e patrocinou a realização das seguintes atividades e eventos:

- Apoio ao *Boot Camp* EPIS com a oferta de garrafas *Fill Forever*
- A EPAL apoiou a V Conferência da *Green Savers* disponibilizando garrafas Oásis para as mesas dos oradores.

- Apoio ao *8th IAHR Europe Congress 2024*, organizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, subordinado ao tema “*Water – Across Boundaries*”.
- Apoio à 36.ª Festa de Natal com as pessoas em situação de sem-abrigo promovida pela Comunidade Vida e Paz.
- Apoio ao 1.º Congresso Ibero-Americano de Gestão de Ativos de Engenharia - CONGREGA 2024, organizado pelo Instituto Superior Técnico, subordinado ao tema Inovação Sustentável e Digital.
- Apoio à 19.ª Expoconferência da Água através da parceria com o grupo About Media.
- Apoio ao Portugal *Smart Cities Summit*

### **Educação ambiental:**

O projeto “*Educação Ambiental em Ação*” continuou o seu percurso em 2024, chegando a 20 Escolas e 13 entidades nas áreas de atuação da EPAL e da Águas do Vale do Tejo. Este ano, o projeto envolveu cerca de 4.000 participantes, distribuídos por 130 ações de sensibilização e educação ambiental. As atividades incluíram sessões em sala de aula, *workshops* de águas aromatizadas, jogos da água, a exibição do filme “*O Planeta é a Nossa Casa!*”, entre outras dinâmicas lúdicas.

Durante a semana do Dia Mundial da Água, promoveram-se diversas ações de sensibilização ambiental nos municípios servidos pelas duas empresas. Em Lisboa, estivemos presentes na Escola Básica Professor Agostinho da Silva, com atividades lúdicas para sensibilização ambiental, e no Centro de Interpretação Ambiental de Monsanto, onde as crianças assistiram ao filme “*O Planeta é a Nossa Casa!*”.

No Mercado de Alvalade, marcámos presença para celebrar a Hora do Planeta, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e Associação Natureza Portugal | WWF.

Na AdVT, estivemos na CERCI Portalegre – Cooperativa de Educação e Reabilitação do Cidadão com Incapacidade, realizando atividades educativas sobre a água com recurso a apresentações em sala de aula e jogos realizados no exterior. Em Ponte de Sôr, na Escola Básica 2,3 João Pedro de Andrade, mais de 400 alunos do 2º e 3º anos, participaram em jogos como o “*Aquaquiz*”, aprendendo sobre o ciclo da água e a pegada hídrica.

No Parque Urbano do Rio Diz, na Guarda, celebrámos tanto o Dia Mundial da Água como o Dia Internacional das Florestas, sensibilizando cerca de 450 alunos do 4º ano, com destaque para o *workshop* de águas aromatizadas, promovendo o consumo de água da torneira.

No Dia Mundial da Criança, a convite da Câmara Municipal de Lisboa, marcámos presença, na Feira do Livro com o tradicional “*Jogo da Glória*”, promovendo uma vez mais a educação ambiental.

A 5 de junho, no Dia Mundial do Ambiente, marcámos presença com atividades educativas nas Eco-Escolas com as quais a Águas do Vale do Tejo mantém parceria, e participaram com jogos da água na Escola Básica da Praceta, em Portalegre, e na Escola Básica do Bairro do Freixo Aleixo, em Évora.

Destaca-se, ainda, a participação na AQU'ASTA, realizada na Associação Sócio Terapêutica de Almeida, na Guarda. Este evento reuniu utentes de várias instituições do distrito, acolhendo cidadãos com deficiência e promovendo atividades aquáticas como canoagem e pesca. A Águas do Vale do Tejo esteve presente com apresentações em sala e jogos da água no pinhal da associação.

Com o término do ano letivo, o projeto "Educação Ambiental em Ação" manteve a sua dinâmica, participando em diversas atividades de tempos livres promovidas pelos municípios. No âmbito do "Verão Desportivo" em Figueira de Castelo Rodrigo, a Águas do Vale do Tejo contribuiu de forma ativa com jogos da água, envolvendo cerca de 100 crianças e jovens do concelho, e proporcionando-lhes momentos de aprendizagem divertida e sensibilização ambiental.

Durante os meses de julho e agosto, a Águas do Vale do Tejo esteve novamente presente em seis praias fluviais da sua área de atuação, promovendo 12 ações de sensibilização. Com o apoio de jogos da água sobre o meio ambiente e sua preservação, estivemos nas praias fluviais de Castelo Novo (Fundão), Benquerença (Penamacor), Aldeia Ruiva (Proença-a-Nova), Mosteiro (Pedrógão Grande), Monsaraz (Reguengos de Monsaraz) e Azenhas d'El Rei (Alandroal). Estas atividades envolveram diretamente cerca de 200 famílias, incluindo pais, avós e crianças, que nelas participaram.

Damos, ainda, especial destaque à ação de sensibilização desenvolvida em parceria com a Science4You, no Pátio da Água. "Sê um aqua-cientista com a Science4you e a Educação Ambiental" consistiu numa ação que contou com diversas atividades práticas - Aquafone, Filtragem e Bolas de sabão – que fizeram as delícias de várias crianças, que também jogaram os jogos dos Ciclos da Água e Pegada Hídrica.

No Laboratório da Água da EPAL, na *KidZania*, cerca de 14.400 crianças passaram pela experiência de ser um técnico de um laboratório de água. Para além desta atividade, desenvolvemos outras ações de sensibilização ambiental. Por ocasião dos festejos de Carnaval, sorteámos ingressos para entrada na Cidade das Crianças. No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água, foram realizados quatro workshops de águas aromatizadas, que contou com a participação de 40 crianças - filhos, netos e sobrinhos de Trabalhadores.

Para assinalar o Dia Mundial da Criança e o 15º aniversário da *Kidzania*, para além do sorteio de 40 ingressos para criança, marcámos presença com uma ativação de marca na Praça Central, onde se jogou o jogo "Ciclo urbano da Água". Todos os que participaram no jogo tiveram direito a uma waffle Fill Forever.

Importa ainda salientar que, anualmente, as nossas infraestruturas recebem centenas de alunos de todos os ciclos de ensino, estudantes de ERASMUS, tanto nacionais quanto internacionais, bem como profissionais de

diversos setores e empresas interessados em conhecer o processo de tratamento de água para consumo humano e águas residuais, incluindo os procedimentos analíticos que os acompanham.

Em 2024, registámos um total de 1.392 visitantes, provenientes de diferentes níveis de ensino. Das 23 instalações disponíveis para visita, 17 receberam visitas ao longo do ano. Entre as infraestruturas mais visitadas, destacam-se a ETA de Vale da Pedra, no Cartaxo, e as ETAR da Sertã, Oliveira do Hospital e Entroncamento.

### **Atividades desenvolvidas em parcerias com as Organizações Não Governamentais do Ambiente**

Extremamente importante no âmbito da educação ambiental não formal são as parcerias com as Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA). Em 2024, continuámos a fortalecer as parcerias com algumas Organizações, alargando ainda mais a nossa missão de sensibilizar e educar para um Planeta mais sustentável.

- ***Com a Quercus***

Com a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, participámos no hastear da bandeira “Praia Qualidade de Ouro 2024” na praia fluvial de Pessegueiro, localizada na Pampilhosa da Serra. Esta foi uma das 61 praias fluviais que, em 2024, receberam o prestigiado galardão atribuído pela Quercus.

- ***Com a LPN – Liga para a Proteção da Natureza***

Mantendo as atividades previstas no acordo estabelecido com a LPN – Liga para a Proteção da Natureza, realizámos cinco Oficinas de Verão. Subordinadas ao tema “À Descoberta da biodiversidade”, este ciclo de oficinas iniciou-se com o *peddy-paper* “As pistas da biodiversidade”, onde os participantes foram convidados a conhecer um pouco melhor a natureza que os rodeia, a sua importância e a identificar as principais ameaças.

De salientar que duas das oficinas foram realizadas num novo local: o Pátio da Água:

- A primeira oficina, “Aves da cidade: descobrir e proteger”, deu aos participantes a oportunidade de conhecer melhor as aves que vivem nas áreas urbanas. Além de explorar curiosidades sobre esses animais e receber orientações sobre como protegê-los, os participantes puderam aplicar os conhecimentos adquiridos em prática, construindo caixas-ninho, bebedouros e comedouros.
- A segunda oficina foi dedicada aos polinizadores. Sob o tema “Missão: proteger os polinizadores”, esta ação destacou a importância destes agentes da biodiversidade,

fundamentais para a reprodução das plantas e para a preservação de culturas e diversas espécies da flora local. Para além da partilha de conhecimento sobre as suas características, as ameaças que enfrentam e quais as estratégias que podemos ter para os proteger, esta oficina, também incluiu atividades práticas, como a construção de abrigos.

Também com a LPN e no âmbito do programa “Despertar para a Natureza”, desenvolveram-se, ao longo dos meses de novembro e dezembro, seis saídas de campo com alunos de 2º e 3º ciclo e também de ensino secundário, que contaram com a participação de cerca de 250 alunos e professores.

#### **Eventos ocorridos em 2024:**

Em 2024, foram organizados e acompanhados 44 eventos que contaram com inúmeros convidados, destacando-se:

- Em janeiro lançámos o **Programa Geração EPAL**, que se destina a jovens trabalhadores/as da EPAL/AdVT com idade inferior a 35 anos e tem como objetivo identificar soluções para dar resposta aos desafios da retenção de talento, do envelhecimento dos recursos humanos e da partilha de conhecimento. Contempla medidas específicas, como oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento de competências e engajamento, para que estes jovens profissionais se sintam motivados a seguir uma carreira no setor e, particularmente, na EPAL/AdVT, garantindo, desta forma, o futuro do setor da água.

No âmbito deste Programa decorreram duas reuniões do *Shadow Board* Jovem, que contaram com a presença de trabalhadores/as, que desempenham funções em várias Direções, bem como com o Conselho de Administração da EPAL:

- A 1.ª reunião do *Shadow Board Jovem*, direcionado aos trabalhadores com menos de 35 anos, contou com a presença de Inês Breda, autora do podcast Finding Water e membro do comité de gestão do fórum Jovens Profissionais da Água, da Associação Internacional da Água, bem como se dinamizou um *Workshop* de Cocriação, onde os mais de 50 trabalhadores presentes se dividiram em grupos de trabalho e, através de várias metodologias, desenvolveram uma medida que gostariam de ver implementada na organização, com o objetivo de aumentar a motivação dos trabalhadores, assim como a sua produtividade, as quais foram apresentadas e votadas, sendo o 1.º júri constituído pelos membros do conselho de administração e pelos reporte de 1ª linha, e o 2.º júri pelo restante público. A ideia de mobilidade interna foi unanime em ambas as votações.
- Na 2.ª Reunião do *Shadow Board Jovem* do Programa Geração EPAL, que decorreu em junho, os jovens tiveram a oportunidade de trabalhar com Nuno Moreira, criador de teatro

imersivo e professor na Nova SBE - em *storytelling* e comunicação eficaz, no desenvolvimento do *Personal Branding*. Na aplicação da metodologia *Sustainability World Café* contaram com Anabela Vaz Ribeiro, diretora executiva no *Global Compact Network Portugal*. O balanço foi bastante positivo, com os jovens a sentirem que este evento lhes trouxe mais competências ao nível do desenvolvimento pessoal e profissional.

Paralelamente foram realizadas duas ações externas, concretamente:

- A realização de um vídeo, em que os atores principais foram os jovens trabalhadores da empresa e cujo objetivo é a partilha da experiência adquirida, no desenvolvimento do seu trabalho, para cativar mais pessoas a escolher a EPAL para trabalhar; e
  - Envio de uma carta, assinada pelos participantes, enquanto voz ativa do Programa, às Instituições de Ensino Superior e Profissional, da área de influência das empresas, para divulgar o Geração EPAL e a empresa, bem como as oportunidades que estas têm para oferecer, aos estudantes e futuros profissionais.
- 
- Em março, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água e assinalando o Dia Mundial da Árvore e o Dia Internacional das Florestas, foi inaugurado o Parque de Lamas da ETAR do Entroncamento, contando com as intervenções de membros do Conselho de Administração da AdP e, e da Vice-Presidente do Entroncamento. Este projeto conjunto entre a Águas do Vale do Tejo e a AdP Valor encontra-se alinhado com as ambições de sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal. Na ETAR do Entroncamento, encontramos um exemplo da ação da empresa, materializada na produção de água para reutilização (ApR), para utilizações internas e externas compatíveis, e na valorização das lamas resultantes do processo de tratamento das águas residuais, para aplicação em solos agrícolas ou florestais. A utilização deste biofertilizante, rico em matéria orgânica e nutrientes, em solos agrícolas ou florestais contribui ainda para a resiliência dos territórios face ao risco/combate à desertificação através da rearborização. Para assinalar a ocasião realizou-se também uma plantação de espécies autóctones com alunos dos 2º e 3º ciclos da Eco-Escola Básica 2/3 Dr. Ruy d' Andrade, em parceria com a QUERCUS.
  - Ainda em março, no Pátio da Água, a EPAL lançou a nova *Fill Forever rPET*. Com esta nova edição, promovemos a verdadeira circularidade da nossa garrafa uma vez que é proveniente de matéria-prima de reciclagem, convergindo para uma solução mais amiga do ambiente, que vai ao encontro da crescente preocupação do consumidor em associar-se a marcas com uma agenda ecológica e que pretendem contribuir, verdadeiramente, para um futuro mais verde.
  - Em abril, ocorreu uma reunião de quadros no Centro Cultural de Moscavide, onde o Conselho de Administração da EPAL reuniu todos os dirigentes da empresa, para uma manhã de trabalho.

- Em junho, fizemos um *pré-opening* do Pátio da Água com o lançamento do Livro “Passaporte verde e uma cesta de piquenique para umas férias sustentáveis”, com as crianças do Programa Férias de Verão da Junta de Freguesia de Santo António e com filhos de trabalhadores. Ao longo dos meses, no Pátio da Água, que encerrou em outubro no Dia Nacional da Água, decorreram diversos eventos, como workshops de natureza distinta e vários concertos.
- Em setembro, promovemos, na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, no Museu da Água, no âmbito do Dia da Ecologia, uma mesa-redonda subordinada ao tema “Água da Torneira com Qualidade de Excelência”.
- Em outubro, realizou-se a sessão de apresentação dos projetos a concurso na 7.ª Edição do EPALin – Prémio Inovação, com a presença do Conselho de Administração, dos Diretores, de representantes da Comissão de Trabalhadores e dos vencedores da edição anterior, onde além do 1.º prémio foram atribuídas 3 menções honrosas.
- Em novembro, na Estação de Tratamento de Água da Póvoa, em Castelo de Vide, Portalegre, realizamos a sessão de apresentação do projeto desenvolvido em parceria com a APA “*Erradicação, Controlo e Prevenção da espécie invasora aquática Ludwigia grandiflora*”, o primeiro, em Portugal, a abordar com profundidade e continuidade, o controlo e a erradicação desta espécie. A cerimónia terminou na Albufeira de Póvoa e Meadas, onde os alunos do agrupamento de escolas de Castelo de Vide e Nisa, além de ouvirem uma explicação do projeto, ainda plantaram, simbolicamente, algumas autóctones num dos locais de onde a invasora foi retirada.
- Também em novembro, lançamos o livro “Medição de Caudais e Volumes de Redes de Água”, da autoria de José Colarejo, numa cerimónia realizada no Laboratório de Contadores, no recinto Parque das Nações, com cerca de 60 convidados presentes.
- Em dezembro, realizámos a inauguração dos espaços renovados na ETA da Asseiceira, com a presença do Presidente do Conselho de Administração da EPAL

A EPAL em 2024 recebeu as seguintes comitivas:

- Visita técnica no âmbito do programa “*Technical Assistance and Information Exchange instrument of the European Commission*” (TAIEX) com reguladores dos Balcãs, promovida pela ERSAR, à ETA de Vale da Pedra e à Captação de Valada Tejo.

- Comitiva do Banco Mundial, no âmbito do Projeto *WICER - Water in Circular Economy and Resilience*, tendo visitado instalações da Águas do Vale do Tejo.
- Em articulação com a Águas de Portugal Internacional, acolheu uma delegação de organismos do Governo de Estados, Prefeituras e Empresas Públicas e Privadas do Setor das Águas do Brasil, a pedido dos organizadores do II Benchmarking Saneamento Ambiental. A comitiva brasileira reuniu com o Conselho de Administração da EPAL e visitou o Laboratório Central e o Centro de Comando da EPAL, a ETAR de Évora, a Mãe d'Água das Amoreiras e o Aqueduto das Águas Livres.

#### Iniciativas de Comunicação com Clientes:

##### **Campanha de Incentivo ao Consumo Água da Torneira em Lisboa conquistou 30 Entidades Públicas e Privadas**

No ano de 2024 juntaram-se a esta campanha icónica da EPAL mais 30 entidades, evidenciando a sua confiança na água distribuída na cidade de Lisboa, disponibilizando este bem de primeira necessidade nas suas salas de reuniões e copas, aos públicos interessados. Este ano merece relevo:

- A adesão de três grandes faculdades da capital, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, abrangendo também a SPECO - Sociedade Portuguesa de Ecologia, o IST - Instituto Superior Técnico, incluindo a FUNDEC - Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitetura e, ainda, a Universidade Lusíada, entidades que tomaram a decisão de adotar práticas mais sustentáveis nos seus espaços destinados a milhares de alunos, passando a mensagem da qualidade da água da rede pública aos estudantes, nacionais estrangeiros, bem como a todos os que nos visitam para encontros académicos. Ainda no âmbito do setor do ensino, o Agrupamento de Escolas Eça de Queirós manifestou, também, interesse na adesão das suas 3 escolas: Escola Secundária Eça de Queirós, Escola Vasco da Gama e Escola Parque das Nações, que contam agora também com bebedouros.
- No âmbito das IPSS, merecem referência o GAC - Grupo de Ação Comunitária, a CEDEMA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos, a APIA - Associação de Proteção à Infância da Ajuda e a Fundação S. João de Deus, esta última que também acolheu a EPAL para uma palestra dedicada ao Valor e Sustentabilidade da Água da Torneira.
- No que se refere ao Estado e Entidades oficiais é de assinalar o Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, IP, a ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, IP e, ainda, o Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Lisboa, que veio juntar-se a diversos outros serviços e divisões desse município, que já aderiram à campanha em anos anteriores. Ainda neste segmento, importa sublinhar a adesão de 4 Juntas de Freguesia, sendo elas a Junta de Freguesia de Santo António, a Junta de Freguesia de Marvila, a Junta de Freguesia de Santa Clara e a Junta de Freguesia de Campolide, tendo, também nesta última, sido realizada uma ação de partilha de boas práticas ambientais.

- Merecem ainda referência, noutros domínios, a adesão do Hospital D. Estefânia, a BCS D Portugal, a DPS – Innovation e a Macedo Vitorino - Sociedade de Advogados.
- Por fim, sublinhamos a adesão de diversos hotéis no âmbito do convite feito em parceria com a AHP - Associação da Hotelaria de Portugal, tendo aceite o desafio as seguintes unidades hoteleiras: Hotel Marquês de Pombal, Hotel Portuense Lisboa, Hotel Convento do Salvador, The 7 Hotel, Hotel Metrópole, Hotel NAU Palácio do Governador e Hotel Lisboa-Carmo.

#### **Parcerias de Sustentabilidade - ações de apoio a parceiros, logística em congressos e eventos**

Ao longo de 2024, a EPAL manteve seu compromisso de sustentabilidade, estabelecendo parcerias com organizações públicas e privadas. O seu principal objetivo foi promover o consumo consciente da água da torneira e ao mesmo tempo sensibilizar para a redução do desperdício e a diminuição da pegada ambiental. Nesse sentido, merecem destaque:

- O apoio a congressos de medicina promovidos por universidades aderentes ao consumo sustentável da água da torneira, nomeadamente, a 6ª edição do Congresso FutureMD da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Médicas da UNL e o iMed Conference da NOVA Medical School, com a disponibilização de garrafas para os oradores, jarros de vidro para o coffee-break e materiais promocionais da qualidade da água e uso eficiente;
- O apoio a iniciativas como as 37.ª Jornadas de Medicina Oral da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa, o Simpósio Anual de Estudantes de Medicina Dentária (SAEMD) da Associação Nacional de Estudantes de Medicina Dentária, o Green Day da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa, o XXVI Encontro Nacional de Estudantes de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, também com garrafas para os oradores e merchandising sustentável;
- O apoio a eventos das entidades parceiras, sendo de realçar a Associação Voarte, a Embaixada da Suíça e o XXII Hospital dos Pequenininhos. De salientar a parceria com a Junta de Freguesia da Penha de França na iniciativa a “Caminhada Azul”, para a prevenção dos maus-tratos na infância, e na qual a EPAL disponibilizou os dispensadores para distribuição de água a todos os participantes e merchandising amigo do ambiente;
- O apoio a jornadas do Instituto Superior Técnico (IST), entidade parceira da EPAL, dos quais salientamos as XXXVII Jornadas de Engenharia Química, o SINFO31 e as Jornadas de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (JEEC) com a disponibilização de garrafas para os oradores e jarros de vidro para o coffee-break;
- O apoio a outros eventos como o Thirst Project das Faculdades Médicas de Lisboa, o XXVI ApocalSCSPiano do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, a Mobility Fair 24’ (Feira de Mobilidade) da AAUL - Associação Académica da Universidade de Lisboa, e a Corrida Linhas de Torres 100;

- De salientar por fim o apoio aos dois Congressos internacionais do ISEC, o IX RIDITA - Congresso Internacional de Rede Iberoamericana e o ATRS - Congresso Mundial sobre Transporte Aéreo, com jarros e garrafas para os oradores e bebedouros no campus para acesso pelos participantes.

### **Campanhas em eventos com Aguadeiros e Bebedouros**

Durante o ano, a EPAL continuou o seu caminho em prol da defesa da sustentabilidade, aliando-se a algumas das suas entidades parceiras, apoiando atividades de natureza ambiental, científica, social/cultural e desportivas, com o objetivo de interagir com a comunidade e transmitir a excelência da água da torneira.

A empresa apoiou diversas ações com Aguadeiros e com Bebedouros, promovendo o consumo de água da rede pública junto dos mais variados públicos, assegurando, assim, uma pegada mais ecológica e uma cidade mais verde. Neste contexto salientamos:

- A EPAL apoiou o Dia da Recção o Novo Aluno e o Dia da Sustentabilidade na Nova FCSH, estando presente com Aguadeiros e Promotoras que passaram a mensagem do consumo sustentável da água da torneira às centenas de alunos que iniciaram o novo ano escolar;
- Realizou-se mais uma edição do festival MEO Kalorama, tendo sido disponibilizados Bebedouros e a presença de Aguadeiros que distribuíram água da torneira a todos os visitantes que quiseram saciar a sede. Esta iniciativa foi partilhada nas redes sociais da EPAL e do MEO Kalorama, tendo obtido um alcance bastante positivo. De realçar, que também foi transmitido um vídeo da EPAL nos ecrãs gigantes nos três dias do festival;
- A EPAL e o Rock in Rio Lisboa renovaram, pela segunda vez, a sua parceria de sustentabilidade com o objetivo de disponibilizarem água da rede pública aos visitantes deste icónico festival de música. Este ano decorreu pela primeira vez no Parque Tejo, local que trouxe a necessidade de reforçar a quantidade de dispensadores de água no recinto, tendo sido instalados 15 bebedouros, permitindo que os visitantes tivessem, à sua disposição, água de excelente qualidade durante os 4 dias deste evento musical, que recebeu mais de 300 mil visitantes vindos de 106 países. Também, pela primeira vez, foi divulgado um vídeo da EPAL nos ecrãs gigantes respeitante às iniciativas associadas ao Roteiro para a Sustentabilidade. Esta iniciativa foi partilhada nas redes sociais da EPAL e do Rock in Rio tendo registado enorme sucesso.
- Com muito boa aceitação por parte dos públicos, participamos em algumas iniciativas promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa na capital, como é o caso do Passaporte Escolar, Semana Europeia do Desporto e das “Vindimas 2024”;
- No final do ano, a EPAL marcou presença na 12.ª edição da Corrida da Água, que atravessou o Aqueduto das Águas Livres, com os seus Aguadeiros, que saciaram a sede a todos os participantes no final da prova;

- De salientar a instalação de bebedouros em entidades aderentes à nossa campanha, nomeadamente algumas das unidades hospitalares da Unidade Local de Saúde de São José (Hospital de São José, Hospital Curry Cabral, Hospital D. Estefânia e Maternidade Alfredo da Costa), e em alguns estabelecimentos de ensino (ISEC, Faculdade de Ciências de Lisboa, Escola Sec. Eça de Queiroz e Escola Artística de Música do Conservatório Nacional).

#### **Parcerias com Entidades para a realização de Palestras de Sensibilização**

Durante o ano de 2024, a EPAL continuou a promover workshops a convite das entidades aderentes à campanha do consumo sustentável. Complementadas com o jogo “*Choque Poupança*”, estas ações cobriram as diversas vertentes do consumo de água, abrangendo um breve périplo pelas dúvidas mais frequentes na qualidade da água, pelos ODS, pela seca e medidas de mitigação das alterações climáticas e pelos 5 R’s da Sustentabilidade. Nestas foram também partilhados os serviços sustentáveis da EPAL, como a e-conta, o waterbeep e o myAQUA, assim como a água virtual dos bens de consumo, fazendo eco de todo um conjunto de boas práticas em defesa do Ambiente. Como manda a tradição, encerrámos com provas de águas da torneira aromatizadas, evidenciando como esta pode ser a estrela à mesa das refeições.

Em 2024, merecem destaque as ações promovidas:

- Nas IPSS: GAC - Grupo de Ação Comunitário, GIRA - Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa e APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo;
- Em modo presencial, foram, igualmente, realizadas sessões para a INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, para o IGFEF - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, para o INFARMED, para o Gabinete de Políticas e Planeamento do Ministério da Agricultura, e para o Centro Sociocultural dos SSAP – Serviços Sociais da Administração Pública;
- As palestras “*Água da Torneira | Valor e Sustentabilidade*” deslocaram-se também à Junta de Freguesia de Carnide, de Junta de Freguesia de Campolide e à Junta de Freguesia de Santa Clara;
- A EPAL reforçou a sua parceria com o “Programa 100% bem|saúde e bem-estar” da Câmara Municipal de Lisboa, e com a ANA Aeroportos, visando sensibilizar os trabalhadores de diversos edifícios para usos mais sustentáveis de água com o objetivo da redução da pegada hídrica.

#### **Parceria com a AHP - Associação de Hotelaria de Portugal**

No âmbito do Protocolo de Cooperação com a AHP, a EPAL deu continuidade à campanha “A água da EPAL é uma escolha Segura e Sustentável!”, promovendo a qualidade da água da cidade e a eficiência da sua utilização junto dos hotéis da cidade de Lisboa.

Para a divulgação, a EPAL desenvolveu suportes de comunicação e merchandising e a AHP promoveu a mesma junto das unidades hoteleiras associadas. Até à data, aderiram 7 hotéis, sendo eles: o Hotel

Marquês de Pombal, o Hotel Portuense Lisboa, o Hotel Convento do Salvador, o The 7 Hotel, o Hotel Metrópole, o Hotel NAU Palácio do Governador e o Hotel Lisboa-Carmo.

Aos aderentes, a EPAL oferece 1 dispensador de água da torneira, para o hall de entrada, e 20 jarros de vidro, para as áreas comuns, sendo também distribuído o folheto “Água da Torneira”, para os quartos dos hotéis.

A EPAL marcou, também, presença no 34.º Congresso da Associação de Hotelaria de Portugal, com o tema "Horizonte 2030", em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial destaque para a promoção da garrafa "Lisbon Soul", peça de design exclusivo do Arquiteto Siza Vieira e que resulta da parceria com a AHP, e, também, para a promoção do *waterbeep*.

No stand, a EPAL disponibilizou suportes informativos e merchandising, tendo ainda distribuído aos congressistas o folheto “Água da Torneira” concebido para este segmento, e que visa promover a qualidade da água distribuída em Lisboa e o uso eficiente deste recurso.

De salientar, ainda, que o stand da EPAL foi visitado pelo Presidente da AHP e por inúmeros congressistas, os quais demonstraram agrado com o conjunto de iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas entre a EPAL e a hotelaria.

#### **EPAL e CML juntas pelo Uso Eficiente da Água**

Em 2024 voltaram a ter lugar iniciativas no âmbito da parceria entre a EPAL e o “Programa 100% bem-saúde e bem-estar” da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente o Departamento de Saúde, Higiene e Segurança da Direção Municipal de Recursos Humanos.

Para motivar comportamentos mais eficientes no uso da água e diminuir a pegada hídrica, a EPAL esteve nos Refeitórios dos Polos dos Olivais, da Alexandre Herculano e do Campo Grande, onde destacou a importância do uso eficiente nos gastos do quotidiano, sensibilizando os participantes para a diminuição do desperdício da água que se vê, a que sai das torneiras, e da água que não se vê ou virtual, necessária à produção de bens. O objetivo foi sensibilizar para a qualidade da água da rede pública, o combate ao desperdício e como os 5 Rs da Sustentabilidade - Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Reparar e Reciclar - podem ajudar à poupança das famílias e dos recursos do Planeta.

#### **EPAL e ANA Aeroportos de Portugal parceiras para a Sustentabilidade**

No âmbito da parceria celebrada entre ambas as entidades, a EPAL promoveu diversas ações em sala focadas nas boas práticas ambientais. Entre os temas destas iniciativas destacaram-se a qualidade da água, os ODS da Agenda 2030 da ONU, a pegada hídrica, a seca e medidas de mitigação das alterações climáticas, abrangendo o jogo “Choque Poupança”, que relembrou a importância de gestos simples, mas que fazem toda a diferença na redução do desperdício, como sejam, dar a leitura do contador, instalar redutores de caudal nas torneiras, reparar perdas, aderir ao *Waterbeep* e à fatura por e-mail. A abordagem à água virtual dos bens de consumo (alimentação, vestuário, entre outros) também mereceu destaque, evidenciando boas práticas para reduzir a nossa pegada ambiental.

A última sessão abrangeu uma visita guiada ao Museu da Água e, no final, provaram-se águas aromatizadas.

#### **Campanha Temática Serviços + Eficientes + Sustentáveis**

Dando continuidade à campanha do ano anterior, a divulgação dos “*Serviços + Eficientes + Sustentáveis a pensar nos nossos Clientes*” também esteve presente em 2024. Neste ano, mereceram destaque o EPALnet, o *Waterbeep* e a fatura por e-mail. Nesse sentido, foram promovidos estes serviços com ações nas lojas, junto dos nossos Clientes, oferecendo merchandising sustentável e ainda com posters informativos da campanha. Nas nossas redes sociais, a divulgação foi feita com publicações e também com passatempos. Nos meses em que a campanha esteve em vigor, também foi expedida uma e-newsletter dedicada a cada serviço. Assim, os Clientes tiveram maior consciência das diversas opções facilitadoras que a EPAL tem ao seu dispor.

#### **Comunicação Multiformato em parceria com o INR e outros parceiros da EPAL para a Inclusão**

Na continuidade do projeto com o acompanhamento técnico do INR – Instituto Nacional para a Reabilitação IP, a EPAL aumentou a sua “Coleção Receitas para Todos” com duas receitas em língua gestual, em escrita pictográfica e braille, com o apoio da ACAPO, SERVIIN e APCB.

As receitas, pertencentes à nova edição da coletânea “Torne a sua água da torneira ainda mais irresistível – Limonadas & Co”, traduziram-se em propostas refrescantes, tendo sido enviadas em braille aos Clientes que recebem a fatura da EPAL neste sistema de escrita e, depois, partilhadas por ocasião do Dia Internacional das Línguas Gestuais, com os parceiros da inclusão, convidando as IPSS a visitarem estes conteúdos e a partilhá-los nas suas instituições.

Esta coleção está disponível em permanência no site de EPAL, tendo sido divulgada aos parceiros como o INR, a Fundação LIGA, a APSA, a APCL, a CERCI Lisboa, a APPACM, a Associação Voarte, a CAIS, entre outras, fazendo chegar a mensagem qualidade da água a todos os públicos.

#### **Iniciativas de responsabilidade social:**

No âmbito da campanha “*Juntos Somos+Solidários*”, em 2024 cingiu-se à entrega de bens alimentares. Estes bens foram entregues a sete instituições (Cais, Comunidade Vida e Paz, ReFood – núcleo da Penha de França e de Carnide, CERCIG Guarda, CERCI Portalegre e Ser Solidário Alcains), e em Castelo Branco, foram também entregues bens alimentares a duas famílias carenciadas.

### Redes Sociais:

A EPAL tem continuado a estratégia estabelecida para as redes sociais, com o propósito de reforçar a comunicação com o exterior e aproximar-se dos seus Clientes, seguidores e comunidade em geral através destes canais. Sempre em prol da promoção da segurança e excelência da qualidade da água, a EPAL pretende consciencializar toda a comunidade para o consumo de água da torneira.

Esta divulgação está presente em todos os meios de comunicação da Empresa, mas é muito reforçada através das plataformas LinkedIn, Facebook e Instagram, tendo em conta o tipo de conteúdo a ser publicado e o seu público-alvo.

No ano de 2024, a EPAL promoveu diversas iniciativas nas redes sociais para divulgar mensagens sobre a importância da sustentabilidade, da poupança e uso eficiente da água da torneira. Além disso, através de dicas e sugestões para mudar hábitos diários, procurou motivar os Clientes, seguidores e a comunidade a adotar comportamentos mais ecológicos e benéficos para o meio ambiente. Paralelamente, espelhou nestes canais várias ações realizadas junto dos Clientes e da comunidade, como por exemplo, ações nas lojas, ações com aguadeiros, eventos realizados no Pátio da Água e divulgação de campanhas como a dos “Serviços + sustentáveis + eficientes a pensar nos nossos Clientes”, e a mais recente de incentivo à atualização dos dados “Queremos andar a par e passo”. Foram ainda promovidos nestas plataformas o programa Geração EPAL, o Roteiro para a Sustentabilidade e o podcast “Mulheres das Águas Livres”.

Considerando o conteúdo partilhado nas redes sociais, uma das publicações com melhores resultados foi a ação com aguadeiros “Água da Torneira é uma opção sustentável durante o Rock in Rio” que alcançou 38.823 pessoas, teve 1.171 reações, 48 comentários e 18 partilhas. Outras publicações que também tiveram um impacto positivo, com alcance acima de 33.000 pessoas e que merecem destaque foram: “Dia Mundial da Educação Ambiental”, “Podcast Mulheres das Águas Livres - Primeiro Episódio”, “No Rock in Rio encontre os nossos bebedouros e opte por consumir água da torneira” e “Visita à Galeria Subterrânea do Loreto”.

Durante o ano de 2024, os indicadores de desempenho das redes sociais da Empresa, Facebook, Instagram e LinkedIn, totalizaram 854 publicações, alcançando 3.714.160 pessoas, contabilizando 101.367 “gostos”, 3.660 comentários e 3.269 partilhas. Concluimos o ano com um balanço positivo em relação ao número de seguidores, que, no total, nas três plataformas, alcançou 81.452 mil seguidores, evidenciando um aumento de superior a 8% comparativamente a 2023.

Tendo em conta a análise das três redes sociais da empresa, podemos concluir que o ano de 2024 evidenciou um crescimento em todas as plataformas, nas diversas métricas, comprovando através das taxas de engajamento, o cariz diferenciador de cada um dos canais, uma vez que os conteúdos com maior envolvimento foram de temáticas diferentes.

- **Facebook**

O Facebook continua a ser a rede social com maior número de seguidores da EPAL. No ano de 2024 teve um aumento de 1.516 seguidores, ou seja, um crescimento de 3,3% comparativamente ao ano de 2023.

No que diz respeito ao público-alvo deste canal, é muito semelhante ao do ano anterior, uma vez que,

no ano de 2024, 73,7% são mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os mais de 65 anos. Assim, a necessidade de variar o conteúdo nesta plataforma para que possa alcançar cada vez mais pessoas e vá ao encontro dos interesses de homens e mulheres de várias idades, mantém-se.

No que respeita às publicações, podemos verificar que o mês de junho foi o melhor do ano de 2024, visto que teve os melhores resultados em termos de engajamento, ou seja, um maior envolvimento com o público-alvo. Assim, a publicação com maior engajamento foi referente ao apoio com bebedouros no Rock In Rio Lisboa “Água da Torneira é uma opção sustentável durante o Rock in Rio”, representando 3% de taxa de engajamento.

- **LinkedIn**

Esta rede social acompanhou a tendência do ano anterior, uma vez que, o número de seguidores continuou a crescer no ano de 2024. Com um aumento de 2.525 seguidores, o LinkedIn foi a rede com maior expressão nesta métrica, evidenciando um crescimento de 11,6% comparativamente ao ano de 2023.

A estratégia de planeamento de conteúdos manteve-se igual à do ano anterior, sendo divulgados nesta rede conteúdos mais institucionais e de cariz empresarial. Assim, o conteúdo das publicações está vinculado a notícias sobre as várias áreas de atuação da empresa, projetos e obras inovadoras que a EPAL está a desenvolver, além de eventos, oportunidades de recrutamento, partilhas do grupo AdP e notícias relacionadas com o setor da água.

Em relação ao engajamento nesta plataforma, o mês de junho evidenciou-se como o melhor de 2024, no qual destacamos a publicação “Economia Circular e um Manual de Boas Práticas”, com uma taxa de engajamento de 42,9%.

- **Instagram**

Das três redes sociais em análise, o Instagram foi a plataforma que evidenciou o maior crescimento. Em termos de seguidores, o aumento foi de 2.212 novos utilizadores, ou seja, um incremento de 33,3% em comparação ao ano de 2023. Os nossos seguidores são maioritariamente de Lisboa, dos quais 73,1% são mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. É importante continuar o caminho de diversificação das publicações em termos de conteúdos para que possam alcançar cada vez mais pessoas e, conseqüentemente, aumentar a expressão desta rede social.

Neste canal, o mês com maior engajamento foi janeiro, no qual destacamos a publicação “Aqueduto das Águas Livres – Visita Guiada”, com 2,3% de taxa de engajamento.

### **Iniciativas de publicidade institucional**

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, indicam-se de forma sintética as iniciativas de publicidade institucional efetuadas durante o ano de 2024:

| Campanha  | Descrição  | Meios   |
|---|--|---|
| Prémio BECX 2023  | Prémio BECX (Best European Customer Experience) no ranking do Setor da Água distingue EPAL com o 1º lugar no índice Experiência do Cliente.  | Ambiente<br>Magazine<br>Visão<br>Público<br>Água &<br>Ambiente<br>Green Savers<br>Jornal de<br>Lisboa<br>O Mirante                            |
| Prémios ERSAR   | Os nossos Clientes, o Ambiente e a Sustentabilidade merecem o nosso melhor. Distinguem as boas práticas na prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas | Sábado<br>Visão<br>Jornal de Lisboa   |
| Aqueduto das Águas Livres reconhecido com prémio internacional          | <i>A International Association for Hydro-Environment Engineering and Research atribuiu o Prémio internacional IAHR Hydro-Environment World Heritage Award ao Aqueduto das Águas Livres</i>                 | Expresso<br>Água &<br>Ambiente<br>Sábado<br>Visão<br>Green Savers<br>O Mirante<br>Jornal de<br>Lisboa<br>Valor Local<br>O Correio da<br>Linha |
| Cursos Academia das Águas Livres Acreditados pela Ordem dos Engenheiros | Cursos da Academia das Águas Livres da EPAL Acreditados pela Ordem dos Engenheiros   | Ingenium<br>Industria e<br>Ambiente<br>Ambiente<br>Magazine<br>Água &<br>Ambiente   |
| Garrafa Oásis   | Oásis a nova garrafa da EPAL para a sua água da torneira simples ou aromatizada  | Observador<br><br>Frontline<br><br>Água &<br>Ambiente   |

### Iniciativas de comunicação interna

- **Operação Natal 2024**

Em dezembro de 2024, no âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação, a EPAL ofereceu um cabaz de Natal a todas as Trabalhadoras e Trabalhadores no ativo, que se fez acompanhar com o novo “Jarro Vida”.

No âmbito da responsabilidade social empresarial, foram também adquiridos bens ao SEMEAR, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a inclusão social. Estas ofertas destinaram-se aos habituais prestadores de serviço.

Nas celebrações natalícias, o Dia de Reis foi assinalado com a distribuição de bolos-rei a Trabalhadoras e Trabalhadores e prestadores de serviço.

Em 2024, retomou-se a tradição do lanche de Reis nos diversos polos da Empresa.

- **Cabaz do Bebé**

Em 2024 assinalámos o nascimento de 14 bebés, filhos/as de trabalhadores/as da Empresa, com a entrega do “Cabaz Nascimento”, que inclui produtos de higiene para bebé, cartão “Dá-presente” e kit EPAL.

A iniciativa, implementada em 2016, é uma das medidas de conciliação da vida profissional e familiar.

- **Distribuição de ofertas às Trabalhadoras e Trabalhadores**

No âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação, ocorreram 3 distribuições a todas as Trabalhadoras e Trabalhadores da Empresa:

- Associada às comemorações do Dia Nacional da Água, foi distribuída por todos os trabalhadores e trabalhadoras a nova garrafa *Fill Forever rPET*.
- Em junho foi distribuído o kit de verão, desta vez composto por um conjunto de sacos de compras sustentáveis e um dispensador de água de 3 litros.
- Já no final no ano e cumprindo a premissa de uma oferta por altura do Natal, foi oferecido, juntamente com o cabaz de Natal, o novo jarro “Vida”.

À parte destas distribuições e por altura do lançamento do livro “Passaporte verde e uma cesta de piquenique para umas férias sustentáveis”, foi dinamizado um “*give away*” destinado ao público interno. Foram sorteados e oferecidos 50 kits, compostos por um livro, 1 garrafa *Fill Forever* e um saco de pano reciclado.

- **Cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores com 25, 35 e 50 anos de serviço**

Realizou-se, como habitual, em novembro, no Museu da Água - Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, a cerimónia de homenagem aos 63 trabalhadoras e trabalhadores que completaram, durante 2024, 25, 35 e 50 anos de Casa. O cariz desta homenagem foi de reconhecimento pelo seu trabalho ao longo dos vários anos de serviço na Empresa, tendo sido realçado pelo Presidente do Conselho de Administração o momento especial de homenagem ao último Trabalhador da CAL, com 50 anos de serviço. Na cerimónia, esteve presente o Conselho de Administração da EPAL, o

Presidente da AREPAL e membro da direção da mesma, a Presidente e a Vice-Presidente da Casa do Pessoal, e um representante da Comissão de Trabalhadores, além dos Diretores. Foi, como habitual feita uma oferta aos Trabalhadores homenageados e no final todos se juntaram para a foto de conjunto.

### Museu da Água

O Museu da Água reúne e dinamiza um conjunto de monumentos e edifícios históricos, edificado entre os séculos XVIII e XIX, que representa um importante capítulo da história do abastecimento de água à cidade de Lisboa e integra o roteiro histórico, patrimonial, tecnológico e científico da Água.

O Museu da Água é constituído por cinco espaços museológicos, nomeadamente:

- **Aqueduto das Águas Livres;**



- **Galeria subterrânea do Loreto;**



- **Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras;**



- Reservatório da Patriarcal;



- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.



A missão do Museu da Água revela-se através de três eixos basilares:

- Preservação e divulgação de um conjunto patrimonial único;
- Sensibilização histórica, científica e tecnológica na área do abastecimento de água;
- Manutenção de um programa de educação e sensibilização ambiental, com especial relevância para as temáticas da água.

Os objetivos pedagógicos do Museu da Água são os seguintes:

- Estimular o uso eficiente da água;
- Compreender o ciclo hidrológico;
- Compreender o ciclo urbano da água;
- Valorização do património histórico relacionado com o abastecimento de água;
- Conhecer o funcionamento da sociedade, nos diversos aspetos que a compõem, antes da construção do Aqueduto das Águas Livres;
- Perceber a importância da água no contexto do desenvolvimento da cidade, nomeadamente no favorecimento das condições de vida da população;
- Sensibilizar para as temáticas da poluição e desperdício da água;
- Criar laços de afetividade com o património da cidade de Lisboa.

Desta forma, a atividade do Museu da Água é desenvolvida ao nível da gestão, conservação, musealização, investigação, divulgação e dinamização do património histórico edificado.

Durante o ano de 2024, o Museu da Água recebeu um total de mais de 135 mil visitantes, o que representa um aumento face ao período homólogo de cerca de 3%, e realizou 1.277 visitas guiadas, salientando-se:

- Foram dinamizadas 448 visitas guiadas dirigidas a estudantes de todos os ciclos de escolaridade, provenientes de estabelecimentos de ensino nacionais e internacionais, que envolveram 10 346 alunos e alunas;
- Foram promovidas 829 visitas guiadas, dirigidas ao público em geral, que contaram com a presença de 11.807 visitantes;
- Foram desenvolvidos 22 guiões temáticos de visita guiada, referentes a percursos pedestres, visitas-jogo, visitas-concerto e visitas pop-up;
- O Museu da Água recebeu 36.609 visitantes estrangeiros, registando a presença de mais de 50 nacionalidades representadas;
- Foram dinamizados mais de 20 materiais pedagógicos, nomeadamente no que respeita à conceção de folhetos lúdicos, experiências de laboratório, folhetos-jogo, placas explicativas, legendagem, guiões dinâmicos;
- Foram dinamizados 3 cursos para professores na área da educação para a sustentabilidade e desenvolvido o programa “Museu fora de Portas”, em parceria com o Hospital de Santa Maria, em Lisboa, que contou com 7 participações.

No âmbito da programação do Museu da Água evidenciam-se as seguintes atividades:

- Produção da exposição multimédia e documentário “25 de Abril a 25 Vozes – da Companhia das Águas à EPAL”, concretizado no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974;
- Desenvolvimento e abertura ao público da visita guiada “Aqueduto de Lisboa”, o percurso visitável que permite, pela primeira vez, percorrer o Aqueduto das Águas Livres numa extensão contínua de cerca de 3 km, associando a história da estrutura hidráulica centenária ao desenvolvimento urbanístico e social de Lisboa;
- Produção, em parceria com o atelier criativo OCUBO, de 4 exposições imersivas, patentes no Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras, e circulação de 3 exposições itinerantes em 10 localizações, de norte a sul do país.

Inclui-se na atividade do Museu o Centro de Documentação Histórica e Técnico, que é um serviço especializado de documentação e informação da EPAL e encontra-se dedicado à gestão, preservação, organização e divulgação do património documental histórico e técnico das Empresas, tendo a seu cargo coleções de arquivo e de biblioteca.

A atividade Centro de Documentação Histórica e Técnico desenvolve-se em quatro eixos distintos: preservação documental, organização documental, disponibilização documental, gestão administrativa e logística da participação da Empresa em instituições de carácter fundacional ou associativo.

Sobre a atividade do Centro de Documentação Histórica e Técnica destacam-se os seguintes aspetos:

- A disponibilização online dos portais de pesquisa recebeu 269 pedidos de acesso a informação;
- Foi desenvolvida interação com um total de 29 utilizadores externos (investigadores, docentes e discentes do ensino superior, autores) e com 140 utilizadores internos, num contributo permanente para a pesquisa e recuperação de informação necessária às atividades das várias direções das empresas, nomeadamente ao nível da gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

## RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

Durante o ano de 2024, a EPAL foi distinguida com os seguintes prémios e reconhecimentos:

- A EPAL recebeu da ERSAR em 2024 o **Prémio de Excelência 2023 – Serviço de Abastecimento Público de Água ao consumidor**, o **Selo de Qualidade 2023 – Uso Eficiente de Água** e o **Selo de Qualidade 2023 - Serviço de Abastecimento Público de Água ao consumidor**.

Os “Prémios dos Serviços de Águas e Resíduos” da ERSAR distinguem as entidades gestoras reguladas que mais se destacam no seu desempenho.

- O Aqueduto das Águas Livres foi reconhecido mundialmente com prémio internacional. A IAHR - *International Association for Hydro-Environment Engineering and Research* atribuiu o **Prémio internacional IAHR Hydro-Environment World Heritage Award** ao Aqueduto das Águas Livres, histórica infraestrutura hidráulica.

A distinção é uma honra para Portugal, para a EPAL, para o Setor da Água e, naturalmente, para o património hidráulico.

O prémio reforça o reconhecimento mundial dado à infraestrutura hidráulica, demonstrando, uma vez mais, a relevância que o Aqueduto teve em áreas tão distintas como a história do abastecimento de água à cidade de Lisboa e o valor industrial associado, a formação de inúmeros engenheiros portugueses, ou radicados em Portugal, que viriam a ser posteriormente responsáveis pela reorganização pombalina de Lisboa após o terramoto de 1755, a marca no contexto urbanístico setecentista, enquanto referência marcante na paisagem urbana de Lisboa, o desenvolvimento social e económico da cidade, a gestão dos recursos hídricos e, claramente, a divulgação e salvaguarda do papel da água enquanto bem universal.

- Em 2024, a EPAL manteve a primeira posição em *ex-aequo* com outra entidade gestora, como a **melhor marca na Experiência do Cliente no ranking do Setor da Água**, tendo-lhe sido atribuído o selo BECX (*Best European Customer Experience*). O BECX está posicionado na Experiência e Satisfação do Cliente, na concretização das suas expectativas e na aproximação a uma empresa ideal.

O BECX pretende aferir toda a Experiência e Satisfação do Cliente com a empresa, compreendendo, além das variáveis clássicas como Qualidade do Produto/Serviço, Satisfação e Valor (preço/ qualidade), novas realidades decisivas como as Emoções do Cliente, os Canais, o Esforço da empresa para resolver problemas e os Incidentes, ou seja, as experiências positivas e negativas do Cliente, resultando



num índice que materializa o impacto de todas as experiências, positivas e negativas, e os sentimentos e sensibilidades daí resultantes.

Em 2024, a EPAL volta a ser distinguida com o 1.º lugar no índice Experiência do Cliente pelo Prémio BECX no ranking do Setor da Água, resultado que muito nos apraz e que nos confere, naturalmente, o maior orgulho.

O Índice BECX “Experiência do Cliente” subiu, alcançando a pontuação de 8.1, refletindo uma excelente avaliação, pelos nossos Clientes, da experiência global com o serviço e com a satisfação das suas expectativas, concretizando o melhor desempenho desde sempre.

O serviço de abastecimento, a qualidade da água que distribuímos, a fiabilidade da prestação, a competência dos nossos profissionais e a sua capacidade para resolver as situações colocadas no atendimento e no terreno, os meios de pagamento e, ainda com destaque, a diversidade e eficácia dos canais de comunicação disponibilizados pela EPAL, foram decisivos.

A EPAL melhorou a sua posição na generalidade das dimensões do estudo, comprovando, com brio, o seu compromisso com a prestação de um serviço público de excelência. No topo da escala, a dimensão agora melhor classificada é “Canais de Contacto” (que subiu de 8.1 para 8.3 face a 2023), seguida da dimensão “Qualidade do Produto/Serviço” (de 8.1 para 8.2), do “Esforço” para resolver problemas do Cliente (7.9 para 8.1), das “Emoções” (7.5 para 7.6) e do “Valor” que reflete a relação qualidade/preço (de 7.0 para 7.1).

A EPAL mantém o 1.º lugar absoluto nos “Canais de Contacto” com uma classificação acima de todas as entidades gestoras participantes, liderando na diversidade, eficácia e comodidade dos meios de relacionamento ao dispor dos Clientes.

## ORGANIZAÇÃO

### *Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais*

#### **ESTRUTURA ACIONISTA**

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

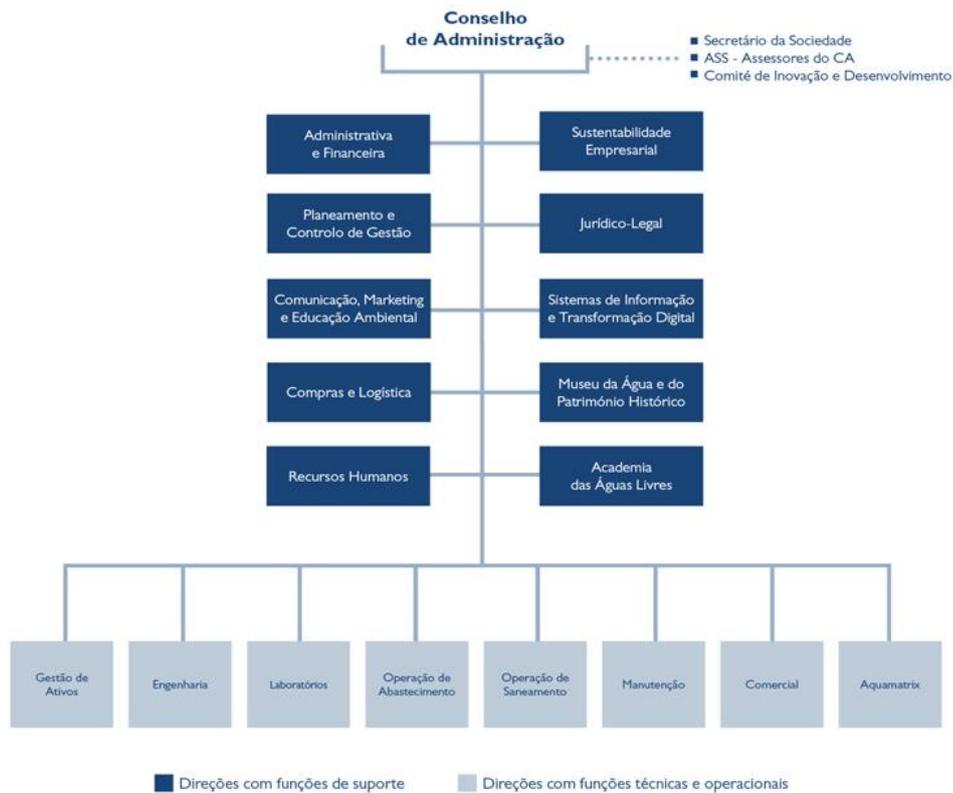
A Águas de Portugal, SGPS, SA, foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, com 81%, e a Parcaixa, SGPS, SA., com 19%.

#### **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A atual estrutura orgânica da Empresa encontra-se estabilizada desde 2021, ainda em resultado do processo de cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, determinada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Esta reorganização teve como objetivo adaptar a sua estrutura à missão que se lhe encontra confiada, nomeadamente no que respeita aos novos desafios relativos à gestão delegada da AdVT, bem como aos processos de transformação energética e digital que se avizinham.

Esta alteração pretende potenciar o aumento da eficiência organizacional, através da simplificação de tarefas e otimização dos processos internos empresariais, através da implementação de novas técnicas e metodologias. A nova estrutura da Empresa assenta ainda numa maior definição de responsabilidades e melhor integração das direções e serviços, permitindo assim um aumento na produtividade e maior satisfação dos trabalhadores.

A atual estrutura orgânica da Empresa, que contempla as atribuições resultantes da gestão delegada do sistema da AdVT, é a seguinte:



Com a eleição do novo Conselho de Administração para o mandato 2023/2025, em 19 de abril de 2023, foram definidos os pelouros atribuídos aos membros do Conselho de Administração, sendo atualmente os seguintes:

Presidente – Carlos Manuel Martins

- Secretário da Sociedade
- CMEA – Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental
- DAA – Direção da Academia das Águas Livres
- DOA – Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS – Direção de Operações de Saneamento
- ENG – Direção de Engenharia
- MDA – Direção do Museu da Água e do Património Histórico

Vice-Presidente – Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- JUR – Direção Jurídico-Legal
- LAB – Direção de Laboratórios

Vogal – Telma Susana Rodrigues Correia

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DSE – Direção de Sustentabilidade Empresarial
- PCG – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço

- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- DAQ – Direção do Aquamatrix
- MAN – Direção de Manutenção

Vogal – Pedro Pinto de Jesus

- DCL – Direção de Compras e Logística
- DCM – Direção Comercial
- DSI – Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital

## ORGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Ana Cristina Rebelo Pereira

### Conselho de Administração

Presidente | Carlos Manuel Martins

Vice-Presidente | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal | Telma Susana Rodrigues Correia

Vogal | Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Vogal | Pedro Pinto de Jesus

### Secretário da Sociedade

Efetivo | Luís Alberto Vilalonga Pinto Durão

Suplente | Luís Manuel Antunes Ferreira

### Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal

Presidente | Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogal | Isabel Maria da Paz Mendes

Vogal | Eduardo José dos Santos Clemente

Vogal Suplente | Luís Miguel Barros Martins Damas

Revisor Oficial de Contas (ROC)

SROC | Deloitte & Associados, SROC SA

ROC Efetivo | Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

ROC Suplente | João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Fernando José Pires Santana (falecido em janeiro de 2021)

Vogal | Maria Paula Batista Antunes

Vogal | Manuel Duarte Pinheiro

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2024, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

## AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

As nossas atividades têm impactos relevantes na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico da região onde operamos, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

As alterações climáticas, o esgotamento de recursos e a degradação dos ecossistemas e poluição ambiental são desafios significativos, que enfrentamos com um compromisso reforçado para com o ambiente e a sociedade e ao nível da *governance*.

### Compromisso de Integridade

Destacamos o Compromisso de Integridade, subscrito pela EPAL em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; e Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A EPAL dispõe de uma Linha de Integridade, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

### Compromisso de Sustentabilidade:

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

### As nossas Ambições

As Ambições de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal e da EPAL relevam o trabalho com propósito, a ação climática, a economia circular da água, a valorização dos territórios, a inovação com impacto, a cooperação internacional para a gestão da água e a educação para a sustentabilidade.

Promovemos um ambiente de trabalho que valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, bem como a segurança, saúde no trabalho e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Em termos de ação climática, focamo-nos na neutralidade e autossustentabilidade energética, na redução de emissões de gases com efeitos de estufa e na resiliência dos sistemas face às alterações climáticas.



A aposta na economia circular da água visa a gestão eficiente do ciclo urbano da água, conservando recursos hídricos e minimizando desperdícios. A valorização dos territórios assenta na prestação de um serviço público de excelência, fortalecendo a relação com comunidades, protegendo a biodiversidade e promovendo a saúde pública. Paralelamente, a inovação é incentivada através de projetos de IDI, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Na dimensão internacional participamos em projetos do Grupo Águas de Portugal ao nível da cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimentos e apoiando programas em países em

desenvolvimento. A educação para a sustentabilidade é uma das nossas ambições, que prosseguimos visando sensibilizar para o valor da água no contexto do desenvolvimento sustentável.

- **Ambição: TRABALHAR COM PROPÓSITO**

Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal

**Que contempla os seguintes Objetivos:**

- Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as colaboradores/as
- Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

- **Ambição: AGIR PELO CLIMA**

Reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa (GEE), mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

**Que contempla os seguintes Objetivos:**

- Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética
- Reduzir as emissões de GEE
- Promover a mobilidade sustentável do Grupo
- Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto

- **Ambição: ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA**

Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular

**Que contempla os seguintes Objetivos:**

- Conservar as massas de água
- Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos

- **Ambição: VALORIZAR OS TERRITÓRIOS**

Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população

**Que contempla os seguintes Objetivos:**

- Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento
- Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos
- Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas
- Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública

**• Ambição: INOVAR PARA IMPACTAR**

Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas

**Que contempla os seguintes Objetivos:**

- Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP
- Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores
- Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências
- Promover a transformação digital do Grupo AdP

**Ambição: GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM-FRONTEIRAS**

Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água

**Que contempla os seguintes Objetivos:**

- Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico
- Promover a entreaajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento
- Operar numa geografia de referência

**Ambição: EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE**

Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável

**Que contempla os seguintes Objetivos:**

- Promover a educação para o desenvolvimento sustentável
- Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira
- Promover o uso sustentável da rede de saneamento

- Promover a utilização de ApR
- Promover a economia circular e a neutralidade energética
- Promover a inovação

Na sequência da sistematização desta Estratégia de Sustentabilidade, em 2024 a EPAL assegurou, promoveu e desenvolveu várias atividades, âmbito da sua missão, por forma a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus *stakeholders*, designadamente nos seguintes domínios:

#### **Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE):**

Foram mantidas as certificações dos sistemas de gestão integrado em Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, Gestão de Gestão de Ativos (na EPAL), Energia e Segurança da Informação.

Ressalva-se que o sistema de Gestão de Energia foi alargado a duas instalações da EPAL (Estação Elevatória de Soudos e Estação Elevatória de Vale de Porcas), e à ETAR do Entroncamento, pertencente à Águas do Vale do Tejo. Foi, ainda, mantida a certificação Adene MOVE +, das frotas.

No que respeita ao sistema de Segurança da Informação, foi alargado ao “desenvolvimento, manutenção e suporte da aplicação AQUAmatrix”.

No que respeita à Plataforma digital de apoio à gestão do Sistema de Responsabilidade Empresarial (AGIR), tem sido promovida a ampliação da sua utilização, nomeadamente no módulo de gestão de simulacros e Avaliação da Conformidade Legal (ACL), e ainda Gestão de Objetivos.

Foram definidos e implementados objetivos que suportam o SRE e que visam a *compliance*, eficácia e eficiência dos processos, a melhoria do desempenho em todas as vertentes, a redução dos riscos empresariais e para o desenvolvimento sustentável da empresa, consequentemente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Foram produzidos, ou revistos, individualmente ou em colaboração com outras direções, documentos relevantes associados à qualidade e eficácia das atividades da empresa, para a sustentabilidade empresarial e governança corporativa e, consequentemente, visando a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta do Grupo AdP
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Política Externa de Proteção de Dados Pessoais
- Manual do SRE – Sistema de Responsabilidade Empresarial.

Ao longo do ano foram realizadas campanhas e ações de comunicação sobre temas relevantes do Sistema de Responsabilidade Empresarial, nomeadamente: a sua Política, Riscos Psicossociais, Ergonomia, Simulacros,

Perigos e Riscos SST, Ambiente (descarbonização), Conciliação entre a Vida profissional, Pessoal e Familiar e Igualdade de Género, Ética, Assédio no Local de Trabalho, Segurança da Informação, e RGPD.

### **Sustentabilidade**

Foi criado um Roteiro para a Sustentabilidade, que consubstancia a face visível da estratégia da empresa, agregando todos os instrumentos existentes na empresa e neste âmbito, nomeadamente as várias políticas e procedimentos internos que concorrem para o desenvolvimento sustentável, bem como a descrição das dimensões de atuação que contribuem para o desempenho quer em ESG, quer em sustentabilidade, objetivando uma adequada sistematização, avaliação e comunicação, dos mesmos.

Esta última vertente assumiu um especial relevo na medida em que num mundo muitas vezes dominado por números e estatísticas, é fácil esquecer a ligação às questões do ambiente e da sociedade. Assim, cada gesto, por mais pequeno que pareça, carrega consigo o compromisso profundo, moldando um futuro mais sustentável para as gerações vindouras.

Nesse sentido, foi produzido um filme com participação de crianças familiares dos/as trabalhadores/as da empresa, para divulgação do Roteiro de Sustentabilidade nas várias ferramentas digitais utilizadas pela empresa.

Foi também apresentada uma comunicação sobre Abordagem aos ODS no *webinar* respeitante ao Relato do Desempenho ESG nas Empresas Públicas.

### **Pegada Carbónica**

Durante o ano de 2024, procedeu-se à aferição das metodologias e complemento de informação e dados relativos ao cálculo da pegada carbónica da EPAL, no âmbito do projeto desenvolvido pelo Grupo AdP e foram recalculadas as pegadas referentes aos anos 2019 a 2023. Foi, ainda, comunicado, com recurso ao Relatório de Sustentabilidade da EPAL, o nível de progresso obtido em matéria de redução de emissões de gases com efeito de estufa, face aos compromissos assumidos.

No que respeita ao projeto do CCEE - Centro de Controlo de Energia e Emissões, plataforma que apoiará, futuramente, o Sistema de Gestão de Energia, a Gestão das Centrais de Produção de Energia renovável para autoconsumo e a Gestão Carbónica da EPAL, viu produzidos os *wireframes* base que irão constituir o protótipo da referida plataforma, que integrará, entre outras funcionalidades, uma componente de Reporte Legal e Sustentabilidade, em matéria de Energia e de Emissões de carbono, permitindo a monitorização digital do desempenho energético e carbónico e dos compromissos climáticos assumidos pela Empresa.

A EPAL integrou a delegação portuguesa que integrou um Grupo de Peritos do Clima, o “*EU PEER Learning Group on Climate*”, participando em trabalhos relacionados com a atualização de conhecimentos e

documentos referentes às novas normas sobre Relato de Sustentabilidade, designadamente em matéria climática.

### **Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar**

Por forma a promover a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar foram disponibilizadas aos filhos/as dos/as trabalhadores/as, a possibilidade de frequentar *Bootcamps*/Campos de férias virtuais nas férias de Páscoa e nas de Natal.

### **Igualdade de Género**

Tendo em conta que a Igualdade de Género e a Não Discriminação constituem direitos humanos fundamentais e que a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização de homens e de mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro, foi desenvolvido e submetido às entidades nacionais (CITE e SIG), o Plano para a Igualdade de Género 2024.

Foi igualmente renovado o compromisso com o *iGen - Fórum Organizações para a Igualdade*, mantendo-se na respetiva *task-force* e no Grupo de Trabalho 5 (Academia de Formação) e, neste âmbito foram divulgadas as *newsletters* e as revistas emitidas, sendo que na revista de junho de 2024 foi publicado um artigo sobre o Podcast “Mulheres da Águas Livres”, iniciativa que pretende dar voz a mulheres inspiradoras, cujo esforço e dedicação dão valor à empresa e conseqüentemente ao setor da água, e que teve início no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, motivo pelo qual foi oferecido, a todas as trabalhadoras, o livro “Mulheres Invisíveis”, de Caroline Criado-Perez, bem como dinamizado o *workshop* - Parentalidade nas empresas, tema que impacta quem tem e quem não tem filhos.

No que respeita ao protocolo de cooperação com a PWN (*Professional Women Network - Lisbon*), possibilitou, ao longo de 2024, a vários/as trabalhadores/as usufruir das atividades/programas, mais concretamente:

- Programa de Liderança – Nível I e Nível II;
- Participação na Conferência Anual da PWN – Dream Day - Engaging All for Change – A Life Story;
- Programa YOUTH – 4ª edição.

Salienta-se igualmente a frequência do Programa Executivo, *Women on Boards*, de várias trabalhadoras que exercem funções de chefia.

Em 2024, a empresa assinou o Pacto Violência Doméstica e passou a fazer parte da iniciativa “*Engenheiras por um dia*”.

### **Direitos Humanos**

Participação no *Human Rights Accelerator*, do *UN Global Compact*, programa que permitiu adquirir conhecimentos aprofundados sobre os conceitos e a evolução da legislação nesta matéria, que tem vindo a evoluir rapidamente nos últimos 10 anos, e capacitar as empresas de como passar da política, aos compromissos e à ação para respeitar e apoiar os Direitos Humanos, através da implementação de um processo contínuo de diligência devida, e do estabelecimento de metas concretas para abordar as questões de Direitos Humanos mais relevantes.

### **Mês da Segurança**

Em abril foi comemorado o Mês da Segurança e, por forma a dar o adequado relevo a esta temática, foram desenvolvidas várias iniciativas estendidas a todas as áreas geográficas da EPAL e das Águas do Vale do Tejo, concretamente:

- Distribuição a todos/as os/as trabalhadores/as, do Manual para um Ambiente de Trabalho seguro e saudável, “O Rosto da Segurança”
- Concurso de Ideias: Ergoancinho, para desenvolvimento de um ancinho mais ergonómico para utilização nas grades das infraestruturas do saneamento, reduzindo os riscos associados a estas atividades de cariz tão transversal
- Com os Olhos Postos na Segurança, campanha de reporte de situações anómalas a nível da SST através da funcionalidade “Reportar” da app OnPocket
- Aulas e ações de ginástica laboral, nas sedes da EPAL e das Águas do Vale do Tejo, Parque das Nações, Arco, Barbadinhos e edifícios administrativos da Águas do Vale do Tejo
- Desenvolvimento da dinâmica *PlaySafe*, um jogo inspirado no “jogo da glória” que leva as pessoas a testar e consolidar os seus conhecimentos sobre segurança
- *Webinar* sobre Riscos Psicossociais
- Realização de Laboratórios Sensoriais

### **Segurança Comportamental - Projeto “+ Segurança”**

Com o objetivo dar enfoque às atitudes e comportamentos dos/as trabalhadores/as, envolvendo todas as hierarquias, no compromisso de um ambiente laboral mais seguro, para os trabalhadores da Empresa, foi desenvolvido um piloto do Projeto “+ Segurança”, no Polo da Beira Alta das Águas do Vale do Tejo. Uma vez que as pessoas são a parte fundamental da empresa, este projeto tem como campo de ação criar uma predisposição para a mudança, trabalhando sobre o comportamento das mesmas.

Neste âmbito foram desenvolvidas várias ações:

- Formação - Criar predisposição para a mudança, tornando mais fácil a adoção de outras medidas (ou “outros comportamentos”)
- Não esqueça os seus EPI’s – colocação de autocolantes e cartazes, em locais estratégicos, para sensibilização para uso de Equipamento de Proteção Individual
- O Rosto da Segurança – aplicação de autocolantes “O Rosto da Segurança” nos espelhos dos WC e balneários
- Laboratório Sensorial, cujo objetivo é que os participantes possam experienciar as consequências e desafios resultantes de um acidente de trabalho, simulando as limitações em tarefas comuns
- Diálogos de Segurança, acontecem semanalmente, durante 5 minutos por grupo. Chefias e operacionais conversam sobre temas de Segurança previamente definidos.

### **Riscos Psicossociais**

Foi realizado um ciclo de *webinar’s*, destinado a todos/as os/as trabalhadores/as, que abordaram temas como: Tolerância Zero a hábitos e Vícios; Um sono de sonho; Gestão do stress: O Impacto da não segurança e a importância do comportamento Individual; *BurnOut I'm Out*; Combater a Ansiedade; Estratégias de Bem-estar e recuperação do trabalho; e Cuidar da Saúde Psicológica.

Paralelamente foi ministrada formação às hierarquias sobre o papel da liderança na mitigação dos Riscos Psicossociais.

Foi ainda, realizada uma auscultação a todos/as os/as trabalhadores/as, com recurso ao Questionário COPSOQ, versão curta, no sentido de fazer um diagnóstico de toda a empresa e, simultaneamente, efetuar um estudo comparativo com os resultados obtidos em avaliação semelhante, realizada, anteriormente, apenas às chefias.

Esta auscultação foi precedida de sessões de comunicação e esclarecimento dedicadas às chefias e aos restantes trabalhadores/as, por forma a participarem em todo o processo, na posse dos conceitos necessários para terem uma participação informada.

### **Riscos Químicos | Agentes CMR e Regulamentos REACH, CLP E BPR**

A plataforma informática - ALQUIMIA, associado ao cumprimento legal no desenvolvimento do Inventário de Substâncias Químicas - Módulo 1, encontra-se já em utilização

Encontra-se ainda, em desenvolvimento, a digitalização da metodologia de gestão do risco no âmbito da exposição a agentes químicos CMR, preconizada pela Direção-Geral da Saúde.

### **Decreto-Lei 50/2005 (prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho)**

Foram desenvolvidas e divulgadas várias ajudas visuais para auxiliar os/as trabalhadores/as a realizar verificações de segurança de alguns equipamentos, para dar resposta ao diploma Diretiva Equipamentos de Trabalho, concretamente:

- Meios de elevação de cargas –Turcos e Similares
- Ferramentas Manuais Elétricas – Berbequins e outros
- Acessórios de elevação de cargas
- Escadas Portáteis e Escadotes
- Ferramentas Manuais

### **Fornecedores**

Procedeu-se ao desenvolvimento de um vídeo sobre o Código de Conduta para fornecedores, no sentido da melhoria da comunicação e sensibilização dos/as trabalhadores/as dos prestadores de serviços, sobre a temática.

Foram também realizadas ações, a alguns dos fornecedores de serviços e empreitadas, classificados como críticos para o negócio e para o SRE, dando cumprimento ao Plano de Auditorias a Fornecedores, da DSE, com colaboração de auditores externos e envolvimento das áreas intervenientes.

### **Gestão de Risco e Proteção**

No âmbito da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes – GT4, a EPAL, participou na estabilização de um “Manual de Interdependências - Empresas e Operadores de serviços essenciais” e assumiu a coordenação conjunta, com a ANEPC, das atividades a desenvolver, pelo referido grupo, para o triénio 2024/2026. Nesse âmbito promoveu, em novembro, a sessão técnica: “As interdependências Sectoriais na Residência das Entidades e Operadores que prestam serviços Essenciais para a Sociedade”.

Em maio, a EPAL promoveu, conjuntamente com a E-Redes, o simulacro logístico “Falha geral e prolongada de energia ao recinto do Parque das Nações, recurso a meio especial alternativo de energia (Gerador 1250kVA) a disponibilizar pela E-REDES”. Dada a dimensão do equipamento, a transportar, foi necessário envolver a PSP, tendo, ainda, tido a presença, como observadores, da ANEPC/Comandante Sub-Regional da Grande Lisboa e o Comando da Proteção Civil Municipal de Lisboa.

Complementarmente procedeu-se ao desenvolvimento do projeto para Reforço da Segurança Física e Eletrónica das infraestruturas e à realização, de diversos simulacros de continuidade de negócio com as

equipas internas e as de vigilância do prestador de serviços. Destaca-se o simulacro “Falha de energia nas Estação Elevatória do Reguengo Grande”, realizado, em junho, com o Município da Lourinhã.

A convite da Guarda Nacional Republicana (GNR), realizou-se um módulo de formação no âmbito do 4.º Curso de Segurança e Proteção de Infraestruturas (CSPI), curso organizado pela Guarda Nacional Republicana para Oficiais, ação realizada em outubro, na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira.

Foram igualmente promovidas, com a participação do SIS, várias sessões de sensibilização para os riscos de proteção das infraestruturas, destinadas, não só aos/às trabalhadores/as da EPAL, mas também, para outras partes interessadas, nomeadamente os representantes dos vários Municípios que são abastecidos pelos sistemas da EPAL e Águas do Vale do Tejo.

## Relatório de Gestão

### A ENVOLVENTE

#### **Contexto macroeconómico<sup>1</sup>**

A evolução recente da economia mundial tem sido caracterizada por diferenças significativas de crescimento entre regiões e setores. O dinamismo da economia americana e das economias emergentes (excluindo a China) contrasta com a fraqueza das grandes economias europeias e o abrandamento na China. O dinamismo dos serviços continua a apoiar a atividade, em contraste com o enfraquecimento da indústria. A dinâmica da economia mundial permanece frágil, com riscos significativos de uma escalada dos conflitos geopolíticos ou do protecionismo.

#### **Global**

O crescimento global para o ano 2024 estima-se em 3,2% e é esperado um crescimento de 3,3% para 2025 e 2026.

A desinflação continua, mas existem sinais de que o processo está estagnado em alguns países e que em alguns casos, a inflação mantém-se elevada. A inflação global deverá cair para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026, convergindo para a meta definida de forma mais acelerada nas economias avançadas do que nas economias emergentes.

#### **Zona do Euro**

A atividade na área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias e da robustez do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2024, o PIB da área do euro registou um aumento de 0,4% em cadeia, acima do esperado, traduzindo em larga medida o ligeiro crescimento da atividade na Alemanha e o maior crescimento da economia francesa associado ao impacto dos Jogos Olímpicos. Nos primeiros três trimestres de 2024, a Alemanha e a Itália apresentaram um desempenho económico bastante aquém do observado na média da área do euro, em contraste com o dinamismo da economia espanhola. As projeções para a atividade na área do euro foram

---

<sup>1</sup> Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

ligeiramente revistas em baixa face a outubro, apontando para crescimentos de 0,7% em 2024, 1,1% em 2025, 1,4% em 2026 e 1,3% em 2027.

As projeções apontam para que a inflação na área do euro se reduza de 2,4% em 2024 para 2,1% em 2025, estabilizando em torno de 2,0% nos anos seguintes. Espera-se uma diminuição do preço do petróleo, particularmente em 2025, num contexto de abrandamento da procura na China.

As taxas de juro de curto prazo deverão continuar a diminuir, de forma mais rápida e em maior magnitude do que as projeções de outubro. Os futuros da Euribor a 3 meses indicam uma descida de 1,4 pp em 2025, para 2,1%, com uma relativa estabilização nos anos seguintes.

## Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2024 são os seguintes:

|  | Estimativa 2024 | Ano 2023 |
|--|-----------------|----------|
| Taxa crescimento Produto Interno Bruto     | 1,7%            | 2,5%     |
| Taxa crescimento Consumo Privado           | 3,0%            | 2,0%     |
| Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor | 2,6%            | 5,3%     |
| Taxa de desemprego                         | 6,4%            | 6,5%     |
| Euribor 6 meses (fim do ano)               | 2,562%          | 3,861%   |
| Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)     | 2,96%           | 3,24%    |

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, projetando-se em 2,2% para 2025 e 2026, reduzindo para 1,7% em 2027. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3%, em 2023, para 2,6%, em 2024, e 2,1% em 2025, estabilizando em 2,0% em 2026–2027.

O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica.

O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo.

A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2% em 2023 para 2,6% em 2027. Esta evolução reflete a substituição de dívida emitida no passado a taxas de juro inferiores às das atuais emissões, bem como o aumento das necessidades de financiamento líquidas por via da deterioração da situação orçamental.

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente em 2024 possa atingir 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025). A atual projeção aponta para um saldo de -0,1% do PIB em 2025, inferior aos 0,3% estimados no OE 2025.

## O Setor

### O setor a nível mundial<sup>2</sup>

A água constitui um elemento transversal no contexto atual de crise. Este facto é ainda mais evidente quando se associa a crise a uma dimensão de sustentabilidade, quer climática, quer de recursos quer de biodiversidade.

Constituindo-se com um bem cada vez mais escasso, a tendência é no sentido de um agravamento dessa escassez nas próximas décadas.

Para além do crescimento e aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas, muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas, e facilmente perceptíveis até pela alteração dos padrões de precipitação à escala mundial.

Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há uma necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental, dependem de um ciclo da água doce que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

---

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

É, neste contexto e simultaneamente com desafio(s) que urge garantir para além da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico, a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis).

Resulta assim, que a água e os serviços e atividades que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, se mantêm cada mais no centro do desenvolvimento sustentável, e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No caso dos serviços acima mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos referidos desafios. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante, subsistem ainda alguns factos indesmentíveis:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.<sup>3</sup>
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;

---

<sup>3</sup> <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no médio oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em regras vinculativas;
- o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- o exercício de normas internacionais do trabalho, elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2024, intitulado "Água para a Prosperidade e a Paz"<sup>4</sup>, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, destacou a importância da água como elemento central para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global.

### **Crise Geopolítica e Energética<sup>5</sup>**

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar, um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

---

<sup>4</sup> <https://unesdoc.unesco.org>

<sup>5</sup> [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt)

Por um lado, mantém-se o conflito na Europa oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia. A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas em outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos que, direta ou indiretamente, impactaram a geopolítica europeia e a crise energética durante o ano de 2024: Tensões no Mar do Sul da China (impacto global, incluindo nas rotas comerciais marítimas que afetam o fornecimento de energia e bens para a Europa); crise no Sahel (afeta a segurança de fornecimentos energéticos, como o urânio, essencial para a energia nuclear em países europeus); conflito na Síria (influencia as dinâmicas de gás natural no Mediterrâneo oriental, uma área estratégica para a Europa); Tensões em Arménia e Azerbaijão (*Nagorno-Karabakh*) (afetam rotas de energia, já que o Azerbaijão é um exportador importante de gás natural para a Europa, sobretudo no contexto da diversificação em relação à Rússia e disputas no Ártico (com o degelo, a região torna-se um campo de disputa entre grandes potências como Rússia, EUA, Noruega e Canadá, o que afeta a exploração de novos recursos energéticos, incluindo gás e petróleo).

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano *REPowerEU* Europeia que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e um novo sistema energético de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais, novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros, no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022).

Em 2022, também como resposta à crise geopolítica, foi publicado o Plano de Poupança de Energia 2022-2023, em Diário da República. Pela sua importância, a vigência do Plano de Poupança de Energia foi prorrogada até 31 de março de 2024.<sup>6</sup>

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que

---

<sup>6</sup> Cf. Despacho n.º 1572/2024 de 08 de fevereiro de 2024.

responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15% do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

No 15º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.

Em simultâneo, procedeu-se à revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2023 (PNEC) que foi aprovada em outubro de 2024<sup>7</sup>. Uma das alterações efetuadas é o aumento da meta nacional para a redução de emissões de gases com efeitos de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. Este plano traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

O Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) estabelece objetivos para a transição energética, incluindo a redução da dependência energética do exterior e o aumento da produção doméstica de energia a partir de fontes renováveis.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

### **O abastecimento e o saneamento em Portugal<sup>8</sup>**

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

<sup>7</sup> Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024 de 30 de outubro

<sup>8</sup> Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante uma maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

#### Panorama Nacional

| Abastecimento de Água   | Saneamento de Águas Residuais   |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 9,4 milhões de habitantes servidos</li> <li>▪ 96% de alojamentos servidos</li> <li>▪ 195 litros: consumo médio diário de água por habitante</li> <li>▪ Tarifa média ponderada: 0,5673€/m<sup>3</sup></li> <li>▪ Indicadora água Segura em Portugal Continental (alta): 99,72%</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 8,4 milhões de habitantes servidos com drenagem</li> <li>▪ 85% de alojamentos servidos</li> <li>▪ 8,4 milhões de habitantes servidos com tratamento</li> <li>▪ 85% de alojamentos servidos com tratamento</li> <li>▪ 1,75 milhões de m<sup>3</sup> de águas residuais tratadas diariamente</li> <li>▪ Tarifa média ponderada: 0,5415€/m<sup>3</sup></li> </ul> |

*Dados: RASARP 2023 volume 1 e RASARP 2024 volume 2*

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro, aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030<sup>9</sup> estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

<sup>9</sup> Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a Resolução n.º 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

Em julho de 2024<sup>10</sup> foi criado um grupo de trabalho que define as linhas de ação da estratégia "Água que Une" - um plano multisetorial que visa assegurar a disponibilidade de água para todos os usos essenciais e promover a sustentabilidade ambiental e social.

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo elaborar uma estratégia de desenvolvimento de um quadro de planeamento da água que articule todos os instrumentos de gestão em vigor, promova a sustentabilidade das massas de água, assegure a garantia do abastecimento de água, salvaguardando o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos, orientada pelo seguinte quadro sequencial de prioridades:

- a) Aumento da eficiência hídrica e promoção do uso racional da água;
- b) Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento público, agrícola, turística, industrial;
- c) Promoção da utilização de água residual tratada;
- d) Otimização da exploração das infraestruturas existentes, através da promoção da multifuncionalidade do seu uso e do reforço da resiliência e redundância dos sistemas hidráulicos;
- e) Aumento da capacidade de armazenamento das infraestruturas existentes;
- f) Criação de novas infraestruturas e origens de água, onde se incluem infraestruturas de armazenamento, regularização e captação de água, unidades de dessalinização e, em último recurso, a interligação entre bacias hidrográficas.

A estratégia estabelece orientações para a elaboração do Plano Nacional da Água (PNA 2035) e para um novo plano de armazenamento e de distribuição eficiente de água para a agricultura, designado como Plano REGA.

### **O Grupo AdP em 2024**

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, coaccionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e

---

<sup>10</sup> Despacho n.º 7821/2024, de 16 de julho de 2024

eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a *task force* das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo no passado recente em contextos de situações de contingência ou de seca meteorológica e hidrológica verificadas.

Outro exemplo recente, foi a prossecução dado ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

No âmbito desta área geográfica, a 8 de fevereiro de 2024 foi aprovado uma resolução que reconhece a "situação de alerta na região do Algarve, por motivo de seca" e aprova um "*quadro de medidas de resposta imediata, de carácter temporário*" para redução de consumos e racionalização da utilização dos recursos, com o objetivo de "*ultrapassar as necessidades essenciais da época do Verão e terminar o ano de 2024 com reservas para 2025*".

Ainda no mês de fevereiro foi lançado o concurso público para a a conceção, construção e exploração da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve que visa garantir a resiliência do abastecimento de água, designadamente em períodos de seca prolongada, através de um acréscimo das disponibilidades hídricas na região.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e que deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos eco reagentes.

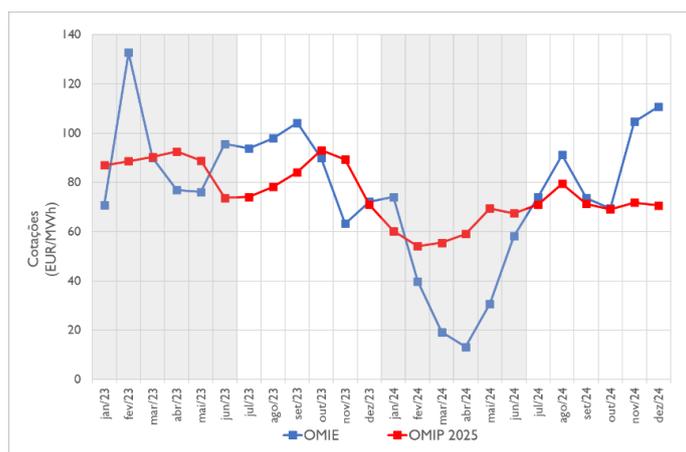
No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2024, o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da “*Utilities of the Future*”.

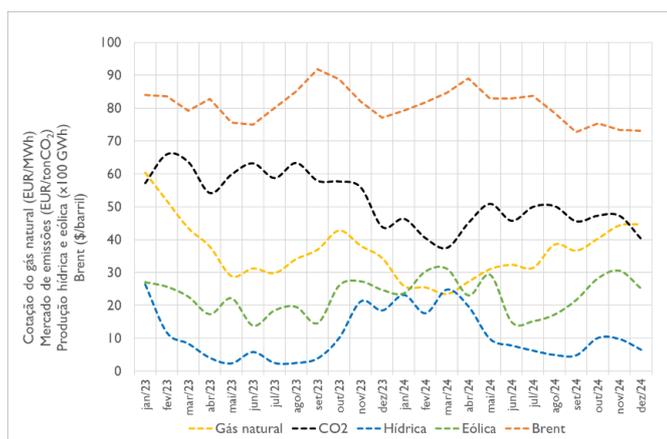
## A energia

### O preço da energia elétrica em Portugal

No ano de 2024 verificou-se uma forte variação nos preços dos mercados elétricos: no OMIE (mercado diário de eletricidade), no 1º semestre, existiu uma queda acentuada dos preços devido ao aumento das quotas de mercado, principalmente, pela maior contribuição das energias renováveis e uma recuperação dos valores com o decorrer do 2º semestre; o OMIP (mercado de futuros de eletricidade), no 1º semestre, desceu notoriamente, estabilizando com o decorrer do ano, tal como pode ser confirmado pela observação da seguinte figura.



Em 2024, a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 63,25 €/MWh (tendo sido de 88,27 €/MWh em 2023, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2024 do futuro de energia ibérico (OMIP) para fornecimento em 2025 foi de 66,69 €/MWh, diminuindo (-20,9%) face ao ano de 2023.



Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a descida do preço médio do gás natural face a 2023 (-14,4%); de notar que apesar da descida do preço médio do gás natural, em 2024, o mesmo apresentou uma tendência de aumento ao longo do ano. A cotação mensal média do CO<sub>2</sub> desceu face ao ano anterior (-21,9%). A produção hídrica foi significativamente superior (+23,5%), assim como a produção eólica em 2024 (+12,3%). Quanto ao preço do petróleo, o Brent apresentou um preço médio em 2024 de 79,9 \$/barril, valor inferior face a 2023 (82,03 \$/barril).

Nos mercados diários europeus e em 2024, as cotações de energia elétrica reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

| Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário) | 2024 (EUR/MWh) | 2023 (EUR/MWh) | 2024/ 2023 (%) |
|---|----------------|----------------|----------------|
| Portugal  | 63,25          | 88,27          | -28,4%         |
| Alemanha  | 78,55          | 94,92          | -17,2%         |
| França  | 57,90          | 96,60          | -40,1%         |

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2025, reduziram-se face ao ano anterior, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

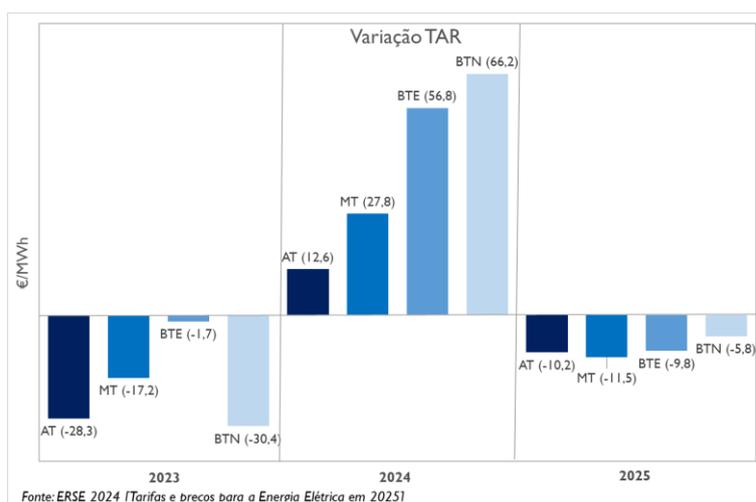
| Varição da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros) | 2024 (EUR/MWh) | 2023 (EUR/MWh) | 2024/ 2023 (%) |
|---|----------------|----------------|----------------|
| Portugal  | 103,92         | 176,28         | -41,0%         |
| Alemanha  | 137,32         | 298,65         | -54,0%         |
| França  | 162,38         | 368,00         | -55,9%         |

No ano de 2024, o consumo nacional foi de 51,365 TWh, superior em +1,3% face ao registado em 2023.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (também designado por CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário, o pagamento das tarifas renováveis nas energias renováveis e as convergências tarifárias regionais. Em 2024 foi criado um termo tarifário, designado como financiamento da tarifa social, que veio a encarecer o preço de energia em cerca de 2,9 EUR/MWh.

Como sempre se tem referido, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e conseqüente aumento da TAR.

Em 2025, as TAR irão diminuir em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte, o que pode sugerir um aumento do preço da energia elétrica e/ou uma redução dos CIEG.



Em 2024, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2024 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um apenas para o fornecimento no 1º semestre, reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados, e outro para o 2º semestre, já de 12 meses (estendendo-se até junho/2025), porque o mercado ganhou estabilidade ao longo de 2024;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a redução do custo de energia verificada no 2.º semestre (o preço médio de energia de mercado desceu de 95,75 €/MWh no 1.º semestre para 78,55 €/MWh no 2.º semestre).

Em 2025 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1.º semestre de 2025 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 7,8 milhões de euros face a 2024, fixando-se em torno dos 82,8 milhões de euros para um consumo da RESP de 749 GWh (-0,2% face a 2024).

### **O consumo de energia elétrica no Grupo AdP**

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo nos fornecimentos e serviços externos e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 5 de fevereiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2024 (+1,3% do que em 2023) cifrando-se em 782,08 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 0,1% do caudal em abastecimento de água e de 8,5% em água residual.

Destes, 751,03 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +1,2% do que em 2023 e 31,05 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+4,0% do que em 2023). Este valor de 751,03 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 748,64 GWh e 2,39 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de 5 empresas do Grupo AdP, projeto esse onde a participação das empresas do Grupo AdP foi interrompida por força de novas exigências técnicas que, não podem no momento atual, ser adotadas pelas nossas empresas.

Os dados de 2024 apontam para uma produção de 38,28 GWh/ano (-2,5% face a 2023), o autoconsumo foi de 31,05 GWh (+4,0% do que em 2023) e a energia vendida à RESP totalizou 7,22 GWh (-23,0% do que em 2023).

Em termos gerais, o saldo com a RESP<sup>11</sup> do Grupo AdP em 2024 foi de 751,03 GWh, o que representa uma variação de +1,2% do que em 2023, onde o saldo foi de 742,01 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP desceu para 4,9% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2024, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 05 de fevereiro 2024) deverá atingir em 2024 cerca de 92,7 milhões de euros, que corresponde a cerca de -7,84 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior (-7,8%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2024, os 179 veículos 100% elétricos e os 15 veículos plug-in, que integravam a frota de serviço do Grupo AdP, a 31 de dezembro de 2024, percorreram mais de 3,0 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 258 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 928 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -61,0% (-135,3 tep), e o consumo elétrico foi de 402 MWh.

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>,<sup>12</sup> a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -615 toneladas (-89,6%).

No ano de 2024, a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (1.363 veículos) consumiu cerca de 3,3 milhões de litros de combustíveis<sup>13</sup> (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -11,5% face a 2023 – ano em que foram consumidos 3,75 milhões de litros - e uma variação de +11,1% face a 2022, (onde se consumiram 2,99 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 9.095 l/dia em 2024 (em 2023 o consumo médio diário foi de 10.282 l/dia e em 2022 de 8.190 l /dia).

O consumo de combustíveis, em 2024, correspondeu a um gasto total da ordem de 4,1 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -11,1% face a 2023 (4,6 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +5,2% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído).

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis manteve-se praticamente igual ao ano anterior: +0,3% no gasóleo e de +1,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022,

<sup>11</sup> Os consumos de BTN referentes a nov/24 e dez/24 ainda não estão disponíveis, tendo sido utilizados os consumos dos meses homólogos de 2023.

<sup>12</sup> Para cálculo das emissões de CO<sub>2</sub> na mobilidade elétrica, foi utilizado o fator de emissão de eletricidade de 2023, pelo que assim que disponível o fator de emissão de 2024 os dados serão atualizados.

<sup>13</sup> Os valores de consumo de combustíveis de 2024 no SAP, em certas empresas, ainda se encontram incompletos.

de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeitos de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

### **A estratégia do Grupo AdP**

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados; e

- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2024 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um *mix* integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo, também, investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Em 2024, o investimento acumulado apurado em novembro de 2024, no âmbito do Programa ZERO, totalizava 9,6 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Em 2018, O Grupo AdP assinou a carta de compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*”, iniciativa da *United Nations Global Compact*, comprometendo-se a evitar que as emissões de GEE em 2030 ultrapassem metade das emissões verificadas em 2010. Adicionalmente, o Quadro Estratégico de Compromisso e o Compromisso de Sustentabilidade vieram reforçar o esforço do Grupo em reduzir as emissões de GEE. De modo a responder a este desafio, o Grupo AdP tem em curso o Programa NEUTRO, com o objetivo de quantificar e reduzir as suas emissões de GEE.

Um dos objetivos do Programa NEUTRO é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas. O inventário de GEE é a ferramenta utilizada para tal contabilização, através de metodologias normalizadas.

Na elaboração do inventário do Grupo AdP foi utilizado o GHG Protocol. Esta ferramenta fornece um conjunto de orientações e requisitos, que permitem às empresas/organizações (de modo uniforme) medir e calcular as suas emissões de GEE, dividindo-as em três âmbitos:

- Âmbito 1 - emissões de GEE diretas decorrentes de operações que pertencem ou são controladas pela empresa;
- Âmbito 2 - emissões de GEE indiretas provenientes do consumo de energia utilizada nas atividades da empresa;
- Âmbito 3 - emissões de GEE indiretas (não contabilizadas no âmbito 2) que ocorrem na cadeia de valor, quer a montante, como a jusante, divididas em 15 categorias.

Em 2023, concluiu-se o desenvolvimento da ferramenta que calcula a pegada carbónica do Grupo AdP e das suas empresas e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 e de 2022. Já em 2024, concluiu-se o inventário relativo a 2023, apresentando os seguintes valores:

- Em 2022, as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,16 kg CO<sub>2</sub>e/m<sup>3</sup> água faturada e 0,44 kg CO<sub>2</sub>e/m<sup>3</sup> água residual faturada;
- Em 2023, as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,13 kg CO<sub>2</sub>e/m<sup>3</sup> água faturada e 0,41 kg CO<sub>2</sub>e/m<sup>3</sup> água residual faturada;

Em 2025, está em curso o inventário de 2024 e o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP, e que consubstanciará o Programa NEUTRO do Grupo.

## **Contexto Regulatório**

### **Enquadramento regulatório**

Em 2024, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2024, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

### **Regulação económica**

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando

aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro que definiu, para o ano de 2024, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 2026.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2024, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2024, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2024, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Recomendação relativa à divulgação e acesso à informação a disponibilizar no Sítio na Internet das entidades gestoras, ao Projeto de Recomendação relativa à informação a constar das faturas dos serviços, ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano, e à revisão do Projeto de Regulamento de Procedimentos Regulatórios (RPR).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

No que concerne à EPAL, o seu modelo de exploração assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em alta a 34 concelhos (excluindo Lisboa) e em baixa, no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração, bem como os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Em 2015, foi delegada à EPAL a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, concessionado à AdVT.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR, no que respeita à fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho, e demais legislação e regulamentação complementares, tendo em consideração as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL, bem como os contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve: (i) refletir os riscos específicos acrescidos, associados à gestão do sistema de gestão delegada; (ii) ter por referência o financiamento de projetos equivalentes em condições de mercado; e (iii) atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

A taxa incide sobre o conjunto de bens e meios e a capacidade das infraestruturas existentes que se encontrem afetos às atividades de serviço público da EPAL, por razões de segurança e de fiabilidade, integram a base de ativos relevante e necessária da EPAL, sendo valorizados de acordo com o valor contabilístico registado nas últimas contas aprovadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela AdVT e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Deste regime decorre uma CTA a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela Águas do Vale do Tejo, a beneficiar o serviço de abastecimento de água.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015–2020, a preços constantes, bem como a CTA, a preços constantes, que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em alta e que é repercutida nos clientes em baixa da empresa. A atualização destas tarifas está sujeita à avaliação e emissão de parecer por parte da ERSAR.

Durante o ano de 2024, as tarifas e a CTA aplicadas na faturação pela EPAL, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

### **Regulação da qualidade do serviço**

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2024, foi apresentado o Volume 1 do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2023) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2022, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (*benchmarking*) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da EPAL.

### **Regulação da qualidade da água para consumo humano**

A EPAL que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a EPAL deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2024, no cumprimento da legislação, a EPAL implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela EPAL são também incluídos no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos (RASARP).

Em setembro de 2024, foi apresentado o volume 2 do RASARP 2023 com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022. Sintetiza a informação mais relevante relativa à qualidade da água fornecida aos utilizadores pelas entidades gestoras no ano de 2022, e procede à comparação dos resultados obtidos com os resultados de anos anteriores, permitindo assim avaliar a evolução da situação.

#### **Regulação da interface com o utilizador**

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a EPAL dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

## AS NOSSAS PESSOAS

A EPAL tem os seguintes princípios orientadores da gestão dos recursos humanos:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da Empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu, no ano de 2015, a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores/as dessa empresa foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT.

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das oito empresas agregadas. Com a cisão em 2017 parte dos trabalhadores perdeu o vínculo à Águas do Vale do Tejo, passando a integrar as novas sociedades então criadas – Águas do Tejo e Atlântico e Simarsul.

No final de 2024 a EPAL tinha 1.064 trabalhadores/as, dos quais 417 afetos à gestão delegada da AdVT.

|  | 2022         | 2023         | 2024         | Variação<br>2024/2023 |
|--|--------------|--------------|--------------|-----------------------|
| <b>N.º de trabalhadores a 31 de dezembro</b> | <b>1.058</b> | <b>1.058</b> | <b>1.064</b> | <b>+6</b>             |
| EPAL   | 642          | 642          | 647          | +5                    |
| Gestão delegada AdVT                         | 416          | 416          | 417          | +1                    |

A movimentação de pessoal ao longo do último triénio foi a seguinte:

|                      | 2022       | 2023     | 2024      |
|----------------------|------------|----------|-----------|
| Entradas             | 61         | 41       | 65        |
| Saídas               | 41         | 41       | 59        |
| <b>Saldo líquido</b> | <b>+20</b> | <b>-</b> | <b>+6</b> |

Em 2024 as saídas ocorridas foram compensadas por entradas, em termos líquidos, verificando-se ainda um acréscimo de 6 trabalhadores/as.

### CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O universo de 1.064 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2024, caracteriza-se por uma distribuição de 772 colaboradores do sexo masculino (73%) e 292 do sexo feminino (27%), conforme se ilustra no quadro seguinte:

|          | 2022 | 2023 | 2024 | Variação<br>2024/2023 |
|----------|------|------|------|-----------------------|
| Homens   | 777  | 779  | 772  | -7                    |
| Mulheres | 281  | 279  | 292  | +13                   |

Em 2024 a EPAL dispôs de 5 trabalhadores a termo incerto, contratados para fazer face a ausências prolongadas de trabalhadores efetivos.

|          | 2022  | 2023  | 2024  | Variação<br>2024/2023 |
|----------|-------|-------|-------|-----------------------|
| Efetivos | 1.058 | 1.058 | 1.059 | +1                    |
| A termo  | -     | -     | 5     | +5                    |

A idade média dos/as trabalhadores/as da EPAL cifrou-se nos 48 anos, mantendo a média verificada no ano anterior.

|                            | 2022         | 2023         | 2024         | Variação<br>2024/2023 |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------|
| Idade média                | 47           | 48           | 48           | -                     |
| Trab. Por estrutura etária | <b>1.058</b> | <b>1.058</b> | <b>1.064</b> | <b>+6</b>             |
| idade - <25                | 11           | 9            | 17           | +8                    |
| idade – 25-34              | 86           | 82           | 82           | -                     |
| idade – 35-44              | 317          | 301          | 277          | -24                   |
| idade – 45-54              | 368          | 393          | 421          | +28                   |
| idade - >55                | 276          | 273          | 267          | -6                    |

A antiguidade média mantém-se em 17 anos.

|                       | 2022         | 2023         | 2024         | Varição<br>2024/2023 |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|
| Antiguidade média     | 17           | 17           | 17           | -                    |
| Trab. por Antiguidade | <b>1.058</b> | <b>1.058</b> | <b>1.064</b> | <b>+6</b>            |
| antiguidade - <2      | 100          | 94           | 99           | +5                   |
| antiguidade - 2-5     | 137          | 158          | 158          | -                    |
| antiguidade - 6-10    | 45           | 46           | 84           | +38                  |
| antiguidade - 11-20   | 394          | 347          | 305          | -42                  |
| antiguidade - >20     | 382          | 413          | 418          | +5                   |

Cerca de 40% dos trabalhadores/as (429) detém qualificações ao nível do ensino superior.

|                              | 2022         | 2023         | 2024         | Varição<br>2024/2023 |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|
| Trab. por nível habilitações | <b>1.058</b> | <b>1.058</b> | <b>1.064</b> | <b>+6</b>            |
| Ensino Básico                | 227          | 220          | 196          | -24                  |
| Ensino Secundário            | 416          | 423          | 439          | +16                  |
| Ensino Superior              | 415          | 415          | 429          | +14                  |

No ano de 2024 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 16.014 horas de formação, tendo abrangido 1.643 participantes.

| Formação                 | 2022   | 2023   | 2024   |
|--------------------------|--------|--------|--------|
| N.º de horas de formação | 12.996 | 13.823 | 16.014 |
| Nº. Participantes        | 1.649  | 1.960  | 1.643  |

A Taxa de absentismo em 2024 foi de 3,83%, correspondente a 74.255 horas de ausência, sendo que cerca de 65% das horas foram remuneradas pela empresa.

| Absentismo          | 2022   | 2023   | 2024   |
|---------------------|--------|--------|--------|
| Taxa de absentismo  | 4,33%  | 3,59%  | 3,83%  |
| Horas de Absentismo | 82.215 | 68.682 | 74.255 |

Em 2024 ocorreram 40 acidentes de trabalho, dos quais 22 deram origem a situações de baixa médica.

| Acidentes de trabalho           | 2022 | 2023 | 2024 |
|---------------------------------|------|------|------|
| Total de acidentes de trabalho  | 47   | 34   | 40   |
| Acidentes de trabalho com baixa | 29   | 24   | 22   |

Os indicadores de segurança foram os seguintes:

| Índices de acidentes de trabalho                           | 2022  | 2023  | 2024  |
|--|-------|-------|-------|
| TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho | 19,74 | 18,44 | 18,71 |
| Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa      | 14,10 | 13,02 | 10,16 |

TF=NA/HTx10<sup>6</sup> | Tf=NAita/HTx10<sup>6</sup>

NA – Número de acidentes

NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

### ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A EPAL, empresa do setor empresarial do Estado integrada no Grupo Águas de Portugal, norteou a sua atividade em 2024 com base em orientações estratégicas gerais estabelecidas por Deliberação Unânime por Escrito em 3 de novembro de 2023. Essas diretrizes, juntamente com os indicadores de desempenho para o atual mandato, definem que a empresa deverá garantir, sem prejuízo da sua autonomia de gestão, que:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

### Orientações Estratégicas Específicas

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

1. **Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais**, nomeadamente:
  - 1.1 Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
  - 1.2 Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
  - 1.3 Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
  - 1.4 Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
  - 1.5 Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
  
2. **Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial**, em especial:
  - 2.1 Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
  - 2.2 Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
  - 2.3 Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
  - 2.4 Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
  
3. **Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais**, tendo em vista:

- 3.1 O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
  - 3.2 A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
  - 3.3 No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
4. **Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:**
- 4.1 Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
  - 4.2 Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espetro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
  - 4.3 Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
  - 4.4 Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. **Elevar os níveis de eficiência e consistência**, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
- 5.1 Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
  - 5.2 No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. **Assegurar as boas práticas na gestão de ativos**, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
  - 6.1 Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
  - 6.2 Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
  - 6.3 Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
  - 6.4 Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
  - 6.5 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
  
7. **Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional**

## A ATIVIDADE

### *Introdução*

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL a manutenção da sua gestão delegada, conforme decorre do disposto nos Decretos-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e n.º 34/2017, de 24 de março.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

### ***Água em Alta***

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.

### ***Água em Baixa***

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 369 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

### ***Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo***

A EPAL é responsável por assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o

Concedente e Entidade Reguladora, e que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

### ***Outras Atividades***

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água – WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – *Waterbeep*;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação através da Academia das Águas Livres.

## Atividade Operacional

### PRODUÇÃO DE ÁGUA

O ano de 2024 foi caracterizado por uma certa estabilidade ao nível da disponibilidade hídrica, à imagem do que se verificou no ano de 2023. Com efeito, os valores de precipitação registados no território de Portugal continental, particularmente no centro e norte do país, foram na mesma ordem de grandeza idênticos aos de 2023, garantindo, deste modo, a necessária afluência de caudais às linhas de água, permitindo assegurar a disponibilidade de volumes nas principais origens de água da EPAL (albufeira de Castelo do Bode e rio Tejo).

#### Origens

Ao longo do ano de 2024 foram utilizadas como origens principais as captações superficiais de água na Albufeira de Castelo do Bode (rio Zêzere) e no rio Tejo em Valada. Como origens complementares ou com importância, fundamentalmente, local ou regional, foram também utilizadas diferentes captações subterrâneas, designadamente: Lezírias, Ota e Alenquer, e ainda, no caso do sistema Oeste, as captações subterrâneas do Farol, Vassala, Reguengo Grande, Pó, Alcoentre, Casais da Areia, Azambuja, Arrifana e Casais de Britos 2.

#### Ciclo da Água

|                                     |                      | 2022               | 2023               | 2024               | Varição<br>2024/2023 |
|-------------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| <b>Água captada</b>                 | <b>m<sup>3</sup></b> | <b>225.064.451</b> | <b>233 422 570</b> | <b>237 300 179</b> | <b>1,7%</b>          |
| Castelo de Bode                     | m <sup>3</sup>       | 161.152.938        | 176 317 339        | 159 138 336        | -9,7%                |
| Valada Tejo                         | m <sup>3</sup>       | 48.198.150         | 39 303 620         | 54 853 350         | 39,6%                |
| Capt. Subterrâneas                  | m <sup>3</sup>       | 13.846.447         | 15 710 594         | 21 069 028         | 34,1%                |
| Capt. Sistema Oeste                 | m <sup>3</sup>       | 1.866.926          | 2 091 017          | 2 239 465          | 8,1%                 |
| <b>Água tratada/produzida</b>       | <b>m<sup>3</sup></b> | <b>224.600.916</b> | <b>232 984 416</b> | <b>236 744 886</b> | <b>1,6%</b>          |
| Castelo de Bode                     | m <sup>3</sup>       | 161.147.632        | 176 312 240        | 159 133 201        | -9,7%                |
| Valada Tejo                         | m <sup>3</sup>       | 47.744.530         | 38 872 940         | 54 304 380         | 39,7%                |
| Capt. Subterrâneas                  | m <sup>3</sup>       | 13.846.447         | 15 710 594         | 21 069 028         | 34,1%                |
| Capt. Sistema Oeste                 | m <sup>3</sup>       | 1.862.308          | 2 088 642          | 2 238 278          | 7,2%                 |
| <b>Água Vendida</b>                 | <b>m<sup>3</sup></b> | <b>199.766.483</b> | <b>204 967 791</b> | <b>207 143 335</b> | <b>1,1%</b>          |
| Clientes Municipais/Multimunicipais | m <sup>3</sup>       | 150.427.934        | 153 901 043        | 155 486 960        | 1,0%                 |
| Clientes Diretos                    | m <sup>3</sup>       | 49.338.549         | 51 066 749         | 51 656 375         | 1,2%                 |
| <b>Água não faturada (ANF)</b>      | <b>m<sup>3</sup></b> | <b>25.297.978</b>  | <b>28 454 779</b>  | <b>30 156 844</b>  | <b>6,0%</b>          |
| ANF na Rede de Distribuição         | m <sup>3</sup>       | 9.521.192          | 11 387 162         | 12 774 461         | 12,2%                |
| ANF na Produção e Transporte        | m <sup>3</sup>       | 15.776.786         | 17 067 617         | 17 382 383         | 4,2%                 |
| <b>Água não faturada</b>            | <b>%</b>             | <b>11,2%</b>       | <b>12,2%</b>       | <b>12,7%</b>       | <b>0,01 p.p.</b>     |
| ANF na Rede de Distribuição         | %                    | 10,9%              | 12,8%              | 13,4%              | 0,01 p.p.            |
| ANF na Produção e Transporte        | %                    | 7,0%               | 7,3%               | 7,3%               | 0,00 p.p.            |

O volume de água captada no ano de 2024 foi de 237,3 milhões de m<sup>3</sup>, superior em 3,9 milhões de m<sup>3</sup> (1,7%) ao verificado no período homólogo.

A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou cerca de 67% do total da água captada na Empresa.

A captação de Valada Tejo continuou a assumir um papel relevante no total de volume produzido, representando no corrente ano cerca de 23% do volume total, verificando-se assim um acréscimo de cerca de 40% face ao verificado em 2024.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apesar da subida verificada, imaterial, apresentando um valor de 12,7%, que representa um aumento de 0,01 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior.

### Adução

A EPAL dispõe de um sistema de Produção e Transporte constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, os quais se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m<sup>3</sup>/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m<sup>3</sup>, e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada.

Estes subsistemas são constituídos por 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 27 Reservatórios e 23 Postos de Cloragem.

|                       |     | 2022 | 2023 | 2024 | Variação<br>2024/ 2023 |
|-----------------------|-----|------|------|------|------------------------|
| Comprimento Conduitas | km  | 696  | 696  | 695  | -1                     |
| Est. Tratamento Água  | n.º | 2    | 2    | 2    | 0                      |
| Est. Elevatórias      | n.º | 31   | 31   | 31   | 0                      |
| Reservatórios         | n.º | 27   | 27   | 27   | 0                      |
| Postos de Cloragem    | n.º | 23   | 23   | 23   | 0                      |
| Pontos de Entrega     | n.º | 190  | 193  | 190  | -3                     |

*Nota: As infraestruturas acima não incluem as operadas na região Oeste*

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte, como o aqueduto Alviela, e os adutores Vila Franca de Xira-Telheiras, Circunvalação e Costa do Sol.

### Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdelha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

### Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em emergências dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.

### Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em emergências).

### Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro, tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

### Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

### Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços “Alfragide-Caxias”, “Caxias-Estoril” e “Estoril-Cobre”, num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

No ano de 2024 verificaram-se 33 avarias em condutas na rede de adução, registando-se uma diminuição nas avarias em condutas da EPAL superior a 50% face ao ano anterior.

|  |     | 2022      | 2023      | 2024      | Varição<br>2024/2023 |
|--|-----|-----------|-----------|-----------|----------------------|
| <b>Avarias em Condutas na Rede de Adução</b> | n.º | <b>95</b> | <b>71</b> | <b>33</b> | <b>-38</b>           |
| Sistema EPAL                                 | n.º | 67        | 45        | 20        | -25                  |
| Sistema Oeste                                | n.º | 28        | 26        | 13        | -13                  |

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas no sistema de produção e transporte:

### Subsistema Castelo do Bode:

Ao longo do ano de 2024, os níveis da Albufeira de Castelo do Bode variaram entre 111,9 m e 120,3 m. A recuperação do volume armazenado na albufeira decorreu no primeiro trimestre do ano, devido à forte precipitação ocorrida nesse período, com destaque para a registada no mês de março, permitindo que o nível médio anual registado tenha sido de 115,9 m, situação que se configurou ligeiramente inferior face ao verificado em 2023, em que o nível médio anual correspondeu a 116,4 m.

Entre as intervenções de conservação e/ou melhoria realizadas no sistema de abastecimento de água de Castelo de Bode, no decorrer do ano de 2024, destacam-se:

- No âmbito da Empreitada de Beneficiação da ETA da Asseiceira, “ASSEICEIRA, 0%”, foram concluídos diversos trabalhos, nomeadamente a instalação das válvulas de seccionamento no anel de água de

lavagem dos filtros e duplicação da tubagem de entrada de água do reservatório elevado da linha 1, a substituição das tubagens da aspiração dos grupos eletrobomba nas cisternas de água de lavagem dos filtros e cisternas de água filtrada, incluindo a respetiva instalação de medição de caudal nos diferentes circuitos, a alteração da entrada de água de lavagem dos filtros na câmara de repartição de caudal aos espessadores, o prolongamento e interligação da tubagem de admissão de água de cal ao tanque 2 e redundância ao nível da aspiração dos grupos de água de cal, substituição dos motores redutores dos agitadores das câmaras de mistura rápida nas duas linhas de tratamento e na cuba de insolúveis de cal, substituição integral do quadro elétrico dos saturadores de cal, e a instalação de analisadores de turvação nos 24 filtros da linha 1;

- No âmbito da empreitada de Conceção/Construção da duplicação do canal de água bruta da Unidade de Produção para Autoconsumo, constituída por gerador de energia elétrica de fonte hídrica (100 kW AC) e gerador de energia de fonte fotovoltaica (600 kW AC) da ETA de Asseiceira e interligações em média tensão, foram concluídos os novos canais de ligação à bateria de filtração da linha 1, e a instalação dos painéis fotovoltaicos, estando prevista a receção do parafuso de Arquimedes durante o 1º trimestre de 2025;
- Foram realizadas diversas operações de conservação e limpeza de canais, caleiras e beneficiação de zonas funcionais da ETA de Asseiceira, nomeadamente em órgãos de tratamento da linha 1 e da linha 2, realçando-se no primeiro trimestre a limpeza e beneficiação integral dos saturadores de cal;
- Ao longo do ano realizaram-se ensaios de funcionamento da etapa de flotação da linha 1 na ETA de Asseiceira, com o objetivo de avaliar o seu desempenho e manter a sua operacionalidade;
- Entre maio e setembro foram encaminhadas 1.867,90 toneladas de lamas secas para incorporação na indústria do cimento, que se encontravam depositadas no parque de lamas da ETA;
- Durante o ano continuaram os trabalhos de *upgrade* do *Scada* do centro de comando da Asseiceira, incorporando as novas alterações decorrentes da empreitada do "ASSEICEIRA 0%";
- No Subsistema de Abastecimento de Água da Mendacha, manteve-se o reforço do abastecimento a este subsistema com recurso à água proveniente da ETA da Asseiceira. Os volumes de água captados a partir dos furos da Mendacha representaram 5,5% do volume anual entregue a este subsistema;
- Ao longo do ano continuaram as melhorias e beneficiações na operação do Médio Tejo e Zêzere, destacando-se a automatização e integração na telegestão de diversas variáveis de controlo da Estação Elevatória (EE) Praia do Ribatejo e EE Alto D. Luís. Foram adicionalmente realizadas diversas melhorias ao nível da segurança da água e da proteção dos trabalhadores nas instalações do subsistema da Mendacha;
- Em abril, iniciou-se a Empreitada de "Reconstrução da Célula 2 do Reservatório Choromela (Tomar) e Construção da Central Hidroressoradora da Quinta da Capela (Entroncamento)", tendo a célula 2 do Reservatório da Choromela ZB entrado em exploração em dezembro 2024;

- Em maio ficou concluída a reconversão integral do posto de cloragem da Mendacha, tendo sido alterado o reagente utilizado de cloro gás para hipoclorito de sódio;
- Ao longo do ano realizaram-se os ensaios de estanquidade nos reservatórios do sistema de abastecimento do Médio Tejo e Zêzere, bem como as respetivas ações de higienização.

#### Subsistema Tejo:

A qualidade da água do rio Tejo ao longo do ano 2024 foi considerada satisfatória, apresentando padrões de qualidade acima da média. Contudo, entre meados de maio e meados de junho, detetou-se a presença de uma microalga na água bruta, que não é comum existir no rio Tejo, cuja espécie se denomina *Synedra sp*, do grupo *Bacillariophyceae*. Face à presença da mencionada microalga, os filtros de ambas as linhas de tratamento evidenciaram rápida colmatação, condicionando a operação com impacto ao nível da redução da produção de água tratada na ETA de Vale da Pedra.

Verificou-se, durante as diversas lavagens, que os filtros se apresentavam colmatados, constatando-se a presença de uma “película” que impossibilitava a passagem de água decantada, cenário que condicionou globalmente a operação unitária de filtração, pese embora a água decantada apresentasse valores de turvação muito baixos e um aspeto visual dentro da normalidade.

A situação descrita foi ultrapassada, tendo sido posteriormente objeto de estudo de investigação específica.

A produção de água na ETA de Vale da Pedra em 2024 foi muito superior comparativamente ao ano anterior, como consequência das limitações de produção na ETA de Asseiceira, decorrentes de sucessivas paragens relacionadas com a obra em curso nesta instalação.

Em maio, agosto e outubro foi encaminhado para destino final um quantitativo global de 1.016,96 toneladas de lamas secas de clarificação do processo de produção de água para consumo humano, que se encontravam depositadas no Parque de Lamas da ETA de Vale da Pedra, para incorporação na indústria do cimento.

No último trimestre do ano de 2024 foram substituídas ambas as linhas de cloro, designadamente das etapas de pré e pós Cloragem da ETA de Vale da Pedra, colocados novos órgãos de manobra em cada linha e efetuada uma revisão geral aos evaporadores existentes.

#### Zona Oeste:

Durante o ano em apreço destaca-se a realização das seguintes atividades:

- Beneficiação do edifício do PT da Quinta da Vassala;
- Intervenção no Furo JK1 de Casais da Areia, durante os meses de outubro e novembro, com a substituição do grupo eletrobomba submersível;

- Beneficiação do recinto do Reguengo Grande, com a instalação de balneários, a beneficiação do edifício administrativo, envolvendo melhorias nos arranjos exteriores e fornecimento de água da rede pública;
- Beneficiação/ativação das captações de Ferro Velho e Lavadouros, através da:
  - Colocação de quadros elétricos e autómatos, o que permite transmitir a informação para o Centro de Comando Central;
  - Beneficiação e execução das caixas de manobra, com colocação de troços de conduta novos, válvulas, ventosas, medidores de caudal e picagens (para a recolha de amostras de água bruta e água tratada, medição de pressão e injeção de hipoclorito de sódio);
  - Implementação de desinfecção com hipoclorito de sódio, o que permite uma desinfecção direta da água captada, melhorando a qualidade da água abastecida;
- Colocação de medidor de caudal no troço comum dos furos 6 e 7 de Reguengo Grande e implementação de medidas para disponibilizar a medição de caudal no sinótico de telegestão;
- Melhoria das condições operacionais do recinto do Pó, envolvendo, nomeadamente:
  - Alteração da localização do posto de cloragem, com a impermeabilização da sala de cloragem e realocação do chuveiro;
  - Impermeabilização e remodelação do chão da sala dos quadros elétricos;
  - Realocação da injeção de hipoclorito de sódio e do ponto de amostragem de água tratada.
- Execução de ligação da conduta elevatória de Turquel à conduta elevatória de Casal do Rei e de Paraventa, na EE da Senhora da Luz, permitindo colocar água nos reservatórios de Casal do Rei e de Paraventa, na ausência ou avaria de grupos elevatórios destes subsistemas, aumentando deste modo a resiliência da instalação decorrente da redundância resultante da intervenção;
- Intervenção no reservatório Municipal de Turquel, visando a utilização de maior volume útil de armazenamento no reservatório, aumentando a disponibilidade de água a fornecer a este ponto de entrega (PE).

### **Distribuição**

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e, devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas:

- Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m);
- Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m);
- Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m); e
- Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m).

Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 161 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por 1.453 km de condutas de Sistemas de distribuição e adução, com 105,5 mil ramais de abastecimento, 13 reservatórios e 11 estações elevatórias.

|                     |     | 2022    | 2023    | 2024    | Variação<br>2024/2023 |
|---------------------|-----|---------|---------|---------|-----------------------|
| Comprimento da Rede | km  | 1.449   | 1.452   | 1.453   | +1                    |
| Est. Elevatórias    | n.º | 11      | 11      | 11      | -                     |
| Reservatórios       | n.º | 13      | 13      | 13      | -                     |
| Ramais              | n.º | 104.285 | 105.183 | 105.534 | +351                  |
| Zonas Altimétricas  | n.º | 4       | 4       | 4       | -                     |

|  |     | 2022 | 2023 | 2024 | Variação<br>2024/2023 |
|--|-----|------|------|------|-----------------------|
| Avarias em Condutas na Rede de Distribuição              | n.º | 425  | 389  | 379  | (10)                  |
| Avarias em Condutas/ 100 km/ ano na Rede de Distribuição | n.º | 29   | 27   | 26   | (1)                   |
| Roturas em Ramais  | n.º | 503  | 547  | 488  | (59)                  |

Registou-se no ano de 2024, uma diminuição de cerca de 2,6% nas avarias em condutas de rede de distribuição (-10 avarias), e o número de roturas em ramais também diminuiu em 10,8% (-59 roturas).

O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede atingiu o valor de 26 avarias/100 km rede/ano, inferior ao verificado no ano anterior.

## QUALIDADE DA ÁGUA

A Direção de Laboratórios é o órgão da Empresa responsável pelo controlo analítico/monitorização da qualidade da água ao longo dos sistemas de abastecimento da EPAL (incorporando as componentes de captação, tratamento, adução e distribuição), manteve durante o ano de 2024, uma das atividades consideradas prioritárias para a continuidade do negócio da Empresa - a verificação da qualidade/segurança da água produzida e distribuída.

### Controlo de Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA).

Este Plano integra as seguintes componentes:

- **Controlo legal** da qualidade da água nas Torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa, nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e nos pontos de entrega a Clientes diretos abastecidos através do sistema de adução, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto;
- **Controlo operacional/vigilância** da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc.);
- **Controlo dos processos de tratamento** (água, efluentes e lamas) realizado nas Estações de Tratamento de Água;
- **Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água.**

No que respeita aos Pontos de Amostragem:

#### **Controlo Legal**

No âmbito do controlo legal foram efetuadas, no ano 2024, colheitas em 1 623 pontos de amostragem:

- 1 452 pontos de amostragem nas torneiras de Clientes;
- 163 pontos de amostragem instalados nos locais de entrega de água às Entidades Gestoras, sendo que o sistema de abastecimento de água da EPAL fornece água em alta a 31 Entidades Gestoras através de 194 locais físicos (pontos de faturação);
- 8 pontos de amostragem instalados nas entregas aos Clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras.

#### **Controlo Operacional/Vigilância**

No âmbito do controlo operacional foram efetuadas colheitas em 353 pontos de amostragem:

- 178 pontos fixos de amostragem na rede de distribuição da cidade de Lisboa;
- 112 pontos de amostragem representativos do sistema de adução e transporte;
- 63 pontos de amostragem instalados nas origens de água.

#### **Controlo dos Processos de Tratamento**

No âmbito do controlo de processo, foram efetuadas colheitas em 42 pontos de amostragem representativos das diferentes etapas do processo de tratamento de água instalado na ETA da Asseiceira e na ETA de Vale da Pedra, bem como dos respetivos efluentes e lamas.

#### **Controlo dos Produtos Utilizados no Tratamento de Água**

No âmbito do controlo de produtos utilizados no tratamento de água, foram efetuadas colheitas em 66 pontos de amostragem representativos do controlo dos produtos de tratamento utilizados na ETA da Asseiceira, na ETA de Vale da Pedra e no Sistema de adução e distribuição da EPAL.

Já no que se refere às determinações realizadas, durante o ano 2024, foram colhidas 14.036 amostras de diferentes matrizes no âmbito do PCQA, sendo que 6.659 amostras de água para consumo humano, águas superficiais e águas subterrâneas foram colhidas para cumprimento do implementado no âmbito do controlo legal e do controlo operacional/vigilância e 7.377 amostras foram colhidas para cumprimento do definido no controlo de processo (água, efluentes e lamas) e controlo dos produtos utilizados no tratamento de água para consumo humano.

Foram realizadas 201.468 determinações de parâmetros, das quais cerca de 1.079 determinações foram contratadas a laboratórios externos, o que corresponde a cerca de 0,5% do total de determinações realizadas no âmbito do PCQA.

Apresenta-se no quadro seguinte a distribuição de determinações pelas diferentes componentes do controlo da qualidade, bem como a respetiva evolução do ano 2022 ao ano 2024:

| Controlo Legal                                | N.º de Determinações de Parâmetros |               |               |
|---|------------------------------------|---------------|---------------|
|   | 2022                               | 2023          | 2024          |
| Clientes Diretos através da Adução            | 721                                | 748           | 704           |
| Entregas a Entidades Gestoras                 | 17 444                             | 17 151        | 16 300        |
| Torneiras de Consumidores na Cidade de Lisboa | 12 728                             | 13 644        | 13 172        |
| <b>Subtotal</b>                               | <b>30 893</b>                      | <b>31 543</b> | <b>30 176</b> |

|   | N.º de Determinações de Parâmetros |                |                |
|---|------------------------------------|----------------|----------------|
|   | 2022                               | 2023           | 2024           |
| <b>Controlo Legal</b>                       |                                    |                |                |
| Controlo Operacional/Vigilância             |                                    |                |                |
| Origens (superficiais e subterrâneas)       | 12 700                             | 13 737         | 14 246         |
| Sistema de Adução (desde saída das ETA)     | 68 000                             | 68 139         | 63 651         |
| Rede de Distribuição (Pontos fixos)         | 27 745                             | 29 495         | 27 743         |
| <b>Subtotal</b>                             | <b>108 445</b>                     | <b>111 371</b> | <b>105 550</b> |
| Controlo Processo (Água, Efluentes e Lamas) |                                    |                |                |
| ETA da Asseiceira                           | 13 464                             | 12 196         | 12 343         |
| ETA de Vale da Pedra                        | 50 040                             | 51 339         | 51 744         |
| <b>Subtotal</b>                             | <b>63 504</b>                      | <b>63 535</b>  | <b>64 087</b>  |
| Controlo de Produtos de Tratamento          |                                    |                |                |
| ETA da Asseiceira                           | 189                                | 112            | 41             |
| ETA de Vale da Pedra                        | 944                                | 993            | 978            |
| Sistema de Adução/Distribuição              | 105                                | 410            | 636            |
| <b>Subtotal</b>                             | <b>1 238</b>                       | <b>1 515</b>   | <b>1 655</b>   |
| <b>Total</b>                                | <b>204 080</b>                     | <b>207 964</b> | <b>201 468</b> |

*Nota: Dados obtidos à data da elaboração deste relatório*

Decorrentes de solicitações pontuais das áreas operacionais da EPAL, entre as quais solicitações no âmbito do tratamento de Reclamações da Qualidade da Água, de Processos de Incumprimentos de Valores de Alerta e de Valores Paramétricos/Recomendados, de operações de Lavagem e Desinfeção de Conduitas e de Reservatórios, arranque de novas origens, etc., foram colhidas cerca de 2.740 amostras que originaram 27.565 determinações de parâmetros.

### Avaliação da Qualidade da Água

#### a) Qualidade da água nas origens

##### Captações superficiais

- **Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode**

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A2 para os parâmetros Coliformes totais, Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados e Oxigénio dissolvido e na Classe A1 para os restantes parâmetros, sendo de referir que a ETA da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

- **Rio Tejo - Valada Tejo**

A qualidade da água do rio Tejo, em Valada Tejo, integra-se na Classe superior a A3 para os parâmetros Substâncias extraíveis com clorofórmio e Temperatura, na Classe A3 para o parâmetro Coliformes totais, na Classe A2 para os parâmetros Coliformes fecais, Cor, Estreptococos fecais e Salmonelas, na Classe superior a A1 para o parâmetro Sólidos suspensos totais e para os restantes parâmetros controlados, na Classe A1. A ETA de Vale da Pedra tem igualmente instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

### **Captações subterrâneas**

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade da água.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nas captações subterrâneas utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano (não considerando as captações de reserva da Empresa), foram:

- Bário: Alcoentre, Arrifana, Azambuja, Casais da Areia, Casais de Britos II, Lezírias e Quinta da Vassala;
- Cobre: Reguengo Grande;
- Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados: Casais de Britos II e Reguengo Grande;
- Nitratos: Casal da Galharda e Óbidos;
- Temperatura: Lezírias.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Recomendado (VMR) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nas captações subterrâneas utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano, foram:

- Azoto amoniacal: Alenquer, Figueiros, Lezírias, Pó e Quinta da Vassala;
- Azoto Kjeldahl: Casal da Galharda, Óbidos e Reguengo Grande;
- Cloretos: Figueiros e Lezírias;
- Cobre: Reguengo Grande;
- Coliformes fecais: Casal da Galharda e Ota;
- Coliformes totais: Alenquer, Casal da Galharda, Figueiros, Lezírias, Ota, Pó e Quinta da Vassala;
- Condutividade: Azambuja, Casal da Galharda, Figueiros e Lezírias;
- Estreptococos fecais: Figueiros;

- Manganês: Casal da Galharda e Lezírias;
- Nitratos: Casal da Galharda, Óbidos, Pó e Reguengo Grande;
- pH: Óbidos e Quinta da Vassala;
- Salmonelas: Lezírias, Pó e Reguengo Grande;
- Substâncias extraíveis com clorofórmio: Alenquer, Lezírias e Ota;
- Sulfatos: Casal da Galharda e Lezírias;
- Temperatura: Alenquer, Azambuja, Lezírias e Quinta da Vassala.

No que diz respeito Valor mínimo Recomendado (VmR) definido para a Classe A1 no mesmo diploma legal, as captações subterrâneas que apresentaram valores inferiores ao valor de referência definido para o parâmetro Oxigénio dissolvido, foram as captações de Alenquer, Azambuja, Casais de Britos II, Casal da Galharda, Figueiros, Lezírias, Óbidos, Pó, Quinta da Vassala e Reguengo Grande.

No entanto, a mistura de água proveniente dos diferentes furos, com a água proveniente das ETA permite garantir a qualidade da água fornecida de acordo com a legislação em vigor.

#### **b) Qualidade da água fornecida/distribuída**

##### **Água distribuída na cidade de Lisboa**

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,37% (49 incumprimentos) das determinações de parâmetros realizadas nas torneiras dos consumidores.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,08% de incumprimentos do total de determinações de parâmetros (22 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrências de incumprimentos nas torneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conformes se devem a problemas das redes prediais.

##### **Água entregue em Alta**

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,12% de valores não conformes (19 incumprimentos).

**EPAL - Indicador AA04 da ERSAR - Água Segura**

Utilizando a metodologia de quantificação de incumprimentos e número de determinações de parâmetros com Valor Paramétrico (VP) adotada pela ERSAR para estimativa do indicador AA04 - Água Segura, a EPAL obteve os seguintes resultados:

| Sistema de distribuição | Água Segura (%) - EPAL |       |       |
|-------------------------|------------------------|-------|-------|
|                         | 2022                   | 2023  | 2024  |
| Em baixa                | 99,29                  | 99,60 | 99,51 |
| Em alta                 | 99,72                  | 99,86 | 99,87 |

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da Empresa.

**Divulgação de dados**

No sítio [www.epal.pt](http://www.epal.pt) são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras, com periodicidades mensal e trimestral, respetivamente.

Adicionalmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, procede-se ao envio trimestral a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

**Plano de segurança da água**

Durante o ano de 2024, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito do Plano de Segurança da Água (PSA) da EPAL:

- Compilação e tratamento de dados analíticos relativos à qualidade da água do ano 2023, contemplando as componentes da monitorização operacional e legal do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA), no formato definido pelo Regulador;

- Submissão no portal da ERSAR destes dados para suportar as avaliações de risco bem como para a definição de parâmetros/frequências a incluir no PCQA da EPAL de 2025.

### **Prestação de Serviços Analíticos**

A Direção de Laboratórios da EPAL é detentora de grande credibilidade no meio laboratorial nacional, facto que é comprovado pelo carácter das instituições que recorrem aos seus serviços.

Durante o ano de 2024, apresentaram-se 95 propostas/candidaturas a concursos públicos e convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises em diversas matrizes de águas, produtos do tratamento e ensaios a materiais em contacto com água para consumo humano, num valor global de quase 500 mil euros (parte das propostas tem um período de vigência plurianual).

Destas propostas, foram adjudicadas 62, num montante global de cerca de 250 mil euros, com uma distribuição equitativa entre ensaios a materiais em contato com a água e ensaios de águas (naturais, processo e consumo humano).

No ano 2024, no âmbito de prestações de serviços a clientes externos à EPAL, foram colhidas/rececionadas 3.056 amostras de água para análise, correspondentes a 15.395 determinações de parâmetros.

### **Acreditação dos Laboratórios de Ensaio e da Amostragem pela Norma Np EN ISO/IEC 17025**

A EPAL dispõe de dois laboratórios de ensaios, localizados em Lisboa (Parque das Nações) e no recinto da Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra, que estão acreditados segundo a Norma NP/EN ISO IEC 17025, pelo IPAC, enquanto entidade acreditadora nacional.

Os laboratórios da EPAL dispõem de equipamentos de última geração e de recursos humanos que lhes permite executar quase a totalidade de ensaios obrigatórios na legislação em vigor, segundo critérios de controlo de qualidade analítica rigorosos, permitindo a garantia da exatidão e precisão dos resultados obtidos.

Em 2024 a Direção de Laboratórios manteve o estatuto de laboratório acreditado e completou um quarto de século de acreditação, já que o primeiro Certificado de Acreditação foi concedido pelo IPAC a 8 de julho de 1999.

A maioria dos ensaios realizados nas duas unidades laboratoriais da EPAL são acreditados, na sua grande parte para ensaios em matrizes de águas doces superficiais e subterrâneas. Contudo, nos últimos anos tem-se vindo a aumentar o seu âmbito da acreditação, para contemplar ensaios para análises de lamas e

sedimentos, produtos químicos utilizados no tratamento, efluentes líquidos e materiais em contato com a água.

Além da acreditação de métodos de ensaio, está também acreditada para o processo de colheita, transporte e preservação/conservação de amostras de água (naturais e de consumo humano) para análise nos laboratórios. A listagem completa dos ensaios acreditados está disponível nos Anexos Técnicos L0242-1 e L0242-2 publicados pelo IPAC e nas Listas de ensaios no âmbito da Acreditação Flexível Intermédia e Global em vigor emitidas por LAB.

Em particular, durante o ano de 2024, foi obtido o estatuto de Laboratório acreditado para um conjunto de novos parâmetros de qualidade, nalguns casos com a implementação e validação de métodos de ensaios diferenciadores no panorama laboratorial nacional, para cumprimento de novos requisitos da qualidade da água, entre outros:

- Determinação Quantitativa de PFAS e respetiva colheita de amostras;
- Determinação Quantitativa de Glifosato e AMPA e respetiva colheita de amostras;
- Quantificação de Colifagos somáticos e respetiva colheita de amostras;
- Contagem de colónias a 30°C e respetiva colheita de amostras.

Ainda durante o ano de 2024, incrementou-se o seu âmbito de acreditação, com a obtenção do estatuto de acreditação flexível global para alguns métodos de ensaios já acreditados, e aumentou-se a sua robustez/capacidade de resposta, implementando e acreditando metodologias de ensaio mais expeditas, automatizando alguns processos laboratoriais, incrementando o grau de digitalização das suas atividades e aumentando o grau de redundância através da implementação/validação/acreditação de métodos de ensaio disponíveis parâmetros da qualidade mais críticos.

## ATIVIDADE COMERCIAL

Com a adjudicação de um concurso público em 2024, foi possível reforçar os serviços de assistência domiciliária e a realização de leituras, melhorando a relação comercial com os clientes, refletindo-se principalmente na atividade de Atendimento a Clientes, com um aumento substancial na procura, o que se revelou um desafio no cumprimento dos objetivos estabelecidos. O referido aumento de procura também proporcionou uma oportunidade para avaliar e reorganizar os processos de atendimento, o que culminou em ganhos significativos na performance da equipe, permitindo uma resposta mais ágil e eficiente às necessidades dos clientes.

Outro marco importante foi a alteração da periodicidade das leituras, que em julho passou de quadrimestral para bimestral. Após um período de adaptação das equipas, essa mudança mostrou-se altamente satisfatória, trazendo melhorias substanciais na precisão da faturação e na qualidade do serviço prestado, com impacto na diminuição das reclamações.

No que se refere a Clientes Estratégicos da Cidade de Lisboa, manteve-se uma abordagem de proximidade, garantindo um contacto personalizado e dando continuidade à realização de reuniões promovidas com diversas Entidades, nomeadamente hospitais, hotéis, faculdades e escolas, entre outros, potenciando uma maior articulação e acompanhamento dos assuntos.

Foram igualmente realizadas reuniões com diversas Juntas de Freguesia de Lisboa, nas quais foram abordados diversos temas no âmbito do contrato de abastecimento de água, nomeadamente faturação/dívida, bem como a promoção de produtos e serviços, destacando-se o *Waterbeep*, que lhes permite controlar os consumos efetuados.

No âmbito do relacionamento com a Câmara Municipal de Lisboa, manteve-se um estreito contacto para acompanhamento de diversos assuntos, com destaque na articulação na preparação e garantia do abastecimento a eventos que marcaram a agenda da cidade de Lisboa, como é o caso de “La Vuelta 2024” e “Rock in Rio Lisboa 2024”. Este último, realizado pela primeira vez no novo recinto do Parque Tejo Lisboa, tendo contado com uma forte colaboração da EPAL na preparação do evento, o que permitiu assegurar com sucesso as condições de abastecimento de água enquanto decorreu o evento.

Através do Protocolo de Cooperação com AHP - Associação da Hotelaria de Portugal, a EPAL marcou mais uma vez presença no Congresso anual organizado por esta Associação, tendo-se aproveitado esta oportunidade de comunicar com o segmento da hotelaria, para promover os produtos e serviços da EPAL, como a garrafa “*Lisbon Soul*”, peça de design exclusivo do Arquitecto Siza Vieira e o serviço *Waterbeep*. Neste congresso, foi ainda divulgada aos hotéis a campanha “A água da EPAL é uma escolha Segura e Sustentável”, realizada em parceria com a AHP, tendo como objetivo promover a qualidade da água da EPAL e o seu uso eficiente.

A monitorização em contínuo efetuada pela EPAL através do *WONE*, permitiu que se continuasse a comunicar e conseqüentemente a alertar vários clientes estratégicos para a existência de potenciais roturas nas respetivas redes de abastecimento. Este trabalho permitiu, com elevado grau de eficácia, que os clientes identificassem as respetivas fugas e, por conseguinte, permitindo a redução das perdas, aumentando assim significativamente a eficiência na utilização de um recurso essencial como a água.

No que se refere à atividade de novas ligações, deu-se continuidade ao projeto de implementação do novo Balcão Digital, participando-se em diversas reuniões de acompanhamento. Este projeto considerado como prioritário, uma vez que permitirá ao cliente entregar os projetos e acompanhar o seu desenvolvimento através da internet, sem necessidade de recorrer ao papel, nem às lojas físicas. É previsível que no primeiro trimestre de 2025 seja colocada online a primeira versão, onde será possível solicitar os valores de pressão disponíveis na rede geral de distribuição da EPAL. Com esta implementação será ainda possível validar a forma de registo/acesso ao balcão, bem como a atribuição do Perfil de Técnico.

Em fevereiro de 2024 teve início um Projeto Piloto de Digitalização do Arquivo Físico correspondente aos projetos de redes prediais (arquivo residente). Tal não se traduz apenas em converter suporte em papel para digital, mas sim na criação de uma determinada classificação/indexação por processo para que a informação seja integrada no AQUAmatrix e, através do sistema de gestão de Clientes, se possa consultar o projeto de rede predial de um prédio e/ou uma fração.

A EPAL manteve a prestação de serviços de *Contact Center* a outras entidades gestoras, disponibilizando um conjunto variado de soluções que garantem a otimização da gestão dos contactos dos clientes e assegurando um atendimento 24h por dia, 365 dias por ano, o que se traduz numa melhoria da qualidade do serviço prestado. Este serviço está disponível em duas empresas do Grupo AdP, Águas do Alto Minho e Águas de Santo André, registando-se um feedback positivo das entidades e dos seus clientes, que deste modo têm ao dispor um atendimento em contínuo.

Colaborou-se ainda no acompanhamento do projeto da Câmara Municipal de Lisboa para promover a instalação de 70 cabines sanitárias na cidade de Lisboa, em articulação com a empresa que tem a concessão das cabines sanitárias.

Manteve-se a participação no trabalho normativo produzido no âmbito do CEN Comité Europeu de Normalização (CEN), através das duas subcomissões SC1 - Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (ligação ao CEN/TC 164 - *Water supply*) e a SC 2 Sistemas Públicos de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais (ligação ao CEN/TC 165 - *Wastewater engineering*). Em 2024, este contributo foi essencialmente ao nível do acompanhamento das votações propostas pelos vários grupos de trabalho.

Em colaboração com a AdP Internacional, coordenou-se uma ação de formação a técnicos da empresa de água e saneamento de Karachi/Paquistão (*KWSC - Karachi Water and Sewerage Services Company*). Esta iniciativa, inserida no programa do Banco Mundial denominado "*Utilities of the Future*", e com uma

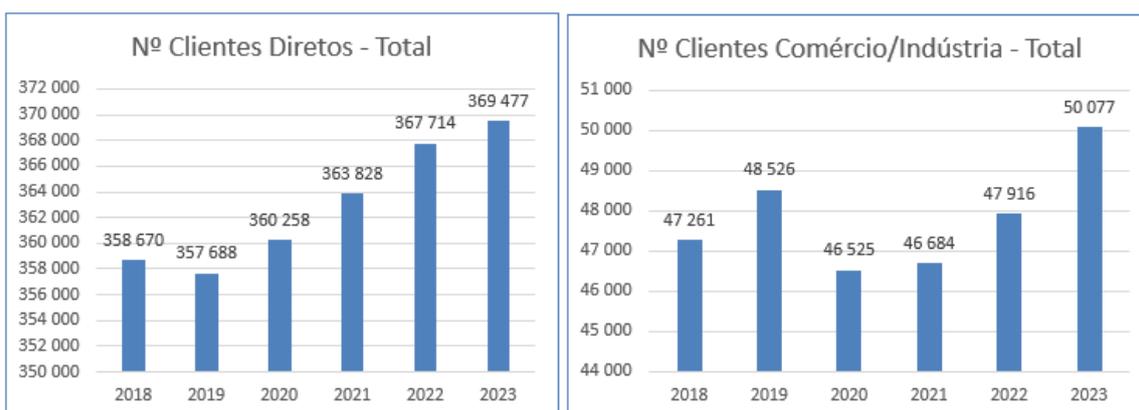
duração de 4 semanas, centrou-se na Relação com Clientes, com vista a apoiar a KWSC a incrementar a melhoria dos seus processos internos e contou com o envolvimento de técnicos de várias Direções da EPAL.

Também em colaboração com a AdP Internacional, participou-se no projeto do Banco Mundial para diagnóstico e validação da solução comercial em implementação em Dili, Timor-Leste (*Cost Recovery Plan for a Planned Water Supply and Wastewater Treatment System in Dili, Timor-Lest*)

### Evolução do número de Clientes da EPAL

A 31 de dezembro de 2024, a EPAL tinha 369.477 clientes diretos, o que representa um acréscimo de 1.763 clientes face ao ano anterior (+0,5%), para o qual contribuíram essencialmente os segmentos Doméstico (+842), e Comércio/Indústria (+1.003).

Regista-se ainda que, em 2024, a EPAL ultrapassou o valor total de clientes do segmento comércio/indústria verificado em período pré-pandemia, indiciando dessa forma uma total recuperação da atividade económica na cidade de Lisboa.



De referir, por fim, que no final de 2024 a EPAL tem 5.242 clientes com tarifa social e 2.807 clientes com tarifa familiar da água.

### Volume faturado de Água

O volume global faturado apresenta um acréscimo de global de 1,1% face ao ano anterior, apresentando uma evolução similar quer nos clientes municipais, quer nos clientes diretos.

|                       | 2019        | 2020        | 2021        | 2022        | 2023        | 2024        | Δ% 24/23 |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------|
| Volume Total Faturado | 200 013 318 | 197 668 956 | 196 167 276 | 199 766 483 | 204 967 791 | 207 143 335 | 1,1%     |
| Clientes Municipais   | 148 747 213 | 151 522 950 | 151 005 322 | 150 427 934 | 153 901 043 | 155 486 960 | 1,0%     |
| Clientes Diretos      | 51 266 105  | 46 146 006  | 45 161 954  | 49 338 549  | 51 066 749  | 51 656 375  | 1,2%     |

O aumento verificado nos clientes diretos, tem a ver essencialmente com os segmentos Doméstico e Comércio/Indústria, este último com um acréscimo de 3,1% face a 2023, tendo assim em 2024 recuperado para o nível dos volumes faturados pré-pandemia.

|  | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       | 2023       | 2024       | Δ% 24/23 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|----------|
| <b>Clientes Diretos (volume faturado - m3)</b> | 51 266 105 | 46 146 006 | 45 161 954 | 49 338 549 | 51 066 749 | 51 656 375 | 1,2%     |
| Doméstico                                      | 27 102 263 | 27 321 590 | 26 512 690 | 26 837 507 | 27 145 419 | 27 644 928 | 1,8%     |
| Comércio/Indústria                             | 14 171 667 | 9 543 063  | 9 026 548  | 12 815 273 | 13 919 094 | 14 350 193 | 3,1%     |
| Instituições                                   | 3 499 337  | 3 082 993  | 3 270 183  | 3 189 319  | 3 297 502  | 3 222 437  | -2,3%    |
| Embaixadas                                     | 169 012    | 173 251    | 149 859    | 169 730    | 170 551    | 152 204    | -10,8%   |
| Estado   | 3 518 480  | 3 156 666  | 2 930 959  | 3 096 814  | 3 113 227  | 2 902 279  | -6,8%    |
| Unidades Militares                             | 201 070    | 174 689    | 148 240    | 151 646    | 143 646    | 158 963    | 10,7%    |
| CML  | 2 604 275  | 2 693 755  | 3 123 475  | 3 078 261  | 3 277 310  | 3 225 371  | -1,6%    |

### Valor faturado de Água e Quota de Serviço

Relativamente ao valor faturado, verificou-se um acréscimo de 3,2% resultante do efeito conjugado do aumento tarifário verificado e do aumento do volume vendido. De assinalar que o aumento tarifário teve efeitos a 1 de janeiro de 2024 para os Clientes Municipais, e a 1 de novembro de 2024 para os Clientes Diretos.

|                                     | 2019        | 2020        | 2021        | 2022        | 2023        | 2024        | Δ% 24/23 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------|
| <b>Valor faturado água + QS (€)</b> | 165 250 279 | 159 970 775 | 159 344 999 | 168 500 127 | 178 714 675 | 184 399 989 | 3,2%     |
| Clientes Municipais                 | 76 836 930  | 78 913 054  | 79 397 397  | 79 507 317  | 85 033 305  | 88 498 020  | 4,1%     |
| Clientes Diretos                    | 88 413 350  | 81 057 721  | 79 947 602  | 88 992 810  | 93 681 371  | 95 901 969  | 2,4%     |

Em 2024 verificou-se a tendência de aumento de faturas enviadas por e-mail. Das cerca de 3,3 milhões de faturas emitidas, 54% foram enviadas através de Envio Eletrónico de fatura (52% em 2023).

### Faturação e Cobrança

O ano de 2024 ficou marcado pela melhoria dos indicadores da dívida e cobrança.

Foram tomadas medidas primordiais para reforço da recuperação da dívida vencida, nomeadamente o aumento da quantidade diária das interrupções de abastecimento por débitos em atraso, com início em agosto de 2024, sendo esta a medida mais eficaz para redução da dívida, embora não tendo um impacto imediato.

A disponibilização na fatura de apenas uma referência MB para pagamento da totalidade da dívida a partir de abril de 2024, incluída no Plano de Recuperação da Dívida de Clientes Diretos, foi também essencial para evitar que os clientes pagassem apenas a fatura mais recente, mantendo a dívida anterior.

A dívida vencida dos principais segmentos de clientes diretos, Domésticos e Comércio/Indústria, apresenta uma redução face ao ano anterior.

Em 2024 continuou a tendência de recuperação da dívida de anos anteriores, com valor da cobrança superior ao valor da faturação. Ainda assim, foi definido um Plano de Recuperação de Dívida de clientes diretos com diversas medidas implementadas e a implementar em 2025, nomeadamente contratação de serviços com a especialidade de cobranças e gestão de dívidas.

Em face destes resultados, em 2024 o prazo médio de recebimentos apresentou uma redução face a 2023 de cerca de 7%, atingindo o valor de 55 dias.

### **Atendimento a Clientes**

Em 2024 foram atendidos um total de 557.340 clientes pelos diferentes canais disponibilizados pela EPAL, nomeadamente presencial, telefónico e escrito, representado um aumento de cerca de 7% face ao ano anterior.

Mantendo a tendência do ano anterior, em 2024 o atendimento telefónico, registou a maior procura tendo sido atendidos 296.770 clientes.

O contacto por meio escrito, que agrupa as comunicações por e-mail, site, carta, entre outros, manteve-se como o segundo meio de comunicação preferencial, tendo em 2024 sido atendidos 171.844 clientes.

No atendimento presencial, entre a Loja da Sede e a Loja do Cidadão, foram atendidos um total de 88.726 clientes.

Integrada na Campanha “A Par e Passo” a área do atendimento tem vindo a desenvolver ações específicas de atualização dos dados de clientes, tornando assim a comunicação com os clientes um processo mais eficaz e abrangente.

### **Atividade de assistência local**

Face ao ano anterior em 2024, verificou-se uma melhoria significativa na quantidade/qualidade de serviços executados, que resultaram da subcontratação parcial da atividade.

Pese embora a existência de limitações ao nível da atividade, a evolução nos serviços executados foi a seguinte:

| Tipologias dos Serviços   | 2022    | 2023   | 2023    |
|---|---------|--------|---------|
| Serviços realizados (incluí aberturas, verificações, etc.)  | 162 400 | 62 744 | 175 502 |
| Serviços de "Corte" por débito  | 9 500   | 2 117  | 33 695  |
| Substituição de contadores e redimensionamento nos DN100 e DN150 com a alteração nas medidas dos troços | 21 800  | 2 475  | 17 160  |

Manteve-se, inevitavelmente, o plano de limpeza e substituição de filtros de contadores afetos aos Clientes Municipais.

No âmbito das reclamações decorrentes dos serviços prestados, foram abertas 1.456 (222 em 2023) reclamações o que corresponde a 0.83% (0,35% em 2023) dos serviços realizados.

Em 2024 foram realizadas 1.371.611 leituras de contadores, o que correspondeu praticamente ao dobro das leituras efetuadas em 2023 (700.302 leituras), devido à alteração da periodicidade das leituras ter alterado de quadrimestral para bimestral. Esta alteração da periodicidade contribuiu para uma melhoria no serviço prestado aos clientes.

Em termos de nível de serviço foi possível alcançar 79,1% de realização na leitura primária, tendo ocorrido um ligeiro acréscimo face a 2023 (78,5%).

No final do ano existiam 4.840 sistemas de telemetria instalados na cidade de Lisboa e em clientes em Alta, dos quais 1.967 clientes eram subscritores do serviço *Waterbeep* (41%).

Os sistemas de telemetria instalados na cidade de Lisboa cobrem 1,2% do total de clientes, mas esses pontos de medição registam cerca de 31% do consumo. A taxa de cobertura pela telemetria dos contadores de diâmetro nominal igual ou superior a DN50 é próxima dos 100%, e cerca de 80% dos clientes com consumos superiores a 200 m<sup>3</sup>/mês têm telemetria instalada.

### Clientes e Mercado

A EPAL abastece uma área superior a 7.000 km<sup>2</sup>, com cerca de 3,0 milhões de consumidores, em 35 municípios (incluindo Lisboa).

Os clientes abastecidos diretamente são cerca de 369 mil, verificando-se a manutenção da tendência que se registou no ano anterior, com um aumento em 2024 de 1.763 clientes.

|  |     | 2022      | 2023      | 2024      | Varição<br>2024/2023 |
|--|-----|-----------|-----------|-----------|----------------------|
| Clientes Municipais (municípios diretamente abastecidos) | n.º | 17        | 17        | 17        | 0                    |
| Clientes Multimunicipais                                 | n.º | 2         | 2         | 2         | 0                    |
| Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)               | n.º | 363.828   | 367.714   | 369.477   | 1.763                |
| Domésticos   | n.º | 309.182   | 311.828   | 312.670   | 842                  |
| Comércio e Indústria                                     | n.º | 47.916    | 49.074    | 50.077    | 1.003                |
| Estado, CM Lisboa e Embaixadas                           | n.º | 2.415     | 2.526     | 2.478     | -48                  |
| Instituições   | n.º | 4.313     | 4.284     | 4.250     | -34                  |
| Unidades Militares                                       | n.º | 2         | 2         | 2         | 0                    |
| Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)          | n.º | 34        | 34        | 34        | 0                    |
| Número de consumidores                                   | n.º | 2.875.941 | 2.915.640 | 2.984.513 | 68.873               |
| Lisboa   | n.º | 545.796   | 548.703   | 567.131   | 18.428               |
| Municípios   | n.º | 2.330.145 | 2.366.937 | 2.417.382 | 50.445               |
| Área total abastecida                                    | km² | 7.095     | 7.095     | 7.095     | 0                    |
| Lisboa   | km² | 100       | 100       | 100       | 0                    |
| Municípios   | km² | 6.995     | 6.995     | 6.995     | 0                    |

(1) INE - População residente na área abastecida - período refº 2023

(2) Área em Km2 (ano de referência 2023)

## Vendas

### Volume vendido

Em 2024 o volume vendido ascendeu a 207,1 milhões de m<sup>3</sup>, que representa um aumento de 2,2 milhões de m<sup>3</sup> (+1,1%) face ao volume vendido em 2023.

|                             |                      | 2022        | 2023        | 2024        | Varição<br>2024/2023 |
|-----------------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|----------------------|
| <b>Volume total vendido</b> | <b>m<sup>3</sup></b> | 199.766.483 | 204.967.791 | 207.143.335 | 1,1%                 |
| Clientes Diretos            | m <sup>3</sup>       | 49.338.549  | 51.066.749  | 51.656.375  | 1,2%                 |
| Clientes Municipais         | m <sup>3</sup>       | 116.947.511 | 118.748.675 | 120.932.756 | 1,8%                 |
| Clientes Multimunicipais    | m <sup>3</sup>       | 33.480.423  | 35.152.368  | 34.554.204  | -1,7%                |

### Níveis de Serviço

A duração das suspensões de serviço com impacto em Clientes registou uma diminuição no ano de 2024, de 21,5% face ao período homólogo.

| Suspensões de serviço com impacto em Clientes | 2022         | 2023         | 2024         | Variação 2024/2023 |                |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------------|----------------|
| <b>Por tempo (h)</b>                          | <b>3.095</b> | <b>3.412</b> | <b>2.677</b> | <b>-735</b>        | <b>-21,5 %</b> |
| Total Produção e Transporte                   | 1.074        | 1.428        | 777          | -651               | -45,6%         |
| Programadas                                   | 1.024        | 1.428        | 777          | -651               | -45,6%         |
| Não programadas                               | 50           | -            | -            | 0                  | -              |
| Total Distribuição                            | 2.021        | 1.948        | 1.900        | -84                | -4,2%          |
| Programadas                                   | 472          | 317          | 567          | 250                | 78,9%          |
| Não programadas                               | 1.549        | 1.667        | 1.333        | -334               | -20,0%         |
| <b>Por quantidade</b>                         | <b>650</b>   | <b>651</b>   | <b>606</b>   | <b>-45</b>         | <b>-6,9%</b>   |
| Total Produção e Transporte                   | 98           | 82           | 63           | -19                | -23,2%         |
| Programadas                                   | 93           | 82           | 63           | -19                | -23,2%         |
| Não programadas                               | 5            | -            | -            | -                  | -              |
| Total Distribuição                            | 552          | 569          | 543          | -26                | -4,6%          |
| Programadas                                   | 81           | 100          | 129          | 29                 | 29,0%          |
| Não programadas                               | 471          | 469          | 414          | -55                | -11,7%         |

| Eficácia do serviço                     | 2022 | 2023 | 2024 | Variação 2024/2023 |        |
|---|------|------|------|--------------------|--------|
| Interrupções serviço > 4h - Municipais  | 73   | 57   | 40   | -17                | -29,8% |
| Interrupções serviço > 4h - Diretos     | 165  | 169  | 126  | -43                | -25,4% |
| Interrupções serviço > 12h - Municipais | 24   | 11   | 8    | -3                 | -27,3% |
| Interrupções serviço > 12h - Diretos    | 3    | 12   | 4    | -8                 | -66,7% |
| Nº de pontos de entrega afetados (>4h)  | 101  | 95   | 62   | -33                | -34,7% |

## Outros Serviços Prestados

### Sistema de informação e gestão comercial – AQUAmatrix:



O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, e tem vindo a desenvolver-se e a comercializá-lo a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Ao longo dos anos tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

Durante o ano de 2024, o AQUAmatrix foi implementado no Município da Ponta do Sol, Águas e Energia da Boavista (AEB) e Águas de Santo Antão, e teve como principais projetos estruturantes, a migração tecnológica do AQUAmatrix, a certificação como software de Faturação em Cabo Verde, obtenção da certificação ISO27001, a disponibilização da versão 1.025 e o desenvolvimento da nova versão *waterbeep*, melhorias no processo do reconhecimento de leituras por foto, desenvolvimento de um novo Interface com o ERP Medidata (financeiro e execuções fiscais), a implementação do rateio automático por tarifa para os documentos em prestações, o desenvolvimento de novo interface com o ERP SAP a nível financeiro, a deslocalização automática de backups das bases de dados para *cloud*, o desenvolvimento da área de pré-contratação para o balcão digital, entre outros.

Neste momento, o AQUAmatrix está presente em 46 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 103 municípios em Portugal e 16 municípios nos Países de Língua Portuguesa. Assim, no final de 2024, apresenta uma quota de mercado nacional de 45% com 2,4 milhões de clientes finais em Portugal, considerando o universo 5,5 milhões de clientes. A nível internacional o AQUAmatrix está implementado em 5 entidades gestoras de Angola, Ilha de Santiago, Ilha de Santo Antão e Ilha do Maio em Cabo Verde, o que perfaz cerca 219 mil clientes finais.

**Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency):**

O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água. Encontra-se vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC). A aplicação WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Durante este último ano foram efetuadas prestações de serviços para 17 entidades, das quais 10 são entidades gestoras de distribuição de água e as restantes são entidades públicas e privadas com redes de abastecimento internas. Os trabalhos realizados envolveram a realização de campanhas de deteção de fugas de água, a disponibilização de licenças do software de gestão de perdas WONE e alguns trabalhos de consultoria.

Atualmente existem 13 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água, constatando que em 2024 houve um alargamento da monitorização a mais zonas de controlo.

Refira-se que cerca de 66% do serviço prestado é realizado em Entidades Gestoras (diretas e serviços municipalizados), o que representa o papel determinante do serviço WONE no combate às perdas no setor.

**Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:**

O waterbeep® é um serviço através do qual o Cliente pode controlar os seus consumos de água, com informação personalizada, contribuindo, por um lado, para a consciencialização dos seus gastos, e por outro lado, aumentar o seu nível de eficiência de utilização de água, contribuindo para um consumo sustentável deste recurso precioso.

É dirigido a todos os Clientes Domésticos e Empresariais, permitindo-lhes aceder a informação sobre o seu consumo de água e receber alertas (e-mail e/ou sms) sempre que se verifique alteração do padrão, detetando situações anómalas como consumos excessivos, roturas e dispositivos com perda de água.

Apresenta-se em quatro modalidades, *home*, *plus*, *pro* e *premium*, disponibilizando ao Cliente dados de consumo com um nível de detalhe diferenciado em função da versão, respondendo, assim, às necessidades dos diversos segmentos de mercado.

As modalidades *waterbeep plus*, *pro* e *premium* permitem a emissão de alertas quando se verificarem desvios do padrão habitual de consumo ou consumos contínuos durante um período alargado, que poderão indicar roturas ou dispositivos abertos/avariados.

A EPAL continuou a promoção desta solução na campanha “Serviços + Eficientes +Sustentáveis a pensar nos nossos Clientes”, onde foram divulgadas as suas modalidades. Foi, ainda, partilhado no site e nas Redes Sociais da EPAL, tendo, inclusive, sido assinalado o 11º aniversário no mês de dezembro através de uma publicação.

Lançado em 2013, este serviço inovador e pioneiro em Portugal, conta já com mais de 29.200 adesões, das quais 87,0% *waterbeep home*, 9,1% *waterbeep plus*, 1,9% *waterbeep pro* e 0,2% *waterbeep premium*.



**Billmeter®** billmeter

O Billmeter é um sistema através do qual as entidades gestoras poderão gerir o parque de contadores. Este serviço poderá ser de extrema relevância, uma vez que reforça a capacidade das entidades no que refere às perdas aparentes, sendo uma ferramenta essencial na gestão do parque de contadores, bem como na priorização do investimento a afetar a este tema.

Billmeter® é uma aplicação informática pioneira que se assume como um reforço tecnológico no combate às perdas aparentes. Esta metodologia de controlo ativo das perdas por erros de medição contribui para a gestão otimizada do Parque de Contadores, aumentando a eficiência e a rentabilidade do investimento.

Permite avaliar estatisticamente o desempenho individual de cada contador, recomendando a periodicidade ótima para a sua substituição.

Disponibiliza informação integrada e segmentada para diagnóstico do desempenho e da rentabilidade do Parque de Contadores.

Ao considerar variáveis como padrões de consumo, evolução dos erros de medição, custos associados ao contador e tarifário, classifica, estatisticamente, os contadores pelo potencial de recuperação de água não faturada, prevendo o tempo ótimo de serviço no final do qual, para que este potencial seja maximizado, se recomenda a substituição.

O Gestor poderá simular cenários com base nos erros de medição e padrões de consumo, já definidos na Biblioteca do Billmeter® ou a partir de Bibliotecas customizadas.

**Fill Forever:**

A “*Fill Forever*” é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultraleve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público *Fill Forever* em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. “Leve no preço. Leve no ambiente”.

Desde março de 2024, a nossa garrafa reutilizável tornou-se mais leve e mais amiga do Ambiente, já que passou a ser produzida em *rPET*, um plástico reciclado. Esta inovação promove a verdadeira circularidade, utilizando matéria-prima reciclada e oferecendo uma solução mais sustentável para os consumidores que se preocupam com um futuro mais verde.

A nova *Fill Forever* mantém a qualidade habitual, mas agora é ainda mais sustentável. Além de ser fabricada com plástico reciclado, também conta com um sistema de gravação sem recurso a tintas, tornando-se completamente reciclável.

Para além de ser um produto disponível para venda, é manifestamente um dos veículos de comunicação do esforço que a EPAL tem vindo a fazer, na sensibilização do consumo da água da rede pública.

O forte impacto junto da comunidade tem feito desta garrafa reutilizável um instrumento primordial para conferir sustentabilidade a ações e eventos, para além de promover a qualidade e excelência da água que produz.

Em 2024, estas garrafas continuaram a ser comercializadas nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.

**Garrafa Siza Lisbon Soul by EPAL:**

Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira é mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Fruto de uma parceria entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e a AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, a Garrafa Siza destina-se à divulgação junto do Turismo da cidade de Lisboa, hoje um dos destinos mais apetecíveis e onde a água da rede pública alcança níveis de qualidade exemplares, cumprindo as mais exigentes normas de qualidade nacionais e internacionais.

Esta peça caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico único da capital, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos – O Castelo de São Jorge - posicionando-a como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade a qual reza que havia no extremo ocidental da Europa, um lugar chamado Ofiusa – a Terra das Serpentes - governado por uma Rainha, meio mulher, meio cobra, escoltada por um exército de serpentes que envenenava quem ousasse disputar-lhe o trono.

A garrafa de assinatura de Álvaro Siza exclusiva da EPAL continuou a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água, Lojas EPAL cativando o interesse de particulares e empresas.

**Lisbon Tap Water Bottle:**

A *Lisbon Tap Water* é uma garrafa da EPAL de design moderno, sóbria e fácil de manusear que vai conquistar qualquer ambiente em que esteja presente.

De vidro subtil e absolutamente cristalino, apresenta-se em sintonia com a vida da capital em permanente dinamismo e à procura de soluções de sustentabilidade.

Pensada para espaços onde são realizados Conferências e Seminários, pretende apoiar as Entidades que recebem diariamente participantes dos mais diversos países de mundo para eventos profissionais, académicos, culturais e lúdicos.

Por este motivo, a *Lisbon Tap Water* apresenta um rótulo bilingue, de afirmação universal de um hábito sustentável.

Com tampa hermética, capacidade de 1 litro, reflete uma escolha amiga do ambiente, convidando ao consumo de água da torneira, em qualquer local, um bem de excelência que cumpre os mais rigorosos padrões de qualidade nacionais e internacionais.

Durante o ano de 2024, continuou a registar-se o interesse dos consumidores e de empresas que pretendem adquirir uma peça que evoca a sustentabilidade do consumo de água da torneira.

### Garrafa de barro COOL



COOL - Água "Naturalmente Fresca" é a nova garrafa da EPAL feita em barro, com manufatura e materiais 100% portugueses, que se apresenta em 3 versões exclusivas: barro vermelho com serigrafia em preto, barro vermelho com serigrafia em azul, e barro negro. Totalmente feita à mão, em olaria de roda, esta garrafa tem a qualidade única de conseguir refrescar a sua água da torneira, de forma ecológica, natural, e com consumo zero de energia.

As garrafas aliam um design contemporâneo, com materiais e técnicas ancestrais de produção, proporcionando uma solução ecológica de tradição milenar que permite conservar a água sempre fresca. A tampa da COOL é manufaturada em cortiça, conferindo-lhe ainda maior personalidade, e homenageando a tradição e a cortiça portuguesa, promovendo a utilização de recursos renováveis locais.

As versões em Barro Vermelho apresentam na sua base uma serigrafia (a preto ou a azul) do Aqueduto das Águas Livres, símbolo maior da história do abastecimento de água em Portugal.

A versão em Barro Negro tem na sua génese um processo de fabrico artesanal reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, e como a única energia despendida proveniente das mãos do seu criador.

Esta peça está disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

### Jarro Gota



O jarro Gota é o resultado da parceria entre a EPAL e a Bordallo Pinheiro que une as duas emblemáticas e centenárias empresas na mesa dos portugueses há mais de um século. Com o mote “Se queres água toma”, inspirado em Raphael Bordallo Pinheiro, autor da representação popular do Zé Povinho, que veio a tornar-se num símbolo do povo português.

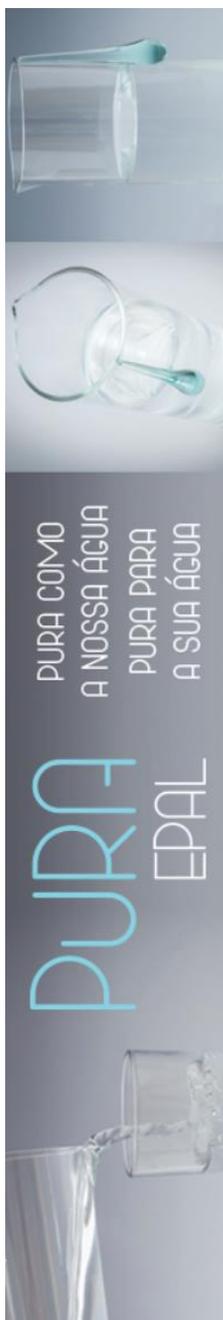
O jarro em forma de gota e com relevos de água na sua superfície que, além de remeter para o imaginário das formas de gotas de água, inspira-se também no universo da Bordallo Pinheiro nas cores e nos relevos que tanto caracterizam a sua marca identitária.

Depois do sucesso do Jarro Gota Original (verde), lançado no dia 1 de outubro de 2020, Dia Nacional da Água, foram lançadas 7 novas cores no Dia Nacional da Água, que representam a ideia de diversidade e inclusão, usando algo da natureza para representar questões de direitos humanos. Quando o sol brilha sobre gotículas de água suspensas no ar, acontece um fenómeno que todos conhecemos como arco-íris. Embora não sejam as suas cores reais e não sejam 7, mas sim 8, os novos Jarros Gota personalizam este encontro entre a água e o sol.

A água da torneira, a opção mais sustentável e amiga do ambiente, e o jarro Gota, peça exclusiva que acolhe a água, juntas celebram o Ambiente, a cerâmica portuguesa, a produção nacional de qualidade, e o convívio tão característico e essencial das mesas das famílias portuguesas.

Esta peça encontra-se disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

## Jarro PURA



O Jarro PURA é um jarro cujo objetivo é o de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira. A melhor. A mais sustentável.

A EPAL e a Atlantis/Vista Alegre criaram o Jarro PURA, cujo nome nos remete para o cristalino, para a importância da transparência, da confiança, em oposição ao opaco, à escuridão e à sombra.

O Jarro PURA é totalmente manufaturado e verdadeiramente único e original. Tal como a água e as suas gotas, não há dois jarros iguais, o que reforça o carácter exclusivo de cada peça.

Pela forma como é executado, sem recurso a moldes, é uma peça que só pode passar pelas mãos de verdadeiros e talentosos artesãos com vasta experiência na arte de trabalhar o vidro.

Assim como a água, o vidro tem a característica de não esconder, de se expor, de se mostrar e de se revelar, deixar-se atravessar pela luz, não ocultando o que está atrás de si. O Jarro PURA vem juntar-se à coleção de jarros e garrafas de água, partilhando o objetivo comum de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira.

A comercialização deste Jarro arrancou em 2021, sendo que o mesmo poderá ser adquirido no Museu da Água da EPAL e nas Lojas EPAL.

**Garrafa Souto Moura - Alma Mater by EPAL:**

Lançada em 2023, esta peça de assinatura de Eduardo Souto Moura, um dos mais ilustres arquitetos da atualidade, detentor do Prémio *Pritzker*, é projetada numa conceção circular e constituída, também, por inúmeras circunferências, que se unem para compor uma peça exclusiva, minimalista no desenho, mas grandiosa na sua missão de acolher a água da torneira.

Os seus círculos representam o conceito circular que vemos em tudo o que nos rodeia.

O ciclo da água, o ciclo da vida, a transformação por que tudo passa para que se assegure a continuidade.

É essa circularidade que também devemos adotar em tudo o que fazemos. Só assim será possível continuar a usufruir das dádivas da natureza que, sendo finitas, devem ser respeitadas e usadas com consciência.

A Alma Mater, produzida pelo Depósito da Marinha Grande, uma marca de referência no nosso País, é feita de vidro, matéria-prima que dá forma a uma garrafa harmoniosa e ímpar, um objeto de autor que nos acompanha em todos os momentos.

A garrafa de assinatura de Souto Moura exclusiva da EPAL tem a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

### Garrafa Oásis:



A EPAL lançou uma nova garrafa em 2024, para servir água da torneira nos espaços da capital onde têm lugar Conferências, Seminários, Formações e Encontros.

Esta nova peça, que reflete uma escolha sustentável, recebeu o nome de Oásis e pretende apoiar as Entidades que recebem participantes de diferentes sítios do mundo, para eventos na nossa cidade, cada vez mais de vanguarda, trendy e versátil.

São inúmeros os encontros académicos, profissionais, culturais e lúdicos que escolhem Lisboa para debater novas ideias e pretendemos partilhar, com os seus públicos, a excelente qualidade da água da rede pública,

A cidade está a mudar, as pessoas estão a mudar e os hábitos de consumo querem-se cada vez mais sustentáveis. E é esta a mensagem que pretendemos passar. E porque queremos que chegue mais longe além-fronteiras, demos-lhe um rótulo multilingue, com alguns dos idiomas mais falados do mundo e com expressão em diversos continentes. E, assim, ainda mais universal, para afirmar um gesto tão importante para o Planeta.

Esta nova peça de vidro com tampa de cortiça é o resultado de uma parceria com o Depósito da Marinha Grande, uma marca de renome da indústria do vidro nacional.

E nela, também já podem ser adicionadas à melhor água da torneira, ervas aromáticas, frutas e especiarias, para lhe elevar o paladar e conferir um efeito colorido e ainda mais especial.

A garrafa Oásis tem a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

### Jarro Vida:



A EPAL lançou um novo jarro em 2024, uma nova peça feita em grés, apresentando-se num vidro branco, simbolizando como que o vazio, o nada, pigmentado, depois, com uma coloração azul que evoca a Água, a génese da Vida, o tudo.

O jarro Vida é produzido pela FAPOR – Faianças de Portugal, é o resultado da aliança entre a tecnologia e a experiência artesanal, uma ode à cerâmica vítrea milenar originária do oriente que se espalhou pelo mundo e é, hoje, acessível a todos.

A água traz a beleza do azul que dá o nome ao nosso Planeta. É a abundância na sua mais pura essência e uma mensagem de esperança. Vida é o novo jarro da EPAL que evoca a criação. Todas as civilizações se fundaram perto de cursos de água e a Humanidade tudo lhe deve. Em honra de cada gota, usemos bem a água.

A água que se vê, a que sai das torneiras, para a nossa mesa e rotinas do quotidiano. E a água que não se vê, virtual, que é incorporada na produção dos alimentos e dos bens de consumo do nosso dia-a-dia: o vestuário, o calçado, o telemóvel, as ferramentas de trabalho, o sofá onde descansamos à noite, o lar que nos acolhe e tudo mais que nos rodeia. Usemos bem o que temos, não desperdiçando e fazendo um uso circular.

Façamo-lo com respeito porque a Água é uma joia rara.

E, com esta nova peça à nossa mesa, recordemos que a Água que bebemos é a origem de tudo.

O Jarro Vida tem a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

### Chávenas de café “Bicas com História”



Uma coleção de 4 chávenas de café que representam os 4 núcleos do Museu da Água e coloca as duas bebidas mais consumidas no mundo, água e café, em destaque e o convida a conhecer a história e o património da Água.

A coleção de chávenas de café, resulta de uma parceria entre a EPAL e a Vista Alegre, duas marcas intimamente associadas à História e à vida cultural portuguesas.

As duas empresas nascidas no século XIX e habituadas a serem parte integrante da mesa dos portugueses, a EPAL com a melhor água e a Vista Alegre com as mais bonitas porcelanas, juntaram-se para lhe servirem café num conjunto de 4 diferentes chávenas, onde se encontram representados os 4 núcleos do Museu da Água da EPAL: Aqueduto das Águas Livres, Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras e Reservatório da Patriarcal.

Esta peça foi lançada em 2020, e está disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

### Bule AQUA NOVA



Pelo cunho pessoal de uma princesa portuguesa do século XVII – Dona Catarina de Bragança – o consumo de chá ganhou tradição, vindo a tornar-se a bebida da moda, primeiro em Inglaterra, e depois na Europa do século XVII, marcando os hábitos e costumes de gerações ao longo de séculos.

De regresso a Portugal, após a morte do marido, a rainha-consorte de Inglaterra seria a tutora de D. João V, seu sobrinho-neto, mentor da construção do Aqueduto das Águas Livres. Sendo uma bebida muitíssimo apreciada na Lisboa antiga, certamente confeccionada com a água que chegava à cidade através do Aqueduto, foi prestada uma homenagem com o novo Bule AQUA NOVA da COSTA NOVA.

O novo bule, recebe o medalhão icónico ilustrativo do Aqueduto das Águas Livres, pretendendo ser também uma ode simbólica ao mar e a uma das obras de arquitetura mais emblemáticas e que mais contribuiu para o desenvolvimento da capital.

O Bule AQUA NOVA é uma peça pioneira feita em grés reciclado, a partir da matéria-prima que constitui uma marca própria – o EcoGres®, tornando-a ainda mais eficiente e ecológica, incorporando totalmente a circularidade do reaproveitamento.

Lançado em 2022, é possível encontrá-lo nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.

### Academia das Águas Livres



A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL 2013, na sequência de uma lacuna em Portugal ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor. A oferta formativa disponibilizada inclui três cursos acreditados pela Ordem dos Engenheiros, no âmbito do Sistema de Acreditação da Formação Contínua para Engenheiro, e também um curso reconhecido pela RELACRE.

Em 2024, para além das ações de formação dedicadas a pós-graduações, destaca-se a implementação de novos cursos, ampliando a oferta nas áreas de Manutenção e Desenvolvimento Pessoal. A Academia realizou durante o ano 75 ações de formação e 3 workshops, sendo que o nível de satisfação foi elevado, tendo atingido uma média de avaliação das ações de formação de 3,7, numa escala de 1 a 4, refletindo a qualidade e eficácia dos programas que a AAL tem oferecido ao longo dos anos.

Participaram nas ações de formação, em 2024, um total de 1.354 formandos, sendo que 646 são trabalhadores da EPAL. No universo da Empresa deu-se continuidade à aposta em ações descentralizadas, nomeadamente nos polos das Beiras e Alentejo.

**Laboratórios de ensaio e amostragem:**

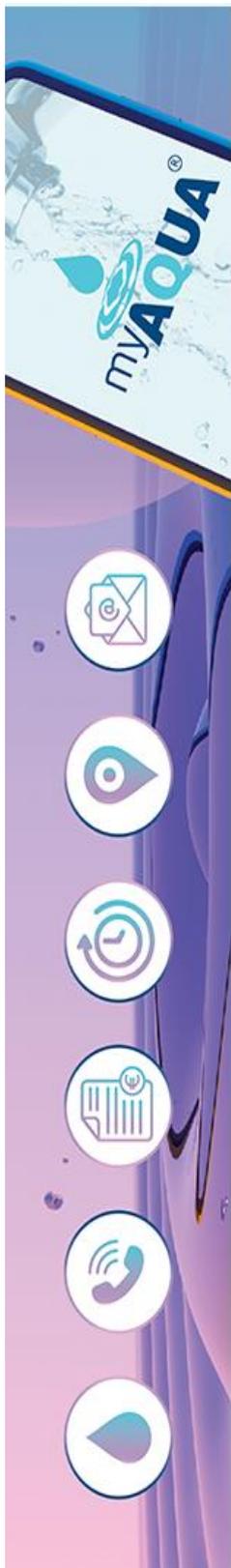
Os Laboratórios de ensaio da EPAL, localizados em Lisboa (Laboratório de Lisboa) e na ETA de Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, “a qualidade da água captada, desinfetada e distribuída”.

A Direção de Laboratórios da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 e possui o Certificado de Acreditação nº L0242, ao qual estão associados dois Anexos Técnicos, o L0242-1 relativo à área de amostragem, ao Laboratório de Lisboa e o L0242-2 relativo ao Laboratório de Vale da Pedra.

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

No ano 2024, no âmbito das prestações de serviços a clientes externos à EPAL, foram colhidas/rececionadas 3.056 amostras de água para análise, correspondentes a 15.395 determinações de parâmetros

O Laboratório concorreu em 2024 a 95 propostas/candidaturas a concursos públicos e convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises em diversas matrizes de águas, produtos do tratamento e ensaios a materiais em contacto com água para consumo humano, tendo sido adjudicadas 62.

**myAQUA:**

O myAQUA® é uma aplicação gratuita da EPAL que permite aos seus Clientes fazer a gestão do seu contrato, comunicar leituras com validação online, consultar contas de água, aceder às referências de pagamento, e pagar por MBWay e outras operações através de um smartphone.

Em 2024, a EPAL deu continuidade a diversas campanhas de promoção, com destaque para a campanha “Serviços + Eficientes +Sustentáveis a pensar nos nossos Clientes”. Estas campanhas concentraram a divulgação nos meios digitais: Site EPAL, e-newsletter, SMS, assinatura de e-mail e Redes Sociais. De salientar, que também foi promovida nas ações de sensibilização para os públicos das entidades aderentes ao desafio do Consumo Sustentável da EPAL.

Criada em 2014, esta app é uma aposta tecnológica de aproximação ao mercado, e conta já com mais de 230 mil descargas desde a sua criação. Atualmente conta com cerca de 198 mil utilizadores ativos, dos quais 58,5% através de smartphones com sistema Android e 41,5% com iOS.

As entidades gestoras que utilizam o myAQUA são: EPAL, Grupo Aquapor (11), SIMAS Oeiras e Amadora, SIMAR Loures e Odivelas, Águas do Alto Minho, Águas do Norte, SMAS de Sintra, SMAS de Vila Franca de Xira, Tejo Ambiente, Águas do Interior Norte, SMAS de Castelo Branco, SMAS de Torres Vedras, EMAS Beja, Aqanena, Águas de Santo André, Município da Marinha Grande, Águas da Região de Aveiro e SMAS de Almada.

### H2O Quality:



O H2O Quality é uma aplicação gratuita e pioneira no setor da água a nível mundial, que funciona por georreferenciação, e que permite a qualquer cidadão ou turista aceder aos resultados da qualidade da água relativos ao local onde se encontra, com informação atualizada diariamente, em português e em inglês.

A qualquer momento e onde quer que esteja, pode aceder ao H2O Quality e conhecer a qualidade da água que está a ser distribuída nesse local específico, com informação sobre os parâmetros, nomeadamente, cálcio, magnésio, cloro, cor, dureza, pH, entre outros, que poderá consultar em pormenor, visualizando os resultados e valores paramétricos. Caso pretenda saber a qualidade da água de um outro local em Lisboa, basta recorrer ao motor de pesquisa da aplicação e inserir a morada pretendida. Com esta aplicação, pode ainda visualizar, no mapa, a localização de bebedouros perto do local onde se encontra, encher a sua garrafa reutilizável e levar consigo a água da torneira, a opção mais sustentável e mais amiga do ambiente.

Lançada em julho de 2019, a app H2O Quality, que desde logo despertou muito interesse, tendo, no final de 2022, já sido concretizada a comercialização desta ferramenta digital à AdSA. A aplicação está disponível em 10 idiomas.

**WattWater:**

WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015.

O WattWater é um SaaS que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

**Manutenção de Contadores de Água e Medidores de Caudal:**

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 370 mil unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa.

Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Em 2024 mantiveram-se as qualificações do Laboratório de Contadores de Água, nomeadamente a acreditação para o ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal eletromagnéticos.

O laboratório de contadores mantém-se como sendo o único Organismo de Verificação Metrológica (OVM) em todo o território nacional dedicado ao exercício do controlo metrológico legal deste tipo de instrumentos, por delegação do Instituto Português da Qualidade.

### Sistema de Inspeções



A EPAL desenvolveu um Sistema de Gestão das suas infraestruturas assente no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil ao longo do ciclo de vida (reservatórios, condutas, estações elevatórias), através da realização de Inspeções Sistemáticas e periódicas.

A atividade de Inspeções encontra-se certificada, segundo o referencial normativo ISO9001:2008.

Os objetivos que se pretende atingir com esta atividade são:

- Assegurar a fiabilidade e segurança na Exploração dos Ativos
- Garantir Níveis de Serviço adequados aos Clientes
- Maximizar o ciclo de Vida dos Ativos
- Minimizar o custo de manutenção/investimento ao longo do ciclo de vida dos Ativos.

### CAL - Chave Águas Livres:



A EPAL projetou uma chave multifunções, manual, que conjuga várias ferramentas de forma ergonómica e não aleatória em função da configuração dos órgãos e acessórios e da sua disposição no terreno. Por conseguinte, reduz a mão-de-obra, primando a mobilidade devido ao seu porte, em relação ao conjunto das ferramentas existentes e capacidade de maneabilidade nos mais variados trabalhos aquando da necessidade premente de executar várias manobras sequenciais.

Dada a universalidade da chave multifunções e a standardização dos órgãos e acessórios, esta poderá ser utilizada por um elevado número de entidades gestoras de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, assim como de equipas de combate a incêndios.

## INVESTIMENTOS, GESTÃO DE ATIVOS E MANUTENÇÃO

### Investimentos

Em 2024, o investimento global efetuado ascendeu a 35,3 milhões de euros, e a maioria do valor executado correspondeu essencialmente, à semelhança de anos anteriores, à construção e reabilitação de infraestruturas. O quadro seguinte sintetiza os investimentos do último triénio:

| Valores em EUR                                       | 2022              | 2023              | 2024              |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Garantia da Capacidade</b>                        | 924.218           | 652 176           | 620.892           |
| Ampliação da rede de Distribuição                    | 924.218           | 652 176           | 620.892           |
| Outros   | -                 | -                 | -                 |
| <b>Garantia da Fiabilidade e Segurança</b>           | 11.506.936        | 20 767 601        | 17.184.032        |
| Renovação da Rede de Distribuição                    | 3 758 049         | 4 839 520         | 4 300 672         |
| Contadores   | 1 203 584         | 103 627           | 132 442           |
| Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios | 1 132 635         | 827 667           | 196 182           |
| Rede de Adução                                       | 4 617 521         | 5 687 511         | 9 058 763         |
| Equipamentos elétricos, mecânicos e instrumentação   | 546 792           | 622 057           | 306 866           |
| Castelo de Bode - Duplicação                         | 123 720           | 8 438 253         | 3 026 561         |
| Outros   | 124 634           | 248 967           | 162 545           |
| <b>Garantia da Qualidade</b>                         | 626.889           | 1.294.854         | 1.738.851         |
| Laboratórios   | 178 520           | 622 109           | 326 968           |
| ETA'S  | 393 821           | 628 150           | 1 310 038         |
| Outros   | 54 548            | 44 596            | 101 846           |
| <b>Sustentabilidade e Inovação</b>                   | 2.278.044         | 5.820.340         | 12.647.991        |
| Eficiência energética                                | 2 272 594         | 5 610 005         | 12 607 002        |
| Outros   | 5 450             | 210 335           | 40 989            |
| <b>Tecnologias de Informação e Comunicação</b>       | 1.223.906         | 885.940           | 1.075.497         |
| Hardware e Software                                  | 447 288           | 228 470           | 719 659           |
| Infraestruturas e Telegestão                         | 329 282           | 443 512           | 155 708           |
| Sistemas de Gestão                                   | 19 684            | 9 842             | 0                 |
| Aquamatrix   | 427 652           | 204 116           | 200 131           |
| <b>Outros Investimentos</b>                          | 1.881.311         | 1.915.175         | 2.045.787         |
| Adaptação de Instalações                             | 1.375.770         | 1 005 954         | 1 406 950         |
| Outros   | 505.541           | 909 221           | 638 959           |
| <b>TOTAL</b>   | <b>18.441.303</b> | <b>31 336 085</b> | <b>35.313.173</b> |

O ano de 2024, caracterizou-se pela manutenção da instabilidade ao nível dos preços das matérias-primas, dos materiais, equipamentos e mão-de-obra, com especial relevo na construção. Estas perturbações, à semelhança do ano anterior, levaram a que alguns concursos para contratação de empreitada lançados e com realização financeira prevista para 2024 tivessem ficado desertos, a que acresceram alguns contratos não concretizados, destacando-se:

- Empreitada de Conceção/Construção da Unidade CLORH<sub>2</sub>O da ETA de Asseiceira – Produção de Água Clorada, Hipoclorito e Hidróxido de Sódio da ETA de Asseiceira, incluindo Serviços de Operação e Manutenção – 6,2 MEUR;
- Empreitada de obras públicas no recinto de Vila Fanca de Xira para reabilitação e reformulação do conjunto edificado – 3,5 MEUR;
- Empreitada de obras públicas no recinto de Vila Fanca de Xira para reabilitação e reformulação do conjunto edificado – 2,7 MEUR;
- Empreitada do Recinto de Campo de Ourique - Reformulação e abertura ao público – 1,0 MEUR.

Concomitantemente, o mercado tem sido afetado de forma significativa por dificuldades de contratação de recursos, especializados e não especializados, situação que afeta de forma transversal os empreiteiros, as empresas de projeto e fiscalização, e o próprio Dono de Obra, coalescendo todas estas situações em dificuldades de materialização dos investimentos.

O processo de materialização dos investimentos tem também vindo a ser afetado pela demora que se regista nos processos de expropriação e servidão necessários para obtenção de terrenos, concretamente na emissão das Declarações de Utilidade Pública, situação que chega a implicar o protelamento do lançamento de algumas empreitadas em mais de um ano, após a conclusão do respetivo projeto.

As situações referidas implicaram o ajustamento dos cronogramas de algumas empreitadas que se encontravam em curso, alguns atrasos no lançamento de procedimentos de contratação de novas empreitadas, incrementos no valor do preço base dos concursos, o pagamento de revisões de preços com valores significativos, bem como a análise de pedidos de reequilíbrio financeiro.

Apesar das condicionantes elencadas, no ano de 2024 atingiu-se o valor mais elevado de investimentos efetuados pela Empresa, sendo que adicionalmente a EPAL desenvolveu um conjunto importante de projetos e lançou um número significativo de concursos destinados a assegurar a execução dos investimentos previstos, bem como a continuidade do serviço, aumentando a fiabilidade e resiliência em infraestruturas existentes.

Importa ainda destacar:

- Concursos lançados durante o ano de 2024 – 18 concursos com um preço base total de 31 milhões de euros (18 concursos com um preço base total de 46 milhões de euros em 2023);
- Principais adjudicações efetuadas em 2024 – 16 adjudicações num total de 28 milhões de euros adjudicados (11 adjudicações num total de 21 milhões de euros adjudicados em 2023).

Para o ano de 2025, prevê-se a continuidade dos projetos que se encontram em curso, das empreitadas entretanto adjudicadas e de todo o trabalho que antecede o lançamento dos concursos, nomeadamente, todas as atividades complementares (topografia, geotecnia, etc.) necessárias à materialização dos mesmos.

### Grandes Adutores

No que respeita aos grandes adutores da EPAL, a atividade continuou a incidir, no essencial, em três linhas de ação: criação de alternativas ao sistema Alviela, reabilitação de adutores em serviço e duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo de Bode, o principal sistema adutor da EPAL.

Relativamente à reabilitação dos grandes adutores, continuaram em desenvolvimento no ano de 2024 os seguintes projetos de execução:

- “Adutor Vila Franca de Xira – Telheiras: troço compreendido entre a estação elevatória de Vila Franca de Xira e o Bairro da Mata”, visando a reabilitação de um troço de tubagem DN1500, numa extensão de cerca de 4,3 km;
- “Subsistema de Valadas – projetos de reabilitação da conduta de água bruta DN1000 de Valada – Vale da Pedra e das condutas de água tratada DN1000 e DN1250 de Vale da Pedra – Várzea das Chaminés”, numa extensão total de 23,5 km.

No que respeita à duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo de Bode, no ano 2024 foram concluídos os seguintes projetos de execução, incluindo a respetiva revisão por terceiros:

- “Adutor Castelo do Bode - duplicação dos troços não duplicados: túneis e ligação da toma para o sistema Oeste em Alcanhões à linha 1 do adutor de Castelo do Bode”, incluindo:
  - Troço 3: Asseca/Chavões, DN1800 numa extensão de 6,3 km;
  - Troço 4: Aveiras/Obra Especial da Azambuja, DN1800 numa extensão de 1,83 km;
  - Troço 5: Obra Especial da Azambuja/Várzea das Chaminés, DN1800 numa extensão de 2,3 km.

Em 2024 foi desenvolvido o concurso da empreitada do “*Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 – Torre Brogueira/Sobral*” a qual contempla, principalmente, a realização de todos os trabalhos destinados a concretizar a duplicação do Adutor do Castelo do Bode, com a instalação de uma nova conduta DN1800mm, numa extensão de 4.300 m, paralelamente à linha da conduta existente. Esta empreitada foi contratada a 22 de agosto de 2024, tendo merecido o necessário Visto Prévio do Tribunal de Contas em 18 de outubro de 2024. Foi celebrado o Auto de Consignação em 18 de novembro de 2024.

Foi também concretizada a contratação da empreitada “*Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta*”, a qual esteve dependente da regularização das questões relacionadas com terrenos. O contrato desta empreitada foi celebrado a 23/12/2024, encontrando-se desde dezembro a decorrer o processo destinado à obtenção do necessário Visto Prévio do Tribunal de Contas.

No ano 2024 prosseguiu-se com o desenvolvimento das seguintes empreitadas consideradas relevantes:

- *“Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV”*, empreitada destinada a criar alternativas ao aqueduto Alviela, adjudicada pelo valor de 4,8 MEUR;
- *“Duplicação do troço do Adutor do Castelo do Bode, na zona compreendida entre Torre do Bispo e Alcanhões (Troço 2)”*, numa extensão de cerca de 4,3 km, adjudicada por 9,3 MEUR;
- *“Reabilitação da Obra Especial do Adutor do Castelo de Bode, na Vala Real”*, destinada a concretizar a demolição da obra especial existente e a instalação, em vala, de uma nova conduta em aço DN1800, numa extensão de aproximadamente 630 m, adjudicada por 3,7 MEUR;
- *“Reabilitação da Chaminé de Equilíbrio da Linha 1 do Adutor de Castelo do Bode”*, adjudicada por 0,5 MEUR e concluída em outubro de 2024;
- *“Empreitada de Conceção Construção para Reabilitação do Adutor da Costa do Sol – Troço Rio Jamor”*, adjudicada por 0,5 MEUR;

### Equipamentos e Energia

No âmbito do Projeto EPAL 0%, no ano 2024, prosseguiu-se com o desenvolvimento das empreitadas referentes aos seguintes procedimentos:

- *“Empreitada de Conceção-Construção da instalação de produção (hídrica 1640 kw) (“UP hídrica”) que integra a UPAC “Estação elevatória de Vila Franca de Xira”, incluindo serviços de operação e manutenção”*, adjudicada por 4,7 MEUR;
- *“Empreitada de conceção/construção da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica e sistema de regulação de cargas para autoconsumo da EE Amadora (1000 kW AC) e da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica para autoconsumo da EE Olivais (500 kW AC), incluindo serviços de Operação e Manutenção”*, adjudicada por 3,8 MEUR;
- *“Empreitada de Conceção-Construção da Central Fotovoltaica de Telheiras (500 kW AC) e da Central Fotovoltaica do Parque das Nações (650 kW), incluindo serviços de operação e manutenção”*, adjudicada por 1,8 MEUR;
- *“Empreitada de Conceção Construção de Minicentral Hidroelétrica - Asseiceira 0%”*, adjudicada por 4,9 MEUR;
- *“ETA da Asseiceira 0% - Empreitada de Execução de Beneficiações na ETA da Asseiceira para redução do consumo de energia e produção de energia”*, adjudicada por 2,6 MEUR;
- *“Empreitada de Conceção Construção para Instalação de Infraestruturas de Telemetria e Criação do Centro de Controlo de Energia e de Emissões (CCEE), com serviços associados”*, adjudicada por 3,3 MEUR (EPAL e AdVT);
- *“ETA da Asseiceira – Empreitada de Conceção-Construção da Duplicação do Canal de Água Bruta e Mini Hidroelétrica, incluindo serviços de manutenção”*, adjudicada por 3,9 MEUR;

- *“Empreitada de Conceção-Construção da Central Fotovoltaica da Captação de Valada-Tejo (850 kW AC) e da Central Fotovoltaica da ETA de Vale da Pedra (650 kW AC), incluindo serviços de operação e manutenção”, adjudicada por 1,9 MEUR.*

Em 2024 decorreram os procedimentos concursais respeitantes à *“Empreitada de Conceção-Construção da Unidade CLORH<sub>2</sub>O da ETA de Asseiceira – Produção de Água Clorada, Hipoclorito e Hidróxido de Sódio da ETA de Asseiceira, incluindo Serviços de Operação e Manutenção”, com um preço base de 6,2 MEUR e à “Empreitada de Conceção-Construção para Fornecimento e Instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira incluindo serviços de manutenção”, com um preço base de 4,9 MEUR.*

Em ambos os procedimentos, a EPAL foi confrontada com inúmeras dificuldades relacionadas com pedidos de esclarecimentos por parte dos Interessados, constatando-se que as propostas recebidas não permitiram concretizar a desejada adjudicação dos trabalhos, obrigando a promover a revogação da decisão de contratar e o desenvolvimento de novos procedimentos com peças mais adaptadas e ajustadas às necessidades.

Em 2024 prosseguiu-se com o desenvolvimento dos projetos para a remodelação dos Quadros da sala de Média Tensão e Quadros de Comando e Automação da Estação Elevatória de Telheiras e das instalações elétricas, de comando e automação da Estação Elevatória de Guerreiros. Deu-se também continuidade ao projeto *“Remodelação da Estação Elevatória I dos Olivais (2ª fase)”*, o qual teve de ser complementado por forma a contemplar a componente sísmica que não havia sido considerada.

No ano de 2024, foi concretizado o lançamento dos seguintes concursos de empreitada:

- *“Empreitada de Conceção-Construção Subestação, Transformadores, Linha Subterrânea e Sistemas de Monitorização, Controlo, Gestão e Proteção UPAC VFX (GIS)” – 4,9 MEUR;*
- *Empreitada de Conceção-Construção da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica (fotovoltaico mínimo 600 kW AC) dos reservatórios de Vila Franca de Xira para autoconsumo que integra a UPAC “Estação Elevatória de Vila Franca de Xira” (“UPAC”), incluindo serviços de operação e manutenção – 1,4 MEUR;*

No final do ano de 2024, encontrava-se em preparação o lançamento do concurso da *“Empreitada de Conceção-Construção da Microrrede associada à Unidade de produção para autoconsumo da ETA da Asseiceira e Estação Elevatória de Castelo do Bode, incluindo serviços de operação e manutenção”, com um preço base 7,8 MEUR.*

### Reabilitação e Conservação de infraestruturas

Relativamente à reabilitação de estruturas de tratamento, transporte e reserva de água, a atividade anual abrangeu a elaboração de projetos de execução, adjudicação e acompanhamento de empreitadas de reabilitação de diversas infraestruturas.

No que respeita ao património edificado da EPAL, operacional e não operacional, foram realizados um conjunto de estudos e projetos que visam, não só, o prolongamento da sua vida útil, como também a sua reformulação, procurando responder às novas necessidades dos serviços.

Foram também desenvolvidos planos de interligação lógica entre os diversos processos e as suas subsequentes intervenções, por forma a suportar as decisões futuras.

Os estudos e projetos desenvolvidos resultam do desenvolvimento de trabalho interno, na gestão interna dos mesmos, mas sobretudo com recurso à prestação de serviços através de contratação de empresas da especialidade no mercado externo, para o desenvolvimento destes estudos e projetos, com diferentes graus de maturidade e nas suas várias especialidades.

No ano de 2024 verificou-se em relação ao ano anterior, uma ligeira quebra do número de processos associados à reabilitação das infraestruturas de edificado operacional e não operacional, na qual se inclui as infraestruturas de património histórico classificado, sobretudo fruto da redução da equipa afeta a estes processos, facto que obrigou a uma redistribuição dos mesmos pela equipa exígua em número, representando ainda assim um total de mais de 30 processos relevantes, tendo alguns deles sido materializados em contratos de empreitada, como é o caso:

- A “*Empreitada para Implementação de Melhorias Operacionais e Funcionais na ETA de Vale da Pedra*” foi objeto de contratação a 11/07/2024, pelo valor de 2,9 MEUR;
- A “*Empreitada para reformulação e abertura ao público do Recinto de Campo de Ourique*”, adjudicada por 1,0 MEUR.

Encontra-se ainda em preparação o relançamento da “*Empreitada para as instalações da Academia das Águas Livres - 2.ª fase - Recinto de Campo de Ourique*”, atendendo à revogação do contrato da anterior empreitada, facto que justificou também uma revisão ao projeto de execução associado ao procedimento.

O concurso destinado à realização da “*Empreitada de obras públicas no recinto de Vila Fanca de Xira para reabilitação e reformulação do conjunto edificado*”, ficou deserto, tendo-se procedido ao relançamento do mesmo em novembro de 2024, com um preço base de 3 MEUR, encontrando-se em fase de adjudicação.

Em 2024 foi lançado o concurso da empreitada de “*Reabilitação do Reservatório Elevado de Água de Lavagem dos Filtros da Linha 1 da ETA da Asseiceira*”, a qual contempla, principalmente, a realização de todos os

trabalhos de reabilitação dos dois reservatórios elevados (geral do reservatório da Linha 1 e pontual do da Linha 2) da ETA da Asseiceira e da sua interligação, encontrando-se em fase de análise das propostas.

Em 2024, assegurou-se ainda a continuidade das seguintes empreitadas que se encontravam em curso:

- *“Empreitada de implementação de medidas compensatórias no âmbito do SCIE e substituição/relocalização dos PT’s – Edifício Sede”*, adjudicada por 1,4 MEUR;
- *“Empreitada para Adaptação da Portaria, Oficinas, Balneários e Estacionamento – Recinto da Asseiceira”*, adjudicada por 0,9 MEUR;

Ao nível da reconversão e valorização do edificado não operacional, ou de infraestruturas desativadas, destaca-se o desenvolvimento de alguns procedimentos, como é o caso:

- Aquisição de serviços especializados de engenharia para a requalificação da ETA da Asseiceira, projeto adjudicado por 0,4 MEUR;
- Edifício Sede - Reabilitação de cozinha e espaços conexos, balneários prestadores de serviço e outras salas, que se encontra a aguardar definição da estratégia de licenciamento;
- Reabilitação integral do edifício da EPAL - Rua das Portas de Santo Antão 169-185, cujo projeto de execução está em fase de revisão final;
- Recinto do Arco - Aquisição de serviços para elaboração de projeto de execução para adaptação da funcionalidade dos espaços, cujo projeto de execução está em fase de revisão final;
- Recinto do Parque das Nações - Campus da Água - Estudo de Ocupação”, estudo de soluções de ocupação em desenvolvimento;
- Recinto do Parque das Nações - Ampliação das instalações da medicina no trabalho - Projeto de execução em curso;
- Recinto de Vila Franca de Xira - 3.ª fase - Projeto de execução em curso;
- Reforço estrutural do edificado da Sede, processo que será articulado com a realização de um novo acordo de cooperação com o LNEC para a elaboração dos termos de referência.

No que respeita à área do património histórico classificado, deu-se continuidade aos processos associados à conservação do Aqueduto das Águas Livres:

- “*Empreitada de requalificação das superfícies exteriores do troço do Aqueduto das Águas Livres localizado no interior do Recinto de Campo de Ourique da EPAL*”, adjudicada por 0,3 MEUR;
- “*Empreitada de requalificação e restauro do interior da Galeria do Rato, troço do Aqueduto das Águas Livres*”, processo em fase de concurso, com um preço base de 0,4 MEUR;
- Preparação do procedimento de “*Empreitada de conservação e restauro dos chafarizes da cidade de Lisboa – 3.ª Fase*”, abrangendo 10 chafarizes, a saber: o Chafariz das Janelas Verdes, o Chafariz de Santo António da Convalescença, o Chafariz da Armada, o Chafariz do Carmo, o Chafariz da Mãe de Água à Praça da Alegria, o Chafariz da Rua do Século, o Chafariz da Rua São João da Pedreira, o Chafariz de Entrecampos e o Chafariz de S. Domingos;
- Projeto de Consolidação Estrutural e Conservação e Restauro dos Lanternins do Aqueduto das Águas Livres, em fase de licenciamento;
- Reabilitações pontuais na Galeria de São Carlos (Pia da Trindade), contratação do estudo prévio para reforço estrutural;
- Reabilitação do Lago e Reservatório da Patriarcal, procedimento de contratação de projeto de execução em desenvolvimento.

### **Reabilitação e renovação da Rede de Lisboa**

Ao nível da reabilitação/renovação da rede de Lisboa, registou-se no ano de 2024 uma significativa taxa de execução, apesar dos desafios colocados pela conjuntura económica e financeira, e pelas exigências no licenciamento das intervenções na cidade de Lisboa. Ainda assim, a rede substituída pela EPAL foi de 14,9 Km no ano de 2024, valor inferior, em cerca de 12% o valor de 2023 (17,0 Km), sendo, contudo, o segundo maior valor nos últimos catorze anos.

Em termos operacionais, foram adjudicadas três empreitadas plurianuais de renovação de rede com DN inferior a 400 mm, no valor total próximo de 5,6 MEUR, para a substituição de cerca 25,5 km de tubagem, incluindo ramais e órgãos de manobra.

No âmbito da reabilitação dos adutores de grande diâmetro instalados na cidade de Lisboa, destaca-se a continuação da empreitada de “*Reabilitação da Adutora da Calçada de Carriche*”, do qual se executou cerca de 150 m de adutor DN 800, terminando desta forma a empreitada de substituição do adutor.

Na reabilitação dos adutores de grande diâmetro instalados na cidade de Lisboa, destaca-se ainda a continuação dos desvios de infraestruturas, no âmbito dos serviços afetados, nomeadamente os relacionados com o Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL) em Santa Apolónia e EMEL, na Azinhaga da Cidade

No âmbito dos projetos de renovação de rede com DN inferior a 400, manteve-se em curso a prestação de serviço “*Aquisição de Serviços para Elaboração de Projetos para a Reabilitação da Rede de Distribuição de Lisboa 2022/2023*” para a produção de projetos em diferentes áreas da cidade de Lisboa, identificadas no

âmbito da matriz de Investimento da Rede de Distribuição, totalizando a reabilitação de cerca 34 Km, dividido por 11 polígonos.

Paralelamente, estão em desenvolvimento vários projetos de reabilitação de condutas de diâmetro relevante na área de Lisboa, incluindo a *“Reabilitação da Conduta Camarate - Santo António dos Cavaleiros (Troços Ribeira da Póvoa)”* e *“Reabilitação do Adutor Olivais – Campo de Ourique”*.

A atividade de Ampliação da Rede de Distribuição da cidade de Lisboa, está fortemente dependente da dinâmica urbanística da própria cidade, que na última década regista uma elevada taxa de reabilitação imobiliária. Apesar do aumento da taxa de juro de referência no empréstimo à habitação verificada na economia, em 2024 foi assegurado o acompanhamento da execução de 600 novos ramais, valor equivalente ao de 2023, estando entre os maiores valores dos últimos dez anos.

Contudo, é no indicador relativo a Ampliação de Novas Condutas da Rede de Distribuição, na sequência de ligação de novas urbanizações, que regista um valor de 1,25 km instalados. Esta vertente está dependente da dinâmica imposta pelos promotores imobiliários, constituindo um fator de grande imprevisibilidade no planeamento desta atividade, obrigando a uma grande flexibilidade na compatibilização das diferentes intervenções.

### **Gestão de Ativos**

A Gestão de Ativos na EPAL tem como função assegurar uma gestão integrada dos ativos da Empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

O Ano de 2024 foi desafiante em várias medidas, desde o planeamento para a execução de futuros projetos transversais, como o início e ou a continuidade de projetos essenciais para a EPAL. Alguns dos projetos que foram iniciados e/ou desenvolvidos são essenciais para o presente e futuro da EPAL, os quais, embora sendo muito relevantes, não serão os únicos, destacando-se:

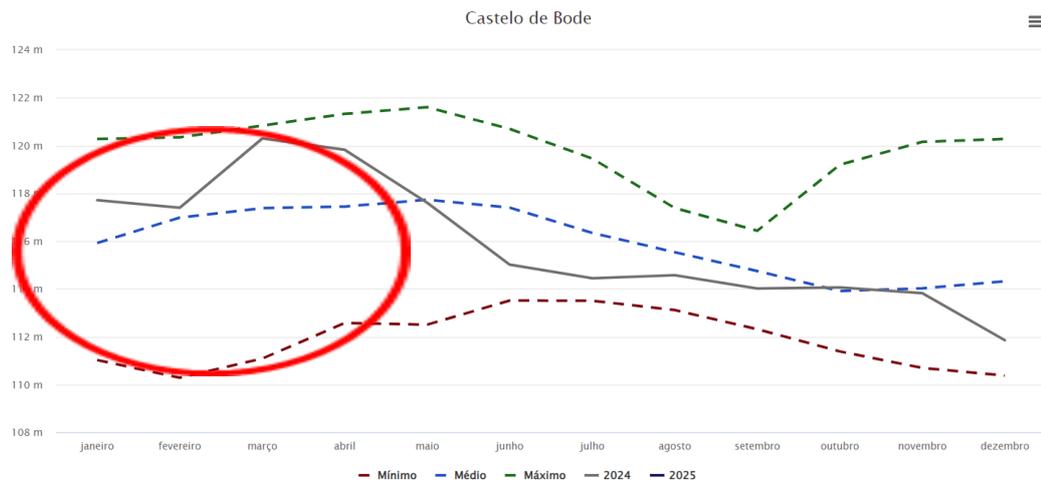
- Garantiu-se a continuidade da Certificação dos Sistemas de Gestão de Ativos e de Gestão da Energia, com extensão do referencial NP EN ISO 50001:2019 a outras instalações, sendo determinante o papel de todos os elementos nas auditorias realizadas e, ainda mais importante, na preparação de toda a estrutura que respondeu de forma consolidada aos auditores;
- Iniciou-se, em julho, a execução do Plano Diretor da EPAL e Oeste, um desafio enorme para assegurar que o Consultor irá realizar o melhor e mais útil Plano Diretor para a EPAL do presente e do futuro;
- Deu-se continuidade ao desenvolvimento e atualização do Modelo Matemático da Rede de Distribuição no suporte informático do *Water Gems da Bentley*;
- Concluiu-se o Estudo de Verificação Sistemas de Segurança Hidráulica de um conjunto de Reservatórios, o que irá originar o planeamento de diversas ações, de investimento e operacionais, que se traduzirão na redução do risco na gestão das referidas infraestruturas;

- Em conjunto com a Direção de Engenharia, acompanhou-se o desenvolvimento do Centro de Controlo de Energia e Emissões, na componente de desenho das funcionalidades do software e incorporação no *WattWater*, desenvolvendo modelos para testar a operacionalização da EE da Amadora com a integração da produção de energia a partir da UPAC de Alto de Carenque;
- Colaborou-se no processo que está a decorrer, de modelação da operacionalização das mini-hídricas da Asseiceira e da Várzea das Chaminés, em parceria com as Direções de Operações de Abastecimento e Engenharia, e com o Instituto Superior Técnico;
- Acompanhou-se todas as interferências decorrentes de diversos Projetos de interferências com infraestruturas, o que obrigou a intensas interações da Área de Licenciamentos, tendo concluído o Processo de regularização da Rua das Beiras em Cascais, com a celebração de um Protocolo com o Município;
- A Área de Cadastro continuou o processo interno de revisão da caracterização e classificação dos Ativos, com o apoio da Direção de Manutenção, atividade que é estruturante para a organização e que suporta subsequentemente o cadastro dos Ativos;
- Revisão do Plano (estratégico) para a Redução de Água Não Faturada (ANF) na EPAL – 2025/2029, realçando-se que a % de ANF é um dos indicadores estratégicos da EPAL;
- Implementação do projeto de monitorização do subsistema do Oeste, através da setorização das infraestruturas em 41 ZMT, das quais 12 na Zona Norte, 12 na Zona Centro, 9 na Zona Sul e 8 nos Sistemas Autónomos;
- Deu-se continuidade à realização de prestação de serviços de eficiência hídrica (WONE) para diversas entidades nacionais, e apoiou-se a AdP Internacional em apresentação a diversas Entidades Internacionais, gestoras de sistemas de abastecimento e saneamento, e financiadoras.

No âmbito da atividade em 2024 importa igualmente destacar:

- 2024 – Da chuva intensa à produção de energia

A primeira metade do ano de 2024 foi bastante chuvosa, levando os níveis da Albufeira de Castelo do Bode para valores acima do normal para a época do ano. A partir de junho, a produção de energia hidrelétrica na Cascata do Zêzere aumentou de forma exponencial e a EPAL monitorizou atentamente os níveis de ambas as albufeiras (Castelo do Bode e Cabril), de forma a proteger a reserva para o abastecimento de água para consumo humano aos habitantes que a EPAL serve. Durante o verão de 2024, os níveis continuaram a descer e a EPAL intercedeu junto da APA para que, em outubro, os níveis permitissem colmatar um eventual ano hidrológico 2024/2025 seco. Os níveis aproximaram-se do normal em outubro e novembro, tendo a EDP incrementando de forma exponencial novamente a produção de energia hidroelétrica, em dezembro.



Ainda no âmbito das alterações climáticas, a EPAL concluiu diversos estudos, e encontra-se a desenvolver outros estudos adicionais e essenciais para a avaliação do estado quantitativo das origens de água da EPAL e indicadores de possíveis medidas de mitigação a médio e longo prazo:

- Arranque da prestação de serviços para desenvolvimento do Plano Diretor da EPAL e Oeste, com vista à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa;
- Vulnerabilidade das captações e infraestruturas às alterações climáticas;
- Inspeções e ensaios de caudal às origens de água subterrâneas da EPAL atualmente fora de serviço, com o objetivo de reavaliar a sua aptidão funcional;
- Modelação da evolução hídrica das albufeiras para o trimestre seguinte.

A consolidação da informação de monitorização e de acompanhamento das medidas de mitigação nos Relatórios de Adaptação às Alterações Climáticas - RAAC foi mais um dos passos decisivos para manter este tema na agenda de todas as Direções, promovendo a partilha de informação na EPAL.



- Monitorização dos Investimentos

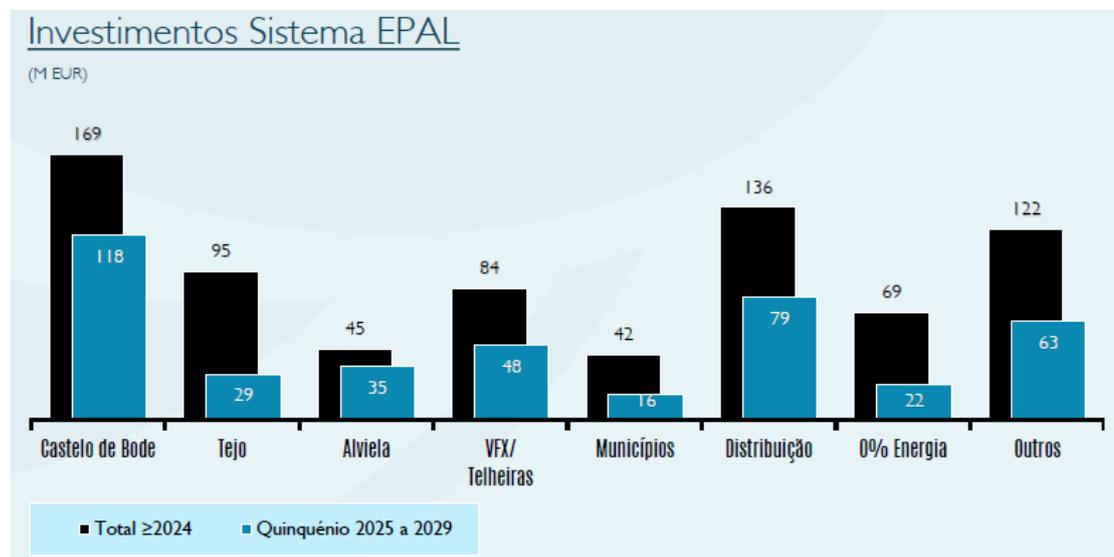
A atualização do Plano de Ação para os Desenvolvimentos dos Investimentos Estratégicos (PADIE) para 2025 reflete a necessidade continuada do acompanhamento dos mesmos. Com os sucessivos aumentos de preços e a incerteza dos últimos anos aliada aos conflitos internacionais, a estabilidade de planeamento deixa de ser um dado adquirido demonstrando cada vez mais a necessidade de monitorizar as grandes obras e o caminho a ser delineado pela empresa.



Com efeito, a metodologia que tem vindo a caracterizar a elaboração do Plano de Investimentos da EPAL mantém-se com uma segmentação em blocos de investimento (Infraestruturas, Energia, Circularidade e Áreas).

Deu-se igualmente sequência ao desenvolvimento dos Grupos de Peritos (Distribuição, Adução, Contadores e Medição, Equipamentos e Construção Civil) para a componente infraestrutural, sendo que o Grupo da Distribuição e o Grupo dos Equipamentos se mantém ativo durante a totalidade do ano.

Todavia, para uma análise mais sistémica, o PADIE apresenta os planos de ação para os investimentos estratégicos por Negócio e por Sistema, nomeadamente:



Os investimentos estratégicos que se detalham no PADIE refletem uma análise criteriosa de prioridades de investimentos, estão alinhados estrategicamente em função da sua criticidade sustentada em análise de risco, complementada com a visão e missão da EPAL, do Grupo AdP e da Tutela.

- Representação em Comitês Externos

A Direção de Gestão de Ativos participa ativamente em diversas atividades externas, nomeadamente em Comissões Especializadas da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), em Grupos de Trabalho da Holding - Águas de Portugal e em Associações Internacionais como SWAN e IWA.

- Grupo Águas de Portugal

- Comité Especializado de Gestão de Ativos;
- Comité Especializado Engenharia;
- *Task Force* de Gestão da Seca;
- Grupo de Investimentos PRR;

- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas

- Comissão Especializada de Sistemas de Distribuição de Água
- Comissão Especializada de Águas Residuais
- Comissão Especializada de Inovação
- Comissão Especializada de Adaptação às Alterações Climáticas
- Comissão Especializada de Indicadores de Gestão
- Comissão Especializada de Gestão de Ativos

- Municípios

- Concelhos Locais relativos aos Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, na área de influência da EPAL/Oeste

No que respeita às atividades realizadas no âmbito dos **planos e estudos de apoio à decisão**, destacam-se as seguintes atividades:

- Arranque da prestação de serviços para desenvolvimento do Plano Diretor da EPAL e do Oeste, com vista à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa;
- Conclusão do Estudo de verificação da adequabilidade dos atuais sistemas de segurança hidráulica dos reservatórios do Sistema de Abastecimento da EPAL;
- Conclusão do estudo de soluções de intervenção no Adutor da Costa do Sol;
- Conclusão do estudo de análise de soluções alternativas à atual captação no Castelo do Bode;
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Estudo de Alternativas ao Aqueduto Alviela, nomeadamente:
  - Avaliação conjunta da solução para o troço 2 de forma articulada com a solução do estudo de otimização do abastecimento a Óbidos do Sistema do Oeste;

- Captação da Ota até ao ponto de entrega de Cheganças;
- Análise às soluções do Troço 4 e Troço 5 do Aqueduto Alviela.
- Participação no Plano de Segurança da Água da EPAL.
- Coordenação do processo do PAI 2025/2029, precedida de atualização/validação dos critérios para as análises de risco de falha dos ativos e dos inputs resultantes. Em termos da metodologia de elaboração do PAI, as propostas de investimento foram divididas nos seguintes blocos:
  - Grupos/ Infraestruturas - Analisado por Grupos de Peritos (Rede de Distribuição, Rede de Adução, Contadores, Equipamentos, e Construção Civil) de acordo com as metodologias de análises de risco referidas no ponto anterior do presente documento.
  - Energia - Analisado pelo coordenador destes projetos em articulação com as direções executantes, de modo a implementar projetos que visem o aumento da sustentabilidade energética da empresa.
  - Circularidade - Analisado pelo coordenador destes projetos em articulação com as direções executantes, com vista a implementar projetos que garantam a valorização dos diferentes processos na empresa.
  - Áreas - Neste bloco enquadram-se os investimentos:
    - Em Sistemas de Informação, refletindo as necessidades definidas no PESI (Plano Estratégico dos Sistemas de Informação).
    - Resultantes de medidas identificadas no PSA (Plano de Segurança da Água).
    - Resultantes de necessidades correntes das restantes áreas da empresa (ex: segurança e saúde, mobiliário, etc.).
- Elaboração do Plano de Ação para o Desenvolvimento de Investimentos Estratégicos (PADIE), através do qual se definem as linhas de orientação estratégica para os investimentos em ativos operacionais;

Em relação às atividades no âmbito **da gestão de informação e avaliação funcional**, destacam-se diversas disponibilizações de informação e relatórios:

- Elaboração do Boletim Mensal de Informação Operacional sobre os Ativos da EPAL.
- Elaboração trimestral do RGA - Relatório de Gestão de Ativos da EPAL e Oeste que visa a monitorização dos ativos ao longo do seu ciclo de vida, incluindo o definido pela norma ISO55000 – Gestão de Ativos.
- Elaboração mensal do Relatório de Informação de Manutenção de Ativos EPAL e Oeste.
- Elaboração mensal da Informação sistematizada das Roturas e Avarias em Alta (EPAL e Oeste) e Baixa (EPAL), bem como a sua verificação decorrente do novo interface Máximo-SIG.
- Atualização mensal no Portal dos Ativos de informação sobre os Ativos da EPAL e Oeste.

- Participação no projeto WP (*Water Performance*) - Indicadores ERSAR, atualmente em fase de testes.

No que concerne às atividades no âmbito das **alterações climáticas**, foram desenvolvidas em 2024:

- Monitorização diária e semanal da evolução dos níveis hídricos e das autonomias da Albufeira de Castelo do Bode (e da Cascata do Zêzere), e elaboração do reporte quinzenal para a AdP, a disponibilizar na plataforma ENKI, relativamente a níveis e autonomias dessa mesma albufeira;
- Elaboração de reportes quinzenais para as albufeiras críticas, identificando vulnerabilidades relativas a usos partilhados e efetuando previsões meteorológicas semanais para as mesmas;
- Desenvolvimento, em colaboração com a Direção de Operações de Abastecimento e de Sistemas de Informação, dos módulos Albufeiras e Clima, no âmbito da ferramenta informática *WP–Water Performance*, com monitorização em contínuo das origens de água e complementada com dados das estações meteorológicas na área de influência das mesmas;
- Elaboração da previsão meteorológica mensal no final do mês anterior, como forma de estimar a evolução quer do armazenamento das albufeiras quer da situação dos aquíferos;
- Elaboração dos Relatórios trimestrais de Adaptação às Alterações Climáticas da EPAL (RAAC), incluindo análise climática, hídrica e modelação de níveis de albufeiras à luz de previsões meteorológicas;
- Identificação das vulnerabilidades climáticas e das captações subterrâneas da EPAL às mudanças climáticas em curso.

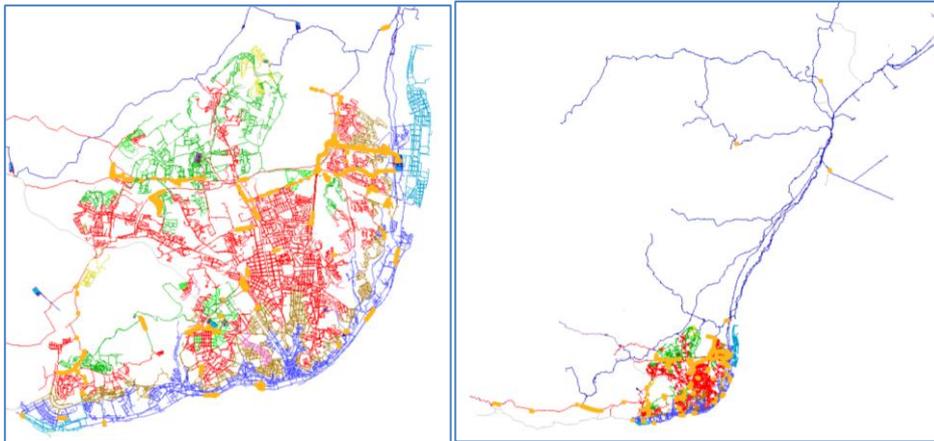
Em relação à **gestão de perdas**, procedeu-se durante o ano de 2024 à realização de diversos projetos e atividades, destacando-se:

- Avaliação das soluções avançadas para identificação de perdas em rede de distribuição e adução, as quais recorrem a tecnologias de alta-definição, designadamente, imagens de satélite, fibra ótica e hidrofoniação georreferenciada;
- Análises mensais das perdas através dos dados do WONE e do volume de entrada, saída e totais diários nas ZMT da rede de adução bem como o impacto do abaixamento dos consumos;
- Determinação do Balanço Hídrico da EPAL;
- Implementação de um sistema de monitorização do indicador Água Não Faturada e de potenciais fatores críticos contributivos para a sua melhoria;
- Revisão do Plano (estratégico) para a Redução de Água Não Faturada na EPAL – 2025/2029;
- Atualização do Estudo “Panorama da seca e distribuição da água não faturada a nível nacional”, o qual tem como objetivo o desenvolvimento de um Programa para o combate à ANF ao nível Nacional;

- Implementação do projeto de monitorização do subsistema do Oeste, através da setorização das infraestruturas em 41 ZMT, das quais 12 na Zona Norte, 12 na Zona Centro, 9 na Zona Sul e 8 nos Sistemas Autónomos
- Continuação da realização de prestação de serviços de eficiência hídrica (WONE) para diversas entidades nacionais, destacando-se os projetos realizados para 10 entidades gestoras de distribuição de água em baixa, o que é um reconhecimento do papel de destaque que a EPAL tem no Setor da Água ao nível da gestão e controlo de perdas. Neste contexto, realça-se também a colaboração com a empresa Águas de Santo André (Grupo AdP) no Plano de Redução de Água Não Faturada na rede em baixa da Vila de Santo André;
- Acompanhamento da prestação de serviços de deteção de fugas de água, providenciada pela empresa WTA – Waves Defender, Lda, a qual teve início em novembro de 2024;
- Colaboração com a Águas do Algarve no âmbito do Plano de Contingência para Combate à Seca e Escassez Hídrica da Região do Algarve;
- Elaboração de candidatura à 2ª edição do concurso de Inovação AdP 360º com o projeto *Intellile@k*, o qual visa a criação de uma base de dados de ruídos caraterísticos de fugas em redes de abastecimento de água.

Registaram-se ainda, em 2024, as seguintes ações de deteção de fugas e projetos de análise das ZMC na rede de distribuição de Lisboa, mais concretamente:

- Em 2024 foram concluídas 51 intervenções de PAZ, tendo sido analisados 431 km de rede de distribuição, assinaladas 128 roturas. O PAZ com maior recuperação alcançada foi realizado na ZMC 1239 Parque das Nações Marginal onde foi recuperado um caudal de 233.3 m<sup>3</sup>/hora, o equivalente a cerca de 2 milhões de m<sup>3</sup>/ano.
- No ano de 2024 foram ainda inspecionados cerca de 27.85 quilómetros de rede não monitorizada, dos quais 24.33 na rede de distribuição de Lisboa e 3.52 na rede de transporte e adução. Todos os troços inspecionados foram georreferenciados em SIG, estando criadas as condições para com uma simples consulta do cadastro se identificar a referência dos processos que conduziram à realização dos trabalhos de deteção de fugas, a data de realização, o número de roturas detetadas e o nome dos respetivos técnicos;



- Estima-se que a contribuição para o balanço hídrico de 2024 da EPAL (Baixa) seja de 2.847.160 m<sup>3</sup> (não incluindo as intervenções realizadas em zonas da rede onde não é possível quantificar os ganhos alcançados com o controlo ativo de perdas).

As atividades no âmbito da **área de inspeções** registaram 105 inspeções na EPAL, destacando-se as seguintes:

- Recinto de Sacavém (situação de litígio com proprietário confinante);
- Obras Especiais do Adutor de Castelo do Bode e outros subsistemas;
- Reservatórios hidropneumáticos de Vila Franca de Xira;
- Galerias técnicas do sistema de abastecimento;
- Vários reservatórios e estações elevatórias da EPAL e do Oeste;
- Inspeção e ensaios de produção a várias captações do Oeste.

Procedeu-se à realização de monitorizações a estruturas edificadas e enterradas (levantamento de dados e análise da informação resultante), para acompanhamento de deslocamentos e assentamentos, tendo em vista o apoio à tomada de decisão, destacando-se a Encosta da Castanheira do Ribatejo.

Foram igualmente efetuadas análises de monitorizações periódicas efetuadas com recurso a equipamento topográfico, para acompanhamento de deslocamentos e assentamentos, tendo em vista o apoio à tomada de decisão, destacando-se os seguintes ativos:

- Muro do recinto do Arco;
- Estações Elevatórias de Castelo do Bode;
- Obra Especial do Rio Trancão (Adutor Vila Franca de Xira – Telheiras).

Por fim procedeu-se ao levantamento geral das estruturas constituintes da totalidade do Aqueduto das Águas Livres, com a classificação, carregamento em GIME (Base de dados das Inspeções de Construção Civil) das localizações e dos ativos, bem como a identificação de situações com potencial de risco para terceiros.

No que concerne à **gestão de energia**, procedeu-se à realização das seguintes atividades:

- Gestão dos contratos de fornecimento de energia em articulação com as áreas operacionais e a holding (novos ramais, comunicação de leituras, mudança de potência e acompanhamento de processos de avarias);
- Análise de dados associados a energia reativa e articulação com as áreas operacionais para sua análise;
- Acompanhamento de contratos de produção de energia fotovoltaica nos ativos da EPAL;
- Análise de potencial de otimização das centrais fotovoltaicas existentes;
- Monitorização e reporte sobre o estado de produção dos painéis de microprodução fotovoltaica;
- Recolha e reporte periódico para a AdP Energias de valores associados a energias renováveis;
- Apoio à Direção de Engenharia no processo de licenciamento de UPAC;
- Acompanhamento de intervenções previstas no SGCIE e Relatórios de Execução e Progresso;
- Acompanhamento do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001, destacando-se a inclusão de duas novas instalações no sistema, EE Vale de Porcas e EE Soudos;
- Apoio na recolha e análise de informação com vista ao desenvolvimento do processo de cálculo da pegada carbónica;
- Desenvolvimento e atualização de protocolos de exploração com a E-Redes para as instalações em AT e MT, tendo sido desenvolvidas visitas ao terreno para as instalações em AT;
- Monitorização e inspeção de sistemas, processos e equipamentos:
  - Realizados e submetidos à DGEG relatórios de Acompanhamento e execução bienais relativos à execução prevista nos ARCE para as infraestruturas SGCIE (acima de 500 Tep);
  - Acompanhamento da implementação das medidas previstas nos processos de auditorias energéticas no âmbito dos SCE – Sistema de Certificação Energética de Edifícios;
  - Acompanhamento do processo de realização de auditorias legais D.L. 68-A/2015 para IE abaixo de 500 Tep;
  - Apoio à gestão de energia de acordo com metodologia desenvolvida no SGE e aprovada pela DGEG;
  - Desenvolvimento de Relatório de Gestão de Energia com periodicidade mensal, para acompanhamento e monitorização consumos de energia.

No âmbito das atividades relacionadas com o **cadastro e licenciamento e integração de ativos**, destacam-se em 2024:

- **Área de Cadastro**

- Continuação da otimização dos procedimentos internos para salvaguardar o alinhamento entre os cadastros técnico e geográfico, de forma a garantir o carregamento dos códigos MAXIMO em SIG, em especial para a GNA rede e para as GNA não lineares;
  - Continuidade dos trabalhos para potenciar a otimização dos Interfaces entre sistemas, em especial, SIG, MAXIMO, AQUAMATRIX, GIME e WATTWATER, através da identificação de potenciais chaves primárias, tendo-se efetuado esforços para concretizar as estratégias definidas para o carregamento da informação em falta;
  - Participação nos trabalhos de criação do novo GIME, em especial na definição da interface com o SIG;
  - Em conjunto com a Direção de Laboratórios, foi dado início aos trabalhos de normalização da informação residente em SIG associada ao PCQA, em especial a Locais de Amostragem, Captações e Pontos de Entrega (faturação), que implica desenvolvimento ao nível do modelo de dados do SIG, e cujos trabalhos se iniciaram no final do ano.
- 
- **Área de Licenciamentos e Integração de Ativos**
    - Preparação, instrução, análise e emissão de pareceres a processos decorrentes de intervenção de terceiros com potencial impacto nas infraestruturas operacionais da EPAL e da AdVT. Comparativamente com o ano anterior registaram-se menos quinze processos de Licenciamento de Obra (LO) no âmbito do Decreto-Lei 230/91, num total de 13 Processos, destacando-se a Requalificação da Praça da República, em Sacavém, e a Construção de Rotunda na Avenida da Índia, em Sacavém.
    - Continuou-se a proceder também à fiscalização das obras decorrentes dos Processos de Licenciamento.
    - Relativamente aos Pareceres emitidos o número diminuiu face a anos anteriores, tendo sido emitidos em 2024 212 pareceres. Dos processos analisados e acompanhados em fase de projeto e obra, destacam-se os seguintes, quer pela sua abrangência e dimensão, quer pelo facto de alguns poderem vir a implicar desvio de infraestruturas, salientando-se ainda que existem pareceres que visam a correta instrução do Licenciamento:
      - Plano Geral de Drenagem da cidade de Lisboa
      - Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa
      - Cidade do Futebol - Ampliação do alojamento para Atletas
      - Empreitada de Modernização da Linha do Oeste – IP
      - Desvio da Conduta da Costa do Sol na Rua das Beiras
      - Quadruplicação do Troço da Linha Férrea da Linha do Norte e Linha de Alta Velocidade
      - Câmara Municipal de Loures – Nó de Acesso à A1 em São João da Talha

- Requalificação Urbana e Ambiental da Frente Ribeirinha do Rio de Alenquer - Antiga Chemina
- Projeto de beneficiação da EN110 entre São Lourenço e a rotunda da Zona Industrial de Tomar

### **Manutenção de ativos**

A atividade de manutenção na EPAL é essencial para manter a segurança e a fiabilidade dos equipamentos instalados, de modo a garantir uma produtividade contínua, assegurando assim a competitividade da Empresa nos serviços que presta.

A atividade da manutenção em 2024 evoluiu de forma positiva, tendo sido desenvolvidas e reforçadas diversas tarefas de manutenção preventiva e curativa, que atingiram no final do ano um grau de cumprimento bastante positivo.

As principais atividades nos vários departamentos de manutenção durante o ano em apreço foi a seguinte:

- ***Departamento de Distribuição***

O Departamento da Distribuição de Lisboa planeia e executa as tarefas de manutenção preventiva e corretiva de emergência na região de Lisboa.

No âmbito da manutenção preventiva da Grande Lisboa, foram acompanhadas inúmeras obras realizadas por entidades públicas e privadas na cidade de Lisboa, tendo sido executados os planos de manutenção preventiva de equipamentos de apoio à rede, o plano de vigilância da rede de Lisboa, o plano manutenção dos grupos de entidades da rede de Lisboa e o plano de manutenção de adutores. Nesta atividade destaca-se a execução dos seguintes dois trabalhos, designadamente a recuperação de uma claraboia no Aqueduto Alviela e a recuperação de uma caseta de quadros no Adutor da Costa do Sol no Torneiro. Estas duas instalações encontravam-se com bastantes patologias, nomeadamente com fissuras acentuadas, degradação ao nível da desagregação de inertes e deterioração das armaduras, entre outras.

No que à área de intervenções de rede respeita, esta efetuou durante o ano 381 intervenções de reparação de roturas em tubagens e 405 em ramais. Destaca-se que das 55 reparações realizadas em condutas de betão armado, 22 foram resolvidas pelo interior dos adutores. Importa destacar, pelo seu impacto, as seguintes:

- Reparação do Adutor da Costa do Sol no Estoril com corte de abastecimento a Cascais, onde um tubo de betão armado DN800 ROCLA entrou em rotura e obrigou à suspensão não programada

do abastecimento a jusante do Estoril. O corte de abastecimento durou cerca de 48 horas, para retirar o tubo de betão armado danificado e instalar um novo troço DN800 em aço com uma “Boca de Visita”;

- Reparação do Canal Alviela com corte parcial do trânsito na Av. de Berlim, atendendo que o sifão 48 – Olivais, que foi construído no século XIX, colapsou e entrou em rotura. A tubagem é de ferro fundido DN1000 e fissurou longitudinalmente, provocando a interrupção da circulação rodoviária na Av. de Berlim. A reparação foi efetuada com a substituição de um tubo completo.

- ***Departamento de manutenção eletromecânica***

Esta área é responsável por garantir a operacionalidade, fiabilidade e eficiência dos equipamentos eletromecânicos de maior potência e da instrumentação de todo o sistema. Paralelamente, dada a natureza dos trabalhos realizados, tem ainda sob a sua responsabilidade um conjunto de oficinas e competências que prestam apoio às restantes áreas da Empresa.

Durante o ano de 2024 manteve-se o foco na componente da eficiência dos grupos, sendo que terminámos este ano com pelo menos um ensaio de rendimento em equipamentos com menos de 5 anos de todos os grupos com 75kW. Com base nos resultados apurados, foram planeadas intervenções para o ano de 2025 para otimizar/adequar o parque de grupos eletrobomba, destacando-se as seguintes:

- EE de Campo de Ourique - identificaram-se bombas com válvulas estranguladas devido a restrições elétricas e alteração da curva da instalação, pelo que há necessidade de se proceder à adequação da curva da bomba às reais necessidades e posteriormente a adequação da instalação elétrica à nova situação;
- ES Frielas - identificou-se que estes grupos podem ser movimentados para as EE de Castelo do Bode, de modo a permitir aumentar a flexibilidade de intervenção na EE1 de Castelo do Bode. Para a realização desta intervenção, foram preparados vários procedimentos em 2024, estando alguns concursos de aquisição a decorrer. Prevê-se a conclusão desta intervenção no segundo semestre de 2025;
- EE2 Olivais - Queimou-se o motor de 1000kW do grupo A5, tendo-se estudado a possibilidade de instalar o motor de 750kW e respetivo arrancador suave da EE da Amadora. Sendo possível esta alteração devido à redução do diâmetro do impulsor, esta intervenção foi realizada no segundo semestre de 2024, estando o grupo a funcionar em regime normal;
- EE2 de Valada Tejo -conclusão da revisão de todos os grupos, estando atualmente os grupos a funcionar com valores de vibração dentro dos limites da norma e sem necessidade de fixação dos motores à estrutura.

Ainda na componente da manutenção de melhoria, embora não de eficiência energética, destacam-se as seguintes intervenções:

- Iniciou-se a intervenção no Reservatório de Alfragide para alterar o fornecimento de MT para BT. Em 2024 efetuou-se o levantamento das necessidades e elaboração dos novos esquemas elétricos, estando a decorrer a revisão dos mesmos com a componente da automação. Como esta instalação fornece energia e comunicações para infraestruturas de rede, face à sua extensão de cerca de 400m e problemas no cabo elétrico, também foi necessário intervir nestas instalações na componente de energia e automação;
- Massificação da implementação de transmissão de sinais por protocolo de comunicação industrial, com forte ênfase nos medidores de caudal;
- Instalação de um *bypass* aos grupos de Amadora na EE de Telheiras, de modo a criar uma solução de proteção hidráulica à conduta adutora DN800mm em caso de paragem não controlada dos grupos. Substituição de todas as válvulas de retenção de charneira, por deslocamento axial com melhor prestação no caso de transitório hidráulico;
- Conclusão da conversão do posto de cloragem de Vila Fria de cloro gás para hipoclorito.

Já na componente de manutenção preventiva:

- Adequação dos planos de MP dos postos de transformação e subestações em dois níveis de atuação, de modo a adequar as necessidades das instalações às equipas existentes. Neste campo, o GTE que tem à sua responsabilidade as intervenções de maior complexidade (intervenção em SE e PT nível 2), mantém a taxa de execução perto de 100%;
- Início da manutenção preventiva de instalações de BT, com grande foco no cadastro dos equipamentos em MAXIMO e nas proteções elétricas.

#### ***Departamento de Vila Franca de Xira***

Tendo uma área de abrangência muito significativa (inclui ainda o sistema Oeste da Águas do Vale do Tejo), em 2024 foi realizado um trabalho bastante relevante em termos de manutenção de melhoria de forma a salvaguardar a operacionalidade das instalações aumentando a sua fiabilidade. Assim, como principais atividades a destacar, podemos referir:

- *Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras – Colocação em serviço*

O presente trabalho teve como objetivo a colocação em serviço do Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, que esteve inoperacional durante cerca de 4 anos. O trabalho em apreço, no troço inicial do adutor, imediatamente a jusante da Estação Elevatória 1 de Vila Franca de Xira, visou a remoção do carrinho existente e flange cega de tamponamento, o ensaio do carrinho novo, bem como decapagem e aplicação de revestimento de regularização no interior do adutor.

- *Aqueduto Tejo – Beneficiação de casas de água*

A intervenção visou a beneficiação da parte de construção civil das casas de água do aqueduto (num total de dez casas de água de montante e dez casas de água de jusante), com reparação de estruturas.

Efetuiu-se também a montagem e alteração dos apoios de todas as escadas, varandins e prumos de apoio, com instalação de material novo em aço inox;

- *Estação Elevatória Bairro Sra. da Luz (Óbidos) – substituição do coletor de compressão*

Este trabalho permitiu aumentar a resiliência do sistema de abastecimento a uma parte de Óbidos a partir de captações locais. A falha deste sistema implica o aumento substancial do caudal de abastecimento a partir do Sistema Norte-Centro (Castelo de Bode) ao Ponto de Entrega (PE) Penedo de Santo Antão.

### **Sistemas de Informação e Transição Digital**

2024 foi o ano em que se apostou no desenvolvimento de soluções RPA (*Robotic Process Automation*) com o objetivo de libertar os utilizadores de processos repetitivos e sem valor acrescentado, permitindo otimizar tempos, rigor e melhorar a capacidade de resposta da empresa às diferentes solicitações.

Foram iniciados os primeiros passos na preparação da Empresa para o novo regime de cibersegurança em Portugal, cuja publicação da transposição da diretiva (EU), conhecida por Diretiva NIS2, ocorre em 2025.

Sobre a certificação na Norma ISO/IEC 27001, a EPAL renovou a certificação, estendeu para alargamento às atividades de desenvolvimento, manutenção e suporte da aplicação AQUAmatrix e transitou a Norma para a versão 2022.

Continuaram os desenvolvimentos na plataforma de integração de dados, *Water Performance*, com a constituição de novos módulos para obtenção de mais informação de gestão e respetivo reporte.

Iniciou-se ainda o processo de remodelação dos *data center* da EPAL aumentando a sua performance, capacidade de armazenamento e robustez da segurança da informação.

## RISCO E CONTROLO

A EPAL e, em particular, o seu Conselho de Administração dedicam atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a EPAL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2024 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019, e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



### **Ambiente de Controlo**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na empresa e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores e trabalhadoras têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

### **Avaliação de Risco**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

### **Atividades de Controlo**

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

### **Informação e comunicação**

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para a concretização dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a

organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser cumpridas. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

### **Monitorização de Atividades**

É executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, para que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhoria.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, estão presentes e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão. Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Ainda em 2023, a EPAL concluiu o mapeamento dos processos relativos à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, que contemplou a elaboração de

- a) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas; e
- b) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A empresa procedeu igualmente em 2023 à atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos agora elaborados, o qual se mantém em vigor.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta, com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será igualmente efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, que permitirá aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do modelo do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente,

possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da EPAL sobre o desempenho do SCI.

Será igualmente promovida a sensibilização sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da EPAL um maior enfoque da sua monitorização e análise dos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

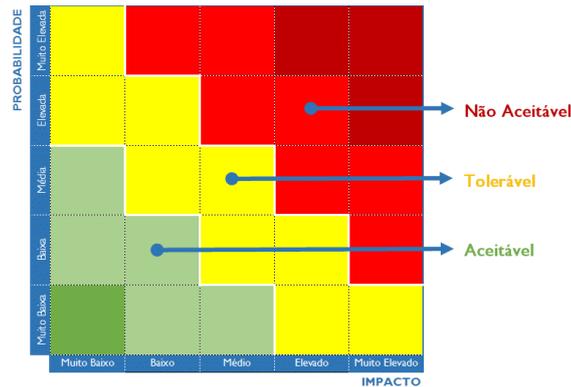
Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo i) criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, ii) obter o alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, iii) assegurar a redução do risco de perda dos seus investimentos e ativos, e iv) garantir maior fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Visando uma melhoria contínua e adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e uma atualização face às alterações verificadas na realidade envolvente do grupo AdP, encontra-se em desenvolvimento a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial existente. Esta alteração, engloba todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, já revista e aprovada em 2023, passando pela metodologia utilizada na avaliação, assente numa análise quantitativa baseada em indicadores, ou pela implementação de um modelo de governo da gestão de risco. Encontrando-se alinhada com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias, a qual se observa abaixo:

| CLASSES    | GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO | SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA            | QUALIDADE DE SERVIÇO                 |
|------------|---|---------------------------------------|--------------------------------------|
| CATEGORIAS | Relação com Stakeholders                              | Contexto externo, regulatório e legal | Qualidade                            |
|            | Modelo de Governo                                     | Ciclo Comercial                       | Resiliência dos Sistemas             |
|            | Capital Humano  | Financeiros                           | Resiliência das Operações            |
|            |   |                                       | Eficiência, circularidade e inovação |

O grupo AdP e as suas empresas não dispõem de um “Plano Estratégico e de política de risco”, existindo formalmente aprovado um Modelo de Gestão do Risco, sustentado numa metodologia que permite efetuar a gestão do risco empresarial, através da avaliação dos riscos na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela EPAL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela EPAL e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco resulta a identificação de potenciais oportunidades para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi dado continuidade ao projeto de revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será assim dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após a realização em 2023 do exercício de avaliação do Risco, no decurso de 2024, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, foi efetuado o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente

definidos pela empresa, no âmbito do referido exercício de avaliação. Apresentam-se os principais riscos a que a EPAL se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- R.2.1.1 -Contexto externo – Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador
- R.3.3.1 - *Supply chain* – Risco de interrupção da cadeia de distribuição devido à indisponibilidade, atrasos na entrega, ou custo inacessível de matéria-prima, equipamentos críticos e/ou prestadores de serviço
- R.3.4.5 - Novos negócios – Risco de insucesso na exploração e dinamização de novos negócios, complementares ao abastecimento, tratamento e reutilização de água, em mercado concorrencial com o setor privado (e.g. AdP Valor, AdP Energias e AdP Internacional).

Estes riscos descritos foram avaliados como “Elevado” (4º nível de uma escala de 5 níveis, de Muito Baixo a Muito Elevado), sendo considerados “Não Aceitáveis”.

## DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

*(os valores nos quadros deste capítulo são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)*

Apesar da conjuntura e contexto económico e financeiro ter evoluído no último ano positivamente, refletindo um maior dinamismo da atividade económica em Portugal, bem como se ter assistido a uma melhoria das condições financeiras de uma forma geral, nomeadamente com a diminuição das taxas de juro, o enquadramento externo atual tem originado riscos significativos de natureza económica e geopolítica, o que implica que haja uma cautela acrescida por parte de todos os intervenientes.

Apesar de todos os constrangimentos, e como tem sido habitual, a EPAL tem conseguido ultrapassar as dificuldades, tendo-se alcançado em 2024 um resultado líquido que supera todos os já alcançados pela Empresa ao longo dos seus 156 anos de existência, no montante de 59,1 milhões de euros.

De facto, e apesar da contenção das taxas de inflação, estando a atividade da EPAL suportada na aquisição de reagentes e materiais, assim como em contratos de serviços continuados, os quais contemplam mecanismos de revisão de preços, os efeitos económicos e geopolíticos determinaram uma vez mais um aumento global dos gastos da Empresa, cujo balanço com as receitas (tarifas) não foi novamente possível ser feito, visto que estas foram atualizadas a uma taxa significativamente inferior, não refletindo assim a realidade verificada durante o ano em apreço.

Estes efeitos levaram a que os fornecimentos e serviços externos apresentassem uma evolução na ordem dos 5% face ao período homologo, ressalvando que a grande maioria dos custos não variam com a atividade, a qual teve um acréscimo de cerca de 1%.

Também o aumento dos valores verificados na rubrica de gastos com pessoal, na ordem dos 6% face ao período homologo, deveu-se essencialmente a imposições legais, as quais a Empresa não pode deixar de cumprir, designadamente a atualização salarial que resultou do acordo de valorização de rendimentos, bem como os gastos inerentes ao cumprimento do Acordo de Empresa.

Em sentido contrário, no lado dos rendimentos, o volume de negócios da Empresa registou uma melhoria face a 2023 (aumento de 3,7%), fruto do aumento do número de clientes e do aumento dos volumes fornecidos, conjugado com o aumento tarifário verificado em 2024 (3,3%), embora neste caso com impacto diferente entre a Alta (efeitos a janeiro de 2024) e a Baixa (efeitos a novembro de 2024).

Registou-se novamente um crescimento dos rendimentos financeiros, nomeadamente juros decorrentes das aplicações dos excedentes financeiros da EPAL, com um crescimento total de cerca de 39% face ao ano anterior.

A EPAL não antecipa quaisquer futuros problemas de continuidade das respetivas operações, embora não seja expetável que o crescimento verificado na sua atividade durante o ano de 2024 se mantenha em igual nível para o ano de 2025.

A análise que se segue pretende resumir a situação económica e financeira da Empresa durante o ano de 2024, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas.

#### Principais Indicadores:

|                                      | 2022   | 2023   | 2024   | Variação<br>2024/2023 |         |
|--------------------------------------|--------|--------|--------|-----------------------|---------|
| Volume de negócios (milhões EUR)     | 170,0  | 179,9  | 186,5  | +6,6                  | +3,7%   |
| Volume de água vendida (milhões m3)  | 199,8  | 205,0  | 207,1  | +2,2                  | +1,1%   |
| Resultado líquido (milhões EUR)      | 58,0   | 56,7   | 59,1   | +2,4                  | +4,3%   |
| EBITDA (milhões EUR)                 | 110,7  | 103,1  | 107,1  | +4,0                  | +3,9%   |
| Endividamento bancário (milhões EUR) | 68,6   | 58,1   | 47,6   | (10,6)                | (18,2%) |
| Endividamento líquido (milhões EUR)  | (71,0) | (63,7) | (76,0) | (12,2)                | +19,2%  |
| Net Debt to EBITDA (n. º)            | (0,6)  | (0,6)  | (0,7)  | (0,1)                 | (14,7)% |
| Ativo total (milhões EUR)            | 856,0  | 851,2  | 859,1  | +7,8                  | +0,9%   |
| Capital próprio (milhões EUR)        | 671,9  | 682,4  | 696,5  | +14,1                 | +2,1%   |
| Passivo total (milhões EUR)          | 184,1  | 168,8  | 162,6  | (6,2)                 | (3,7%)  |

#### Resultado Líquido:

O resultado líquido de 2024 ascendeu a 59,1 milhões de euros, registando um aumento de 2,4 milhões de euros face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de +4,3%.

Esta variação do resultado resultou essencialmente do incremento do volume de negócios incluído nos rendimentos totais (+8,2 milhões de euros), não obstante o aumento verificado nos gastos totais (+2,8 milhões de euros).

| (milhões EUR)            | 2022        | 2023        | 2024        | Variação<br>2024/2023 |              |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-----------------------|--------------|
| Rendimentos totais       | 177,5       | 189,5       | 197,7       | +8,2                  | +4,3%        |
| Gastos totais            | 95,0        | 112,4       | 115,2       | +2,8                  | +2,5%        |
| IRC/ID                   | 24,4        | 20,4        | 23,4        | +3,0                  | +14,5%       |
| <b>Resultado Líquido</b> | <b>58,0</b> | <b>56,7</b> | <b>59,1</b> | <b>+2,4</b>           | <b>+4,3%</b> |

#### Rendimentos Totais:

Os rendimentos totais foram de 197,7 milhões de euros, representando um aumento de 4,3% face ao período homólogo (+8,2 milhões de euros).

| (milhões EUR)                            | 2022         | 2023         | 2024         | Variação 2024/2023 |              |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|
| Volume de negócios                       | 170,0        | 179,9        | 186,5        | +6,6               | +3,7%        |
| Subsídios ao investimento                | 1,5          | 1,6          | 1,6          | 0,0                | +1,4%        |
| Reversão de Provisões e ajustamentos     | 0,4          | 0,3          | 0,4          | +0,1               | +34,0%       |
| Outros rendimentos e ganhos operacionais | 5,0          | 5,1          | 5,6          | +0,5               | +9,6%        |
| Juros e rendimentos similares            | 0,6          | 2,6          | 3,6          | +1,0               | +39,3%       |
| <b>Rendimentos totais</b>                | <b>177,5</b> | <b>189,5</b> | <b>197,7</b> | <b>+8,2</b>        | <b>+4,3%</b> |

O volume de negócios apresenta um aumento de cerca 6,6 milhões de euros (+3,7%) face ao ano anterior, respeitando na sua quase totalidade ao aumento de aproximadamente 5,0 milhões de euros (+3,4%) na venda de água (componente variável).

Os rendimentos com subsídios ao investimento, e com as reversões de provisões apresentam variações imaterialmente relevantes, sendo a rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais aumentou cerca de 0,5 milhões de euros, em resultado sobretudo do aumento verificados nos rendimentos suplementares.

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta um aumento expressivo face ao ano de 2023 (mais 1,0 milhão de euros), em resultado das taxas de remuneração dos excedentes (quer junto do IGCP, quer junto da AdP SGPS) terem sido superiores às verificadas no ano anterior. Recorda-se que se encontra instituída uma política de tesouraria no Grupo Águas de Portugal, onde os excedentes financeiros das empresas são aplicados junto da *holding* que, por sua vez, financia as empresas do Grupo em condições mais favoráveis que as obtidas junto da banca comercial.

### Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 186,5 milhões de euros, representando um aumento de 6,6 milhões de euros face ao período homólogo (+3,7%).

| (milhões EUR)             | 2022         | 2023         | 2024         | Variação 2024/2023 |              |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|
| Vendas                    | 168,5        | 178,7        | 184,4        | +5,7               | +3,2%        |
| Prestações de Serviços    | 1,5          | 1,1          | 2,1          | +0,9               | +79,8%       |
| <b>Volume de negócios</b> | <b>170,0</b> | <b>179,9</b> | <b>186,5</b> | <b>+6,6</b>        | <b>+3,7%</b> |

A variação do **volume de negócios** deveu-se sobretudo ao aumento da rubrica de Venda de Água (+5,0 milhões de euros), influenciada pelo aumento da procura, tendo a rubrica de Quota de Serviço apresentado um aumento face ao período homólogo de 2% (+0,7 milhões de euros).

Registou-se um aumento de aproximadamente 2,2 milhões de euros (+2,4%) nos clientes diretos, incluindo a componente quota de serviço. No que respeita aos clientes municipais e multimunicipais verificou-se igualmente um crescimento neste segmento de 3,5 milhões de euros (+1,2%).

As Prestações de serviços registam um aumento de 79,8% (+0,9 milhões de euros), devido à variação verificada nos serviços de abertura e fecho de água.

|                                   | 2022  | 2023  | 2024  | Variação<br>2024/2023 |       |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|-----------------------|-------|
| Vendas (milhões EUR)              | 168,5 | 178,7 | 184,4 | +5,7                  | +3,2% |
| Procura (milhões m <sup>3</sup> ) | 199,8 | 205,0 | 207,1 | +2,2                  | +1,1% |

Na **venda de água** (componente volumétrica) verifica-se um aumento de 5,7 milhões de m<sup>3</sup> face aos volumes fornecidos em 2023. A água vendida em 2024 foi de 207,1 milhões de m<sup>3</sup>, sendo que 155,5 milhões de m<sup>3</sup> foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 51,7 milhões de m<sup>3</sup> aos utilizadores finais (clientes diretos). Verifica-se assim um aumento de 1,6 milhões de m<sup>3</sup> (+1,0%) nos clientes municipais e multimunicipais e de 0,6 milhões de m<sup>3</sup> (+1,2%) nos clientes diretos.

As Prestações de serviços registam um aumento de 79,8% (+0,9 milhões de euros), devido à variação verificada nos serviços de abertura e fecho de água.

### Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 115,2 milhões de euros, verificando-se um aumento de cerca de 3,4 milhões de euros comparativamente com o ano anterior, o que representa uma variação de +3,1%.

|  | (milhões EUR) | 2022 | 2023 | 2024 | Variação 2024/2023 |         |
|--|---------------|------|------|------|--------------------|---------|
| Custo merc. vendidas e mat. consumidas |               | 1,9  | 2,1  | 2,2  | +0,1               | +5,8%   |
| Fornecimento e serviços externos       |               | 28,2 | 42,8 | 44,9 | +2,2               | +5,1%   |
| Gastos com o pessoal                   |               | 24,6 | 26,1 | 27,8 | +1,7               | +6,5%   |
| Depreciações e ppi em ativos           |               | 27,6 | 26,8 | 26,7 | (0,2)              | (0,7%)  |
| Perdas por imparidade                  |               | 1,1  | 1,8  | 0,9  | (0,9)              | (51,4%) |
| Provisões                              |               | 0,5  | 0,3  | 0,1  | (0,2)              | (58,0%) |
| Impostos e taxas                       |               | 4,0  | 4,2  | 4,2  | -                  | -       |

|                            | (milhões EUR) | 2022        | 2023         | 2024         | Variação 2024/2023 |             |
|----------------------------|---------------|-------------|--------------|--------------|--------------------|-------------|
| Outros gastos operacionais |               | 5,9         | 6,5          | 6,8          | +0,3               | +4,0%       |
| Juros e gastos similares   |               | 1,1         | 1,8          | 1,6          | (0,2)              | (8,5%)      |
| <b>Gastos totais</b>       |               | <b>95,0</b> | <b>112,4</b> | <b>115,2</b> | <b>+2,8</b>        | <b>2,5%</b> |

O aumento dos gastos totais resulta em grande medida do incremento verificado nos fornecimentos e serviços externos, essencialmente nas rubricas de manutenção e subcontratos, e nos gastos com pessoal, decorrente dos impactos da aplicação do acordo de valorização de rendimentos.

No que respeita especificamente a cada uma das rubricas:

Regista-se na rubrica de **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** um aumento de cerca de 5,8% do valor face ao ano anterior, consubstanciada em cerca de 0,1 milhões de euros. Esta conta inclui os gastos com consumos de reagentes para assegurar e reforçar o controlo da qualidade da água para consumo humano, apresentando uma variação imaterial, que decorre em larga medida do fator preço e da pressão exercida sobre o preço destes produtos.

Ao nível dos **fornecimentos e serviços externos** regista-se um aumento de cerca de 2,2 milhões de euros (+5,1%), resultante essencialmente do aumento da rubrica de manutenção (+1,5 milhões de euros) e de subcontratos (+1,3 milhões de euros), registando-se em sentido contrário uma redução no custo da eletricidade (-1,5 milhões de euros).

A rubrica de **gastos com o pessoal** regista uma variação de +6,5% (+1,7 milhões de euros). A variação resulta do incremento salarial decorrente do acordo de valorização de rendimentos (aumento médio de 5%), assim como concorreram para o apuramento desse aumento a variação na rubrica de seguros de saúde (+13%) e nos gastos com os refeitórios (+25%).

As **perdas por imparidades de clientes e ativos** regista uma redução de 0,9 milhões de euros face a 2023, visto no ano anterior se ter constituído uma imparidade em inventários, o que não se verificou no corrente ano.

Na rubrica de **outros gastos operacionais**, destaca-se a componente tarifária acrescida que constitui receita da AdVT, conforme decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, no montante de 5,4 milhões de euros, e que aumenta 0,4 milhões de euros face a 2023.

No que respeita à rubrica de **gastos financeiros**, constata-se uma redução de 8,5% face ao ano anterior (cerca de 0,2 milhões de euros). A redução do serviço da dívida aliado à diminuição média das taxas de juro dos empréstimos teve um impacto positivo nos juros suportados pela Empresa, designadamente nos contratados a taxa variável.

### Margem Operacional

O EBITDA alcançou um valor de 107,1 milhões de euros, o que representa uma variação positiva de 4,0% face ao verificado no ano anterior. Verifica-se assim um acréscimo de 4,1 milhões de euros do *cash flow* operacional face a 2023.

| (milhões EUR)                              | 2022         | 2023         | 2024         | Variação<br>2024/2023 |             |
|--|--------------|--------------|--------------|-----------------------|-------------|
| Volume de negócios                         | 170,0        | 179,9        | 186,5        | 6,6                   | 3,7%        |
| Outros rendimentos operacionais            | 6,9          | 7,0          | 7,6          | 0,6                   | 8,8%        |
| <b>Rendimentos Operacionais</b>            | <b>176,9</b> | <b>186,9</b> | <b>194,1</b> | <b>7,2</b>            | <b>3,9%</b> |
| Custo das vendas                           | 1,9          | 2,1          | 2,2          | 0,1                   | 5,8%        |
| Fornecimentos e serviços externos          | 28,2         | 42,8         | 44,9         | 2,2                   | 5,1%        |
| Gastos com o pessoal                       | 24,6         | 26,1         | 27,8         | 1,7                   | 6,5%        |
| Perdas de imparidade                       | 1,1          | 1,8          | 0,9          | -0,9                  | -51,4%      |
| Outros gastos operacionais                 | 10,0         | 10,7         | 11,0         | 0,3                   | 2,4%        |
| Provisões                                  | 0,5          | 0,3          | 0,1          | -0,2                  | -58,0%      |
| <b>Gastos Operac. (excl. depreciações)</b> | <b>66,3</b>  | <b>83,8</b>  | <b>86,9</b>  | <b>3,1</b>            | <b>3,7%</b> |
| <b>Cash flow operacional (EBITDA)</b>      | <b>110,7</b> | <b>103,1</b> | <b>107,1</b> | <b>4,1</b>            | <b>4,0%</b> |

A margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios) manteve o valor de 57%, idêntico ao registado em 2023.

|                      | 2022        | 2023        | 2024        | Variação<br>2024/2023 |             |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|-----------------------|-------------|
| EBITDA               | 110,7       | 103,1       | 107,1       | 4,1                   | 4,0%        |
| Volume de negócios   | 170,0       | 179,9       | 186,5       | 6,6                   | 3,7%        |
| <b>Margem EBITDA</b> | <b>0,65</b> | <b>0,57</b> | <b>0,57</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,3%</b> |

*Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios*

### Resultados Financeiros

A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria. A variação favorável apresentada face a 2023 foi de 139,4% (+1,2 milhões de euros), e advém sobretudo do aumento dos rendimentos financeiros.

| (milhões EUR)                    | 2022         | 2023       | 2024       | Variação 2024/2023 |               |
|----------------------------------|--------------|------------|------------|--------------------|---------------|
| Rendimentos e ganhos financeiros | 0,6          | 2,6        | 3,6        | 1,0                | 39,3%         |
| Gastos e perdas financeiros      | 1,1          | 1,8        | 1,6        | (0,2)              | (8,5%)        |
| <b>Resultados financeiros</b>    | <b>(0,6)</b> | <b>0,8</b> | <b>2,0</b> | <b>1,2</b>         | <b>139,4%</b> |

Verificou-se uma diminuição dos gastos financeiros (-0,2 milhões de euros) e um aumento dos rendimentos financeiros (+1,0 milhões de euros).

Cerca de 20% dos rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito à remuneração dos excedentes de tesouraria aplicados junto do IGCP (ressalva-se que de acordo com o Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado aplicável, a EPAL apenas poderá efetuar aplicações financeiras junto do IGCP), sendo que em 2024 regista-se um aumento significativo nos juros aplicados no Grupo AdP, em resultado da política de tesouraria do Grupo (autorizada pelo IGCP), cujo aumento face ao período homólogo resultou da maior necessidade de financiamento das empresas do Grupo. O peso total dos rendimentos financeiros dos juros resultantes do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS é de 69%.

Os gastos financeiros ascenderam a 1,6 milhões de euros, menos 8,5% do que o verificado no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivos custos com as garantias prestadas pelo Estado Português associadas. A diminuição verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo da estabilização da taxa de juro da componente variável do serviço da dívida da Empresa, bem como da diminuição desse mesmo serviço da dívida.

A Empresa não recorre a qualquer novo financiamento desde 2010, tendo efetuado em 2024 reembolsos de capital no valor de cerca de 10,6 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização contratualizado.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final do ano, o endividamento da Empresa era de 47,6 milhões de euros, o que corresponde na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes até aos 7 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 10,6 milhões de euros.

A dívida financeira líquida (que considera o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA) tem vindo a manter-se em níveis negativos, apresentando em 2024 um valor negativo de 76,0 milhões de euros.

| (milhões EUR)                    | 2022   | 2023   | 2024   | Variação<br>2024/2023 |         |
|----------------------------------|--------|--------|--------|-----------------------|---------|
| Net Debt - Endividamento líquido | (71,0) | (63,7) | (76,0) | (12,2)                | 19,2%   |
| Net Debt to EBITDA               | (0,6)  | (0,6)  | (0,7)  | (0,1)                 | (14,7%) |

Constata-se assim, apesar do esforço de tesouraria efetuado em 2024, decorrente do aumento dos pagamentos a terceiros em resultado do aumento dos preços, e da estabilização do prazo médio de pagamentos, a manutenção em níveis bastante positivos dos valores do indicador “*Net Debt to EBITDA*”, que

reforça a manutenção de uma forte robustez financeira, evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo, como se pode constatar durante o ano de 2024.

No final de 2024 o rácio “Net Debt to EBITDA” mantém um valor negativo, o que significa que o atual *cash flow* gerado pela Empresa faz face à totalidade do seu endividamento num espaço temporal inferior a 1 ano.

### Posição Financeira

No final de 2024, o ativo da EPAL ascendia a 859,1 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 696,5 e 162,6 milhões de euros, respetivamente.

| (milhões EUR)                             | 2022         | 2023         | 2024         | Variação<br>2024/2023 |           |
|---|--------------|--------------|--------------|-----------------------|-----------|
| Ativo não corrente                        | 665,3        | 671,1        | 681,5        | 10,3                  | 2%        |
| Ativo corrente                            | 190,8        | 180,0        | 177,6        | -2,4                  | -1%       |
| <b>Total do ativo</b>                     | <b>856,0</b> | <b>851,2</b> | <b>859,1</b> | <b>7,9</b>            | <b>1%</b> |
| Capital próprio                           | 671,9        | 682,4        | 696,5        | 14,1                  | 2%        |
| Passivo não corrente                      | 119,4        | 106,1        | 92,0         | -14,1                 | -13%      |
| Passivo corrente                          | 64,7         | 62,7         | 70,6         | 8,0                   | 13%       |
| <b>Total do capital próprio e passivo</b> | <b>856,0</b> | <b>851,2</b> | <b>859,1</b> | <b>7,9</b>            | <b>1%</b> |

A EPAL terminou o ano de 2024 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 81,1% e um fundo de maneo positivo de 107,0 milhões de euros. O valor do Net Debt/EBITDA alcançado em 2024 confirma a plena sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

|                              | 2022  | 2023  | 2024  |
|------------------------------|-------|-------|-------|
| Autonomia Financeira         | 78,5% | 80,2% | 81,1% |
| Net Debt/EBITDA              | -0,6  | -0,6  | -0,7  |
| Fundo de maneo (milhões EUR) | 126,1 | 117,4 | 107,0 |
| Solvabilidade                | 3,65  | 4,04  | 4,28  |

*Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total*

*NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA*

*Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente*

*Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total*

### Endividamento de Médio e Longo Prazo

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascendia a 36,9 milhões de euros no final de 2024, menos 10,6 milhões de euros que o valor registado em 2023, evolução justificada pela ausência de recurso a novo endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010, ressalvando-se que desde 2010 a EPAL não recorre a qualquer novo financiamento bancário.

### Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes não correntes, bem como de outros devedores, no final de cada um dos anos apresentados, assistindo-se a uma diminuição face ao período homólogo.

#### Evolução das dívidas totais

| (milhões EUR)                         | 2022        | 2023        | 2024        |
|---------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Clientes Diretos                      | 24,1        | 26,4        | 22,1        |
| Clientes Municipais e Multimunicipais | 5,3         | 8,2         | 3,7         |
| Prestação de Serviços                 | 0,6         | 0,6         | 0,9         |
|                                       | <b>30,1</b> | <b>35,1</b> | <b>26,7</b> |

**Nota:** Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

As imparidades de clientes (líquidas de reversões) totalizaram 0,6 milhões de euros, reduzindo face a 2023 em cerca de 0,4 milhões de euros, em resultado da recuperação da dívida que se verificou em 2024.

### Fundo de Pensões

O valor dos ativos do Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 24,0 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 155,6%, utilizando uma taxa de desconto de 3,0% (idêntica à utilizada em 2023), atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 15,5 milhões de euros.

A evolução das responsabilidades do Fundo de Pensões da EPAL no último triénio é a seguinte (em milhares de euros):

|   | 2022         | 2023         | 2024         |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Responsabilidades no fim do período                       | 18.020       | 17.020       | 15.465       |
| Valor dos ativos no fim do período                        | 25.397       | 25.120       | 24.035       |
| <b>Excesso de cobertura plano de benefícios definidos</b> | <b>7.377</b> | <b>8.100</b> | <b>8.570</b> |

O fundo de pensões da EPAL apresentou em 2024 uma valorização positiva em todas as suas carteiras, sem exceção, embora inferior ao registado pelo *benchmark*.

Esta performance em 2024 manteve a tendência de mitigação da forte desvalorização ocorrida na nossa carteira em 2022 que, conforme foi na altura explicitado, deveu-se a uma tendência global (recorda-se que de acordo com a ASF a performance das carteiras dos fundos de pensões em 2022 apresentou o pior desempenho desde 2011).

A manutenção da taxa de desconto não teve qualquer impacto nas responsabilidades por serviços passados, e, por conseguinte, no nível de financiamento do fundo de pensões. Adicionalmente informa-se que de acordo com a Norma n.º 12/23-R, de 12 de dezembro, o nível mínimo de financiamento face às exigências da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões se situa num valor confortável de 174,0%.

Ressalva-se que a política restritiva e prudente que a EPAL assume na gestão da carteira preserva, sobretudo, a estabilidade em contraponto ao risco, sendo a finalidade pagar as responsabilidades do Fundo de Pensões, sem necessidade de proceder a entregas por parte da EPAL. Assim, numa ótica de médio prazo, mantém-se uma rentabilidade positiva em todas as carteiras.

## - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO/INCENTIVOS FINANCEIROS

### **Investigação, Desenvolvimento e Inovação**

Em 2024, a atividade de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) iniciou-se com a reunião do Comité de Inovação em janeiro, marcando um ano caracterizado por diversas iniciativas relevantes. Destacaram-se o Concurso EPALin - Prémio Inovação, que promoveu soluções inovadoras na empresa, e a participação no Prémio AdP Inovação, demonstrando o compromisso com a excelência no setor. No final do ano, procedeu-se à reativação do Comité de Inovação, nomeando-se os interlocutores de Inovação das Direções da Empresa, com vista à continuidade deste importante trabalho, em 2025.

#### **A. Investigação e Desenvolvimento**

A EPAL consolidou a sua posição como empresa inovadora através do desenvolvimento e coordenação de projetos estratégicos de I&D, com especial enfoque na inovação produtiva e na economia circular, destacando-se a valorização de subprodutos:

- **Valorização de Lamas de ETA**

Após a desclassificação das lamas de ETA da categoria de resíduo em 2020, que permitiu a sua comercialização como matéria-prima na indústria cerâmica e como reagente no tratamento de águas residuais, em 2024 expandiu-se significativamente o âmbito da investigação. Em parceria com a AdP Valor, foi submetido um dossier técnico visando a desclassificação das lamas de ETA para duas novas aplicações:

- Produção de pavimentos betuminosos
- Pré-fabricação ligeira de betão

Esta iniciativa resultou de uma colaboração com instituições de I&D e empresas do setor da construção, representando um avanço significativo na valorização destes materiais.

- **Valorização de Insolúveis de Cal**

Na sequência da desclassificação dos insolúveis de cal como subproduto em 2020 para utilização em tratamento de águas residuais, prosseguiram em 2024 as investigações para expandir as suas aplicações em duas vertentes principais:

- a) Aplicação na Agricultura**

- Realização de ensaios de eficácia agronómica em colaboração com a Associação de Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia e a Escola Superior Agrária de Ponte de Lima
- Preparação do processo de certificação junto da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

**b. Aplicação na Construção Civil**

- Desenvolvimento de estudos de comportamento geotécnico em parceria com o LNEC
- Avaliação do desempenho em misturas de *tout-venant*

Prevê-se que em 2025 seja possível submeter o processo de autorização de comercialização, abrindo novas perspetivas de valorização económica deste subproduto.

**B. Projetos Inovadores****Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE)**

Em 2024, prosseguiu-se com a implementação do Centro de Controlo de Energia e Emissões, um projeto pioneiro que representa um marco significativo na estratégia de sustentabilidade e no compromisso com a neutralidade energética. O CCEE integra tecnologias avançadas de monitorização e gestão em tempo real dos consumos energéticos, abrangendo as principais infraestruturas responsáveis por cerca de 80% da capacidade instalada.

O sistema permite maximizar a utilização de energias renováveis próprias, incluindo centrais fotovoltaicas, mini-hídricas e parques eólicos, contribuindo para a redução da dependência energética e da pegada carbónica da empresa. O projeto destaca-se pela sua abrangência e replicabilidade, estabelecendo um modelo de referência para outras entidades do setor.

**C. Programas de Inovação****EPALin - Prémio Inovação (7.ª Edição)**

A sétima edição do Concurso EPALin - Prémio Inovação distinguiu-se pela apresentação de cinco projetos finalistas com elevado potencial de implementação. O primeiro prémio foi atribuído ao projeto "Filtro de cloro gás", que apresenta uma solução inovadora para a redução de custos e otimização do tempo de intervenção em clorómetros.

O júri atribuiu Menções Honrosas a três projetos inovadores:

- a ferramenta "*AITools*", que implementa soluções de *Business Intelligence* no contexto das afluências indevidas;

- o "Sistema automático de controlo e recolha de amostras", focado na monitorização de descargas industriais não autorizadas; e
- o sistema "Sitrec", que desenvolve metodologia inovadora para a inspeção de condutas e reservatórios sob pressão.

### **Incentivos Financeiros e Fiscais**

#### **A. Incentivos Financeiros**

##### **PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos**

Prosseguiu-se o acompanhamento da operação "Melhoria do desempenho energético do Edifício da EPAL - Avenida da Liberdade nº18" (POSEUR-01-1203-FC-000199), tendo sido apresentado o relatório final, que representou um investimento total de 260.394,28 euros, tendo beneficiado de uma comparticipação do Fundo de Coesão no valor de 86.911,39 euros. Este projeto reveste-se de particular importância estratégica, visando otimizar a eficiência energética de um dos edifícios históricos da empresa, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade e para a redução da pegada carbónica da organização.

##### **AdP Inovação Proativa**

A Empresa manteve uma participação significativa na segunda edição do Concurso AdP Inovação Proativa, uma iniciativa estratégica alinhada com o Quadro Estratégico de Compromisso 2030 do Grupo AdP.

Na primeira edição do concurso, a empresa assumiu a coordenação de dois projetos estratégicos: o *ReCpeN*, focado na recuperação de fósforo em escorrências, e o *Síphon*, direcionado para o desenvolvimento de turbinas de baixo custo. No âmbito da segunda edição, lançada em 2024, destacaram-se as candidaturas "*Intelligent Leak Control*" e "*Projeto ZEROinETAR*", tendo ambas obtido aprovação preliminar.

Relativamente à participação em projetos coordenados por outras entidades do Grupo AdP, a Empresa integrou, na primeira edição, duas iniciativas relevantes: o "*PortalApR - Estudo e Desenvolvimento de Portal de Gestão Integrada de ApR para o Grupo Águas de Portugal*" e o "*D@Mwise – Investigação e Desenvolvimento de Sistemas de Previsão de Caudais em Albufeiras*".

Na segunda edição, a Empresa reforçou o seu compromisso com projetos colaborativos através da participação na "*Estratégia de Gestão de Afluências Indevidas | AI\_Control*", projeto que obteve igualmente aprovação preliminar.

Este envolvimento ativo em múltiplos projetos de inovação evidencia o compromisso continuado da Empresa com o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para o setor, contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade e eficiência operacional.

## **B. Incentivos Fiscais**

### **SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial**

No exercício de 2024, a EPAL apresentou a sua candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), referente às atividades desenvolvidas durante o exercício de 2023. A candidatura contemplou cinco projetos de investigação e desenvolvimento, representando um investimento global de 602.410 euros, tendo sido submetido um crédito fiscal total de 264.241 euros.

Os projetos implementados abrangeram áreas estratégicas fundamentais para a empresa, com particular incidência na valorização de subprodutos, otimização de processos de tratamento, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de métodos analíticos. Entre as iniciativas mais relevantes destaca-se o projeto de desenvolvimento de métodos analíticos para identificação e quantificação de contaminantes, cuja continuidade está assegurada para 2024.

No que respeita ao exercício de 2024, a empresa identificou um conjunto significativo de potenciais projetos nas áreas de eficiência energética, gestão de infraestruturas, tratamento de águas e valorização de resíduos. Merece especial destaque a integração de projetos anteriormente apresentados ao programa I&D Proativa, evidenciando a capacidade da empresa em diversificar as suas fontes de financiamento para atividades de investigação e desenvolvimento.

O SIFIDE continua a constituir um instrumento essencial para a prossecução da estratégia de inovação da EPAL, viabilizando a implementação de projetos que contribuem de forma significativa para a otimização operacional e para o reforço da sustentabilidade ambiental da empresa.

### EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Até à data da elaboração e aprovação do presente relatório não se registaram quaisquer eventos ou acontecimentos relevantes que afetem o conteúdo do descrito no Relatório e Contas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA.

## CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Conforme disposto pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, através das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2024, “o relatório de gestão e contas a elaborar deve integrar um capítulo individualizado, convenientemente fundamentado, relativo à divulgação do cumprimento das orientações legais, (...), bem como evidenciar o cumprimento e níveis de execução dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2024, (...)”

Essas instruções foram divulgadas através do ofício ref.ª SAI\_DGTF/2025/255, de 24 de fevereiro de 2025, e aplicam-se à EPAL.

### 1) Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

**a) Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2024, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar**

Conforme disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores.

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da EPAL, S.A., são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

As orientações estratégicas respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram estabelecidas na Deliberação Unanime por Escrito, em 3 de novembro de 2023.

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato.

O Conselho de Administração da EPAL, eleito em 17 de abril de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao referido normativo em 13 de novembro de 2023, tendo a proposta sido instruída de acordo com as regras aplicáveis (designadamente as constantes na nota técnica da UTAM, observando o disposto na Portaria 317-A/2021), aguardando nesta data a aprovação da proposta apresentada.

De acordo com a Lei, a celebração do contrato de gestão só ocorre após a obtenção de parecer prévio da UTAM, e subsequente concordância dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa, quanto à proposta integral de contrato de gestão, incluindo os objetivos.

Sem prejuízo do que antecede, será feita a avaliação tendo por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais propostos, bem como as fórmulas de cálculo para o apuramento do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador.

Os objetivos propostos para o ano de 2024 foram os seguintes:

| EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. |   |   |                       |                               |                             |  |
|--|---|---|-----------------------|-------------------------------|-----------------------------|--|
| OBJETIVOS DE GESTÃO 2024                         | Cálculo   | Grau de Cumprimento (GC):   |                       |                               |                             | Ponderação ajustada  |
|  |   | 100%  | 80%                   | 50%                           | 20%                         |  |
| <b>1. Objetivos Individuais</b>                  |   |   |                       |                               |                             |  |
| 1.1.   | CARLOS MARTINS<br>Duplicação do Bode Fase 1 e Instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira   | Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento do Concurso para as empreitadas em avaliação | até junho de 2024     | no terceiro trimestre de 2024 | no quarto trimestre de 2024 | Não lançamento até 31 de dezembro de 2024<br>25,00%  |
| 1.2.   | LUISA BRANCO<br>Capacitação da Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) para verificação de que os produtos químicos utilizados no tratamento utilizados nos sistemas de abastecimento cumprem o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto. | Aprovação em CA dos Relatórios de Implementação elaborados por LAB.                                       | até 30/09/2024        | entre 01/10/2024 e 15/11/2024 | 16/11/2024 e 31/12/2024     | CA não aprovou relatório de implementação dos ensaios previstos até 31/12/2024<br>25,00%         |
| 1.3.   | TELMA CORREIA<br>Programa "Geração EPAL"  | Taxa de participação = Número de jovens que participam no shadow board / Número total de jovens elegíveis | Tx participação ≥ 75% | 65% ≤ Tx participação < 75%   | 50% ≤ Tx participação < 65% | Tx participação < 50%<br>25,00%  |
| 1.4.   | RUI LOURENÇO<br>Endividamento Bruto   | Varição do endividamento bruto face ao proposto em PAO  | VAR < -5%             | -5% ≤ VAR < 0%                | 0% ≤ VAR < +5%              | VAR ≥ +5%<br>25,00%  |
| 1.5.   | PEDRO PINTO<br>Plano de Recuperação de Dívida de Clientes   | Apresentação do Plano de Recuperação de Dívida de Clientes para 2025 – Aprovação em RCA                   | até 31.10.2024        | em novembro de 2024           | em dezembro de 2024         | Se não ocorrer a apresentação do plano para 2025 para aprovação pelo CA até 31.12.2024<br>25,00% |

| EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. |                             |  |   |  |  |   |
|--|-----------------------------|--|---|--|--|---|
| OBJETIVOS DE GESTÃO 2024                         | Cálculo                     | Grau de Cumprimento (GC):  |   |  |  | Ponderação ajustada                                     |
|  |                             | 100%   | 80%   | 50%  | 20%  |   |
| <b>2. Objetivos Setoriais</b>                    |                             |  |   |  |  |   |
| 2.1.   | Qualidade da Água Fornecida | AQA - Avaliação da Qualidade da água (Fórmula de Água Segura do indicador da ERSAR)          | AQA ≥ 99,00%                                  | 98,5% ≤ AQA < 99,00%                                   | 97,00% ≤ AQA < 98,5%                                   | AQA < 97,00%<br>20,00%                                  |
| 2.2.   | Plano de Manutenção         | Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (%) = (Ações executadas/Ações previstas) x 100 | Nº Ações executadas face ao previsto ≥ 90,00% | 80,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 90,00% | 70,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% | Nº Ações executadas face ao previsto < 70,00%<br>10,00% |

| EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. |  |   |           |                |                  |                     |
|--|--|---|-----------|----------------|------------------|---------------------|
| OBJETIVOS DE GESTÃO 2024                         | Cálculo  | Grau de Cumprimento (GC):                             |           |                |                  | Ponderação ajustada |
|  |  | 100%  | 80%       | 50%            | 20%              |                     |
| <b>3. Objetivos Estratégicos</b>                 |  |   |           |                |                  |                     |
| 3.1.   | Eficiência de Gestão   | PRC = [(GV+FSE+GP)/VN], variação face ao PAO proposto | VAR ≤ -1% | -1% < VAR ≤ 0% | 0% < VAR ≤ +1%   | VAR > +1%<br>16,88% |
| 3.2.   | Resultado Operacional com correção de imparidades e provisões        | VAR = (RO Real n / RO Real n-1) - 1 (indicador em %)  | VAR ≥ +1% | 0% ≤ VAR < +1% | -1% ≤ VAR < 0%   | VAR < -1%<br>11,25% |
| 3.3.   | RoA (Return on Assets, definido como EBITA dividir pelo ativo total) | VAR = (RoA Real / RoA PAO) - 1 (indicador em %)       | VAR ≥ +1% | 0% ≤ VAR < +1% | -1% ≤ VAR < 0%   | VAR < -1%<br>11,25% |
| 3.4.   | Respeito pelos prazos de pagamento                                   | VAR = (PMP Real / PMP PAO) - 1 (indicador em %)       | VAR < 0%* | 0% ≤ VAR < +5% | +5% ≤ VAR < +10% | VAR ≥ +10%<br>5,63% |

\* Com limite de 29 dias, inclusive

Os resultados verificados no ano de 2024 foram os seguintes:

| EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. |   |   |                       |                               |                             |  |           |                |           |     |
|--|---|---|-----------------------|-------------------------------|-----------------------------|--|-----------|----------------|-----------|-----|
| OBJETIVOS DE GESTÃO 2024                         | Cálculo   | Grau de Cumprimento (GC):   |                       |                               |                             | Ponderação ajustada  | Avaliação | GC do Objetivo | GC Global |     |
|  |   | 100%  | 80%                   | 50%                           | 20%                         |  |           |                |           |     |
| <b>1. Objetivos Individuais</b>                  |   |   |                       |                               |                             |  |           |                |           |     |
| 1.1.   | CARLOS MARTINS<br>Duplicação do Bode Fase 1 e Instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira   | Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento do Concurso para as empreitadas em avaliação | até junho de 2024     | no terceiro trimestre de 2024 | no quarto trimestre de 2024 | Não lançamento até 31 de dezembro de 2024  | 25,00%    | 04/03/2024     | 100%      | 25% |
| 1.2.   | LUIÇA BRANCO<br>Capacitação da Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) para verificação de que os produtos químicos utilizados no tratamento utilizados nos sistemas de abastecimento cumprem o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto. | Aprovação em CA dos Relatórios de Implementação elaborados por LAB.                                       | até 30/09/2024        | entre 01/10/2024 e 15/11/2024 | 16/11/2024 e 31/12/2024     | CA não aprovou relatório de implementação dos ensaios previstos até 31/12/2024         | 25,00%    | 18/09/2024     | 100%      | 25% |
| 1.3.   | TELMA CORREIA<br>Programa "Geração EPAL"  | Taxa de participação = Número de jovens que participam no shadow board/ Número total de jovens elegíveis  | Tx participação ≥ 75% | 65% ≤ Tx participação < 75%   | 50% ≤ Tx participação < 65% | Tx participação < 50%  | 25,00%    | 66,0%          | 80%       | 20% |
| 1.4.   | RUI LOURENÇO<br>Endividamento Bruto   | Varição do endividamento bruto face ao proposto em PAO  | VAR < -5%             | -5% ≤ VAR < 0%                | 0% ≤ VAR < +5%              | VAR ≥ +5%  | 25,00%    | -24%           | 100%      | 25% |
| 1.5.   | PEDRO PINTO<br>Plano de Recuperação de Dívida de Clientes   | Apresentação do Plano de Recuperação de Dívida de Clientes para 2025 – Aprovação em RCA                   | até 31.10.2024        | em novembro de 2024           | em dezembro de 2024         | Se não ocorrer a apresentação do plano para 2025 para aprovação pelo CA até 31.12.2024 | 25,00%    | 20/11/2024     | 80%       | 20% |

| EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. |                             |  |   |  |  |   |           |                |           |     |
|--|-----------------------------|--|---|--|--|---|-----------|----------------|-----------|-----|
| OBJETIVOS DE GESTÃO 2024                         | Cálculo                     | Grau de Cumprimento (GC):  |   |  |  | Ponderação ajustada                           | Avaliação | GC do Objetivo | GC Global |     |
|  |                             | 100%   | 80%   | 50%  | 20%  |   |           |                |           |     |
| <b>2. Objetivos Setoriais</b>                    |                             |  |   |  |  |   |           |                |           |     |
| 2.1.   | Qualidade da Água Fornecida | AQA - Avaliação da Qualidade da água (Fórmula de Água Segura do Indicador da ERSAR)          | AQA ≥ 99,00%                                  | 98,5% ≤ AQA < 99,00%                                   | 97,00% ≤ AQA < 98,5%                                   | AQA < 97,00%                                  | 20,00%    | 99,73%         | 100%      | 20% |
| 2.2.   | Plano de Manutenção         | Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (%) = (Ações executadas/Ações previstas) x 100 | Nº Ações executadas face ao previsto ≥ 90,00% | 80,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 90,00% | 70,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% | Nº Ações executadas face ao previsto < 70,00% | 10,00%    | 94,0%          | 100%      | 10% |

| EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. |  |   |           |                |                  |                     |           |                |           |     |
|--|--|---|-----------|----------------|------------------|---------------------|-----------|----------------|-----------|-----|
| OBJETIVOS DE GESTÃO 2024                         | Cálculo  | Grau de Cumprimento (GC):                             |           |                |                  | Ponderação ajustada | Avaliação | GC do Objetivo | GC Global |     |
|  |  | 100%  | 80%       | 50%            | 20%              |                     |           |                |           |     |
| <b>3. Objetivos Estratégicos</b>                 |  |   |           |                |                  |                     |           |                |           |     |
| 3.1.   | Eficiência de Gestão   | PRC = [(GV+FSE+GP)/VN], variação face ao PAO proposto | VAR ≤ -1% | -1% < VAR ≤ 0% | 0% < VAR ≤ +1%   | VAR > +1%           | 16,88%    | -3%            | 100%      | 17% |
| 3.2.   | Resultado Operacional com correção de imparidades e provisões        | VAR = (RO Real n / RO Real n-1) - 1 (indicador em %)  | VAR ≥ +1% | 0% ≤ VAR < +1% | -1% ≤ VAR < 0%   | VAR < -1%           | 11,25%    | 7%             | 100%      | 11% |
| 3.3.   | RoA (Return on Assets, definido como EBITA dividir pelo ativo total) | VAR = (RoA Real / RoA PAO) - 1 (indicador em %)       | VAR ≥ +1% | 0% ≤ VAR < +1% | -1% ≤ VAR < 0%   | VAR < -1%           | 11,25%    | 10%            | 100%      | 11% |
| 3.4.   | Respeito pelos prazos de pagamento                                   | VAR = (PMP Real / PMP PAO) - 1 (indicador em %)       | VAR < 0%* | 0% ≤ VAR < +5% | +5% ≤ VAR < +10% | VAR ≥ +10%          | 5,63%     | -7%            | 100%      | 6%  |

\* Com limite de 29 dias, inclusive

A avaliação média global do ano foi de 98%, considerando-se assim uma avaliação global positiva, de acordo com o grau de concretização alcançado.

Atendendo à avaliação atingida, não se antevê necessidade de efetuar medidas de correção aos resultados alcançados.

Os indicadores em apreço serão objeto de análise pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco do Grupo AdP, sendo que tratando-se de uma proposta de objetivos, será apenas emitido um relatório de cumprimento dos objetivos de gestão.

**b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2024, obrigatoriamente quanto ao volume de negócios, gastos operacionais, rácio dos gastos operacionais, rácio dos gastos operacionais/volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os**

valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

Nos termos do n.º 7 e do n.º 8 do artigo 39.º do RJSPE, foi aprovado o relatório de análise n.º 29/2024, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, no qual se conclui que o Plano de Atividades e Orçamento da EPAL para 2024 se encontrava em condições de merecer aprovação. O Relatório de Análise foi aprovado pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Despacho n.º 160/2024-SET, de 7 de março, tendo sido concedidas as autorizações legalmente necessárias.

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento da EPAL para 2024, por Despacho Conjunto do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, datado de 7 de março de 2024.

| Indicadores   | PAO 2024      | Executado 2024 | Desvio (+/-)   | Observações/medidas   |
|---|---------------|----------------|----------------|---|
| Resultado Líquido                                     | 51.842.783 €  | 59.101.501 €   | 7.258.718 €    | Maior volume de negócios e menos gastos que o previsto  |
| EBITDA  | 102.313.076 € | 107.131.012 €  | 4.817.935 €    | Maior volume de negócios e menos gastos que o previsto  |
| Resultado Operacional <sup>1)</sup> (EBIT)            | 72.977.351 €  | 79.467.692 €   | 6.490.341 €    | Maior volume de negócios e menos gastos que o previsto  |
| Volume de Negócios <sup>2)</sup>                      | 181.395.137 € | 186.450.675 €  | 5.055.538 €    | Maior volume vendido. Considera apenas vendas (água e quota serviço) e prestações de serviços |
| Gastos Operacionais <sup>3)</sup>                     | 74.074.590 €  | 74.960.982 €   | 886.392 €      | Gastos operacionais reais afetados por efeitos não comparáveis                                |
| Gastos Operacionais não comparáveis <sup>7)</sup>     | 0 €           | (1.008.071 €)  | (1.008.071 €)  | -   |
| Gastos Operacionais ajustados <sup>7)</sup>           | 74.074.590 €  | 73.952.911 €   | (121.679 €)    | Gastos operacionais reais afetados por efeitos não comparáveis                                |
| Gastos Operacionais <sup>7)</sup> /Volume de Negócios | 40,84%        | 39,66%         | (1,17 p.p.)    | Rácio inferior ao previsto  |
| Endividamento <sup>4)</sup>                           | 62.081.301 €  | 47.558.518 €   | (14.522.783 €) | Menor realização do plano de investimentos e maior cash-flow operacional                      |
| Dívida Financeira Líquida <sup>5)</sup> /EBITDA       | 52,14%        | 36,41%         | (15,72 p.p.)   | Rácio inferior ao previsto (dívida inferior e EBITDA superior)                                |
| Disponibilidades <sup>6)</sup>                        | 8.736.437 €   | 8.547.814 €    | (188.623 €)    | Disponibilidades em linha com o previsto  |

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

7) Ajustamentos gastos operacionais relativos a gastos não comparáveis

c) No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

| Plano de Investimento   | PAO 2024     | Fontes de financiamento |                                       |                     |          |                     |     |        | Desvio (PAO vs Executado) | Observações/medidas  |
|---|--------------|-------------------------|---------------------------------------|---------------------|----------|---------------------|-----|--------|---------------------------|--|
|   |              | Total                   | Autofinanciamento (Receitas próprias) | Orçamento do Estado | Endivid. | Fundos comunitários | PRR | Outras |                           |  |
| Investimento em curso a 31.12.2023  | 16.652.956 € | 13.269.950 €            | 13.269.950 €                          | 0 €                 | 0 €      | 0 €                 | 0 € | 0 €    | -3.383.006 €              | Contribuem significativamente para o desvio, o atraso nos 2 seguintes investimentos:<br>1. "Central Mini Hidrica Várzea das Chaminés" (2,5 milhões de euros);<br>2. "Reformulação de soluções de abastecimento a Vila Franca de Xira e Loures" (1,4 milhões de euros).   |
| Investimento iniciado em 2024, constante das fichas de acompanhamento dos RET | 16.112.000 € | 7.389.826 €             | 7.389.826 €                           | 0 €                 | 0 €      | 0 €                 | 0 € | 0 €    | -8.722.174 €              | Regista-se desvio em 3 investimentos:<br>1. "Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta" (4 milhões de euros): Empreitada em fase de celebração de Contrato, o qual carece de visto do Tribunal de Contas.<br>2. "Empreitada de Conceção-Construção da instalação de produção que integra a UPAC "Estação elevatória de Vila Franca de Xira", incluindo serviços de operação e manutenção" (2,5 milhões de euros): Empreitada em curso. Na sequência de um pedido de prorrogação de prazo da parte do empreiteiro devido a atrasos dos trabalhos, foi celebrado um Contrato Adicional que remete a data de conclusão da obra para agosto de 2025.<br>3. "Empreitada de Conceção-Construção Subestação, Transformadores, Linha Subterrânea e Sistemas de Monitorização, Controlo, Gestão e Proteção UPAC VFX (GIS)" (2 milhões de euros): Concurso lançado em novembro. Procedimento em fase de entrega de propostas. |
| Restante Investimento previsto  | 31.135.044 € | 14.653.276 €            | 14.653.276 €                          | 0 €                 | 0 €      | 0 €                 | 0 € | 0 €    | -16.481.769 €             | Esta rubrica agrega um elevado número de Investimentos, novos e de substituição, disseminando-se o desvio por esses Investimentos. Verificaram-se atrasos nos componentes formais do processo (elaboração da solução técnica para projeto e desenvolvimento das peças para concurso) devido a constrangimentos internos e externos. Individualmente, destacam-se os desvios:<br>1. Neutralidade Energética (2,3 milhões de euros);<br>2. Implementação de "Medição Interativa" nos Clientes da EPAL (2 milhões de euros);<br>3. Grupos Elevatórios V F Xira (1,9 milhões de euros);<br>4. Otimização dos locais de medição de consumo de água (Clientes/rede de Lisboa) (1,3 milhões de euros);<br>5. ETA Vale da Pedra - Intervenções de Melhoria (1,2 milhões de euros).   |
| Investimento realizado não constante do PAO                                   | 0 €          | 0 €                     | 0 €                                   | 0 €                 | 0 €      | 0 €                 | 0 € | 0 €    | 0 €                       | Não foram executados investimentos não previstos no PAO 2024.  |
| Valor total do investimento   | 63.900.000 € | 35.313.051 €            | 35.313.051 €                          | 0 €                 | 0 €      | 0 €                 | 0 € | 0 €    | -28.586.949 €             |  |

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 28 de março de 2024, foi aprovada a possibilidade de alteração entre as diferentes rubricas de investimento constantes do plano de investimentos aprovado, nunca ultrapassando os montantes globais máximos.

**d) Na eventualidade da existência de contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.**

Não aplicável, pois a Empresa não tem contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado.

**e) Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.**

Não aplicável, pois a Empresa não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

**2) Gestão do risco financeiro (descrever a evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável)**

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pela holding do Grupo com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final. No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio. Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas são inicialmente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Apresenta-se a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como os gastos com juros e garantias) dos últimos 5 anos.

Unid: euro

| Ano                                    | 2024        | 2023        | 2022        | 2021        | 2020        |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Encargos Financeiros (€)</b>        | 1.599.637 € | 1.760.090 € | 1.599.637 € | 1.150.067 € | 1.293.675 € |
| <b>Taxa Média de Financiamento (%)</b> | 3,0%        | 2,8%        | 2,2%        | 1,4%        | 1,4%        |

Os encargos financeiros no ano de 2024 diminuíram cerca de 8,5%, em resultado sobretudo da estabilização da taxa de juro da componente variável dos financiamentos, bem como da diminuição desse mesmo serviço da dívida. A variação não foi mais expressiva pois cerca de 60% do financiamento da EPAL encontra-se contratado a taxa fixa.

A taxa média de financiamento (incluindo juros e outros encargos associados, tais como comissões de garantia) em 2024 foi de 3,0%, superior à verificada no período homólogo, essencialmente devido ao aumento do peso da dívida contratada à taxa fixa e à redução do montante da própria dívida.

A informação respeitante a esta capítulo encontra-se complementada na nota 4 – Políticas de Gestão de Risco, das Notas às Demonstrações Financeiras constante no presente relatório.

**3) Limite de crescimento do endividamento** ([indicar o eventual crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro de 2023 \(LOE 2024 – Lei do Orçamento do Estado para 2024\) e no n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro \(DLEO 2024 - Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024\)](#))

No ano de 2024 os financiamentos obtidos pela EPAL cingiam-se a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução 10,6 milhões de euros (-18,2%), correspondente a amortizações de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores, não tendo recorrido no ano em apreço a qualquer novo financiamento.

| Unid: euro   |               |               |
|--|---------------|---------------|
| Ano  | 2024          | 2023          |
| Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio | 47.558.518 €  | 58.132.280 €  |
| Financiamento remunerado   | 150.000.000 € | 150.000.000 € |
| Novos investimentos com expressão material em 2024                               | 0,00 €        |               |
| <b>Varição do Endividamento</b>  | -5,1%         |               |

A Empresa cumpre integralmente o disposto no artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro de 2023, apresentando uma redução de 5,1% no seu endividamento, apurada nos seguintes termos:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR- Financiamento remunerado.

Capital - Capital social e outros instrumentos de capital próprio.

Novos investimentos - os investimentos com expressão material, na parte não comparticipada por fundos europeus a fundo perdido, que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre € 10 000 000 ou o resultante da aplicação de 10 % do orçamento anual da empresa.

Nos termos do n.º 2 do artigo 135.º do DLEO 2024 (Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro), consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10.000.000 euros ou a 10% do orçamento anual da Empresa. Em 2024 a Empresa não teve investimentos enquadráveis nesta categoria.

**4) Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores e “arrears”** (Indicar o PMP, conformidade com a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, e os atrasos nos pagamentos \(“arrears”\), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição](#))

Apesar de em 2024 o prazo médio de pagamento a fornecedores correntes apresentar um aumento de 3 dias face a 2023, cumpre na íntegra o previsto na legislação em apreço.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

| PMP          | 2024 | 2023 | Variação 24/23 |       |
|--------------|------|------|----------------|-------|
|              |      |      | Valor          | %     |
| Prazo (dias) | 28   | 25   | 3              | 12,0% |

O valor das dívidas em atraso apresenta a distribuição constante no quadro seguinte, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes, configurando deste modo situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e, como tal, reportadas como situações excluídas no ponto 4.2 do quadro seguinte:

Unid: euro

| Dívida Vencida (>90 dias)  | PAGAMENTOS EM ATRASO   |              |            |           |           |
|--|--|--------------|------------|-----------|-----------|
|  | Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012 |              |            |           |           |
|  | 2024   |              |            | 2023      |           |
|  | 90-180 dias  | 180-360 dias | > 360 dias | Total     | Total     |
| 1 - Aq. de Bens e Serviços   | 34.146 €   | 109.793 €    | 323.887 €  | 467.827 € | 429.410 € |
| 2 - Aq. de Capital   | 8.515 €  | 433 €        | 20.100 €   | 29.048 €  | 515.628 € |
| 3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)  | 42.661 €   | 110.227 €    | 343.987 €  | 496.875 € | 945.038 € |
| 4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012)  | 42.661 €   | 110.227 €    | 343.987 €  | 496.875 € | 945.038 € |
| 4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória | 0 €  | 0 €          | 0 €        | 0 €       | 0 €       |
| 4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor  | 42.661 €   | 110.227 €    | 343.987 €  | 496.875 € | 945.038 € |
| 4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados           | 0 €  | 0 €          | 0 €        | 0 €       | 0 €       |
| 5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)   | 0 €  | 0 €          | 0 €        | 0 €       | 0 €       |

| Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024 | Saldo |
|---|-------|
| 1 - Pagamentos em atraso 2023 (>90 dias) <sup>1</sup>               | 0 €   |
| 2 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) <sup>1</sup>               | 0 €   |
| 3 - Δ Pagamentos em atraso (2-1)                                    | 0 €   |
| 4 - Dotações orçamentais em 2024 <sup>2</sup>                       | 0     |
| 5 - Saldo (3+4)   | 0 €   |

##### 5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável)

Não foram emitidas recomendações pelo acionista em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da Empresa.

##### 6) Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável).

Não aplicável, atendendo que não foram emitidas reservas na última Certificação Legal de Contas.

#### **7) Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo**

A política de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais da EPAL, bem como o respetivo regime remuneratório, decorre do regime jurídico aplicável ao Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do setor público e do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

A política remuneratória dos órgãos sociais da EPAL, comum à das empresas do grupo Águas de Portugal, segue rigorosamente o disposto nos vários diplomas e recomendações sobre a matéria, nomeadamente quanto:

- À definição de categorias de empresas para efeito de remunerações dos respetivos órgãos sociais, em função da sua dimensão, complexidade e estágio de desenvolvimento, sendo a EPAL uma empresa com classificação “A”, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 19 de março;
- À celebração de contratos de gestão com todos os gestores das empresas participadas do Grupo, nas condições exigidas pelo estatuto do gestor público;
- À divulgação nos relatórios de gestão das remunerações e outros benefícios e regalias auferidas pelos membros dos órgãos sociais da EPAL.

Em 2024 foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado. As reduções remuneratórias são as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice 1 das instruções sobre o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2024.

No Relatório do Governo Societário do exercício de 2024, encontra-se ainda complementada toda a informação referente às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração (constam do ponto D. do capítulo VII do Relatório do Governo Societário de 2024 da Empresa).

**a) Órgãos Sociais**, confirmar a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2024 (Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único)

#### **i) Mesa da Assembleia Geral**

Os membros da Assembleia Geral não auferiram qualquer remuneração no ano em apreço.

Unid: euro

| Mandato<br>(Início - Fim) | Cargo           | Nome                        | Valor da Senha<br>Fixado (€) | Número de Senhas<br>Pagas | Valor Bruto Auferido<br>no Ano (€) |
|---------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 2023-2025                 | Presidente      | AdP SGPS SA                 | 650 €                        | 0                         | 0,00 €                             |
| 2023-2025                 | Vice-Presidente | Não aplicável               | 0 €                          | 0                         | 0,00 €                             |
| 2023-2025                 | Secretário      | Ana Cristina Rebelo Pereira | 400 €                        | 0                         | 0,00 €                             |
|                           |                 |                             |                              |                           | 0,00 €                             |

## ii) Conselho de Administração

São apresentados de seguida as informações constantes no apêndice 1 das instruções divulgadas através do ofício ref. <sup>a</sup> SAI\_DGTF/2025/255, de 24 de fevereiro de 2025.

Unid: euro

| Membro do CA<br>(Nome)                       | Remuneração mensal fixada - EGP |               |                              |                        |
|--|---------------------------------|---------------|------------------------------|------------------------|
|  | Fixado                          | Classificação | Remuneração mensal bruta (€) |                        |
|  | [S/N]                           | [A/B/C]       | Vencimento mensal            | Despesas Representação |
| Carlos Manuel Martins                        | Sim                             | A             | 6 145,48 €                   | 2 458,19 €             |
| Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado * | Sim                             | A             | 6 145,48 €                   | 2 212,37 €             |
| Telma Susana Rodrigues Correia               | Sim                             | A             | 4 916,38 €                   | 1 966,55 €             |
| Rui Manuel Gonçalves Lourenço                | Sim                             | A             | 4 916,38 €                   | 1 966,55 €             |
| Pedro Pinto de Jesus                         | Sim                             | A             | 4 916,38 €                   | 1 966,55 €             |

Obs: As remunerações indicadas não estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2024

\* Através de DUE de 29 de janeiro de 2024, foi autorizada a Vice-Presidente, Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, a optar pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 8 do art.º 28.º do Estatuto do Gestor Público, com efeitos à data da sua eleição para o mandato de gestão 2023-2025

As informações referentes às **remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração correspondente no exercício de 2024** são as seguintes:

Unid: euro

| Membro do CA<br>(Nome)                      | Remuneração Anual Auferida (€) |                 |                            |                                   |                                    |
|---|--------------------------------|-----------------|----------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
|   | Fixa<br>(1)                    | Variável<br>(2) | Valor Bruto<br>(3)=(1)+(2) | Reduções<br>Remuneratórias<br>(4) | Valor Bruto Final<br>(5) = (3)-(4) |
| Carlos Manuel Martins                       | 115.535 €                      | 0 €             | 115.535 €                  | 5.777 €                           | 109.758 €                          |
| Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado* | 118.830 €                      | 0 €             | 118.830 €                  | 5.891 €                           | 112.939 €                          |
| Telma Susana Rodrigues Correia              | 92.428 €                       | 0 €             | 92.428 €                   | 4.622 €                           | 87.806 €                           |
| Rui Manuel Gonçalves Lourenço               | 92.428 €                       | 0 €             | 92.428 €                   | 4.622 €                           | 87.806 €                           |
| Pedro Pinto de Jesus                        | 92.428 €                       | 0 €             | 92.428 €                   | 4.622 €                           | 87.806 €                           |
| <b>Total</b>                                | <b>511.649 €</b>               | <b>0 €</b>      | <b>511.649 €</b>           | <b>25.534 €</b>                   | <b>486.115 €</b>                   |

\* Através de DUE de 29 de janeiro de 2024, foi autorizada a Vice-Presidente, Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, a optar pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 8 do art.º 28.º do Estatuto do Gestor Público, com efeitos à data da sua eleição para o mandato de gestão 2023-2025

| Mandato CA (Início - Fim) | Cargo           | Nome   | Designação |           | OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2) |                      |                         | Indicação do número total de mandatos |  |
|---------------------------|-----------------|--|------------|-----------|--|----------------------|-------------------------|---------------------------------------|--|
|                           |                 |  | Forma (1)  | Data      | Sim/Não  | Entidade de Origem   | Entidade Pagadora (O/D) |                                       | Identificação da data da autorização e |
| 2023-2025                 | Presidente      | Carlos Manuel Martins                        | DUE        | 17/abr/23 | Não  | AdP SGPS, SA         | EPAL (D)                | n.a.                                  | 1                                      |
| 2023-2025                 | Vice-Presidente | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado * | DUE        | 17/abr/23 | Sim  | AdP SGPS, SA         | EPAL (D)                | DUE 29/01/2024                        | 4                                      |
| 2023-2025                 | Vogal           | Telma Susana Rodrigues Correia               | DUE        | 17/abr/23 | Não  | Cam. Mun. Amadora    | EPAL (D)                | n.a.                                  | 2                                      |
| 2023-2025                 | Vogal           | Rui Manuel Gonçalves Lourenço                | DUE        | 17/abr/23 | Não  | SIMAS Oeiras Amadora | EPAL (D)                | n.a.                                  | 3                                      |
| 2023-2025                 | Vogal           | Pedro Pinto de Jesus                         | DUE        | 17/abr/23 | Não  | EPAL, SA             | EPAL (D)                | n.a.                                  | 1                                      |

\* Através de DUE de 29 de janeiro de 2024, foi autorizada a Vice-Presidente, Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, a optar pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 8 do art.º 28.º do Estatuto do Gestor Público, com efeitos à data da sua eleição para o mandato de gestão 2023-2025.

| Membro do CA                               | Acumulação de Funções |                 |         |   |
|--|-----------------------|-----------------|---------|---|
|  | Entidade              | Função          | Regime  | Identificação da data da autoriz. e forma |
| Carlos Manuel Martins                      | Águas do Vale do Tejo | Presidente      | Público | AG   17/abril/2023                        |
| Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado | Águas do Vale do Tejo | Vice-Presidente | Público | AG   17/abril/2023                        |
| Telma Susana Rodrigues Correia             | Águas do Vale do Tejo | Vogal           | Público | AG   17/abril/2023                        |
| Rui Manuel Gonçalves Lourenço              | Águas do Vale do Tejo | Vogal           | Público | AG   17/abril/2023                        |
| Pedro Pinto de Jesus                       | -                     | -               | -       | -   |

Unid: euro

| Membro do CA (Nome)                         | Benefícios Sociais (€) |                   |                           |                  |                 |                |                |                 |                |
|---|------------------------|-------------------|---------------------------|------------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
|   | Subsídio de Refeição   |                   | Regime de Proteção Social |                  | Encargos Anuais |                | Outros         |                 |                |
|   | Valor / Dia            | Montante pago Ano | Identificar               | Encargo Anual    | Seguro de Saúde | Seguro de Vida | Comunicações   | Viaturas        | Deslocações    |
| Carlos Manuel Martins                       | 7,60 €                 | 1.877,20 €        | CGA /ADSE                 | 25.731 €         | 1.692 €         | 1.375 €        | 437 €          | 16.273 €        | 0 €            |
| Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado* | 7,60 €                 | 1.846,80 €        | CGA /ADSE                 | 26.082 €         | 1.206 €         | 1.237 €        | 422 €          | 10.693 €        | 0 €            |
| Telma Susana Rodrigues Correia              | 7,60 €                 | 1.770,80 €        | CGA /ADSE                 | 20.764 €         | 1.088 €         | 1.100 €        | 423 €          | 11.235 €        | 0 €            |
| Rui Manuel Gonçalves Lourenço               | 7,60 €                 | 1.786,00 €        | Seg. Social               | 21.883 €         | 2.177 €         | 1.100 €        | 446 €          | 13.257 €        | 1.792 €        |
| Pedro Pinto de Jesus                        | 7,60 €                 | 1.717,60 €        | Seg. Social               | 21.882 €         | 2.662 €         | 1.100 €        | 420 €          | 12.010 €        | 0 €            |
|   |                        | <b>8.998,40 €</b> |                           | <b>116.343 €</b> | <b>8.826 €</b>  | <b>5.912 €</b> | <b>2.148 €</b> | <b>63.468 €</b> | <b>1.792 €</b> |

| Membro do CA (Nome)                        | Encargos com Viaturas |                        |                                |                |            |           |                       |                        |                        |
|--|-----------------------|------------------------|--------------------------------|----------------|------------|-----------|-----------------------|------------------------|------------------------|
|  | Viatura atribuída     | Celebração de contrato | Valor de referência da viatura | Modalidade (1) | Ano Início | Ano Termo | Valor da Renda Mensal | Gasto Anual com Rendas | Prestações Contratuais |
| Carlos Manuel Martins                      | S                     | S                      | 49.144 €                       | AOV            | 2018       | 2024      | 744 €                 | 11.730 €               | -                      |
| Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado | S                     | S                      | 36.498 €                       | AOV            | 2018       | 2024      | 532 €                 | 7.628 €                | -                      |
| Telma Susana Rodrigues Correia*            | S                     | S                      | 60.745 €                       | RAC            | 2024       | 2025      | 735 €                 | 8.436 €                | 6                      |
| Rui Manuel Gonçalves Lourenço*             | S                     | S                      | 60.745 €                       | RAC            | 2024       | 2025      | 735 €                 | 9.619 €                | 6                      |
| Pedro Pinto de Jesus*                      | S                     | S                      | 60.745 €                       | RAC            | 2024       | 2025      | 735 €                 | 9.019 €                | 6                      |

\* O gasto anual com rendas inclui os valores das viaturas substituídas em 2024

Unid: euro

| Membro do CA (Nome)                        | Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€) |                      |                 |             |          |                             |
|--|---|----------------------|-----------------|-------------|----------|-----------------------------|
|  | Deslocações em Serviço                                | Custo com Alojamento | Ajudas de custo | Outras      |          | Gasto total com viagens (Σ) |
|  |   |                      |                 | Identificar | Valor    |                             |
| Carlos Manuel Martins                      | 0,00 €  | 0,00 €               | 0,00 €          | -           | 0,00 €   | 0,00 €                      |
| Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado | 0,00 €  | 0,00 €               | 0,00 €          | -           | 0,00 €   | 0,00 €                      |
| Telma Susana Rodrigues Correia             | 0,00 €  | 0,00 €               | 0,00 €          | -           | 0,00 €   | 0,00 €                      |
| Rui Manuel Gonçalves Lourenço              | 1.032,48 €  | 276,00 €             | 350,85 €        | Taxas       | 132,40 € | 1.791,73 €                  |
| Pedro Pinto de Jesus                       | 0,00 €  | 0,00 €               | 0,00 €          | -           | 0,00 €   | 0,00 €                      |
|  |   |                      |                 |             |          | <b>1.791,73 €</b>           |

### iii) Órgãos de Fiscalização

São apresentados de seguida as informações constantes no apêndice 1 das instruções divulgadas através do ofício ref.ª SAI\_DGTF/2024/269, de 6 de fevereiro de 2024

#### Conselho Fiscal

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal correspondente ao mandato 2023/2025 são as seguintes:

| Mandato<br>(Início - Fim) | Cargo          | Nome  | Designação |            | Estatuto<br>Remuneratório<br>Fixado Mensal | N.º de<br>Mandatos |
|---------------------------|----------------|---|------------|------------|--|--------------------|
|                           |                |   | Forma (1)  | Data       |  |                    |
| 2023-2025                 | Presidente     | Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais | DUE        | 02/11/2023 | 1.720,73 €                                 | 3                  |
| 2023-2025                 | Vogal          | Eduardo José Santos Clemente                    | DUE        | 02/11/2023 | 1.290,55 €                                 | 3                  |
| 2023-2025                 | Vogal          | Isabel Maria da Paz Mendes                      | DUE        | 02/11/2023 | 1.290,55 €                                 | 1                  |
| 2023-2025                 | Vogal Suplente | Luis Miguel Barros Martins Damas                | DUE        | 02/11/2023 | 1.290,55 €                                 | 3                  |

Unid: euro

| Nome  | Remuneração<br>anual auferida<br>(bruta) |
|---|--|
| Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais | 22 886 €                                 |
| Eduardo José Santos Clemente *                  | 15 743 €                                 |
| Isabel Maria da Paz Mendes **                   | 19 450 €                                 |
| Luis Miguel Barros Martins Damas                | 0 €                                      |

Obs: As restantes remunerações indicadas estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2024.

\* A remuneração do vogal do Conselho Fiscal Eduardo José Santos Clemente inclui regularizações respeitante a baixa médica de períodos anteriores, num total de 1.421,67 euros.

\*\* A remuneração da vogal do Conselho Fiscal Isabel Maria Paz Mendes inclui retroativos de 2023, no montante de 2.672,98 euros; não inclui subsídio de férias e reduções remuneratórias em vigor, num total líquido de 460,86 euros, as quais foram processadas e regularizadas em janeiro de 2025.

#### Revisor Oficial de Contas

Por proposta do Conselho Fiscal da EPAL, a Deloitte & Associados, SROC,SA, foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 28 de março de 2024, para assumir essas funções, tendo sido deliberado que fosse atribuída uma remuneração a acordar entre as partes, a qual não pode em caso algum exceder o valor correspondente a 35% da remuneração ilíquida do Presidente do Conselho de Administração, de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, nos termos do Despacho SET 155/2018, de 28 de março.

| Mandato (Início - Fim) | Cargo        | Identificação SROC/ROC          |                         |                    | Designação |            |                  | Nº de anos de funções exercidas no grupo | Nº de anos de funções exercidas na sociedade |
|------------------------|--------------|---------------------------------|-------------------------|--------------------|------------|------------|------------------|--|--|
|                        |              | Nome                            | Nº de inscrição na OROC | Nº Registo na CMVM | Forma (1)  | Data       | Data do Contrato |  |  |
| 2024-2025              | SROC         | Deloitte & Associados – SROC    | 43                      | 20161389           | AG         | 28/03/2024 | 16/07/2024       | 1  | 1  |
| 2024-2025              | ROC          | Ana Alexandra Dornelas Pinheiro | 1496                    | 20161106           | AG         | 28/03/2024 | 16/07/2024       | 1  | 1  |
| 2024-2025              | ROC Suplente | João Carlos Henriques Gomes     | 1129                    | 20160741           | AG         | 28/03/2024 | 16/07/2024       | 1  | 1  |

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

| Nome ROC/FU                      | Contrato de Prestação de Serviços |                          | Serviços Adicionais |                  |
|----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---------------------|------------------|
|                                  | Valor Anual €                     | Identificação do Serviço | Valor Anual €       | Ident.do Serviço |
| Deloitte & Associados – SROC, SA | 12.413 €                          | ROC                      | 0 €                 | n.a.             |

**b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações vigentes em 2024**

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA não dispôs durante o ano de 2024 de Auditor Externo, não se aplicando este ponto.

**8) Artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)**

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

**a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;**

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

**b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;**

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

**c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;**

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a comunicações.

Unid: euro

| Membro do CA<br>(Nome)                     | Gastos com Comunicações(€) |                |             |
|--|----------------------------|----------------|-------------|
|  | Plafond Mensal<br>Definido | Valor Anual    | Observações |
| Carlos Manuel Martins                      | 80 €                       | 437 €          | -           |
| Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado | 80 €                       | 422 €          | -           |
| Telma Susana Rodrigues Correia             | 80 €                       | 423 €          | -           |
| Rui Manuel Gonçalves Lourenço              | 80 €                       | 446 €          | -           |
| Pedro Pinto de Jesus                       | 80 €                       | 420 €          | -           |
|  |                            | <b>2.148 €</b> |             |

**d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço**

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço.

Unid: euro

| Membro do CA<br>(Nome)                     | Plafond Mensal<br>Combustível e<br>Portagens | Gastos anuais associados a Viaturas (€) |           |                 |             |
|--|--|---|-----------|-----------------|-------------|
|  |  | Combustível                             | Portagens | Total           | Observações |
| Carlos Manuel Martins                      | 615 €  | 2.811 €                                 | 685 €     | 3.496 €         | -           |
| Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado | 553 €  | 2.039 €                                 | 1.026 €   | 3.065 €         | -           |
| Telma Susana Rodrigues Correia             | 492 €  | 1.534 €                                 | 157 €     | 1.691 €         | -           |
| Rui Manuel Gonçalves Lourenço              | 492 €  | 2.327 €                                 | 165 €     | 2.492 €         | -           |
| Pedro Pinto de Jesus                       | 492 €  | 2.124 €                                 | 596 €     | 2.720 €         | -           |
|  |  |   |           | <b>13.463 €</b> |             |

**9) [Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais](#)**

A Empresa dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

**10) [Evidenciar a elaboração, de três em três anos, e a divulgação interna e no respetivo site da internet, do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março](#)**

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, a cada três anos, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens (período de referência 2023).

O relatório encontra-se disponível em:

<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/relat%c3%b3rio-remunerac%c3%b5es-paas-a-mulheres-e-homens.pdf?sfvrsn=12>

**11) Evidenciar a elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do [Plano para a Igualdade \(anual\)](#), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do [Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho](#)**

De acordo com a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, no seu artigo 7.º, as entidades do setor público empresarial elaboram, anualmente, planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, devendo publicá-los no respetivo sítio na Internet. Nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da mesma Lei, foi publicado o Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina:

- os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial;
- os termos da articulação de competências entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; e
- a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos do disposto nos n. 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Neste contexto, a EPAL elaborou o Plano para a Igualdade de Género para 2025 de acordo com o «Guião para a implementação de planos de igualdade para as empresas», disponível no sítio na Internet da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e que contempla a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, estruturadas em 7 áreas agregadoras:

- Estratégia, Missão e Valores
- Igualdade no Acesso a Emprego
- Formação Inicial e Contínua
- Igualdade nas Condições de Trabalho
- Proteção na Parentalidade
- Conciliação entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional

- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

No âmbito da referida legislação a EPAL submeteu, para análise, pela CITE, o Plano para a Igualdade de Género a vigorar no próximo ano e procedeu à respetiva publicação, no seu sítio da internet, que poderá ser acedido através do seguinte endereço:

[https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-igualdade-g%C3%A9nero-epal\\_adv-2025.pdf?sfvrsn=4](https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-igualdade-g%C3%A9nero-epal_adv-2025.pdf?sfvrsn=4)

[12\) Evidenciar a elaboração e divulgação dos instrumentos e medidas do Regime Geral de Prevenção da Corrupção \(RGPC\), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, designadamente o Código de Conduta \(artigo 7.º do RGPC\), o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas \(PPR\) \(artigo 6.º do RGPC\) e o relatório anual de acompanhamento da execução do PPR \(n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e artigo 6.º do RGPC\).](#)

[Indicar o cumprimento do dever de comunicação previsto no RGPC.](#)

[Indicar os links de acesso \(no sítio da Sociedade\) a cada um dos instrumentos acima indicados.](#)

A EPAL dispõe de ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se o Sistema de Responsabilidade Empresarial, os Planos de Gestão de Riscos, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Código de Ética e de Conduta, o Regulamento de Comunicação de Irregularidades e a Política de Integridade do Grupo AdP e subscritos pela EPAL.

A atuação da EPAL, enquanto empresa que presta um serviço público, tem-se pautado por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão. O **Código de Ética e de Conduta**, disponível em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/c%C3%B3digo-de-conduta-e-%C3%A9tica>, expressa o compromisso do Grupo AdP, órgãos sociais, trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, prestadores de serviços, pessoas em regime de estágio, bem como a outras pessoas em funções de representação da organização, independentemente do seu vínculo laboral, função ou posição hierárquica, em prosseguir a missão com rigor, transparência, diálogo e ética.

Mais do que um compromisso, este código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua da EPAL, enquanto empresa do Grupo AdP, que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambiental, social, económica e cultural.

Todos/as aqueles/as que se relacionam com a empresa nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, têm interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética da empresa e dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras, podendo fazer chegar contributos à Comissão de Ética do grupo AdP, através de

correspondência para a morada Rua Visconde Seabra, nº 3, 1700-421 Lisboa, pela Linha de Integridade (<https://grupoadp.form.maistransparente.com/>).

O acesso ao referido órgão também pode ser feito através dos sítios na internet, da EPAL e da AdP, respetivamente em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/c%C3%B3digo-de-conduta-e-%C3%A9tica> e Linha de integridade: <https://www.adp.pt/pt/governo-societario/etica-e-conduta/?id=245>.

A Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, com 7 (sete) membros, tem como objetivo zelar pela aplicação do Código de Ética e de Conduta, proporcionando, para além de apoio e orientação às trabalhadoras e aos trabalhadores, assegurar o seguimento de eventuais questões éticas ou irregularidades que lhe sejam comunicadas pelos mesmos e/ou partes interessadas externas, bem como, acompanhar, com isenção e independência, as atividades desenvolvidas pelos órgãos sociais de cada Sociedade, a divulgação e o cumprimento do Código de Ética e de Conduta em todas as empresas do Grupo.

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, a EPAL possui **Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)**, reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da EPAL, encontra-se disponibilizado na internet em

<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Setor Empresarial Estado (SISEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na EPAL em 2009, teve a última versão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2024, já adaptado às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

Da avaliação anual do Plano resulta um **relatório anual de acompanhamento da execução do PPR**, com a identificação dos controlos não implementados, ou implementados, mas não eficazes, e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Este é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas, sem prejuízo do carregamento no Sistema de Informação do Setor Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em

<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

### **13) Contratação pública, indicando, designadamente:**

***a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2024, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente***

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhoras práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

**b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização**

A Empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2017, e mantido até à data, atentas que foram as recomendações do Tribunal de Contas constantes no Relatório de Auditoria 7/2017, e em alinhamento com as instruções emanadas pela AdP SGPS, SA, para todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

**c) os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)**

Durante o ano de 2024 foi submetido a visto prévio o seguinte contrato:

| Contrato nº | Denominação  | Nº Procedimento | Tipo de Procedimento                           | Prazo de Execução | Valor Adjudicado    | Observações   |
|-------------|--|-----------------|--|-------------------|---------------------|---|
| 2311        | Empreitada "Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral" | ENG23109        | Concurso Público com Publicidade Internacional | 500 dias          | €9.472.776,23 + IVA | O processo de Fiscalização Prévia ficou registado com o nº <b>2408/2024</b> e foi objeto de declaração de conformidade, devidamente concedida pelo Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto, de 2024/10/18 |

**14) Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;

- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

**15) Informar sobre a eficiência operacional, prevista no n.º 1, 2 e 3 do artigo 134.º do DLEO 2024, e sobre os gastos operacionais, previstos no n.º 4 e 5 do artigo 134.º do DLEO 2024**

A EPAL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (LOE 2024), estabelece no n.º 1 do artigo 37.º, que as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no Decreto-lei de execução orçamental. Conforme disposto no n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO 2024), deve ser garantido em 2024 a eficiência operacional da empresa, medida pelo rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN), o qual deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais. No n.º 3 do mesmo artigo é referido que nos casos em que o rácio de eficiência operacional seja afetado por fatores extraordinários, com impacto orçamental significativo designadamente por requisitos de segurança da respetiva atividade operacional, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área setorial podem autorizar outro indicador para medir a eficiência operacional, nomeadamente em sede de aprovação do PAO, sob proposta da empresa, devidamente fundamentada e quantificada.

Nos termos do n.º 4 do artigo 134.º do Decreto-lei n.º 17/2024 os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2023, sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo. Estabelece ainda o n.º 5 do mesmo artigo que: o acréscimo dos gastos operacionais, corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., relativa ao ano transato, apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, sustentadas em análise custo-benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado

por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.

Na sequência do Despacho de Aprovação do PAO 2023 a EPAL passou a monitorizar um novo indicador de eficiência operacional que deduz ao rácio os impactos em gastos com a atividade Aquamatrix, uma vez que os seus rendimentos não concorrem para o volume de negócios. O relatório de análise técnica do documento em apreço, sancionado pelo despacho de aprovação do PAO 2023, indicou:

*Recomenda-se ainda que os Gastos operacionais fiquem limitados a 79,808 milhões de euros e, nessa circunstância, desconsiderando os Gastos operacionais decorrentes de fatores excepcionais e da atividade AQUAmatrix, em 2023 não se verificará uma degradação da Eficiência operacional.*

*Face ao referido, concordando e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2023-2025” apresentada pela EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. reúne as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.*

Dessa forma dever-se-á ajustar os gastos globais da Empresa, retirando os gastos incorridos com esta atividade. O indicador em apreço já aprovado no PAO 2023 e que permite neutralizar o efeito desta atividade – Aquamatrix –, consubstanciou-se em monitorizar o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluindo os efeitos dessa atividade nos gastos, uma vez que o impacto desta em rendimentos não ocorre na rubrica de volume de negócios, mas sim nos outros rendimentos operacionais.

Os gastos com esta atividade em 2024 ascenderam a 1,1 milhões de euros (1,0 milhões de euros em 2023 e 1,1 milhões de euros no PAO 2024), dos quais:

- 0,7 milhões de euros relativos a gastos com o pessoal; e
- 0,4 milhões de euros relativos a fornecimento e serviços externos.

Para efeitos de apuramento do rácio estes valores considerados no quadro infra na linha “(4)

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, os factos que não permitem a comparabilidade decorrem essencialmente do licenciamento Microsoft que havia sido considerado no âmbito da IFRS16, dando origem a gastos com amortizações e juros, no entanto atrasos no processo de contratação (por via do visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato centralizado do Grupo AdP) levaram a um prolongamento de contrato inferior a 12 meses que não preenchia os requisitos da política contabilística para ser enquadrado no âmbito da IFRS16 e que foi assim contabilizado em fornecimentos e serviços externos. O impacto é de 0,6 milhões de euros em fornecimentos e serviços externos (por contrapartida de uma redução de valor idêntico em amortizações e juros, sendo que estas últimas não são relevantes para efeitos de apuramento do indicador de gastos operacionais).

Ao nível dos gastos com o pessoal, os factos que não permitem a comparabilidade decorrem:

- da aplicação do acordo de valorização de rendimentos (por via da atualização das rubricas pecuniárias do Acordo de Empresa), que se traduziu num gasto acrescido de 1,5 milhões de euros;
- do agravamento substancial do prémio do seguro de doença, com um gasto acrescido de 0,2 milhões de euros;
- do agravamento dos gastos com refeição (preço unitário por refeição decorrente do contrato adjudicado por concurso público (impacto dos gastos de mão de obra na formação do preço), com um gasto acrescido de 0,2 milhões de euros.

Os factos não comparáveis referidos acima foram considerados no quadro infra na linha “(4).

Tendo assim a EPAL cumprido com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresenta-se no quadro seguinte o detalhe considerado no cálculo do mesmo:

| EFICIÊNCIA OPERACIONAL - n. 1 e 2 do artigo 134.º do DLEO 2024                                      | 2024 Exec.    | 2024 Orç.     | 2023 Exec.    | 2024/2023  |        | 2024/2024 (orç.) |        |
|---|---------------|---------------|---------------|------------|--------|------------------|--------|
|   |               |               |               | Δ Absol.   | Var. % | Δ Absol.         | Var. % |
| (1) CMVMC   | 2.226.168 €   | 2.116.734 €   | 2.103.849 €   | 122.319    | 5,8%   | 109.435          | 5,2%   |
| (2) FSE   | 44.945.423 €  | 42.539.519 €  | 42.767.416 €  | 2.178.007  | 5,1%   | 2.405.904        | 5,7%   |
| (3) Gastos com o pessoal  | 27.789.391 €  | 29.418.337 €  | 26.101.115 €  | 1.688.275  | 6,5%   | -1.628.947       | -5,5%  |
| (4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável): | 3.550.412 €   | 2.408.816 €   | 1.094.133 €   | 2.456.279  | 224,5% | 1.141.596        | 47,4%  |
| Efeitos não comparáveis (Licenças Microsoft - IFRS16)   | 641.962 €     | 0 €           | 55.875 €      | -          | -      | -                | -      |
| Gastos com pessoal - valorizações remuneratórias acordo rendimentos                                 | 1.462.902 €   | 1.302.500 €   | 0 €           | -          | -      | -                | -      |
| Efeitos não comparáveis: seguro saúde - agravamento de prémio                                       | 204.770 €     | 0 €           | 0 €           | -          | -      | -                | -      |
| Efeitos não comparáveis: refeições - aumento de preço   | 161.339 €     | 0 €           | 0 €           | -          | -      | -                | -      |
| Nova atividade - Aquamatrix   | 1.079.439 €   | 1.106.316 €   | 1.038.258 €   | -          | -      | -                | -      |
| (5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)   | 71.410.570 €  | 71.665.774 €  | 69.878.247 €  | 1.532.323  | 2,2%   | -255.204         | -0,4%  |
| (6) Volume de negócios  | 186.450.675 € | 181.395.137 € | 179.855.415 € | 6.595.260  | 3,7%   | 5.055.538        | 2,8%   |
| Vendas  | 184.399.989 € | 180.055.137 € | 178.714.675 € | 5.685.314  | 3,2%   | 4.344.852        | 2,4%   |
| Prestações de Serviços  | 2.050.686 €   | 1.340.000 €   | 1.140.739 €   | 909.947    | 79,8%  | 710.686          | 53,0%  |
| Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável)                | 0 €           | 0 €           | 0 €           | 0          | -      | 0                | -      |
| Indemnizações Compensatórias (se aplicável)   | 0 €           | 0 €           | 0 €           | 0          | -      | 0                | -      |
| (7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):      | 0 €           | 0 €           | 0 €           | 0          | -      | 0                | -      |
| (8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)   | 186.450.675 € | 181.395.137 € | 179.855.415 € | 6.595.260  | 3,7%   | 5.055.538        | 2,8%   |
| (9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)  | 38,3%         | 39,5%         | 38,9%         | -0,55 p.p. | -1,4%  | -1,21 p.p.       | -3,1%  |

| Informação adicional   | 2024 Exec.   | 2024 Orç.    | 2023 Exec.   | 2024/2023 |        | 2024/2024 (orç.) |        |
|--|--------------|--------------|--------------|-----------|--------|------------------|--------|
|  |              |              |              | Δ Absol.  | Var. % | Δ Absol.         | Var. % |
| (1) Gastos com o pessoal   | 27.789.391 € | 29.418.337 € | 26.101.115 € |           |        |                  |        |
| i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais   | 622.816 €    | 635.433 €    | 570.898 €    | 51.919    | 9,1%   | -12.617          | -2,0%  |
| ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais <sup>31</sup> (discriminar, se aplicável)                                      | 0 €          | 0 €          | 0 €          | 0         | -      | 0                | -      |
| iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF) <sup>31</sup> | 1.317.842 €  | 1.176.913 €  | 0 €          | 1.317.842 | -      | 140.930          | 12,0%  |
| iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT  | 145.060 €    | 125.587 €    | 0 €          | 145.060   | -      | 19.473           | 15,5%  |
| v. (+) Efeito do Absentismo  | 505.112 €    | 300.000 €    | 463.970 €    | 41.142    | 8,9%   | 205.112          | 68,4%  |
| vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a   | 0 €          | 0 €          | 0 €          | 0         | -      | 0                | -      |
| (2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi   | 26.208.784 € | 27.780.404 € | 25.994.187 € | 214.597   | 0,8%   | -1.571.620       | -5,7%  |
| (3) Gastos com deslocações e alojamento  | 84.677 €     | 80.000 €     | 102.661 €    | -17.984   | -17,5% | 4.678            | 5,8%   |
| (4) Gastos com ajudas de custo   | 15.738 €     | 10.000 €     | 7.555 €      | 8.183     | 108,3% | 5.738            | 57,4%  |
| (5) Gastos associados à frota automóvel <sup>31</sup>  | 2.477.208 €  | 2.208.490 €  | 2.306.551 €  | 170.656   | 7,4%   | 268.718          | 12,2%  |
| (6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria   | 284.884 €    | 250.000 €    | 296.509 €    | -11.624   | -3,9%  | 34.884           | 14,0%  |
| (7) Total dos gastos (3) a (6)   | 2.862.507 €  | 2.548.489 €  | 2.713.276 €  | 149.232   | 5,5%   | 314.018          | 12,3%  |
| (8) N.º de Viaturas (operacional)  | 268          | 268          | 267          | 1         | 0,4%   | 0                | 0,0%   |
| (9) N.º de viaturas (não operacional)  | 0            | 0            | 0            | 0         | -      | 0                | -      |

[16\) Recursos Humanos e massa salarial \(artigos 132.º a 134.º do DLEO 2024 | Despacho, de 29 de dezembro de 2023, do Senhor Ministro das Finanças\)](#)

A evolução dos RH em 2024 foi a seguinte:

| Grupo Profissional                 | Situação a 31/12/2023 | Movimentos de Pessoal em 2024 |  |  |                     |   | Situação a 31/12/2024             |
|------------------------------------|-----------------------|-------------------------------|--|--|---------------------|---|-----------------------------------|
|                                    |                       | Saídas (reformas/outros)      | Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença | Contratações para substituição de saídas | Novas contratações* | Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)** |                                   |
|                                    | (1)                   | (2)                           |  | (3)                                      | (4)                 | (5)   | (6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) |
| Órgãos Sociais (OS)                | 12                    | 0                             | 0  | 0  | 0                   | 0   | 12                                |
| Cargos de direção (s/ OS)          | 18                    | 0                             |  |  | 0                   | 0   | 18                                |
| <b>Trabalhadores</b>               |                       |                               |  |  |                     |   |                                   |
| Tec. Operacional                   | 204                   | 12                            | 0  | 15                                       | 2                   | 0   | 209                               |
| Tec. Especializado                 | 143                   | 4                             | 0  | 0  | 0                   | 0   | 139                               |
| Especialista                       | 21                    | 1                             | 0  | 0  | 0                   | 1   | 21                                |
| Bacharel                           | 10                    | 2                             | 0  | 0  | 0                   | 0   | 8                                 |
| Licenciado                         | 246                   | 15                            | 8  | 17                                       | 4                   | 0   | 252                               |
| <b>Total (OS+CD+Trabalhadores)</b> | <b>654</b>            | <b>34</b>                     | <b>8</b>   | <b>32</b>                                | <b>6</b>            | <b>1</b>  | <b>659</b>                        |
| Impacto nos gastos com pessoal     | -                     | 0 €                           | -  | 0 €                                      | 165.975 €           | 20.668 €  | 186.642 €                         |

Os gastos e o n.º de trabalhadores em 2023 e 2024 foram:

|  | 2024 Exec.   | 2024 Orç.    | 2023 Exec.   | 2024/2023   |              |
|--|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
|  |              |              |              | Δ Absol.    | Var. %       |
| N.º Órgãos Sociais (OS)  | 12           | 12           | 12           | 0           | 0,00%        |
| N.º Cargos de Direção (CD)   | 18           | 18           | 18           | 0           | 0,00%        |
| N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)  | 629          | 692          | 624          | 5           | 0,80%        |
| <b>TOTAL</b>   | <b>659</b>   | <b>722</b>   | <b>654</b>   | <b>5</b>    | <b>0,76%</b> |
| N.º Trabalhadores/N.º CD   | 35           | 38           | 35           | 0           | 0,80%        |
| Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)   | 27.789.391 € | 29.418.337 € | 26.101.115 € | 1.688.275 € | 6,47%        |
| Massa Salarial Global  | 27.789.391 € | 29.418.337 € | 26.101.115 € | 1.688.275 € | 6,47%        |
| Massa Salarial sem os efeitos de volume<br>(caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) <sup>a)</sup> | 27.602.748 € | 27.887.503 € | 26.101.115 € | 1.501.633 € | 5,75%        |

a) Aferição do Despacho, de 29-12-2023, do Sr. Ministro das Finanças

A valorização salarial decorrente do disposto no Despacho, de 29/12/2023, do Sr. Ministro das Finanças, foi de 5,0% (um impacto de 1.317.842 euros num total de gastos de 26.101.115 euros). Refira-se que a atualização aplicada aos trabalhadores da EPAL decorreu da atualização do seu Acordo de Empresa.

A linha “Massa salarial sem efeitos de volume” ajusta para 2024 e para o PAO o impacto das novas contratações de 2024 (reais e previstas).

### [17\) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado \(artigo 28.º do RJSPE, artigo 105.º da LOE 2024 e artigo 91.º do DLEO 2024\)](#)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os

financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneiio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 155/2024, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Para os anos de 2024 e 2025, somente os seguintes serviços, nos termos abaixo indicados:
  - a) Os valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito);
  - b) Os valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser semanalmente transferidos para contas da ADP no IGCP;
  - c) Os valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;

- d) Os valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da ADP;
- e) A concretização de operações de descobertos bancários de curto prazo, sempre que as transferências internas entre contas no IGCP, não permita mitigar as necessidades de umas com os excedentes de outras;
- f) Os valores arrecadados via DPG da SIBS, os quais devem ser transferidos semanalmente para contas na tesouraria do Estado. Esta dispensa é formulada, exclusivamente, de forma a permitir que as empresas do grupo ADP possam desencadear os trabalhos com vista centralizar estes valores diretamente em contas da ADP no IGCP. A partir de 2026 estes valores devem passar a ser creditados diretamente em contas bancárias da ADP domiciliadas no IGCP;
- g) Os valores das custódias de títulos que não sejam de dívida pública;
- h) Os valores das disponibilidades e aplicações financeiras das sucursais e subsidiárias da ADP Internacional, detidas fora de Portugal, os quais sempre que possível devem ser transferidos para contas no IGCP;
- i) Os valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- j) Os valores dos recebimentos efetuados através da utilização da referência Multibanco da SIBS, os quais devem ser transferidos para contas da ADP no IGCP, com uma periodicidade semanal. Esta dispensa é formulada, exclusivamente, de forma a permitir que as empresas do grupo ADP possam desencadear os trabalhos com vista à adoção da DUC-TR, na arrecadação das suas receitas, cuja entrada em produção está prevista para o último trimestre de 2025, data a partir da qual a presente dispensa cessa.
- Ainda para o ano de 2024, os valores dos subsídios comunitários e associados a execução por injunções.

Os restantes valores devem ser movimentados pelas empresas do Grupo AdP através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por essa Agência.

À data de 31 de dezembro de 2024, as disponibilidades e aplicações da EPAL centralizadas no IGCP eram de 14.442.231 euros.

As disponibilidades e aplicações financeiras que se encontravam junto do IGCP, no final de cada trimestre de 2024, eram as seguintes:

| IGCP                   | 1.º Trimestre<br>€  | 2.º Trimestre<br>€ | 3.º Trimestre<br>€  | 4.º Trimestre<br>€  |
|------------------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| Disponibilidades       | 7.473.941 €         | 8.235.128 €        | 14.776.415 €        | 14.442.231 €        |
| Aplicações financeiras | 30.000.000 €        | 0 €                | 0 €                 | 0 €                 |
| <b>Total</b>           | <b>37.473.941 €</b> | <b>8.235.128 €</b> | <b>14.776.415 €</b> | <b>14.442.231 €</b> |

As disponibilidades que se encontravam junto da banca comercial, no final de cada trimestre do ano de 2024, eram as seguintes:

| Banca Comercial*         | 1.º Trimestre<br>€ | 2.º Trimestre<br>€ | 3.º Trimestre<br>€ | 4.º Trimestre<br>€ |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Caixa Geral de Depósitos | 45.683 €           | 28.173 €           | 20.964 €           | 26.890 €           |
| Banco BPI                | 23.870 €           | 20.953 €           | 16.086 €           | 17.378 €           |
| BBVA                     | 53.271 €           | 37.800 €           | 25.691 €           | 12.620 €           |
| Banco Santander          | 95.333 €           | 104.279 €          | 81.564 €           | 96.407 €           |
| Millennium BCP           | 4.950 €            | 11.724 €           | 29.174 €           | 16.120 €           |
| Novo Banco               | 95.138 €           | 39.651 €           | 63.670 €           | 12.010 €           |
| Bankinter                | 4.484 €            | 8.060 €            | 1.904 €            | 4.279 €            |
| <b>Total</b>             | <b>322.730 €</b>   | <b>250.639 €</b>   | <b>239.053 €</b>   | <b>185.703 €</b>   |
| <b>Juros auferidos**</b> | 0 €                | 0 €                | 0 €                | 0 €                |

\* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras

\*\* - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

Ressalva-se, contudo, que alguns montantes indicados no quadro anterior, respeitantes aos saldos finais em cada trimestre, poderão encontrar-se inflacionados por depósitos de valores efetuados pelos clientes no último dia útil de cada período, e que foram transferidos no dia útil seguinte para a conta da EPAL junto do IGCP.

#### 18) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Apesar de não ter decorrido de uma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas, no âmbito do processo do contrato n.º 2311 - Empreitada denominada por “Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral”, submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, foi efetuada em outubro de 2024 a seguinte recomendação pelo Tribunal de Contas:

*“Recomendando-se à entidade fiscalizada para que, em futuros procedimentos, na fixação do modelo de avaliação de propostas:*

- a. Estabeleça um conjunto ordenado de diferentes atributos suscetíveis de serem propostos para o aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos respeitante a cada fator ou subfator, abstendo-se de, nesses atributos, utilizar conceitos vagos e indeterminados.*
- b. Abstenha-se de prever a atribuição de pontuações intermédias não acompanhadas dos concretos descritores para a sua atribuição.”*

Face a esta recomendação dirigida à Empresa no âmbito de um processo de submissão de um contrato de empreitada a visto prévio do Tribunal de Contas, passou a Empresa a ter em linha de conta as orientações nos procedimentos de contratação em preparação, tal como o fará em futuros processos.

19) Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gestão, em anexo ao RGS.

Não aplicável, atendendo que a EPAL não é uma Entidade de Interesse Público (EIP).

20) Deverá, ainda, ser preenchido o quadro infra relativo à informação reportada a 31 de dezembro de 2024, e assegurado que esta informação se encontra atualizada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Conforme orientações da DGTF, a Empresa não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

| Cumprimento das Orientações Legais   | Cumprimento | Quantificação/<br>Identificação | Justificação / Referência ao ponto<br>do Relatório             |
|--|-------------|---------------------------------|--|
|  | S/N/N.A.    |                                 |  |
| <b>Objetivos de Gestão</b>   |             | -                               | Ponto 1 a) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"    |
| <b>1. Objetivos individuais</b>  |             |                                 |  |
| - Duplicação do Bode Fase 1 e Instalação de 3 grupos eletrobomba na EE de Vila Franca de Xira  | S           | 100%                            | -  |
| - Capacitação da Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) para verificação de que os produtos químicos utilizados no tratamento utilizados nos sistemas de abastecimento cumprem o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto | S           | 100%                            | -  |
| - Programa "Geração EPAL"  | S           | 80%                             | -  |
| - Endividamento Bruto  | S           | 100%                            | -  |
| - Plano de Recuperação de Dívida de Clientes   | S           | 80%                             | -  |
| <b>2. Objetivos setoriais</b>  |             |                                 |  |
| - Qualidade da Água Fornecida  | S           | 100%                            | -  |
| - Plano de Manutenção  | S           | 100%                            | -  |
| <b>3. Objetivos estratégicos</b>   |             |                                 |  |
| Eficiência de Gestão   | S           | 100%                            | -  |
| Resultado Operacional com correção de imparidades e provisões  | S           | 100%                            | -  |
| RoA (Return on Assets, definido como EBIT a dividir pelo ativo total)  | S           | 100%                            | -  |
| Respeito pelos prazos de pagamento   | S           | 100%                            | -  |
| <b>Metas a atingir constantes no PAO 2024</b>  |             |                                 | Ponto 1 b) c) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais" |
| Investimento   |             | 55%                             | Execução de 55% do valor anual previsto                        |

| Cumprimento das Orientações Legais   | Cumprimento | Quantificação/<br>Identificação | Justificação / Referência ao ponto<br>do Relatório  |
|--|-------------|---------------------------------|---|
|  | S/N/N.A.    |                                 |   |
| Nível de endividamento   |             | -23%                            | Endividamento inferior em 14,5 milhões face ao previsto   |
| <b>Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>   | N.A.        | n.a.                            | -   |
| <b>Gestão do Risco Financeiro</b>  | N.A.        | 3,0%                            | Taxa média de financiamento em 2024 (Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")  |
| <b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>   | S           | -5,1%                           | Varição do endividamento face a 2023 (Ponto 3 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")   |
| <b>Evolução do PMP a fornecedores</b>  | S           | 3 dias                          | Varição do PMP a fornecedores face a 2023 (Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")  |
| <b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>   | S           | 0                               | Valor dos pagamentos em atraso em 2024 (Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")   |
| <b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>                                      | N.A.        | -                               | Não foram emitidas recomendações (Ponto 5 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")   |
| <b>Reservas emitidas na última CLC</b>   | N.A.        | -                               | A CLC não apresentava reservas (Ponto 6 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")   |
| <b>Remunerações/honorários</b>   |             |                                 |   |
| CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024 - -5%  | S           | 25.534                          | Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"  |
| <b>EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP</b>   |             |                                 |   |
| Não utilização de cartões de crédito   | S           | -                               | Os membros do CA não dispõem de cartões de crédito (Ponto 8 a) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")  |
| Não reembolso de despesas de representação pessoal   | S           | -                               | A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal (Ponto 8 b) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")  |
| Valor máximo das despesas associadas a comunicações  | S           | -                               | Ponto 8 c) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"   |
| Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço                     | S           | -                               | Ponto 8 d) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"   |
| <b>Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP</b> |             |                                 |   |
| Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais                                | S           | -                               | A empresa não realizou qualquer despesa não documentada ou confidencial (Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")  |
| <b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>             |             |                                 |   |
| Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens                 | S           | -                               | Disponível em:<br><a href="https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/relat%c3%b3rio-remunerac%c3%b5es-pagas-a-mulheres-e-homens.pdf?sfvrsn=12">https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/relat%c3%b3rio-remunerac%c3%b5es-pagas-a-mulheres-e-homens.pdf?sfvrsn=12</a> (Ponto 10 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais") |

| Cumprimento das Orientações Legais  | Cumprimento | Quantificação/<br>Identificação     | Justificação / Referência ao ponto<br>do Relatório  |
|---|-------------|-------------------------------------|---|
|   | S/N/N.A.    |                                     |   |
| <b>Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>                            |             |                                     |   |
| Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção                                   | S           | -                                   | Disponível em:<br><a href="https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/qu-em-somos/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas">https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/qu-em-somos/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas</a> (Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais") |
| <b>Contratação Pública</b>  |             |                                     | Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"   |
| Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa  | S           | -                                   | Ponto 13 a) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"  |
| Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas  | N.A.        | n.a.                                | -   |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC   | S           | 1 contrato;<br>9,5 milhões<br>euros | Ponto 13 c) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"  |
| <b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>   | S           | -                                   | Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"   |
| <b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>  | S           | -1,2 p.p.                           | Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"   |
| <b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>                          |             |                                     |   |
| Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP   | S           | 99%                                 | % disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31/dez/2024  |
| Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial  | S           | 185.703                             | Saldo junto da banca comercial a 31/dez/2024  |
| Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado                                  | N.A.        | 0                                   | Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"   |
| <b>Auditorias do Tribunal de Contas <sup>(b)</sup></b>  | S           | -                                   | Ponto 18 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"   |
| <b>Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto</b> | S           | -                                   | Disponível em:<br><a href="https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-igualdade-g%C3%A9nero-epal_adv-2025.pdf?sfvrsn=4">https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-igualdade-g%C3%A9nero-epal_adv-2025.pdf?sfvrsn=4</a> (Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")                   |
| <b>Apresentação da demonstração não financeira</b>  | N.A.        | n.a.                                | Ponto 19 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"   |

### PERSPETIVAS FUTURAS

A EPAL assume um papel central no seio do grupo AdP SGPS e no setor do abastecimento de água em Portugal, situação que determina a ambição de consolidar e melhorar boas práticas e aspirar a maior inovação e eficiência.

A sua já longa história determina um conhecimento e uma cultura organizacional fortes, mas implica capacidade para se ajustar a tempos exigentes de transição digital, de organização mais matricial e maior flexibilidade a processos de mudança.

A renovação e valorização de ativos será marcante nos próximos anos, pois os desafios que se colocam isso determinam. Muitas infraestruturas críticas estão no limiar da sua vida útil e a adequada gestão de ativos aponta para a importância de promover investimentos de renovação muito expressivos.

A criação de maior resiliência a situações extremas determinadas por mudanças climáticas e alterações esperadas no domínio das tecnologias vão determinar desafios novos, por forma a alcançar metas definidas no seio do grupo AdP SGPS no domínio da neutralidade e da circularidade.

A articulação das operações com os parceiros municipais e o relacionamento com clientes diretos conhecerá mudanças decorrentes do novo Regulamento de Qualidade de Serviço da ERSAR, e vai implicar o repensar de alguns processos.

A inovação e a formação serão um imperativo para lidar com a crescente falta de quadros e com um mercado de prestação de serviços que ainda não responde de forma consistente em todos os domínios.

Também as alterações que se antecipam em termos regulatórios antecipam desafios e alterações que implicam um novo olhar para o futuro.

A aprovação do novo Plano Diretor da EPAL e Oeste estará entre um objetivo futuro relevante e os trabalhos a desenvolver marcarão o ano de 2025, dotando a empresa de um importante instrumento estratégico de planeamento.

Os investimentos que estão em curso e com contratação nos próximos meses, deixam antecipar a necessidade de forte mobilização de meios, uma articulação interna muito assertiva e um trabalho de fiscalização e gestão de contratos muito exigente.

Estão previstos ao longo de 2025 e anos seguintes um conjunto de investimentos de renovação de infraestruturas, que determinam um reforço do planeamento e uma forte dinâmica entre a execução de novas obras, a operação dos sistemas e a manutenção por forma a garantir a normalidade dentro dos atuais padrões de serviço e garantia de segurança dos serviços prestados.

A telemetria constitui um desafio e uma oportunidade, porquanto terá reflexos em vários domínios, desde o serviço a clientes, controlo de perdas e transição digital, mas será um imperativo para o cumprimento de metas de gestão do parque de contadores, nomeadamente as recomendações da ERSAR em matéria da sua renovação.

A gestão de contratos vai conhecer uma profunda melhoria, com recurso a uma plataforma, reforçando a qualidade e a oportunidade de informação.

A consolidação do projeto do Campus da Água permitirá a criação de condições para intervenções necessária e complexas nos edifícios da Avenida da Liberdade, devendo por isso conhecer desenvolvimentos em 2025.

Em 2025 serão dinamizados vários protocolos firmados com diferentes entidades, nomeadamente instituições do ensino superior politécnico e universitário, consolidando o desejo mútuo de desenvolver e difundir conhecimento nos domínios que interessam à gestão de empresas dos serviços de água, a valores ambientais com particular foco nos recursos hídricos.

Os novos sites da EPAL e do Museu da Água permitirão durante o ano 2025 uma renovação de imagem e sobretudo um salto qualitativo na informação aos clientes e parceiros, com reforço da dimensão institucional a que a EPAL está vinculada enquanto empresa do setor público empresarial.

Queremos consolidar os passos que vem sendo dados nos últimos anos no sentido de promover os princípios do trabalho digno, reforçar a motivação dos trabalhadores e trabalhadoras da EPAL e dessa forma assegurar o clima organizacional capaz de concretizar todas as ambições que temos para o futuro, garantindo a excelência do serviço prestado a todos os nossos clientes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do segundo ano do mandato deste Conselho de Administração, existe um claro sentimento de missão cumprida, porquanto foi possível assegurar um clima organizacional marcado por forte motivação da larga maioria dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, alinhar metas e objetivos e articular com os nossos parceiros as medidas tendentes ao cumprimento de objetivos ambiciosos que colocamos à empresa.

Não estão completamente ultrapassados os constrangimentos do setor das obras públicas, agora também influenciados por um mercado sobreaquecido com investimentos do PRR e Portugal 2030, situação que determina muito procedimento deserto e custos acrescidos em alguns segmentos de atividades, influenciando desempenho operacional, manutenção e investimento.

Merece referência que algumas categorias profissionais, particularmente nas várias áreas da engenharia e técnicos especializados em tecnologias de informação, têm colocado a gestão de recursos humanos no centro das preocupações de gestão.

Os resultados alcançados, que sempre tiveram em conta as orientações acionistas e as expectativas dos clientes, tiveram como pauta o cumprimento de todas as normativas e recomendações dos reguladores, determinam que neste momento de balanço se façam um conjunto de agradecimentos, reconhecendo que o caminho percorrido e as metas alcançadas resultam de um trabalho articulado, que queremos considerar de todos os envolvidos.

Agradeço aos membros do Conselho de Administração, a colaboração e o acompanhamento da gestão da EPAL bem como o clima de funcionamento que permitiu ultrapassar dificuldades.

Deixo um profundo reconhecimento aos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, pelo acompanhamento da atividade da EPAL, marcado pela disponibilidade, espírito colaborativo e dedicação com que desempenharam as suas funções ao longo do exercício de 2024.

À Tutela Governamental, pelo acompanhamento das atividades da Empresa. Ao Conselho de Administração da Águas de Portugal SGPS, pela articulação institucional e relacionamento permanente, que contribuiu para o resultado conseguido na concretização das atividades.

Um agradecimento à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR, enquanto entidade reguladora do setor, onde encontramos disponibilidade para reflexão e muitas vezes convergência em matéria de investimentos e ponderação dos normativos aplicáveis ao setor.

Destacamos igualmente a APA – Agência Portuguesa do Ambiente enquanto regulador ambiental com quem se evoluiu num conjunto de matérias de interesse comum, nomeadamente no processo tendente a novos contratos relacionados com barragens, que não tendo sido concretizados em 2024, estão consensualizados

entre as partes, bem como um vasto conjunto de entidades e serviços da Administração Pública, credores de reconhecimento pela disponibilidade evidenciada nas relações estabelecidas.

Um agradecimento aos fornecedores e prestadores de serviços da EPAL, que tiveram uma postura de parceria e aos que asseguraram qualidade e desempenho condicente com as necessidades e níveis de serviço da Empresa, realçando o trabalho coordenado e alinhado com as certificações da EPAL.

A todos os utilizadores do sistema, clientes da cidade de Lisboa e clientes municipais, deixamos o nosso apreço pela compreensão, pelo diálogo e pela confiança demonstrados, sem esquecer a colaboração estabelecida, que muito contribuiu para resultados e objetivos alcançados.

Importa realçar a abertura do município de Lisboa para o desenvolvimento de projetos comuns e um particular espírito colaborativo em termos de licenciamento de obras de expansão, renovação e manutenção das nossas infraestruturas, mas também na abordagem dos projetos que visam a valorização dos ativos da empresa na cidade de Lisboa.

Um muito especial e reconhecido agradecimento aos trabalhadores e trabalhadoras da EPAL, que, ao longo de 2024, deram contributo para o nosso sucesso coletivo, com o seu grande e permanente empenho, reconhecido profissionalismo, souberam dar sempre o melhor de si, contribuindo decisivamente para a excelência dos resultados alcançados e para harmoniosa articulação organizacional, vestiram a camisola EPAL.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de 59.101.500,74 euros (cinquenta e nove milhões, cento e um mil, quinhentos euros e setenta e quatro cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 47.281.200,59 euros (quarenta e sete milhões, duzentos e oitenta e um mil, duzentos euros e cinquenta e nove cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 11.820.300,15 euros (onze milhões, oitocentos e vinte mil, trezentos euros e quinze cêntimos) para Resultados Transitados.

ANEXO AO RELATÓRIO ANUAL DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2024, os membros do órgão de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações da sociedade, e não realizaram transações dos mesmos.

| Acionistas                        | Capital Subscrito         |                          |                                     | Capital Social Realizado |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
|                                   | Total de Ações Subscritas | Capital Social Subscrito | % Total de Capital Social Subscrito |                          |
| AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA | 30.000.000                | 150.000.000              | 100%                                | 150.000.000              |

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

*(os valores são apresentados em euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)*

### CONTAS INDIVIDUAIS

## Demonstração da posição financeira

(Montantes expressos em euros)

|  | notas | 31 dezembro<br>2024 | 31 dezembro<br>2023 |
|--|-------|---------------------|---------------------|
| <b>Ativos não correntes</b>                  |       |                     |                     |
| Ativos intangíveis                           | 5     | 4.480.000           | 4.693.333           |
| Ativos fixos tangíveis                       | 6     | 645.577.743         | 636.424.726         |
| Ativos sob direito de uso                    | 7     | 1.897.718           | 528.413             |
| Propriedades de investimento                 | 8     | 12.959.957          | 13.027.736          |
| Outros ativos financeiros                    | 9     | 192.228             | 192.228             |
| Impostos diferidos ativos                    | 32    | 2.941.927           | 2.966.023           |
| Clientes                                     | 10    | 18.134              | 59.330              |
| Outras contas a receber                      | 11    | 13.423.059          | 13.255.196          |
| <b>Total dos ativos não correntes</b>        |       | <b>681.490.764</b>  | <b>671.146.985</b>  |
| <b>Ativos correntes</b>                      |       |                     |                     |
| Inventários                                  | 12    | 1.805.753           | 2.015.776           |
| Clientes                                     | 10    | 23.631.857          | 32.460.365          |
| Imposto sobre o rendimento do exercício      | 32    | -                   | 399.194             |
| Outras contas a receber                      | 11    | 143.586.892         | 129.262.933         |
| Caixa e seus equivalentes                    | 13    | 8.547.814           | 15.878.999          |
| <b>Total do ativo corrente</b>               |       | <b>177.572.316</b>  | <b>180.017.267</b>  |
| <b>Total do ativo</b>                        |       | <b>859.063.080</b>  | <b>851.164.252</b>  |
| <b>Capital próprio</b>                       |       |                     |                     |
| Capital social                               | 14    | 150.000.000         | 150.000.000         |
| Reservas e outros ajustamentos               | 14    | 52.167.314          | 52.167.314          |
| Resultados transitados                       | 14    | 435.201.262         | 423.579.335         |
| Resultado líquido do exercício               |       | 59.101.501          | 56.659.345          |
| <b>Total do capital próprio</b>              |       | <b>696.470.077</b>  | <b>682.405.994</b>  |
| <b>Passivos não correntes</b>                |       |                     |                     |
| Provisões                                    | 15    | 796.073             | 1.152.078           |
| Subsídios ao investimento                    | 17    | 25.802.105          | 27.391.516          |
| Empréstimos                                  | 18    | 36.845.911          | 47.481.773          |
| Passivos da locação                          | 7     | 728.338             | 385.813             |
| Impostos diferidos passivos                  | 32    | 27.843.581          | 29.695.194          |
| <b>Total do passivo não corrente</b>         |       | <b>92.016.008</b>   | <b>106.106.375</b>  |
| <b>Passivos correntes</b>                    |       |                     |                     |
| Empréstimos                                  | 18    | 10.712.608          | 10.650.506          |
| Passivos da locação                          | 7     | 679.280             | 147.788             |
| Fornecedores e outros passivos correntes     | 19    | 55.649.648          | 51.853.589          |
| Imposto sobre o rendimento do exercício      | 32    | 3.535.460           | -                   |
| <b>Total do passivo corrente</b>             |       | <b>70.576.996</b>   | <b>62.651.883</b>   |
| <b>Total do passivo</b>                      |       | <b>162.593.003</b>  | <b>168.758.258</b>  |
| <b>Total do capital próprio e do passivo</b> |       | <b>859.063.080</b>  | <b>851.164.252</b>  |

### O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins  
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço  
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia  
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus  
Vogal do Conselho de Administração

### O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

## Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

| unidade: euros                                      | nota | 2024              | 2023              |
|---|------|-------------------|-------------------|
| Rédito de contratos com clientes                    | 21   | 186.450.675       | 179.855.415       |
| Gasto das vendas/ variação de inventários           | 22   | (2.226.168)       | (2.103.849)       |
| Fornecimentos e serviços externos                   | 23   | (44.945.423)      | (42.767.416)      |
| Gastos com pessoal                                  | 24   | (27.789.391)      | (26.101.115)      |
| Amortizações, depreciações e reversões do exercício | 25   | (26.651.570)      | (26.835.796)      |
| Provisões e reversões do exercício                  | 26   | 21.323            | (173.798)         |
| Perdas por imparidade e reversões do exercício      | 27   | (623.747)         | (1.611.438)       |
| Subsídios ao investimento                           | 17   | 1.589.411         | 1.567.957         |
| Outros gastos e perdas operacionais                 | 28   | (10.962.494)      | (10.701.920)      |
| Outros rendimentos e ganhos operacionais            | 29   | 5.616.825         | 5.126.380         |
| <b>Resultados operacionais</b>                      |      | <b>80.479.441</b> | <b>76.254.418</b> |
| Gastos financeiros                                  | 30   | (1.622.189)       | (1.772.727)       |
| Rendimentos financeiros                             | 31   | 3.646.272         | 2.618.146         |
| <b>Resultados financeiros</b>                       |      | <b>2.024.083</b>  | <b>845.419</b>    |
| <b>Resultado antes de impostos</b>                  |      | <b>82.503.525</b> | <b>77.099.837</b> |
| Imposto corrente                                    | 32   | (25.166.482)      | (22.700.033)      |
| Imposto diferido                                    | 32   | 1.764.458         | 2.259.541         |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>               |      | <b>59.101.501</b> | <b>56.659.345</b> |
| <b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>        | 14   | <b>1,97</b>       | <b>1,89</b>       |

### O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins  
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço  
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia  
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus  
Vogal do Conselho de Administração

### O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

## Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em euros)

|  | notas | 2024              | 2023              |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| Resultado líquido do exercício                         |       | 59.101.501        | 56.659.345        |
| Itens que não reciclam por resultados:                 |       |                   |                   |
| Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto) | 14    | (113.494)         | 248.438           |
| Efeito de alteração de taxa de imposto                 | 14    | 403.552           | -                 |
| <b>Total do rendimento integral do exercício</b>       |       | <b>59.391.559</b> | <b>56.907.783</b> |

### O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins  
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço  
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia  
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus  
Vogal do Conselho de Administração

### O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

## Demonstração das variações do capital próprio

(Montantes expressos em euros)

|   | notas | Capital realizado  | Reserva legal     | Outras reservas   | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do exercício | Capital próprio     |
|---|-------|--------------------|-------------------|-------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|---------------------|
| <b>Posição no início do exercício de 2023</b>             |       | <b>150.000.000</b> | <b>30.000.000</b> | <b>22.171.377</b> | <b>411.723.366</b>     | <b>(4.064)</b>                      | <b>58.037.658</b>              | <b>671.928.338</b>  |
| <b>Alterações no exercício:</b>                           |       |                    |                   |                   |                        |                                     |                                |                     |
| Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)          | 14    | -                  | -                 | -                 | 248.438                | -                                   | -                              | 248.438             |
| <b>Outras alterações reconhecidas no capital próprio:</b> |       |                    |                   |                   |                        |                                     |                                |                     |
| Aplicação do resultado                                    | 14    | -                  | -                 | -                 | 58.037.658             | -                                   | (58.037.658)                   | -                   |
|   |       | <b>150.000.000</b> | <b>30.000.000</b> | <b>22.171.377</b> | <b>470.009.462</b>     | <b>(4.064)</b>                      | <b>-</b>                       | <b>672.176.776</b>  |
| <b>Resultado líquido do exercício de 2023</b>             |       |                    |                   |                   |                        |                                     | 56.659.345                     | 56.659.345          |
| <b>Operações com detentores de capital no exercício</b>   |       |                    |                   |                   |                        |                                     |                                |                     |
| Distribuições de dividendos                               | 14    | -                  | -                 | -                 | (46.430.127)           | -                                   | -                              | (46.430.127)        |
|   |       | <b>-</b>           | <b>-</b>          | <b>-</b>          | <b>(46.430.127)</b>    | <b>-</b>                            | <b>-</b>                       | <b>(46.430.127)</b> |
| <b>Posição no fim do exercício de 2023</b>                |       | <b>150.000.000</b> | <b>30.000.000</b> | <b>22.171.377</b> | <b>423.579.335</b>     | <b>(4.064)</b>                      | <b>56.659.345</b>              | <b>682.405.994</b>  |
| <b>Alterações no exercício:</b>                           |       |                    |                   |                   |                        |                                     |                                |                     |
| Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos   | 14    | -                  | -                 | -                 | 403.552                | -                                   | -                              | 403.552             |
| Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)          | 14    | -                  | -                 | -                 | (113.494)              | -                                   | -                              | (113.494)           |
| <b>Outras alterações reconhecidas no capital próprio:</b> |       |                    |                   |                   |                        |                                     |                                |                     |
| Aplicação do resultado                                    | 14    | -                  | -                 | -                 | 56.659.345             | -                                   | (56.659.345)                   | -                   |
|   |       | <b>150.000.000</b> | <b>30.000.000</b> | <b>22.171.377</b> | <b>480.528.738</b>     | <b>(4.064)</b>                      | <b>-</b>                       | <b>682.696.052</b>  |
| <b>Resultado líquido do exercício de 2024</b>             |       |                    |                   |                   |                        |                                     | 59.101.501                     | 59.101.501          |
| <b>Operações com detentores de capital no exercício</b>   |       |                    |                   |                   |                        |                                     |                                |                     |
| Distribuições de dividendos                               | 14    | -                  | -                 | -                 | (45.327.476)           | -                                   | -                              | (45.327.476)        |
|   |       | <b>-</b>           | <b>-</b>          | <b>-</b>          | <b>(45.327.476)</b>    | <b>-</b>                            | <b>-</b>                       | <b>(45.327.476)</b> |
| <b>Posição no fim do exercício de 2024</b>                |       | <b>150.000.000</b> | <b>30.000.000</b> | <b>22.171.377</b> | <b>435.201.262</b>     | <b>(4.064)</b>                      | <b>59.101.501</b>              | <b>696.470.077</b>  |

### O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins  
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço  
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia  
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus  
Vogal do Conselho de Administração

### O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

|   | notas  | 31 dezembro 2024    | 31 dezembro 2023     |
|---|--------|---------------------|----------------------|
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>         |        |                     |                      |
| Recebimentos de clientes                                    |        | 218.635.446         | 199.430.468          |
| Pagamentos a fornecedores                                   |        | (59.735.983)        | (54.024.219)         |
| Pagamentos ao pessoal                                       |        | (42.909.743)        | (40.485.273)         |
| <b>Caixa gerada pelas operações</b>                         |        | <b>115.989.720</b>  | <b>104.920.976</b>   |
| (Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento     | 32     | (20.570.646)        | (28.955.492)         |
| Outros recebimentos / (pagamentos)                          |        | (6.680.061)         | (7.495.781)          |
| <b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>               |        | <b>88.739.013</b>   | <b>68.469.703</b>    |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>      |        |                     |                      |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                           |        |                     |                      |
| Ativos fixos tangíveis                                      |        | (31.626.470)        | (29.093.433)         |
| Subsídios ao investimento                                   |        | (119.704)           | -                    |
| Outros ativos   | 11, 13 | (115.000.000)       | (192.250.000)        |
|   |        | (146.746.174)       | (221.343.433)        |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                        |        |                     |                      |
| Ativos fixos tangíveis                                      |        | 501.625             | 501.095              |
| Outros ativos   | 11, 13 | 106.000.000         | 118.250.000          |
| Subsídios ao investimento                                   | 17     | -                   | 242.334              |
| Juros e rendimentos similares                               |        | 1.942.384           | 1.380.956            |
| <b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>            |        | <b>(38.302.165)</b> | <b>(100.969.048)</b> |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>     |        |                     |                      |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                        |        |                     |                      |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                           |        |                     |                      |
| Financiamentos obtidos                                      | 18     | (10.544.552)        | (10.455.900)         |
| Capital dos passivos de locação                             | 7      | (228.324)           | (494.529)            |
| Juros e gastos similares                                    |        | (1.667.681)         | (1.786.761)          |
| Dividendos  | 14     | (45.327.476)        | (46.430.127)         |
| <b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>           |        | <b>(57.768.033)</b> | <b>(59.167.317)</b>  |
| <b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b> |        | <b>(7.331.185)</b>  | <b>(91.666.662)</b>  |
| <b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>     | 13     | <b>15.878.999</b>   | <b>107.545.661</b>   |
| <b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>        | 13     | <b>8.547.814</b>    | <b>15.878.999</b>    |

### O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins  
 Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
 Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves  
 Vogal do Conselho de Adm

Telma Susana Rodrigues Correia  
 Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus  
 Vogal do Conselho de Administração

### O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

## Notas às Demonstrações Financeiras

### 1. Informação geral

---

#### 1.1. Identificação da empresa

---

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”), com sede na Avenida da Liberdade n.º 24, em Lisboa, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

À data de 31 de dezembro de 2024, a empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

#### 1.2. Atividade económica

---

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 34 municípios da Região da Grande Lisboa, num total de 35 municípios abrangidos.

O modelo de exploração da EPAL assenta numa gestão delegada pelo Estado e rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, o qual integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a Águas do Vale do Tejo a propriedade dos inerentes ativos.

A EPAL desenvolve a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia

em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Para o ano de 2024, as tarifas foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro.

### 1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

---

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 5 de março de 2025. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

É opinião do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

## 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

---

### 2.1. Bases de apresentação

---

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”) ou pelo anterior “*Standing Interpretations Committee*” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

### 2.2. Conversão cambial

---

#### 2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

#### 2.2.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

## 2.3 Estimativas e julgamentos

---

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo, nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2. – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2. - vida útil e imparidade de ativos tangíveis
- Nota 7.2. – vida útil das locações
- Nota 10.2. – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2. – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 16.2. – benefícios dos empregados
- Nota 32 – estimativa para impostos

## 2.4. Eventos subsequentes

---

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### 3. Novas normas e alteração de políticas

#### 3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentada nos comparativos.

#### 3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

| Descrição  | Alteração  | Data efetiva         |
|--|--|----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Emendas à norma IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com “<i>covenants</i>”</li> </ul> | Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes, analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024. | 1 de janeiro de 2024 |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação</li> </ul>   | Esta emenda publicada pelo IASB clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.   | 1 de janeiro de 2024 |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – <i>Supplier Finance Arrangements</i></li> </ul>   | Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “ <i>reverse factoring</i> ”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.  | 1 de janeiro de 2024 |

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

### 3.3 Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2025 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

#### **Já endossadas pela UE:**

| Descrição  | Alteração  | Data efetiva         |
|--|--|----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Emenda à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade</li> </ul> | Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias. | 1 de janeiro de 2025 |

Esta emenda apesar de aprovada (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foi adotada pela Empresa em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção da referida emenda decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

#### **Ainda não endossadas pela UE:**

| Descrição   | Alteração   | Data efetiva         |
|---|---|----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros</li> </ul>         | Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.  | 1 de janeiro de 2026 |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza</li> </ul> | Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui <i>guidance</i> e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos. | 1 de janeiro de 2026 |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)</li> </ul>           | Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.  | 1 de janeiro de 2026 |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras</li> </ul>                         | O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.                        | 1 de janeiro de 2027 |

| Descrição  | Alteração  | Data efetiva         |
|--|--|----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações</li> </ul> | Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS. | 1 de janeiro de 2027 |

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, o Grupo encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

### 3.4. Normas em revisão

#### IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021, o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os *cash-flows* futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa

regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato, a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021, o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

## 4. Políticas de gestão de risco

### 4.1. Fatores de risco

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 4.2. Risco de mercado

#### 4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, os empréstimos obtidos com juros calculados a taxa variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa, e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos a taxa variável.

A tabela abaixo apresenta a análise da sensibilidade dos encargos financeiros da EPAL com o impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses:

|                                  | 31.12.2024 | Taxa média<br>+1% | Taxa média<br>-1% |
|----------------------------------|------------|-------------------|-------------------|
| Juros suportados à taxa variável | 1.491.958  | 1.655.216         | 1.328.700         |

#### 4.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Empresa em energia e combustíveis, representam em média aproximadamente 40% do total de fornecimentos e serviços externos (46% e 40% em 2023 e 2024, respetivamente).

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, SA, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

### 4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela seguinte apresenta as responsabilidades da EPAL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

|                    | nota | < 1 ano    | 1 a 5 anos | > 5 anos  |
|--------------------|------|------------|------------|-----------|
| <i>Passivo</i>     |      |            |            |           |
| Financiamentos BEI | 18   | 11.690.314 | 37.228.244 | 1.395.472 |

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a empresa escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período de tempo (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

| Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro | Capital em dívida em 31.12.2024 (nota 18) | Valor do capital no ano de refixação da taxa |
|---|---|--|
| 2025  | 6.111.111                                 | 6.111.111                                    |
| 2028  | 4.000.000                                 | -  |
| 2029  | 16.648.440                                | -  |
| 2030  | 1.527.778                                 | -  |
|   | <b>28.287.329</b>                         | <b>6.111.111</b>                             |

Os empréstimos bancários dizem respeito apenas a financiamentos contratados junto do BEI.

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, o qual é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, passa por manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo do capital.

|                                   | notas | 2024                | 2023                |
|-----------------------------------|-------|---------------------|---------------------|
| Financiamentos obtidos            | 18    | 47.558.518          | 58.132.280          |
| Disponibilidades                  | 13    | (8.547.814)         | (15.878.999)        |
| Apoios de tesouraria ao acionista | 11    | (115.000.000)       | (106.000.000)       |
| Endividamento Líquido             |       | <u>(75.989.296)</u> | <u>(63.746.719)</u> |
| Capitais Próprios                 | 14    | 696.470.077         | 682.405.994         |
| Subsídios ao investimento         | 17    | 25.802.105          | 27.391.516          |
| Capital e Subsídios               |       | <u>722.272.181</u>  | <u>709.797.510</u>  |
| Dívida Líquida/Capital Total      |       | <u>(0,11)</u>       | <u>(0,09)</u>       |

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2024, a estratégia da EPAL manteve-se na redução do seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma diminuição da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades), e um aumento do capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da política de tesouraria do Grupo AdP. Essa centralização de fundos na AdP SGPS, quando necessária, tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, de forma a evitar ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto do IGCP.

## 4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

### **Contraparte de exploração**

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de abastecimento de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

A composição da carteira de clientes da EPAL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais e (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente no caso da EPAL que em regra não há valores desta natureza em débito. O Conselho de Administração da EPAL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas esperadas por imparidade.

ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento reiterado no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, e dado que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

A perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito “*forward looking*”.

Em 31 de dezembro de 2024 a exposição por classe de risco de contraparte é a seguinte:

| Carteira de clientes | Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais | Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa |
|----------------------|--|--|
| Unid: euros          |  |  |
| Risco                | Baixo  | Médio  |
| Exposição bruta      | 5.614.384  | 26.495.916   |
| Imparidade           | -  | (14.978.603)   |
| Exposição líquida    | 5.614.384  | 11.517.313   |

### Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

| Ativos Financeiros Bancários | nota | 2024             | 2023              |
|------------------------------|------|------------------|-------------------|
| Depósitos à Ordem            | 13   | 8.532.197        | 1.855.149         |
| Depósitos a Prazo            | 13   | -                | 14.000.000        |
| Outros Ativos Financeiros    | 9    | 192.228          | 192.228           |
|                              |      | <b>8.724.424</b> | <b>16.047.376</b> |

| Rating | 2024             | 2023              |
|--------|------------------|-------------------|
| A      | 8.420.722        | -                 |
| A-     | 266.397          | 15.722.249        |
| Baa2   | -                | -                 |
| Ba2    | -                | -                 |
| BB     | -                | -                 |
| BBB-   | -                | 42.709            |
| BBB    | -                | 243.909           |
| BBB+   | 37.305           | 38.509            |
|        | <b>8.724.424</b> | <b>16.047.376</b> |

Face ao ano anterior, verifica-se uma variação positiva do risco de crédito.

## 4.5 Risco de exploração

---

### 4.5.1 Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### 4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Os riscos para a Empresa encontram-se descritos no capítulo Contexto Regulatório, do Relatório de Gestão deste ano.

## 5. Ativos intangíveis

---

### 5.1 Políticas contabilísticas

---

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações e imparidades acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a *performance* dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método da linha reta normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método da linha reta sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

#### **Imparidade**

Os ativos intangíveis da Empresa são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

#### *Determinação da quantia recuperável dos ativos*

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### *Reversão de perdas por imparidade*

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 5.2 Estimativas e julgamentos

---

### **Vida Útil**

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

### **Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da

Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 5.3 Detalhe e movimento

Os ativos intangíveis apresentavam a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os seguintes valores:

|  | 2024             | 2023             |
|--|------------------|------------------|
| Propriedade Industrial e outros direitos | 4.480.000        | 4.693.333        |
|  | <b>4.480.000</b> | <b>4.693.333</b> |

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex-Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros. Com a agregação, em 2015, da ex-Águas do Oeste na Águas de Lisboa e Vale do Tejo (atualmente Águas do Vale Tejo), a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045 (último ano de concessão da Águas do Vale Tejo).

As amortizações encontram-se a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

#### 2024:

| Valor bruto                              | 31.12.2023  | Aumentos           | 31.12.2024  |
|--|-------------|--------------------|-------------|
| Propriedade Industrial e outros direitos | 6.401.391   | -                  | 6.401.391   |
|  | 6.401.391   | -                  | 6.401.391   |
| Amortizações acumuladas                  | 31.12.2023  | Aumentos (nota 25) | 31.12.2024  |
| Propriedade Industrial e outros direitos | (1.708.058) | (213.333)          | (1.921.391) |

|                      |                  |                  |                  |
|----------------------|------------------|------------------|------------------|
|                      | (1.708.058)      | (213.333)        | (1.921.391)      |
| <b>Valor líquido</b> | <b>4.693.333</b> | <b>(213.333)</b> | <b>4.480.000</b> |

**2023:**

|  | <b>31.12.2022</b> | <b>Aumentos</b>               | <b>31.12.2023</b> |
|--|-------------------|-------------------------------|-------------------|
| <b>Valor bruto</b>                       |                   |                               |                   |
| Propriedade Industrial e outros direitos | 6.401.391         | -                             | 6.401.391         |
|  | 6.401.391         | -                             | 6.401.391         |
| <b>Amortizações acumuladas</b>           | <b>31.12.2022</b> | <b>Aumentos<br/>(nota 25)</b> | <b>31.12.2023</b> |
| Propriedade Industrial e outros direitos | (1.494.725)       | (213.333)                     | (1.708.058)       |
|  | (1.494.725)       | (213.333)                     | (1.708.058)       |
| <b>Valor líquido</b>                     | <b>4.906.667</b>  | <b>(213.333)</b>              | <b>4.693.333</b>  |

A movimentação em 2024, tal como em 2023, resume-se ao reconhecimento da amortização anual, não se verificando qualquer alteração ao valor bruto.

## 6. Ativos fixos tangíveis

### 6.1 Políticas Contabilísticas

#### Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado (*deemed cost*), que engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições legais, bem como os efeitos das reavaliações livres dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada, com referência à data de transição para os IFRS (1 de janeiro de 2009).

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o

custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem. Caso uma componente do bem seja substituída é identificada e desreconhecida a quota parte do valor do ativo e o respetivo impacto reconhecido em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

### Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

| Naturezas                      | Intervalo de anos |
|--------------------------------|-------------------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 75           |
| Equipamento básico             | 3 - 55            |
| Equipamento de transporte      | 4 - 16            |
| Ferramentas e utensílios       | 4 - 10            |
| Equipamento administrativo     | 4 - 10            |
| Taras e vasilhame              | 7                 |
| Outros ativos tangíveis        | 8 - 15            |

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela EPAL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

### Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

#### *Determinação da quantia recuperável dos ativos*

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

### *Reversão de perdas por imparidade*

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

### **Desreconhecimento**

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## 6.2 Estimativas e julgamentos

### **Vida Útil**

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

### **Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

## 6.3 Detalhe e movimento

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis por natureza, era a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 de:

|                                | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Terrenos e Recursos Naturais   | 118.098.373 | 118.098.373 |
| Edifícios e Outras construções | 81.775.768  | 83.456.556  |
| Equipamento Básico             | 394.204.381 | 390.483.907 |
| Equipamento de Transporte      | 115.917     | 145.458     |

|                                 | <b>2024</b>        | <b>2023</b>        |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Equipamento Administrativo      | 3.185.148          | 3.255.613          |
| Outros ativos fixos tangíveis   | 1.944.792          | 2.065.898          |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 46.253.362         | 38.918.921         |
|                                 | <b>645.577.743</b> | <b>636.424.726</b> |

Os ativos tangíveis ascendiam a 645,6 milhões de euros no final de 2024, mais 9,2 milhões de euros que em 2023.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

| Valor bruto                     | 31.12.2023           | Aumentos          | Transferência | Reclassificação | Dimin./alienações e abates | 31.12.2024           |
|---------------------------------|----------------------|-------------------|---------------|-----------------|----------------------------|----------------------|
| Terrenos e Recursos Naturais    | 118.098.373          | -                 | -             | -               | -                          | 118.098.373          |
| Edifícios e Outras construções  | 223.003.388          | 9.118             | 2.491.145     | -               | -                          | 225.503.651          |
| Equipamento Básico              | 1.097.703.682        | 616.937           | 23.165.036    | -               | (504.526)                  | 1.120.981.129        |
| Equipamento de Transporte       | 1.302.961            | 3.755             | 0             | -               | (7.861)                    | 1.298.855            |
| Equipamento Administrativo      | 32.774.281           | 716.749           | 512.792       | -               | (122)                      | 34.003.699           |
| Outros ativos fixos tangíveis   | 27.196.734           | 109.226           | 353.975       | -               | -                          | 27.659.935           |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 38.918.921           | 33.857.388        | (26.522.948)  | -               | -                          | 46.253.362           |
|                                 | <b>1.538.998.341</b> | <b>35.313.173</b> | -             | -               | <b>(512.510)</b>           | <b>1.573.799.004</b> |

| Amortizações acumuladas        | 31.12.2023           | Aumentos (nota 25)  | Transferência | Reclassificação | Dimin./alienações e abates | 31.12.2024           |
|--------------------------------|----------------------|---------------------|---------------|-----------------|----------------------------|----------------------|
| Terrenos e Recursos Naturais   | -                    | -                   | -             | -               | -                          | -                    |
| Edifícios e Outras construções | (139.463.284)        | (4.264.599)         | -             | -               | -                          | (143.727.883)        |
| Equipamento Básico             | (707.303.323)        | (19.977.951)        | -             | -               | 504.526                    | (726.776.748)        |
| Equipamento de Transporte      | (1.157.504)          | (33.295)            | -             | -               | 7.861                      | (1.182.938)          |
| Equipamento Administrativo     | (29.518.667)         | (1.300.006)         | -             | -               | 122                        | (30.818.551)         |
| Outros ativos fixos tangíveis  | (25.130.836)         | (584.306)           | -             | -               | -                          | (25.715.142)         |
|                                | <b>(902.573.615)</b> | <b>(26.160.157)</b> | -             | -               | <b>512.510</b>             | <b>(928.221.262)</b> |
| <b>Valor líquido</b>           | <b>636.424.726</b>   | <b>9.153.017</b>    | -             | -               | -                          | <b>645.577.743</b>   |

O movimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi:

| Valor bruto                     | 31.12.2022           | Aumentos          | Transferência | Reclassificação | Dimin./alienações e abates | 31.12.2023           |
|---------------------------------|----------------------|-------------------|---------------|-----------------|----------------------------|----------------------|
| Terrenos e Recursos Naturais    | 117.934.373          | -                 | 164.001       | -               | -                          | 118.098.373          |
| Edifícios e Outras construções  | 221.332.690          | 0                 | 1.670.698     | -               | -                          | 223.003.388          |
| Equipamento Básico              | 1.091.118.575        | 1.065.506         | 5.526.899     | -               | (7.298)                    | 1.097.703.682        |
| Equipamento de Transporte       | 1.363.090            | 55.951            | 0             | -               | (116.080)                  | 1.302.961            |
| Equipamento Administrativo      | 31.523.658           | 163.415           | 1.087.473     | -               | (264)                      | 32.774.281           |
| Outros ativos fixos tangíveis   | 26.509.579           | 191.951           | 503.130       | -               | (7.925)                    | 27.196.734           |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 18.011.860           | 29.859.262        | (8.952.201)   | -               | -                          | 38.918.921           |
|                                 | <b>1.507.793.823</b> | <b>31.336.085</b> | -             | -               | <b>(131.568)</b>           | <b>1.538.998.341</b> |

| Amortizações acumuladas        | 31.12.2022           | Aumentos (nota 25)  | Transferência | Reclassificação | Dimin./alienações e abates | 31.12.2023           |
|--------------------------------|----------------------|---------------------|---------------|-----------------|----------------------------|----------------------|
| Terrenos e Recursos Naturais   | -                    | -                   | -             | -               | -                          | -                    |
| Edifícios e Outras construções | (135.282.096)        | (4.181.188)         | -             | -               | -                          | (139.463.284)        |
| Equipamento Básico             | (687.382.357)        | (19.928.265)        | -             | -               | 7.298                      | (707.303.323)        |
| Equipamento de Transporte      | (1.235.982)          | (37.602)            | -             | -               | 116.080                    | (1.157.504)          |
| Equipamento Administrativo     | (28.133.893)         | (1.385.039)         | -             | -               | 264                        | (29.518.667)         |
| Outros ativos fixos tangíveis  | (24.598.062)         | (540.700)           | -             | -               | 7.925                      | (25.130.836)         |
|                                | <b>(876.632.390)</b> | <b>(26.072.793)</b> | -             | -               | <b>131.568</b>             | <b>(902.573.615)</b> |
| <b>Valor líquido</b>           | <b>631.161.433</b>   | <b>5.263.293</b>    | -             | -               | -                          | <b>636.424.726</b>   |

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Equipamento básico” incluía ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 3,2 milhões de euros (3,9 milhões de euros em 2023).

As aquisições ocorridas no exercício de 2024 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 35,3 milhões de euros e respeitam essencialmente a:

- Reabilitação de condutas da rede de distribuição;
- Adutor Castelo do Bode - reabilitação da Obra Especial da Vala Real;
- Adutor Castelo do Bode – Duplicação – Fase 2 – Troço Torre do Bispo/Alcanhões;
- Reabilitação do sistema de Alenquer IV;
- Central hídrica da Asseiceira;
- Central hídrica Várzea das Chaminés;
- Reabilitação da adutora da Calçada de Carriche.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2024, registou um acréscimo de 7,3 milhões de euros, com um incremento de 33,9 milhões de euros (correspondente às aquisições do ano) e uma redução no montante de 26,5 milhões de euros, correspondente às transferências para imobilizado firme.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 46,3 milhões de euros, respeita essencialmente às intervenções no sistema de Alenquer IV (7,5 milhões de euros), à construção da central hídrica da Asseiceira (6,5 milhões de euros), à reabilitação da Obra Especial da Vala Real (4,2 milhões de euros), às intervenções para interligações dos centros de produção e consumo de energia (3,4 milhões de euros), às obras de reabilitação da rede de distribuição (3,2 milhões de euros), a beneficiação da estação de tratamento de água da Asseiceira (2,9 milhões de euros), centros de produção e controlo de energia (2,9 milhões de euros) e a construção da central mini hídrica da Várzea das Chaminés (1,5 milhões de euros). Os restantes investimentos em curso respeitam a intervenções de montantes mais reduzidos, relacionados sobretudo com diversas intervenções de reabilitação de infraestruturas.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Os seguros contratados estabelecem, todavia, limites globais de indemnizações, por sinistro, de 175 milhões de euros, com reposição automática na anuidade, para danos materiais cobertos pela apólice multiriscos do Grupo AdP e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e agregado (anual).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas, apresentadas na nota 6.1.

As depreciações do exercício de 2024, no montante de 26,2 milhões de euros (26,1 milhões de euros em 2023), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (nota 25).

Em 2024 foram capitalizados gastos com pessoal (1,9 milhões de euros) e fornecimentos externos (0,3 milhões de euros) no valor global de 2,2 milhões de euros (notas 24 e 23).

## 7. Locações

### 7.1 Políticas Contabilísticas

As locações nas quais a EPAL é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo, as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a Empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A EPAL reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Empresa apenas tem locações enquanto locatário.

#### A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

#### Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a EPAL contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Empresa (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

### **Prazo da locação**

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

## **B) Contabilização nos locatários**

### **Reconhecimento e mensuração inicial da locação**

Na data de início da locação, a EPAL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

#### *Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)*

Na data de início da locação, o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

#### *Mensuração inicial do passivo da locação*

Na data de início da locação, o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

### **Mensuração subsequente da locação**

#### *Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso*

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos, as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

| Naturezas                 | Intervalo de anos |
|---------------------------|-------------------|
| Licenças de software      | 3                 |
| Equipamento de transporte | 1 - 4             |

#### *Mensuração subsequente do passivo da locação*

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a EPAL mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir revisão de pressupostos na locação (ex: prazo, rendas):
  - a) Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;

- b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

### Expedientes práticos utilizados pela EPAL enquanto locatário

A EPAL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, desde a data de início do contrato, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado novo inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a EPAL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

## 7.2 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e o respetivo movimento ocorrido no período é como segue:

| Ativos sob direito de uso | 31/12/2023     |                         |                | 2024                                 |  | 31/12/2024       |                         |                  |
|---------------------------|----------------|-------------------------|----------------|--------------------------------------|--|------------------|-------------------------|------------------|
|                           | Valor bruto    | Amortizações acumuladas | Valor líquido  | Aumentos do exercício no valor bruto | Amortizações do exercício do exercício (nota 25) | Valor bruto      | Amortizações acumuladas | Valor líquido    |
| Equipamento de transporte | 663.266        | (134.854)               | 528.413        | -                                    | (166.424)  | 663.266          | (301.277)               | 361.989          |
| Licenças                  | -              | -                       | -              | 1.579.606                            | (43.878)   | 1.579.606        | (43.878)                | 1.535.728        |
| <b>Total</b>              | <b>663.266</b> | <b>(134.854)</b>        | <b>528.413</b> | <b>1.579.606</b>                     | <b>(210.301)</b>                                 | <b>2.242.873</b> | <b>(345.155)</b>        | <b>1.897.718</b> |

O aumento do exercício no valor bruto decorre do início de vigência de um novo contrato de licenciamento em novembro de 2024.

### 7.3 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são os seguintes:

| <b>Capital em dívida</b> | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Não corrente             | 728.338           | 385.813           |
| Corrente                 | 679.280           | 147.788           |
|                          | <b>1.407.618</b>  | <b>533.602</b>    |

| <b>Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso</b> | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Equipamento de transporte   | 369.778           | 533.602           |
| Licenças informáticas   | 1.037.840         | -                 |
|   | <b>1.407.618</b>  | <b>533.602</b>    |

| <b>Futuros pagamentos mínimos</b> | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Até 1 ano                         | 723.613           | 162.842           |
| De 1 a 5 anos                     | 750.028           | 400.205           |
| Mais de 5 anos                    | -                 | -                 |
|                                   | <b>1.473.641</b>  | <b>563.048</b>    |

| <b>Juros</b>   | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|----------------|-------------------|-------------------|
| Até 1 ano      | 44.333            | 15.054            |
| De 1 a 5 anos  | 21.690            | 14.392            |
| Mais de 5 anos | -                 | -                 |
|                | <b>66.024</b>     | <b>29.446</b>     |

| <b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b> | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| Até 1 ano                                    | 679.280           | 147.788           |
| De 1 a 5 anos                                | 728.338           | 385.813           |
| Mais de 5 anos                               | -                 | -                 |
|  | <b>1.407.618</b>  | <b>533.602</b>    |

### 7.4 Pagamentos da locação

Os pagamentos totais com a locação em 2024 ascenderam a 2,2 milhões de euros. As despesas contabilizadas como gasto em resultados são relativas a itens de valor reduzido ou referentes a contratos com prazo inferior a 12 meses.

| Total de pagamentos da locação                                  | 31/12/2024       | 31/12/2023       |
|---|------------------|------------------|
| Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16 | 228.324          | 494.529          |
| Contabilizadas como gasto em resultados (nota 23)               | 1.999.681        | 1.508.288        |
|   | <b>2.228.005</b> | <b>2.002.817</b> |

## 8. Propriedades de investimento

### 8.1 Políticas Contabilísticas

#### Reconhecimento e mensuração

As propriedades de investimento da Empresa provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo.

As propriedades de investimento adquiridas pela EPAL até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

#### Depreciações

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na nota 6.1).

#### Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

#### Imparidade e justo valor

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas regularmente por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado,

ou eventos excepcionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu valor recuperável, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva. Se em períodos de relato subsequentes se verificar um aumento do valor recuperável face ao valor líquido contabilístico, as perdas por imparidade serão revertidas até ao limite de valor dos bens, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade.

## 8.2 Detalhe e movimento

O detalhe das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

|                         | 2024              | 2023              |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Terrenos                | 12.883.738        | 12.883.738        |
| Edifícios               | 2.454.269         | 2.454.269         |
|                         | <b>15.338.006</b> | <b>15.338.006</b> |
| Depreciações acumuladas | (2.378.049)       | (2.310.270)       |
|                         | <b>12.959.957</b> | <b>13.027.736</b> |

Movimento nas depreciações acumuladas:

| Depreciações acumuladas   | nota | 2024               | 2023               |
|---------------------------|------|--------------------|--------------------|
| <b>Saldo inicial</b>      |      | <b>(2.310.270)</b> | <b>(2.242.492)</b> |
| Depreciações do exercício | 25   | (67.779)           | (67.779)           |
| Outros                    |      | -                  | -                  |
| <b>Saldo final</b>        |      | <b>(2.378.049)</b> | <b>(2.310.270)</b> |

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014 culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

### Justo valor

O justo valor das propriedades de investimento é pelo menos equivalente ao seu valor contabilístico, tendo sido determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor.

Em 31 de dezembro de 2024, o justo valor das propriedades de investimento era pelo menos igual ao seu valor contabilístico, sendo que relativamente à mais relevante, e que representa 99,8% do valor líquido contabilístico, o valor reconhecido nas demonstrações financeiras está mais que garantido, ao abrigo do Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a avaliação efetuada por entidade independente em dezembro de 2024 apresenta um valor de 21,8 milhões de euros através do método de mercado, e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2024 ascende a 12,9 milhões de euros.

Quanto às restantes, apenas duas apresentam valor líquido contabilístico. Dessas, o imóvel que representa a quase totalidade do valor remanescente total foi avaliado igualmente em dezembro de 2024 por uma entidade independente, sendo o valor dessa avaliação de 3,6 milhões de euros, e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2024, ascende a 48 mil euros.

É entendimento da Administração da Empresa que o justo valor divulgado nas demonstrações financeiras da Empresa é adequado e reflete as atuais condições de mercado.

## 9. Outros ativos financeiros

### 9.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 10.

### 9.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe dos “outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

|                            | 2024           | 2023           |
|----------------------------|----------------|----------------|
| <b>Ativo não corrente:</b> |                |                |
| Outros ativos financeiros  | 192.228        | 192.228        |
|                            | <b>192.228</b> | <b>192.228</b> |

O montante registado na rubrica “Outros ativos financeiros”, que ascendia a 192.228 euros, em 31 de dezembro de 2024, corresponde essencialmente a valores cativos à ordem dos tribunais (97.801 euros) e aos valores do Fundo de compensação do trabalho (94.426 euros).

## 10. Clientes

---

### 10.1 Políticas contabilísticas

---

#### Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
  - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
  - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
  - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

### **Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros**

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

### **Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)**

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

### **Reconhecimento inicial**

No momento do reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor, e os respetivos custos de transação são adicionados ao justo valor.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, a Empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);

b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como rendimento ou gasto quando o ativo for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

#### **Crédito abatido ao ativo (*write-off*)**

A EPAL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

#### **Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros**

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de ativos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

#### **Imparidade de ativos financeiros**

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos financeiros”, a EPAL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. O valor contabilístico dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a EPAL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência das mesmas é remoto.

#### **Política de desreconhecimento**

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na

demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

- o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
  - o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e os gastos do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
    - o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
    - o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

## 10.2 Estimativas e julgamentos

### **Imparidade de ativos financeiros**

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da EPAL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do período. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a

provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

### 10.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Clientes” apresentava a seguinte composição:

|                                  | 31.12.2024    |                   |                   |
|----------------------------------|---------------|-------------------|-------------------|
|                                  | Não corrente  | Corrente          | Total             |
| Municípios                       | -             | 3.720.000         | 3.720.000         |
| Clientes gerais                  | 18.134        | 21.820.121        | 21.838.255        |
|                                  | <b>18.134</b> | <b>25.540.122</b> | <b>25.558.256</b> |
| Estimativa de serviços a faturar | -             | 13.070.338        | 13.070.338        |
|                                  | <b>18.134</b> | <b>38.610.460</b> | <b>38.628.594</b> |
| Imparidade                       | -             | (14.978.603)      | (14.978.603)      |
|                                  | <b>18.134</b> | <b>23.631.857</b> | <b>23.649.991</b> |

|                                  | 31.12.2023    |                   |                   |
|----------------------------------|---------------|-------------------|-------------------|
|                                  | Não corrente  | Corrente          | Total             |
| Municípios                       | -             | 8.219.505         | 8.219.505         |
| Clientes gerais                  | 59.330        | 26.203.111        | 26.262.441        |
|                                  | <b>59.330</b> | <b>34.422.615</b> | <b>34.481.945</b> |
| Estimativa de serviços a faturar | -             | 12.392.605        | 12.392.605        |
|                                  | <b>59.330</b> | <b>46.815.220</b> | <b>46.874.550</b> |
| Imparidade                       | -             | (14.354.856)      | (14.354.856)      |
|                                  | <b>59.330</b> | <b>32.460.365</b> | <b>32.519.695</b> |

O saldo corrente de clientes (líquido de imparidades) era, em 31 de dezembro de 2024, de 23.631.857 euros (32.460.365 euros em 2023).

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por natureza de dívida em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

|                                   | 31.12.2024        | 31.12.2023        |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Clientes - conta corrente         | 10.560.735        | 20.067.057        |
| Clientes - juros de mora          | 783               | 702               |
| Clientes de cobrança duvidosa     | 14.978.603        | 14.354.856        |
| Estimativa de serviços a faturar  | 13.070.338        | 12.392.605        |
|                                   | <b>38.610.460</b> | <b>46.815.220</b> |
| Perdas por imparidade de clientes | (14.978.603)      | (14.354.856)      |
|                                   | <b>23.631.857</b> | <b>32.460.365</b> |

A desagregação do saldo corrente de clientes por tipo de cliente é a seguinte:

|                                      | 2024              | 2023              |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Cientes Diretos                      | 27.792.287        | 32.074.219        |
| Cientes Municipais e Multimunicipais | 10.818.173        | 14.741.001        |
|                                      | <b>38.610.460</b> | <b>46.815.220</b> |

Em 31 de dezembro de 2024 a exposição e respetiva imparidade de saldos a receber de clientes, detalhada por antiguidade é como segue:

| Segmento de negócio      | Negócio "Alta"   |                  |                  | Negócio "Baixa" |                            |                   |                   | Empresas do Grupo | TOTAL             |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                          | Municípios (1)   | Outros           | Total            | Municípios (1)  | Estado e Setor Público (2) | Outros (3)        | Total             |                   |                   |
| Risco                    | Baixo            | Médio            |                  | Baixo           | Baixo                      | Médio             |                   | Baixo             |                   |
| Exposição bruta          | 5.614.384        | 3.628.724        | 9.243.108        | 582.177         | 813.487                    | 26.495.916        | 27.891.580        | 1.493.905         | 38.628.594        |
| Imparidade               |                  |                  | -                |                 |                            | (14.978.603)      | (14.978.603)      |                   | (14.978.603)      |
| <b>Exposição líquida</b> | <b>5.614.384</b> | <b>3.628.724</b> | <b>9.243.108</b> | <b>582.177</b>  | <b>813.487</b>             | <b>11.517.313</b> | <b>12.912.977</b> | <b>1.493.905</b>  | <b>23.649.991</b> |

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

| Segmento de negócio         | Negócio "Alta"   |            |          |                   | Negócio "Baixa"                |                     |            |                   |
|-----------------------------|------------------|------------|----------|-------------------|--------------------------------|---------------------|------------|-------------------|
|                             | Outros           |            |          |                   | Estado, Setor Público e outros |                     |            |                   |
| Tipologia de clientes       | Exposição bruta  | Imparidade | % Perda  | Exposição líquida | Exposição bruta                | Imparidade          | % Perda    | Exposição líquida |
| Antiguidade da dívida       |                  |            |          |                   |                                |                     |            |                   |
| Não vencida                 | 3.628.724        |            | -        | 3.628.724         | 12.089.619                     | (1.339.217)         | 11%        | 10.750.402        |
| Vencida até 180 dias        | -                |            | -        | -                 | 1.777.275                      | (196.876)           | 11%        | 1.580.399         |
| Vencida há mais de 180 dias | -                |            | -        | -                 | 13.442.509                     | (13.442.509)        | 100%       | -                 |
|                             | <b>3.628.724</b> | <b>-</b>   | <b>-</b> | <b>3.628.724</b>  | <b>27.309.403</b>              | <b>(14.978.603)</b> | <b>55%</b> | <b>12.330.800</b> |

O movimento das imparidades de clientes no ano foi o seguinte:

|  | nota | Negócio "Baixa" |                        |                   | TOTAL             |
|--|------|-----------------|------------------------|-------------------|-------------------|
|  |      | Municípios      | Estado e Setor Público | Outros            |                   |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b> |      | <b>0</b>        | <b>0</b>               | <b>14.354.856</b> | <b>14.354.856</b> |
| Aumento                                | 27   |                 |                        | 875.031           | 875.031           |
| Reversão                               | 27   |                 |                        | (251.283)         | (251.283)         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b> |      | <b>0</b>        | <b>0</b>               | <b>14.978.603</b> | <b>14.978.603</b> |

## 11. Outras contas a receber

### 11.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas a outras contas a receber, consultar divulgações nas notas:

- 10 – Clientes
- 16 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego
- 17 – Subsídios ao investimento

## 11.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

|  | 31.12.2024        |                    |                    | 31.12.2023        |                    |                    |
|--|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
|  | Não corrente      | Corrente           | Total              | Não corrente      | Corrente           | Total              |
| Operações com pessoal:                         |                   |                    |                    |                   |                    |                    |
| . Excesso de cobertura de Fundo de Pensões     | 8.570.000         | -                  | <b>8.570.000</b>   | 8.100.000         | -                  | <b>8.100.000</b>   |
| . Outras operações com pessoal                 | -                 | 24.953             | <b>24.953</b>      | -                 | 24.541             | <b>24.541</b>      |
| Contas a receber diversas:                     |                   |                    |                    |                   |                    |                    |
| . Taxas a receber de clientes por conta da CML | -                 | 20.437.035         | <b>20.437.035</b>  | -                 | 16.399.262         | <b>16.399.262</b>  |
| . Apoio Tesouraria Acionista                   | -                 | 115.000.000        | <b>115.000.000</b> | -                 | 106.000.000        | <b>106.000.000</b> |
| . Adiantamentos a fornecedores                 | -                 | 73.559             | <b>73.559</b>      | -                 | 57.455             | <b>57.455</b>      |
| . Outras contas a receber                      | 4.853.059         | 2.752.921          | <b>7.605.979</b>   | 5.155.196         | 2.227.364          | <b>7.382.560</b>   |
| Acréscimos de rendimentos:                     |                   |                    |                    |                   |                    |                    |
| . Acr. rendimentos com juros de mora clientes  | -                 | -                  | -                  | -                 | 115.545            | <b>115.545</b>     |
| . Outros acréscimos de rendimentos             | -                 | 3.693.793          | <b>3.693.793</b>   | -                 | 3.081.080          | <b>3.081.080</b>   |
| Encargos diferidos:                            |                   |                    |                    |                   |                    |                    |
| . Seguros                                      | -                 | 784.011            | <b>784.011</b>     | -                 | 830.055            | <b>830.055</b>     |
| . Outros encargos diferidos                    | -                 | 986.322            | <b>986.322</b>     | -                 | 525.610            | <b>525.610</b>     |
| Estado e outros entes públicos                 | -                 | 227.744            | <b>227.744</b>     | -                 | 383.725            | <b>383.725</b>     |
|  | <b>13.423.059</b> | <b>143.980.339</b> | <b>157.403.398</b> | <b>13.255.196</b> | <b>129.644.637</b> | <b>142.899.833</b> |
| Imparidade                                     | -                 | (393.447)          | <b>(393.447)</b>   | -                 | (381.703)          | <b>(381.703)</b>   |
|  | <b>13.423.059</b> | <b>143.586.892</b> | <b>157.009.950</b> | <b>13.255.196</b> | <b>129.262.933</b> | <b>142.518.130</b> |

Verifica-se em 2024 um excesso de cobertura respeitante ao Plano de Pensões de Benefício Definido da EPAL no valor total de 8.570.000 euros (8.100.000 euros em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS era de 115,0 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 106,0 milhões de euros).

As taxas a receber de clientes da CML correspondem aos valores faturados pela EPAL aos clientes direitos da cidade de Lisboa e que constituem receita da CML (designadamente a tarifa de saneamento, o adicional e as taxas de resíduos).

O montante considerado em outras contas a receber não corrente corresponde à dívida de alienação de imobilizado à Águas de Oeste efetuada em 2006 (atualmente Águas do Vale do Tejo), com um plano de pagamentos previsto contratualmente e que se prolonga até 2033. Encontra-se considerado em 2024 o valor da dívida bruta, que ascende a 4,0 milhões de euros, o valor da respetiva atualização (1,3 milhões de euros) e o correspondente efeito do desconto financeiro da dívida, no montante 0,5 milhões de euros.

Em outras contas a receber encontram-se registados sobretudo valores respeitantes a rendimentos suplementares (Aquamatrix, Formação, etc.), bem como a parcela de curto prazo da dívida de alienação de imobilizado à antiga Águas de Oeste (atualmente Águas do Vale do Tejo). Encontra-se ainda reconhecidos

os valores por receber relativos a subsídios, correspondentes a candidaturas aprovadas que se encontram ainda em execução.

## 12. Inventários

### 12.1 Políticas Contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

### 12.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

|  | 2024             | 2023             |
|--|------------------|------------------|
| Mercadorias                                | 1.663.288        | 1.849.530        |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 142.465          | 166.246          |
|  | <b>1.805.753</b> | <b>2.015.776</b> |

|  | 2024             |                                  |                  |
|--|------------------|----------------------------------|------------------|
|  | Montante bruto   | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido |
| Mercadorias                                | 2.259.938        | (596.650)                        | 1.663.288        |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 142.465          | -                                | 142.465          |
|  | <b>2.402.403</b> | <b>(596.650)</b>                 | <b>1.805.753</b> |

|  | 2023             |                                  |                  |
|--|------------------|----------------------------------|------------------|
|  | Montante bruto   | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido |
| Mercadorias                                | 2.446.180        | (596.650)                        | 1.849.530        |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 166.246          | -                                | 166.246          |
|  | <b>2.612.426</b> | <b>(596.650)</b>                 | <b>2.015.776</b> |

## 13. Caixa e equivalentes de caixa

### 13.1 Políticas Contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

### 13.2 Detalhe

O detalhe de Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2024 e 2023 é como segue:

|                                  | 2024                    | 2023                     |
|----------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Numerário                        | 15.617                  | 23.851                   |
| Depósitos à ordem                | 8.532.197               | 1.855.149                |
| Depósitos a prazo                | -                       | 14.000.000               |
|                                  | <u>8.547.814</u>        | <u>15.878.999</u>        |
| Descobertos bancários            | -                       | -                        |
| <b>Caixa e seus equivalentes</b> | <b><u>8.547.814</u></b> | <b><u>15.878.999</u></b> |

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam descobertos bancários.

## 14. Capital próprio

### 14.1 Políticas Contabilísticas

#### Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;

- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

### Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

## 14.2 Capital Social

O capital social da Empresa, no montante de 150.000.000 euros, é composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O capital social é detido na totalidade pela AdP, SGPS, SA.

| Acionistas                        | Capital Subscrito         |                          |                                     | Capital Social Realizado |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
|                                   | Total de Ações Subscritas | Capital Social Subscrito | % Total de Capital Social Subscrito |                          |
| AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA | 30.000.000                | 150.000.000              | 100%                                | 150.000.000              |

## 14.3 Resultado líquido por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi determinado conforme segue:

|  | 2024        | 2023        |
|--|-------------|-------------|
| Resultados:                                  |             |             |
| Resultado líquido do exercício               | 59.101.501  | 56.659.345  |
| Número de ações                              |             |             |
| Número médio de ações                        | 30.000.000  | 30.000.000  |
| <b>Resultado por ação (básico e diluído)</b> | <b>1,97</b> | <b>1,89</b> |

## 14.4 Reservas e outros ajustamentos

A rubrica de reservas e outros ajustamentos, a 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentava a seguinte desagregação:

|                                     | <u>2024</u>              | <u>2023</u>              |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Reserva legal                       | 30.000.000               | 30.000.000               |
| Outras reservas                     | 22.171.377               | 22.171.377               |
| Outras variações no capital próprio | <u>(4.064)</u>           | <u>(4.064)</u>           |
|                                     | <u><b>52.167.314</b></u> | <u><b>52.167.314</b></u> |

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica de Outras reservas, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

## 14.5 Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados, a 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentava o seguinte saldo:

|                        | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|------------------------|-------------|-------------|
| Resultados transitados | 435.201.262 | 423.579.335 |

A movimentação ocorrida nesta rubrica nos exercícios de 2024 e 2023 foi a seguinte:

|  | 2024               | 2023               |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Saldo Inicial</b>                             | <b>423.579.335</b> | <b>411.723.366</b> |
| Aplicação do resultado líquido                   | 56.659.345         | 58.037.658         |
| Dividendos pagos                                 | (45.327.476)       | (46.430.127)       |
| Alteração da taxa de imposto - ID                | 403.552            | -                  |
| Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID) | (113.494)          | 248.438            |
| <b>Saldo Final</b>                               | <b>435.201.262</b> | <b>423.579.335</b> |

### Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atribuídos ao acionista ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, a 45.327.476 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2024.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor indicado em remensurações do Fundo de Pensões resulta das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados das alterações de pressupostos atuariais, e o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo

líquido (notas 11 e 16). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes das remensurações do Fundo de Pensões não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas

## 15. Provisões, ativos e passivos contingentes

---

### 15.1 Políticas Contabilísticas

---

#### **Provisões**

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### **Passivos contingentes**

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da EPAL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é

considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

### Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da EPAL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

## 15.2 Estimativas e julgamentos

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 15.3 Detalhe e movimento

O detalhe das provisões a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

|                              | 2024           | 2023             |
|------------------------------|----------------|------------------|
| Provisões:                   |                |                  |
| Processos judiciais em curso | 158.578        | 508.281          |
| Acidentes de trabalho        | 77.495         | 83.797           |
| Outras provisões - judiciais | 560.000        | 560.000          |
|                              | <b>796.073</b> | <b>1.152.078</b> |

O movimento nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi conforme se segue:

**2024:**

|                              | Saldo inicial    | Aumentos (nota 26) | Reversões (nota 26) | Utilizações      | Saldo final    |
|------------------------------|------------------|--------------------|---------------------|------------------|----------------|
| Processos judiciais em curso | <b>508.281</b>   | 136.719            | (158.042)           | (328.380)        | <b>158.578</b> |
| Acidentes de trabalho        | <b>83.797</b>    | -                  | -                   | (6.302)          | <b>77.495</b>  |
| Outras provisões - judiciais | <b>560.000</b>   | -                  | -                   | -                | <b>560.000</b> |
|                              | <b>1.152.078</b> | <b>136.719</b>     | <b>(158.042)</b>    | <b>(334.681)</b> | <b>796.073</b> |

**2023:**

|                              | Saldo inicial  | Aumentos (nota 26) | Reversões (nota 26) | Utilizações     | Saldo final      |
|------------------------------|----------------|--------------------|---------------------|-----------------|------------------|
| Processos judiciais em curso | <b>341.645</b> | 325.907            | (152.108)           | (7.162)         | <b>508.281</b>   |
| Acidentes de trabalho        | <b>90.099</b>  | -                  | -                   | (6.302)         | <b>83.797</b>    |
| Outras provisões - judiciais | <b>560.000</b> | -                  | -                   | -               | <b>560.000</b>   |
|                              | <b>991.744</b> | <b>325.907</b>     | <b>(152.108)</b>    | <b>(13.463)</b> | <b>1.152.078</b> |

**Processos judiciais em curso**

A EPAL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas.

Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

**Garantias**

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela empresa demonstram-se como se segue:

|   | <b>2024</b>       | <b>2023</b>       |
|---|-------------------|-------------------|
| Banco Europeu de Investimento (nota 18) | 47.481.773        | 58.026.325        |
| Tribunais                               | 5.175.900         | 5.175.900         |
| Outros                                  | 539.196           | 539.196           |
|   | <b>53.196.870</b> | <b>63.741.422</b> |

## 16. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

---

### 16.1 Política Contabilística

---

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma, quando existam.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008, a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

#### **Contribuição definida (CD)**

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

#### **Benefício definido (BD)**

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na Empresa e remuneração.

As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas semestralmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

A diferença entre o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço e o justo valor dos ativos do plano é reconhecida, no balanço, como passivo, caso a diferença seja positiva, e como ativo, caso a diferença seja negativa.

Os gastos de serviços passados são reconhecidos no resultado do exercício quando são efetuadas alterações aos benefícios atribuídos no plano de pensões.

As remensurações determinadas anualmente, resultantes (i) dos ganhos e perdas atuariais apurados em consequência de alterações nos pressupostos atuariais e ajustamentos de experiência; e (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo os montantes incluídos no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período a Empresa reconhece na demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) o efeito de alterações aos benefícios do plano correspondentes a serviços passados; e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma prevista no sistema de benefícios acordado.

O plano de benefícios da EPAL confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído, e gerido autonomamente por uma instituição financeira. Ou seja, concede um plano de complemento de reforma aos seus empregados, constituindo um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído.

## 16.2 Estimativas e julgamentos

---

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios.

## 16.3 Detalhe e movimento

---

### **Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida**

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas

contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2024 e 2023, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

|                                 | <b>2024</b>    | <b>2023</b>    |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Contribuições da Empresa        | 419.676        | 419.113        |
| Contribuições dos colaboradores | 30.517         | 28.001         |
|                                 | <b>450.192</b> | <b>447.114</b> |

O gasto total reconhecido, com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ascendeu a 419.676 euros (419.113 euros em 2023).

#### **Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos**

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2024 por uma entidade externa independente.

O valor presente da obrigação de benefícios definidos, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados, foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

|  | <b>2024</b>  | <b>2023</b>  |
|--|--------------|--------------|
| Taxa de desconto                                     | 3,00%        | 3,00%        |
| Tábua de mortalidade                                 | TV 88/90     | TV 88/90     |
| Tábua de invalidez                                   | EVK 80       | EVK 80       |
| Taxa de crescimento dos salários                     | 2,00%        | 2,00%        |
| Taxa de crescimento dos salários da segurança social | 1,00%        | 1,00%        |
| Idade normal de reforma                              | 66 e 7 meses | 66 e 4 meses |

A “*duration*” do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 6 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

|                              | <b>2024</b>      | <b>2023</b>      |
|------------------------------|------------------|------------------|
| Custo dos serviços correntes | -                | 3.000            |
| Juro líquido                 | (243.000)        | (265.000)        |
| <b>Total de gastos</b>       | <b>(243.000)</b> | <b>(262.000)</b> |

Com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

|   | <b>2024</b>      | <b>2023</b>      |
|---|------------------|------------------|
| Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo | 15.465.000       | 17.020.000       |
| Justo valor dos ativos do fundo                                 | 24.035.000       | 25.120.000       |
| <b>Ativo com planos de benefícios definidos (nota 11)</b>       | <b>8.570.000</b> | <b>8.100.000</b> |
| Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo | -                | -                |
| <b>Passivo com planos de benefícios definidos</b>               | <b>-</b>         | <b>-</b>         |

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, são descritos conforme se segue:

|  | <b>Passivo do plano</b> | <b>Justo valor dos ativos do plano</b> | <b>Total</b>       |
|--|-------------------------|--|--------------------|
| <b>A 1 de janeiro 2024</b>                     | <b>17.020.000</b>       | <b>(25.120.000)</b>                    | <b>(8.100.000)</b> |
| Custo com pensões                              |                         |  |                    |
| Custo serviço corrente                         | -                       | -                                      | -                  |
| Juro líquido                                   | 480.000                 | (723.000)                              | (243.000)          |
| Benefícios pagos/previstos                     | (2.011.000)             | 1.909.000                              | (102.000)          |
| Reconhecimento imediato de ganhos e perdas     |                         |  |                    |
| Remensurações                                  |                         |  |                    |
| (ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos | 109.000                 | -                                      | 109.000            |
| (ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros  | (133.000)               | -                                      | (133.000)          |
| (ganhos)/ perdas de rendimento                 |                         | (101.000)                              | (101.000)          |
| <b>A 31 de dezembro 2024</b>                   | <b>15.465.000</b>       | <b>(24.035.000)</b>                    | <b>(8.570.000)</b> |

As principais categorias de ativos do fundo são detalhadas conforme se segue:

|                                 | <b>Justo valor</b> |                   |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|
|                                 | <b>2024</b>        | <b>2023</b>       |
| Instrumentos de capital próprio | 2.623.735          | 2.965.334         |
| Instrumentos de dívida          | 20.908.164         | 21.512.093        |
| Outros                          | 503.101            | 642.573           |
|                                 | <b>24.035.000</b>  | <b>25.120.000</b> |

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

|                  | <b>Impacto na responsabilidade por benefício definido</b> |  |
|------------------|---|--|
|                  | <b>Alteração nos pressupostos</b>                         | <b>Responsabilidade por benefício definido</b> |
| Pressuposto      |   |  |
| Taxa de desconto | +0,5%   | -3,1%  |
| Taxa de desconto | +1,0%   | -5,9%  |

Um aumento de 0,5% na taxa de desconto (de 3,0% para 3,5%) dá origem a uma redução de 3,1% no valor das responsabilidades, correspondente a 473 mil euros.

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

#### **Política de investimento do Fundo de Pensões**

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão sempre que as circunstâncias da sua aplicabilidade assim o determinem ou em consequência de alterações legislativas que ocorram.

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O

investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM's) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;
- O Fundo de Pensões poderá investir em valores mobiliários expressos em moedas distintas do Euro, até ao limite máximo permitido legalmente. Atualmente, esse limite é de 30%, podendo, no entanto, ser excedido, desde que a Entidade Gestora efetue a adequada cobertura do risco cambial;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com rating de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com ratings 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com rating inferior a BBB, exceto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de *high yield*, podendo o seu peso ir até aos 10% do valor patrimonial. O investimento em obrigações *high yield* só poderá ser efetuado através de fundos de investimento para assegurar diversificação. O investimento em valores mobiliários representativos de dívida com notação de risco inferior a *investment grade*, quer em mercados desenvolvidos, quer em mercados emergentes, deverá ser feito mediante a utilização de instituições de investimento coletivos que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva n.º 2009/65/CE, alterada pela Diretiva n.º 2014/91/CE, não podendo a exposição ultrapassar 15% do valor total do Fundo;
- Sempre que ocorra o *downgrade* de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de rating definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "*Government*" das obrigações não deverá representar menos de 10% da classe obrigacionista. Por "*Government*" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos

centrais, *agency* e *quasi-government*. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e *high yield* (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;

- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 15%, máximo permitido legalmente;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos ‘venture capital’ sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de *duration* da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos.

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- i) Num mercado regulamentado; ou
- ii) Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a “BBB”/“Baa2”, conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (*Value at Risk*).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rentabilidade da carteira e do *benchmark* deverá ser uma aproximação da ‘*Time Weighted Rate of Return*’. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o *benchmark*, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

## 17. Subsídios ao investimento

### 17.1 Políticas Contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não corrente e são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação/amortização dos ativos subjacentes.

### 17.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os “Subsídios ao investimento” apresentavam a seguinte composição:

| Subsídio                              | Montante total    | Montante recebido | Rédito do exercício | Rédito acumulado  | Rédito                 | Rédito                 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|------------------------|------------------------|
|                                       |                   |                   |                     |                   | por reconhecer em 2024 | por reconhecer em 2023 |
| COMPART. MAFRA 2ª FASE                | 216.801           | 216.801           | 4.927               | 182.311           | 34.491                 | 39.418                 |
| FEDER TOMAR/T.NOVAS                   | 5.684.192         | 5.684.192         | 106.961             | 4.721.546         | 962.645                | 1.069.606              |
| COMPART. OURÉM                        | 550.553           | 550.553           | 10.360              | 457.314           | 93.239                 | 103.599                |
| COMPART. T.NOVAS                      | 435.315           | 435.315           | 8.191               | 361.592           | 73.722                 | 81.914                 |
| COMPART. TOMAR                        | 497.804           | 497.804           | 9.367               | 413.499           | 84.305                 | 93.673                 |
| FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO             | 3.027.720         | 3.027.720         | 56.973              | 2.514.961         | 512.759                | 569.733                |
| COMPART. ENTRONCAMENTO                | 4.959             | 4.959             | 93                  | 4.119             | 839                    | 933                    |
| COMPART. V.N.BARQUINHA                | 72.726            | 72.726            | 1.444               | 56.846            | 15.880                 | 17.324                 |
| FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA        | 11.125.239        | 11.125.239        | 220.848             | 8.695.906         | 2.429.333              | 2.650.181              |
| FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO        | 7.635.576         | 7.635.576         | 63.630              | 7.062.908         | 572.669                | 636.299                |
| FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE     | 9.405.370         | 9.405.370         | 188.107             | 5.643.223         | 3.762.147              | 3.950.255              |
| COMPART RESERV PATRIARCAL             | 74.820            | 74.820            | 384                 | 65.611            | 9.209                  | 9.593                  |
| FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE     | 22.472.817        | 22.472.817        | 449.456             | 13.034.234        | 9.438.583              | 9.888.039              |
| SANTA MARGARIDA                       | 274.339           | 274.339           | 5.487               | 159.116           | 115.223                | 120.709                |
| MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA     | 4.472.789         | 4.472.789         | 107.191             | 3.186.496         | 1.286.293              | 1.393.484              |
| COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA            | 87.104            | 87.104            | 1.729               | 68.083            | 19.021                 | 20.750                 |
| COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA              | 139.941           | 139.941           | 3.354               | 99.697            | 40.244                 | 43.598                 |
| COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS          | 139.941           | 139.941           | 3.354               | 99.697            | 40.244                 | 43.598                 |
| COMPARTICIPAÇÃO BATALHA               | 66.118            | 66.118            | 1.585               | 47.104            | 19.014                 | 20.599                 |
| COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA                | 66.118            | 66.118            | 1.585               | 47.104            | 19.014                 | 20.599                 |
| PROJECTO SPRINT                       | 21.604            | 21.604            | 0                   | 0                 | 21.604                 | 21.604                 |
| EDP                                   | 373.874           | 373.874           | 25.574              | 299.726           | 74.148                 | 99.722                 |
| MINISTÉRIO DA SAUDE                   | 375.061           | 375.061           | 5.377               | 85.017            | 290.044                | 295.421                |
| FUNDO AMBIENTAL                       | 200.427           | 200.427           | 49.949              | 79.694            | 120.733                | 170.682                |
| POSEUR - VALE DA PEDRA                | 6.381.352         | 6.381.352         | 258.703             | 1.746.248         | 4.635.104              | 4.893.807              |
| POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - SEDE      | 186.599           | 88.845            | 0                   | 0                 | 186.599                | 186.599                |
| POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - P. NAÇÕES | 796.746           | 133.251           | 0                   | 0                 | 796.746                | 796.746                |
| OE AZAMBUJA                           | 239.115           | 239.115           | 4.782               | 90.864            | 148.251                | 153.033                |
|                                       | <b>75.025.020</b> | <b>74.263.771</b> | <b>1.589.411</b>    | <b>49.222.916</b> | <b>25.802.105</b>      | <b>27.391.516</b>      |

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os montantes registados como rendimento do exercício foram os seguintes:

|                           | 2024             | 2023             |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Subsídios ao investimento | 1.589.411        | 1.567.957        |
|                           | <b>1.589.411</b> | <b>1.567.957</b> |

Em 2024 não foi reconhecido qualquer novo subsídio.

## 18. Empréstimos

### 18.2 Políticas Contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A EPAL apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

#### Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

#### Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

### 18.3 Detalhe e movimento

Os empréstimos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como segue:

|                             | 2024              | 2023              |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Empréstimos bancários - BEI |                   |                   |
| Não corrente                | 36.845.911        | 47.481.773        |
| Corrente                    | 10.635.863        | 10.544.552        |
| Juros e encargos a liquidar | 76.745            | 105.955           |
|                             | <b>47.558.518</b> | <b>58.132.280</b> |

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data. De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa. Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (nota 15).

#### Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

|   | 31.12.2024        |                   |                   |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
|   | Não corrente      | Corrente          | Total             |
| <b>Saldo inicial</b>                          | <b>47.481.773</b> | <b>10.650.506</b> | <b>58.132.280</b> |
| Reclassificação de não corrente para corrente | (10.635.863)      | 10.635.863        | -                 |
| Obtenção de empréstimos                       | -                 | -                 | -                 |
| Reembolso de capital de empréstimos           | -                 | (10.544.552)      | (10.544.552)      |
| Variação na especialização de juros nominais  | -                 | (29.209)          | (29.209)          |
| <b>Saldo final</b>                            | <b>36.845.911</b> | <b>10.712.608</b> | <b>47.558.518</b> |
|   | 31.12.2023        |                   |                   |
|   | Não corrente      | Corrente          | Total             |
| <b>Saldo inicial</b>                          | <b>58.026.325</b> | <b>10.555.427</b> | <b>68.581.753</b> |
| Reclassificação de não corrente para corrente | (10.544.552)      | 10.544.552        | -                 |
| Obtenção de empréstimos                       | -                 | -                 | -                 |
| Reembolso de capital de empréstimos           | -                 | (10.455.900)      | (10.455.900)      |
| Variação na especialização de juros nominais  | -                 | 6.427             | 6.427             |
| <b>Saldo final</b>                            | <b>47.481.773</b> | <b>10.650.506</b> | <b>58.132.280</b> |

### Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital (e encargos) dos empréstimos BEI em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem o seguinte detalhe

|                   | 2024              | 2023              |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Maturidade:       |                   |                   |
| até 1 ano         | 10.712.608        | 10.650.506        |
| 1 a 2 anos        | 10.729.912        | 10.635.863        |
| 2 a 3 anos        | 9.160.116         | 10.729.912        |
| 3 a 4 anos        | 9.259.891         | 9.160.116         |
| 4 a 5 anos        | 6.307.103         | 9.259.891         |
| superior a 5 anos | 1.388.889         | 7.695.992         |
|                   | <b>47.558.518</b> | <b>58.132.280</b> |

### Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital (e encargos) a reembolsar relativo aos empréstimos BEI apresenta o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

|                           | 2024              | 2023              |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Taxa juro variável</b> |                   |                   |
| até 1 ano                 | 5.140.245         | 5.159.925         |
| 1 a 2 anos                | 5.111.111         | 5.111.111         |
| 2 a 3 anos                | 3.444.444         | 5.111.111         |
| superior a 3 anos         | 5.527.778         | 8.972.222         |
|                           | <b>19.223.578</b> | <b>24.354.369</b> |
| <b>Taxa juro fixa</b>     |                   |                   |
| até 1 ano                 | 5.572.363         | 5.490.582         |
| 1 a 2 anos                | 5.618.801         | 5.524.752         |
| 2 a 3 anos                | 5.715.671         | 5.618.801         |
| superior a 3 anos         | 11.428.105        | 17.143.776        |
|                           | <b>28.334.940</b> | <b>33.777.911</b> |
|                           | <b>47.558.518</b> | <b>58.132.280</b> |

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 60% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 40% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

### Justo valor

Os empréstimos obtidos pela EPAL, no final de 2024, correspondem a empréstimos BEI (47.481.773 euros de capital).

## 19. Fornecedores e outras contas a pagar

### 19.1 Políticas Contabilísticas

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a EPAL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses desde a data do balanço ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### 19.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe de fornecedores e outras contas a pagar é o seguinte:

|   | 31.12.2024   |            |                   | 31.12.2023   |            |                   |
|---|--------------|------------|-------------------|--------------|------------|-------------------|
|   | Não corrente | Corrente   | Total             | Não corrente | Corrente   | Total             |
| Fornecedores  |              |            |                   |              |            |                   |
| - Fornecedores de investimento                        | -            | 3.285.092  | <b>3.285.092</b>  | -            | 1.579.088  | <b>1.579.088</b>  |
| - Fornecedores gerais                                 |              | 2.523.797  | <b>2.523.797</b>  | -            | 3.557.055  | <b>3.557.055</b>  |
| Outras contas a pagar                                 |              |            |                   |              |            |                   |
| - Taxas Saneamento e RSU - CML                        | -            | 24.527.538 | <b>24.527.538</b> |              | 23.862.945 | <b>23.862.945</b> |
| - CTA - AdVT  | -            | 4.183.876  | <b>4.183.876</b>  |              | 3.922.067  | <b>3.922.067</b>  |
| - Outros  |              | 1.213.569  | <b>1.213.569</b>  |              | 1.753.092  | <b>1.753.092</b>  |
| Acréscimos de gastos e diferimentos                   |              |            |                   |              |            |                   |
| - Férias e sub. de férias a pagar ao pessoal          |              | 5.419.702  | <b>5.419.702</b>  |              | 4.835.968  | <b>4.835.968</b>  |
| - Serviços prestados por fornecedores e não faturados |              | 5.964.072  | <b>5.964.072</b>  |              | 4.348.264  | <b>4.348.264</b>  |
| Estado e outros entes públicos                        |              | 8.532.002  | <b>8.532.002</b>  |              | 7.995.109  | <b>7.995.109</b>  |
|   | -            | 55.649.648 | <b>55.649.648</b> | -            | 51.853.589 | <b>51.853.589</b> |

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

|   | 2024             | 2023             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Estado e outros entes públicos passivos</b>    |                  |                  |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares | 369.490          | 489.876          |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado                | 227.489          | -                |
| Contribuições para a Segurança Social             | 786.220          | 900.137          |
| Fundos Compensação e Garantia do trabalho         | 2.702            | 2.702            |
| Taxa de Recursos Hídricos                         | 7.146.101        | 6.602.394        |
| <b>Estado e outros entes públicos passivos</b>    | <b>8.532.002</b> | <b>7.995.109</b> |

## 20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS9

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

| Classificação dos ativos e passivos financeiros<br>31.12.2024 | Ativos financeiros<br>pelo custo<br>amortizado | Passivos financeiros<br>ao custo<br>amortizado | Total de<br>instrumentos<br>financeiros |
|---|--|--|---|
| Clientes e outros ativos                                      | 34.145.911                                     | -  | 34.145.911                              |
| Outros ativos financeiros                                     | 192.228  | -  | 192.228                                 |
| Caixa e seus equivalentes                                     | 8.547.814                                      | -  | 8.547.814                               |
|   | <b>42.885.953</b>                              | -  | <b>42.885.953</b>                       |
| Empréstimos   | -  | 47.558.518                                     | 47.558.518                              |
| Fornecedores e outros passivos                                | -  | 35.733.871                                     | 35.733.871                              |
|   | -  | <b>83.292.390</b>                              | <b>83.292.390</b>                       |

| Classificação dos ativos e passivos financeiros<br>31.12.2023 | Ativos financeiros<br>pelo custo<br>amortizado | Passivos financeiros<br>ao custo<br>amortizado | Total de<br>instrumentos<br>financeiros |
|---|--|--|---|
| Clientes e outros ativos                                      | 43.609.205                                     | -  | 43.609.205                              |
| Outros ativos financeiros                                     | 192.228  | -  | 192.228                                 |
| Caixa e seus equivalentes                                     | 15.878.999                                     | -  | 15.878.999                              |
|   | <b>59.680.431</b>                              | -  | <b>59.680.431</b>                       |
| Empréstimos   | -  | 58.132.280                                     | 58.132.280                              |
| Fornec. e outros passivos                                     | -  | 34.674.247                                     | 34.674.247                              |
|   | -  | <b>92.806.527</b>                              | <b>92.806.527</b>                       |

A rubrica de clientes e outros ativos não inclui os valores respeitantes a acréscimos e diferimentos, nem considera o valor do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA.

A rubrica de fornecedores e outros passivos não inclui os valores relativos a acréscimos e diferimentos.

## 21. Rédito de contratos com clientes

### 21.1 Políticas Contabilísticas

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos,

descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a EPAL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela EPAL, existe apenas uma obrigação de desempenho (*“performance obligation”*), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

***Atividade regulada - Serviços em “alta” de abastecimento de água:***

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

***Atividade regulada – Serviços em “baixa” de abastecimento de água:***

A venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos volumes consumidos (m<sup>3</sup>), aos quais são aplicadas as respetivas tarifas. Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente.

A Quota de serviço aplicada depende da tipologia de cliente e do diâmetro nominal do contador, sendo aplicado o valor fixo previsto no tarifário aprovado.

A EPAL presta ainda serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores. Nos serviços complementares é reconhecido o valor previsto contratualmente com o cliente, sendo o mesmo reconhecido no mês a que respeita a prestação do serviço.

## 21.2 Detalhe e movimento

O rédito reconhecido pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhado conforme se segue:

|   | 2024               | 2023               |
|---|--------------------|--------------------|
| Venda de água e quota de serviço        | 184.399.989        | 178.714.675        |
| Prestação de serviços                   | 2.050.686          | 1.140.739          |
| <b>Rédito de contratos com clientes</b> | <b>186.450.675</b> | <b>179.855.415</b> |

Os rendimentos de venda de água e quota de serviço ascenderam em 2024 a 184,4 milhões de euros, em resultado dos 207,1 milhões de m<sup>3</sup> vendidos (205,0 milhões de m<sup>3</sup> em 2023).

No final de 2024, a Empresa fornecia água a 35 municípios, incluindo Lisboa, onde efetua o abastecimento domiciliário a mais de 369 mil clientes diretos.

Em 2024, as prestações de serviços ascenderam a 2,1 milhões de euros (1,1 milhões de euros em 2023) O aumento desta rubrica é integralmente compensado pelo incremento dos gastos com subcontratos (em FSE).

## 22. Gastos das vendas

A rubrica de “Gasto das vendas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada conforme se segue:

|  | 2024             | 2023             |
|--|------------------|------------------|
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 2.226.168        | 2.103.849        |
|  | <b>2.226.168</b> | <b>2.103.849</b> |

A rubrica de custo das vendas inclui sobretudo os consumos de reagentes e produtos similares necessários e essenciais para garantir o processo de tratamento, assegurando a qualidade da água para consumo humano.

|                              | Matérias<br>subsidiárias | Total a<br>31.12.2024 |
|------------------------------|--------------------------|-----------------------|
| Inventário Inicial (nota 12) | 166.246                  | 166.246               |
| Compras                      | 2.202.388                | 2.202.388             |
| Inventário final (nota 12)   | 142.465                  | 142.465               |
| <b>CMVMC</b>                 | <b>2.226.168</b>         | <b>2.226.168</b>      |

## 23. Fornecimentos e serviços externos

### 23.2 Políticas Contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no período a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do gasto.

Trabalhos para a própria empresa são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

### 23.3 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” (FSE) é detalhada conforme se segue:

|                             | 2024              | 2023              |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Eletricidade                | 17.516.987        | 18.935.443        |
| Conservação e reparação     | 8.865.220         | 7.319.208         |
| Trabalhos especializados    | 5.707.394         | 5.903.626         |
| Rendas e alugueres          | 1.999.681         | 1.508.288         |
| Subcontratos                | 1.554.656         | 257.653           |
| Comunicação                 | 1.465.912         | 1.398.030         |
| Vigilância e segurança      | 1.152.519         | 1.128.993         |
| Limpeza, higiene e conforto | 963.614           | 876.139           |
| Combustíveis                | 651.314           | 605.270           |
| Seguros                     | 492.122           | 492.880           |
| Publicidade e propaganda    | 482.515           | 348.407           |
| Outros forn. serv. externos | 4.395.005         | 4.397.154         |
|                             | <b>45.246.937</b> | <b>43.171.091</b> |
| FSE capitalizados (nota 6)  | (301.514)         | (403.676)         |
|                             | <b>44.945.423</b> | <b>42.767.416</b> |

Em termos de FSE, em 2024, destaca-se:

- A eletricidade com 17,5 milhões de euros, apresentando uma redução de 1,4 milhões de euros face ao valor de 2023. Em 2023 os novos contratos que o Grupo celebrou no mercado refletiam ainda os preços com um forte impacto da crise geopolítica internacional, fator esse que conduziu a um incremento significativo do gasto de eletricidade nesse ano;
- A Conservação e Reparação no montante global de 8,9 milhões de euros, reflete os gastos da Empresa com as ações de manutenção preventiva e corretiva, no sentido de assegurar as boas condições de funcionamento dos seus ativos. Em 2024, tal como havia sucedido já no ano anterior foi penalizada pelas revisões de preços decorrentes da conjuntura económica;
- O aumento verificado em 2024 na rubrica de rendas e alugueres, decorre da utilização do expediente prático previsto na IFRS16 (nota 7) aos contratos de locação com um término contratual até 12 meses, o que implica o aumento nesta rubrica;
- O forte acréscimo em Subcontratos resulta da retoma da atividade normal que havia sido interrompida em 2023 por dificuldades no processo de contratação.

## 24. Gastos com o pessoal

### 24.1 Políticas Contabilísticas

Ver política contabilística na nota 16 e 2.3.1.

### 24.2 Detalhe

A rubrica de “Gastos com o pessoal” em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada conforme se segue:

|   | 2024              | 2023              |
|---|-------------------|-------------------|
| Remunerações                              | 31.697.160        | 29.596.912        |
| Encargos sobre remunerações               | 7.316.870         | 6.776.013         |
| Seguros                                   | 2.389.550         | 2.161.756         |
| Indemnizações por rescisão                | -                 | -                 |
| Outros gastos com pessoal                 | 1.488.396         | 1.225.801         |
|   | <b>42.891.977</b> | <b>39.760.482</b> |
| Gastos com pessoal capitalizados (nota 6) | (1.918.673)       | (1.678.879)       |
| Redebitos à AdLVT                         | (13.183.913)      | (11.980.488)      |
|   | <b>27.789.391</b> | <b>26.101.115</b> |

Em consequência da gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo, foram incorporados nos quadros de pessoal da EPAL os trabalhadores/as provenientes das entidades agregadas na Águas do Vale do Tejo. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas do Vale do Tejo, não afetando, em termos económicos, a EPAL. Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, não considerando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2024, de 647 trabalhadores/as, que representa um acréscimo de 5 trabalhadores/as face ao registado no final do ano de 2023.

#### Remunerações dos Órgãos Sociais

|                                     | 31.12.2024     | 31.12.2023     |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Remunerações                        | 564.466        | 510.109        |
| Encargos sociais sobre remunerações | 58.350         | 60.789         |
|                                     | <b>622.816</b> | <b>570.898</b> |

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais, encontra-se divulgada no Relatório do Governo Societário e no capítulo do cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão.

#### Número médio de colaboradores

|                                  | 2024  | 2023  |
|----------------------------------|-------|-------|
| Órgãos sociais                   | 12    | 12    |
| Colaboradores                    | 1.053 | 1.049 |
| EPAL                             | 640   | 634   |
| Afetos à gestão delegada da AdVT | 413   | 415   |

## 25. Amortizações, depreciações e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Gastos de amortizações, depreciações e reversões do período” em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

|                                       | <b>2024</b>       | <b>2023</b>       |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Propriedades de investimento (nota 8) | 67.779            | 67.779            |
| Ativos fixos tangíveis (nota 6)       | 26.160.157        | 26.072.793        |
| Ativos fixos intangíveis (nota 5)     | 213.333           | 213.333           |
| Ativos sob direito de uso (nota 7)    | 210.301           | 481.892           |
|                                       | <b>26.651.570</b> | <b>26.835.796</b> |

Os gastos com amortizações totalizaram 26,7 milhões de euros em 2024 (26,8 milhões de euros em 2023), dos quais 26,2 milhões de euros relativos a ativos fixos tangíveis, 0,2 milhões de euros a ativos intangíveis, 0,1 milhões de euros a propriedades de investimento e 0,2 milhões de euros a ativos sob direito de uso (IFRS16).

## 26. Provisões e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Provisões e reversões do período” em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é conforme se segue:

|   | <b>2024</b>      | <b>2023</b>      |
|---|------------------|------------------|
| Provisões - processos judiciais (nota 15)             | 136.719          | 325.907          |
| Provisões – outras (nota 15)                          | -                | -                |
|   | <b>136.719</b>   | <b>325.907</b>   |
| Reversão de provisões - processos judiciais (nota 15) | 158.042          | 152.108          |
|   | <b>(158.042)</b> | <b>(152.108)</b> |
|   | <b>(21.323)</b>  | <b>173.798</b>   |

## 27. Perdas por imparidade e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Perdas por imparidade e reversões do período” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é conforme se segue:

|  | <b>2024</b>      | <b>2023</b>      |
|--|------------------|------------------|
| Perdas por imparidade – clientes (nota 10)             | 875.031          | 1.168.072        |
| Perdas por imparidade – inventários (nota 12)          | -                | 596.650          |
|  | <b>875.031</b>   | <b>1.764.722</b> |
| Reversão de perdas por imparidade – clientes (nota 10) | (251.283)        | (153.284)        |
|  | <b>(251.283)</b> | <b>(153.284)</b> |
|  | <b>623.747</b>   | <b>1.611.438</b> |

Em 2024, o valor líquido das perdas por imparidade de clientes (perdas por imparidade constituídas deduzidas de reversões) foi de 0,6 milhões de euros (1,0 milhões de euros em 2023 (ver nota 10)).

## 28. Outros gastos e perdas operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

|                                | 2024              | 2023              |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Componente tarifária acrescida | 5.357.409         | 5.027.797         |
| Impostos e taxas               | 4.263.596         | 4.207.343         |
| Encargos com cobranças         | 869.145           | 820.687           |
| Donativos                      | 171.000           | 41.200            |
| Indemnizações por roturas      | 165.128           | 223.768           |
| Quotizações                    | 33.655            | 35.098            |
| Outros                         | 102.561           | 346.028           |
|                                | <b>10.962.494</b> | <b>10.701.920</b> |

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à Águas do Vale do Tejo. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a Águas do Vale do Tejo fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0838 euros/m<sup>3</sup> (0,0811 euros/m<sup>3</sup> em 2023), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas – 5,4 milhões de euros em 2024 (5,0 milhões de euros em 2023).

A rubrica de Impostos e taxas inclui essencialmente os valores relativos à Taxa de Subsolo (2,6 milhões de euros) e às taxas devidas à ERSAR – taxa de Regulação e taxa de Controlo da Qualidade da água (1,2 milhões de euros).

A rubrica de encargos com cobranças inclui as comissões por cobrança das faturas emitidas aos clientes diretos e ascenderam a 0,9 milhões de euros em 2024 (0,8 milhões de euros em 2023).

## 29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresenta os seguintes valores:

|                           | 2024      | 2023      |
|---------------------------|-----------|-----------|
| Rendimentos suplementares | 5.456.971 | 5.020.962 |

|  |                  |                  |
|--|------------------|------------------|
| Rend. e ganhos em invest.não financeiros | 64.914           | 86.686           |
| Outros                                   | 94.940           | 18.731           |
|  | <b>5.616.825</b> | <b>5.126.380</b> |

Na rubrica “Rendimentos Suplementares” que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, ascende a 5,5 milhões de euros e 5,0 milhões de euros, respetivamente, estão incluídos os rendimentos referentes às outras atividades da Empresa, nomeadamente produtos e serviços tais como o Aquamatrix, Wone, Academia das Águas Livres, análises laboratoriais, atividade museológica, entre outros e a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1,4 milhões de euros em 2024 (1,3 milhões de euros em 2023).

### 30. Gastos financeiros

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são detalhados conforme se segue:

|                            | 2024             | 2023             |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Juros suportados:          |                  |                  |
| Financiamentos bancários   | 1.491.958        | 1.631.442        |
| Locações                   | 18.023           | 12.637           |
| Outros juros               | 4.530            | -                |
| Garantias de financiamento | 107.678          | 128.648          |
|                            | <b>1.622.189</b> | <b>1.772.727</b> |

Os juros suportados com financiamentos bancários correspondem na íntegra a juros relativos a empréstimos contratados junto do BEI – 1,5 milhões de euros em 2024 e 1,6 milhões de euros em 2023.

O gasto com garantias de financiamento decorre das garantias que a Empresa dispõe para os financiamentos BEI, correspondendo às comissões de garantias prestadas pelo Estado Português.

Os juros suportados com locações decorrem da aplicação do IFRS16.

### 31. Rendimentos financeiros

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são detalhados conforme se segue:

|  | 2024 | 2023 |
|--|------|------|
|--|------|------|

|   |                  |                  |
|---|------------------|------------------|
| Juros obtidos                           | 3.265.378        | 1.978.785        |
| Outros rendimentos e ganhos financeiros | 380.895          | 639.361          |
|   | <b>3.646.272</b> | <b>2.618.146</b> |

Em 2024, os juros obtidos são essencialmente resultantes do apoio de Tesouraria à AdP SGPS (2,5 milhões de euros) e de aplicações financeiras junto do IGCP (0,7 milhões de euros).

Os outros rendimentos e ganhos financeiros respeitam maioritariamente à atualização financeira da dívida da extinta Águas do Oeste (agora Águas do Vale do Tejo) descrito na nota 11.2.

## 32. Imposto sobre o rendimento

### 32.1 Políticas Contabilísticas

#### Imposto sobre o rendimento

A EPAL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

No ano de 2024, a Empresa é tributada à taxa de 21% (20% em 2025, conforme decorre das alterações do Orçamento de Estado para 2025, aprovado pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro), acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a EPAL cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto

ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 32.2 Detalhe e movimento

O gasto com o imposto do exercício de 2024 ascendeu a 23,4 milhões de euros, dos quais 25,2 milhões de euros relativos a imposto corrente deduzidos de 1,8 milhões de euros de imposto diferido.

|   | 2024               | 2023               |
|---|--------------------|--------------------|
| Imposto sobre o rendimento do exercício           | 24.639.691         | 23.003.801         |
| Excesso/Insuficiência de estimativa para impostos | 526.791            | (303.767)          |
| <b>Imposto corrente</b>                           | <b>25.166.482</b>  | <b>22.700.033</b>  |
| Impostos diferidos                                | (1.764.458)        | (2.259.541)        |
| <b>Imposto diferido</b>                           | <b>(1.764.458)</b> | <b>(2.259.541)</b> |
| <b>Total de imposto</b>                           | <b>23.402.024</b>  | <b>20.440.492</b>  |

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

|                                      | 31.12.2024       | 31.12.2023     |
|--------------------------------------|------------------|----------------|
| Imposto sobre o rendimento - ativo   | -                | 399.194        |
|                                      | -                | <b>399.194</b> |
|                                      | 31.12.2024       | 31.12.2023     |
| Imposto sobre o rendimento - passivo | 3.535.460        | -              |
|                                      | <b>3.535.460</b> | -              |

A reconciliação do imposto é apresentada no quadro seguinte:

|                                  | 31.12.2024       | 31.12.2023       |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Estimativa de imposto            | 24.639.691       | 23.003.801       |
| Retenções na fonte               | (665.686)        | (478.620)        |
| Pagamentos adicionais por conta  | (5.128.384)      | (5.760.135)      |
| Pagamentos por conta             | (15.310.161)     | (17.164.239)     |
| <b>Imposto a pagar/recuperar</b> | <b>3.535.460</b> | <b>(399.194)</b> |

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

|  | 2024              | 2023              |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado antes de impostos                                  | 82.503.525        | 77.099.837        |
| Diferenças permanentes:                                      |                   |                   |
| Amortizações não aceites                                     | 4.877             | 4.877             |
| Multas e juros compensatórios                                | -                 | -                 |
| Outros   | (3.538.473)       | (3.825.801)       |
|  | (3.528.170)       | (3.820.924)       |
| Diferenças temporárias:                                      |                   |                   |
| Amortizações não aceites                                     | 2.409.695         | 2.420.323         |
| Imparidade   | 669.341           | 1.587.312         |
| Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos | 1.182.922         | 1.227.693         |
| Outros   | (606.978)         | (881.323)         |
|  | 3.654.980         | 4.354.006         |
| <b>Lucro tributável</b>                                      | <b>82.630.335</b> | <b>77.632.919</b> |
| Imposto  | 17.352.370        | 16.302.913        |
| Derrama  | 1.239.455         | 1.164.494         |
| Derrama estadual   | 5.841.730         | 5.391.963         |
| Tributações autónomas  | 206.136           | 144.431           |
| Ajustamentos a exercícios anteriores                         | 526.791           | (303.767)         |
| <b>Total de imposto corrente e ajustamentos</b>              | <b>25.166.482</b> | <b>22.700.033</b> |
| Efeito de impostos diferidos no exercício                    | (1.764.458)       | (2.259.541)       |
| Total dos gastos do exercício                                | 23.402.024        | 20.440.492        |
| <b>Taxa efetiva de imposto do exercício</b>                  | <b>28,4%</b>      | <b>26,5%</b>      |

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

O detalhe dos impostos diferidos a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 era de:

|                          | 2024                | 2023                |
|--------------------------|---------------------|---------------------|
| Imposto diferido ativo   | 2.941.927           | 2.966.023           |
|                          | <b>2.941.927</b>    | <b>2.966.023</b>    |
| Imposto diferido passivo | 27.843.581          | 29.695.194          |
|                          | <b>27.843.581</b>   | <b>29.695.194</b>   |
|                          | <b>(24.901.655)</b> | <b>(26.729.171)</b> |

O detalhe por rubrica a 31 de dezembro de 2024 e 2023 e a movimentação em 2024 é:

|  | 2024                |              |                     | 2023                |              |                     |
|--|---------------------|--------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------------|
|  | Base                | Tx           | Imposto             | Base                | Tx           | Imposto             |
| <b>Ativos por Impostos Diferidos</b>             |                     |              |                     |                     |              |                     |
| <b>Provisões e imparidades</b>                   |                     |              |                     |                     |              |                     |
| Provisão para Pensões                            | 77.495              | 29,0%        | 22.474              | 83.797              | 29,4%        | 24.636              |
| Provisão para Cobranças Duvidosas                | 7.368.772           | 29,0%        | 2.136.944           | 7.176.361           | 29,4%        | 2.109.850           |
| PPI de existências                               | 596.650             | 29,0%        | 173.028             | 596.650             | 29,4%        | 175.415             |
| Provisão para outros riscos e encargos           | 560.000             | 29,0%        | 162.400             | 560.000             | 29,4%        | 164.640             |
| <b>Outros</b>                                    |                     |              |                     |                     |              |                     |
| Reposição de proveitos tributados (IRC 97/98/99) | 1.052.721           | 29,0%        | 305.289             | 1.076.968           | 29,4%        | 316.629             |
| Atualização Oeste - conversão para IFRS          | 488.936             | 29,0%        | 141.792             | 594.737             | 29,4%        | 174.853             |
| <b>Imposto Ativo</b>                             | <b>10.144.574</b>   | <b>29,0%</b> | <b>2.941.927</b>    | <b>10.088.513</b>   | <b>29,4%</b> | <b>2.966.023</b>    |
| <b>Passivos por Impostos Diferidos</b>           |                     |              |                     |                     |              |                     |
| Reavaliações Legais                              | 9.899.248           | 29,0%        | 2.870.782           | 11.082.170          | 29,4%        | 3.258.158           |
| Reavaliações Livres - Activos Amortizáveis       | 36.357.067          | 29,0%        | 10.543.549          | 38.757.348          | 29,4%        | 11.394.660          |
| Reavaliações Livres - Terrenos                   | 41.074.905          | 29,0%        | 11.911.723          | 42.948.537          | 29,4%        | 12.626.870          |
| Mais valias reinvestidas                         | 111.129             | 29,0%        | 32.227              | 116.005             | 29,4%        | 34.106              |
| Provisão para Pensões                            | 8.570.000           | 29,0%        | 2.485.300           | 8.100.000           | 29,4%        | 2.381.400           |
| <b>Imposto Passivo</b>                           | <b>96.012.349</b>   | <b>29,0%</b> | <b>27.843.581</b>   | <b>101.004.060</b>  | <b>29,4%</b> | <b>29.695.194</b>   |
| <b>Imposto Líquido</b>                           | <b>(85.867.775)</b> | <b>29,0%</b> | <b>(24.901.655)</b> | <b>(90.915.547)</b> | <b>29,4%</b> | <b>(26.729.171)</b> |

|  | 2023                |              |                     | Reforços/reversões em resultados |              |                    | Reforços/reversões reservas |          |                  | 2024                |              |                     |
|--|---------------------|--------------|---------------------|----------------------------------|--------------|--------------------|-----------------------------|----------|------------------|---------------------|--------------|---------------------|
|  | Base                | Tx           | Imposto             | Base                             | Tx           | Imposto            | Base                        | Tx       | Imposto          | Base                | Tx           | Imposto             |
| <b>Ativos por Impostos Diferidos</b>             |                     |              |                     |                                  |              |                    |                             |          |                  |                     |              |                     |
| <b>Provisões e imparidades</b>                   |                     |              |                     |                                  |              |                    |                             |          |                  |                     |              |                     |
| Provisão para Pensões                            | 83.797              | 29,4%        | 24.636              | (6.302)                          | 29,0%        | (2.163)            | -                           | -        | -                | 77.495              | 29,0%        | 22.474              |
| Provisão para Cobranças Duvidosas                | 7.176.361           | 29,4%        | 2.109.850           | 192.411                          | 29,0%        | 27.094             | -                           | -        | -                | 7.368.772           | 29,0%        | 2.136.944           |
| PPI de existências                               | 596.650             | 29,4%        | 175.415             | -                                | 29,0%        | (2.387)            | -                           | -        | -                | 596.650             | 29,0%        | 173.028             |
| Provisão para outros riscos e encargos           | 560.000             | 29,4%        | 164.640             | -                                | 29,0%        | (2.240)            | -                           | -        | -                | 560.000             | 29,0%        | 164.640             |
| <b>Outros</b>                                    |                     |              |                     |                                  |              |                    |                             |          |                  |                     |              |                     |
| Reposição de proveitos tributados (IRC 97/98/99) | 1.076.968           | 29,4%        | 316.629             | (24.247)                         | 29,0%        | (11.340)           | -                           | -        | -                | 1.052.721           | 29,0%        | 305.289             |
| Atualização ADO e Sintra - conversão para IFRS   | 594.737             | 29,4%        | 174.853             | (105.801)                        | 29,0%        | (33.061)           | -                           | -        | -                | 488.936             | 29,0%        | 141.792             |
| <b>Imposto Ativo</b>                             | <b>10.088.513</b>   | <b>29,4%</b> | <b>2.966.023</b>    | <b>56.061</b>                    | <b>29,0%</b> | <b>(24.096)</b>    | <b>-</b>                    | <b>-</b> | <b>-</b>         | <b>10.144.574</b>   | <b>29,0%</b> | <b>2.941.927</b>    |
| <b>Passivos por Impostos Diferidos</b>           |                     |              |                     |                                  |              |                    |                             |          |                  |                     |              |                     |
| Reavaliações Legais                              | 11.082.170          | 29,4%        | 3.258.158           | (1.182.922)                      | 29,0%        | (343.047)          | -                           | 0,4%     | (44.329)         | 9.899.248           | 29,0%        | 2.870.782           |
| Reavaliações Livres - Activos Amortizáveis       | 38.757.348          | 29,4%        | 11.394.660          | (2.400.281)                      | 29,0%        | (696.081)          | -                           | 0,4%     | (155.029)        | 36.357.067          | 29,0%        | 10.543.549          |
| Reavaliações Livres - Terrenos                   | 42.948.537          | 29,4%        | 12.626.870          | (1.873.631)                      | 29,0%        | (543.353)          | -                           | 0,4%     | (171.794)        | 41.074.905          | 29,0%        | 11.911.723          |
| Mais valias reinvestidas                         | 116.005             | 29,4%        | 34.106              | (4.877)                          | 29,0%        | (1.878)            | -                           | -        | -                | 111.129             | 29,0%        | 32.227              |
| Provisão para Pensões                            | 8.100.000           | 29,4%        | 2.381.400           | -                                | -            | -                  | 470.000                     | 29,0%    | 103.900          | 8.570.000           | 29,0%        | 2.485.300           |
| <b>Imposto Passivo</b>                           | <b>101.004.060</b>  | <b>29,4%</b> | <b>29.695.194</b>   | <b>(5.461.710)</b>               | <b>-</b>     | <b>(1.584.360)</b> | <b>470.000</b>              | <b>-</b> | <b>(267.252)</b> | <b>96.012.349</b>   | <b>29,0%</b> | <b>27.843.581</b>   |
| <b>Imposto Líquido</b>                           | <b>(90.915.547)</b> | <b>29,4%</b> | <b>(26.729.171)</b> | <b>5.517.772</b>                 | <b>-</b>     | <b>1.560.264</b>   | <b>(470.000)</b>            | <b>-</b> | <b>267.252</b>   | <b>(85.867.775)</b> | <b>29,0%</b> | <b>(24.901.655)</b> |

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto que corresponde a uma taxa de IRC de 20% (taxa a vigorar em 2025, nos termos da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2025), acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa final média de 29,0%.

Durante o exercício de 2024, a Empresa identificou, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) despesas de investigação e desenvolvimento. Deste modo, até 31 de maio de 2025 será preparada e submetida uma candidatura ao SIFIDE, não existindo ainda nesta data qualquer estimativa do valor de crédito fiscal a considerar.

### 33. Saldos e transações com partes relacionadas

#### 33.1 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

#### 33.2 Saldos e transações com partes relacionadas

##### Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2024:

| 2024                               | AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A | AdP Internacional S.A. | AdP Valor S.A. | Águas do Algarve, S.A. | Águas do Alto Minho, S.A. | Águas do Centro Litoral, S.A. | Águas do Douro e Paiva, S.A. | Águas do Norte, S.A. | AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A. | Águas da Região de Aveiro, S.A. | Águas de Santo André, S.A. | Águas do Tejo Atlântico, S.A. | Águas do Vale do Tejo, S.A. | Simarsul, S.A. | Simdouro, S.A. |
|------------------------------------|------------------------------------|------------------------|----------------|------------------------|---------------------------|-------------------------------|------------------------------|----------------------|--------------------------------------|---------------------------------|----------------------------|-------------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|
| <b>Ativo</b>                       |                                    |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               |                             |                |                |
| Accionistas - Emprestimos          | 115.000.000                        |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               |                             |                |                |
| Clientes                           |                                    |                        | 3.060          |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            | 27.755                        | (323)                       |                |                |
| Acréscimos Rendimentos             | 720.873                            | -                      |                | 9.148                  | 24.205                    | 9.418                         | -                            | 19.102               | 2.057                                | 16.307                          | 10.486                     | 9.900                         | 3.044.798                   | 2.900          | -              |
| Outras contas a receber            | 6.554                              | -                      |                | 47.461                 | 38.877                    | 600                           | 600                          | 13.012               | -                                    | 22.317                          | 44.314                     |                               | 6.426.809                   | 2.450          | -              |
| <b>Total</b>                       | <b>115.727.428</b>                 | <b>-</b>               | <b>3.060</b>   | <b>56.609</b>          | <b>63.082</b>             | <b>10.018</b>                 | <b>600</b>                   | <b>32.115</b>        | <b>2.057</b>                         | <b>38.624</b>                   | <b>54.800</b>              | <b>37.655</b>                 | <b>9.471.284</b>            | <b>5.350</b>   | <b>-</b>       |
| <b>Passivo</b>                     |                                    |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               |                             |                |                |
| Fornecedores                       | 62.393                             |                        | 297            | 297                    |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               |                             |                |                |
| Acréscimos Gastos                  | 333.066                            |                        | 56.934         |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 | 594                        | 3.333                         | 1.676.459                   |                |                |
| Outras contas a pagar              |                                    |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               | 4.165.630                   |                |                |
| <b>Total</b>                       | <b>395.460</b>                     | <b>-</b>               | <b>57.231</b>  | <b>297</b>             | <b>-</b>                  | <b>-</b>                      | <b>-</b>                     | <b>-</b>             | <b>-</b>                             | <b>-</b>                        | <b>594</b>                 | <b>3.333</b>                  | <b>5.842.089</b>            | <b>-</b>       | <b>-</b>       |
| <b>Rendimentos</b>                 |                                    |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               |                             |                |                |
| Vendas e prestações serviços       |                                    |                        | 2.791          |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            | 83.806                        | 19.083.978                  |                |                |
| Outros rendimentos e ganhos        | 17.225                             | (1.889)                | 9.355          | 63.845                 | 255.532                   | 2.937                         | 1.491                        | 132.909              | 2.057                                | 190.886                         | 54.931                     | 40.187                        | 3.036                       | 12.579         | 594            |
| Juros                              | 2.499.259                          |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               | 275.094                     |                |                |
| <b>Total</b>                       | <b>2.516.484</b>                   | <b>(1.889)</b>         | <b>12.146</b>  | <b>63.845</b>          | <b>255.532</b>            | <b>2.937</b>                  | <b>1.491</b>                 | <b>132.909</b>       | <b>2.057</b>                         | <b>190.886</b>                  | <b>54.931</b>              | <b>123.992</b>                | <b>19.362.108</b>           | <b>12.579</b>  | <b>594</b>     |
| <b>Gastos</b>                      |                                    |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               |                             |                |                |
| Fornecimento e serv. Externo       | 3.886.145                          |                        | 28.559         |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               | 1.915.824                   |                |                |
| Gastos com pessoal                 | 1.800                              |                        |                | 630                    | (594)                     | (18.093)                      | 1.956                        |                      | (297)                                | (594)                           |                            | 3.315                         |                             |                |                |
| Gastos com pessoal afeto concessão |                                    |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               | (13.183.913)                |                |                |
| Outros Gastos                      | 149                                |                        | 891            | 1.485                  | 1.337                     | 446                           | 891                          | 743                  | 743                                  |                                 | 1.634                      | 1.337                         | (10.469)                    | 297            | 1.782          |
| <b>Total</b>                       | <b>3.888.093</b>                   | <b>-</b>               | <b>29.450</b>  | <b>2.115</b>           | <b>743</b>                | <b>(17.647)</b>               | <b>2.847</b>                 | <b>743</b>           | <b>446</b>                           | <b>(594)</b>                    | <b>1.634</b>               | <b>4.652</b>                  | <b>(11.278.558)</b>         | <b>297</b>     | <b>1.782</b>   |
| Dividendos                         | 45.327.476                         |                        |                |                        |                           |                               |                              |                      |                                      |                                 |                            |                               |                             |                |                |

##### Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2023:

| 2023                               | AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A | AdP Valor S.A. | Águas do Tejo Atlântico, S.A. | Águas do Vale do Tejo, S.A. | Águas do Norte, S.A. | Águas da Região de Aveiro, S.A. | Águas de Santo André, S.A. | Águas do Algarve, S.A. | AdP Internacional S.A. | Simarsul, S.A. | Simdouro, S.A. | AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A. | Águas do Alto Minho, S.A. | Águas do Centro Litoral, S.A. | Águas do Douro e Paiva, S.A. | AdP Energias, S.A. |
|------------------------------------|------------------------------------|----------------|-------------------------------|-----------------------------|----------------------|---------------------------------|----------------------------|------------------------|------------------------|----------------|----------------|--------------------------------------|---------------------------|-------------------------------|------------------------------|--------------------|
| <b>Ativo</b>                       |                                    |                |                               |                             |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Accionistas - Emprestimos          | 106.000.000                        |                |                               |                             |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Clientes                           |                                    | 6.142          | 39.770                        |                             |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Acréscimos Rendimentos             | 84.346                             | -              |                               | 2.796.680                   | 10.306               | 15.500                          | 34.474                     | 44.650                 | 9.719                  | -              | -              | 16.000                               | 30.540                    | 13.546                        | -                            | -                  |
| Outras contas a receber            | 544                                | -              |                               | 6.537.282                   | 1.218                | 19.045                          | -                          | -                      | -                      | -              | -              | 297                                  | 40.353                    | 149                           | 297                          | -                  |
| <b>Total</b>                       | <b>106.084.891</b>                 | <b>6.142</b>   | <b>39.770</b>                 | <b>9.333.963</b>            | <b>11.525</b>        | <b>34.545</b>                   | <b>34.474</b>              | <b>44.650</b>          | <b>9.719</b>           | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>16.297</b>                        | <b>60.893</b>             | <b>12.694</b>                 | <b>297</b>                   | <b>-</b>           |
| <b>Passivo</b>                     |                                    |                |                               |                             |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Fornecedores                       | (1.934)                            | 297            |                               |                             |                      |                                 | 297                        | 446                    |                        |                |                |                                      |                           | 297                           |                              | 297                |
| Acréscimos Gastos                  | 331.643                            | 42.135         |                               | 1.382.098                   |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      | 1.188                     |                               |                              |                    |
| Outras contas a pagar              |                                    |                |                               | 3.922.067                   |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| <b>Total</b>                       | <b>329.708</b>                     | <b>42.432</b>  | <b>0</b>                      | <b>5.304.165</b>            | <b>-</b>             | <b>-</b>                        | <b>297</b>                 | <b>446</b>             | <b>-</b>               | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>                             | <b>1.188</b>              | <b>297</b>                    | <b>-</b>                     | <b>297</b>         |
| <b>Rendimentos</b>                 |                                    |                |                               |                             |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Vendas e prestações serviços       |                                    | 2.691          | 88.773                        | 18.115.312                  |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Outros rendimentos e ganhos        | 218                                | 8.338          | 25.450                        | 4.124                       | 109.465              | 184.758                         | 49.646                     | 69.890                 | 21.330                 | 7.200          | -              | 16.000                               | 265.516                   | 14.132                        | -                            | -                  |
| Juros                              | 378.355                            |                |                               | 524.296                     |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| <b>Total</b>                       | <b>378.573</b>                     | <b>11.029</b>  | <b>114.223</b>                | <b>18.643.731</b>           | <b>109.465</b>       | <b>184.758</b>                  | <b>49.646</b>              | <b>69.890</b>          | <b>21.330</b>          | <b>7.200</b>   | <b>-</b>       | <b>16.000</b>                        | <b>265.516</b>            | <b>14.132</b>                 | <b>-</b>                     | <b>-</b>           |
| <b>Gastos</b>                      |                                    |                |                               |                             |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Fornecimento e serv. Externo       | 3.758.900                          | (7.184)        |                               | 2.115.330                   |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Gastos com pessoal                 | (149)                              | (149)          | 1.147                         |                             | (1.782)              | (149)                           | (5.764)                    | (149)                  | (149)                  | (149)          | (297)          | (297)                                | (297)                     | (12.694)                      | (74)                         |                    |
| Gastos com pessoal afeto concessão |                                    |                |                               | (12.036.826)                |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |
| Outros Gastos                      | 149                                | 594            | 1.782                         | (7.271)                     | 297                  | 446                             | 594                        | 593                    | 297                    |                |                | 1.188                                | 297                       | 743                           | 446                          |                    |
| <b>Total</b>                       | <b>3.758.900</b>                   | <b>17.630</b>  | <b>2.929</b>                  | <b>(9.928.866)</b>          | <b>(1.485)</b>       | <b>(149)</b>                    | <b>(5.319)</b>             | <b>446</b>             | <b>-</b>               | <b>444</b>     | <b>-</b>       | <b>(297)</b>                         | <b>891</b>                | <b>(12.397)</b>               | <b>668</b>                   | <b>446</b>         |
| Dividendos                         | 46.430.127                         |                |                               |                             |                      |                                 |                            |                        |                        |                |                |                                      |                           |                               |                              |                    |

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água. Dos outros rendimentos destacam-se as prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação. As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL.

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no Relatório do Governo Societário e no capítulo do Cumprimento das orientações legais do relatório de gestão.

## 34. Honorários de auditoria e revisão legal

Os honorários de revisão legal de contas da EPAL no exercício de 2024 foram os seguintes:

|                            | Revisão Legal de Contas | Outros serviços | Total  |
|----------------------------|-------------------------|-----------------|--------|
| Deloitte & Associados SROC | 12.413                  | -               | 12.413 |

## 35. Informações exigidas por diplomas legais

### Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a EPAL. não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A EPAL não detém quaisquer ações próprias.

### Art.º 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

## 36. Outros assuntos

---

Nada a referir.

## 37. Eventos subsequentes

---

A Administração da EPAL não tem conhecimento, em 5 de março de 2025, data da aprovação destas contas, de quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas contas apresentadas.

### **O Conselho de Administração**

Carlos Manuel Martins  
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço  
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia  
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus  
Vogal do Conselho de Administração

### **O Contabilista Certificado**

Marcos Faria Miguel

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024**

**RELATÓRIO**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2024.
2. O Conselho Fiscal, nomeado por Decisão Social Unânime por escrito de 2 de novembro de 2023, acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios, quer, designadamente mediante contactos e reuniões com os seus principais responsáveis, como através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado, sempre que necessário, com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que entendeu necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu, em 17 de janeiro de 2024, o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2024, tendo o mesmo sido aprovado por Despacho conjunto da Tutela Financeira e da Tutela Setorial, em 7 de março de 2024.
5. No que se refere ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas, com exceção do investimento.

6. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, referentes aos três primeiros trimestres de 2024, que foram remetidos às entidades competentes.
7. O Conselho Fiscal analisou a evolução das dívidas vencidas a mais de 90 dias, tendo-se observado uma redução do seu valor (496.875 euros, em 2024, que compara com 945.038 euros, em 2023). Tal como justificado no ponto 4 da secção relativa ao Cumprimentos das obrigações legais, no Relatório e Contas, a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. não tem pagamentos em atraso em 2024.
8. Em observância com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias, aplicáveis ao setor empresarial do Estado (SEE), designadamente, do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2024, as quais se encontram devidamente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
9. Nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir, que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das obrigações legais não esteja correta.
10. No domínio das remunerações dos trabalhadores e dos órgãos sociais foi dado cumprimento às orientações remuneratórias vigentes em 2024.
11. A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM, tendo este Conselho Fiscal emitido Parecer favorável ao mesmo.
12. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, datada de 10 de março de 2025, emitida nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, que aqui se dá como reproduzida, e obteve deste, os esclarecimentos que entendeu necessários inerentes ao exercício das suas funções.

13. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras (as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024, as Demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Notas às demonstrações financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se geraram os resultados e se desenvolveu a atividade.

14. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

#### **PARECER**

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é da opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais de 2024; e
- b) A proposta de aplicação dos resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 11 de março de 2025

O Conselho Fiscal

---

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

(Presidente)

---

Isabel Maria Paz Mendes

(Vogal)

---

Eduardo José Santos Clemente

(Vogal)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. ("Entidade"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 859.063.080 Euros e um total de capital próprio de 696.470.077 Euros, incluindo um resultado líquido de 59.101.501 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas datada de 14 de março de 2024, não inclui reservas ou ênfases.



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00  
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa  
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de março de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC  
Registo na OROC n.º 1496  
Registo na CMVM n.º 20161106